

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC - SP**

**Nilson Euclides da Silva**

**Um governo na floresta**

**DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - POLÍTICA**

**SÃO PAULO**

**2009**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC - SP**

**Nilson Euclides da Silva**

**Um governo na floresta**

**DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - POLÍTICA**

Tese apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais – Política pela Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Professora Doutora Vera Lucia Michalany Chaia

**SÃO PAULO**

**2009**

**Banca Examinadora**

---

**Profa. Dra. Vera Lucia Michalany Chaia  
PUC/SP**

---

**Profa. Dra. Carmem Junqueira  
PUC/SP**

---

**Prof. Dr. Edson Passetti  
PUC/SP**

---

**Prof. Dr. Jacó Cesar Picoli  
UFAC**

---

**Profa. Dra. Lais Maretti Córdia  
UFAC**

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fazer a análise das ações e discurso de poder montado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e as razões que levaram o PT acreano a se tornar hegemônico no período de janeiro de 1999 – janeiro de 2007. Para uma melhor compreensão do objeto, a nossa investigação não se limitou aos oito anos do governo petista, mas retrocedeu ao processo histórico de formação da sociedade acreana. Destacam-se a mudança no espectro político partidário do Estado do Acre que ocorreu com a ascensão do PT acreano, as realizações do governo, a sua hegemonia política e as estratégias de inserção no movimento ecológico. Os resultados da análise nos levaram a indagações e a dúvidas acerca da capacidade que os governos eleitos com forte apelo popular e um discurso político progressista possuem de realizar por meio da política as transformações necessárias nas realidades sociais das quais eles emergem. A floresta que cobre o território acreano foi o cenário; os índios remanescentes das populações tribais que habitavam o Acre, os seringueiros e as lideranças que surgiram com a luta desses povos e outras que se formaram no interior do quadro político partidário do estado são os atores que produziram um governo que se autodenominou como sendo um *governo da floresta*. Este trabalho buscou compreender qual o alcance desse termo e as suas implicações no processo de compreensão da política na Amazônia e as alternativas para uma convivência equilibrada dos homens com a natureza e os governos.

**Palavras-chave:** partido, governo, hegemonia, floresta, Partido dos Trabalhadores (PT).

## ABSTRACT

This work aims to make the analysis of the actions and power discourse conceived by the Workers' Party (PT) and the reasons that led the party in the state of Acre to become hegemonic in the period of January 1999 to January 2007. For a better understanding of the subject, our research was not limited to the eight years of the PT government, but moved back to the historical process of the society formation in Acre. Emphases are given to the changes in the party's political framework of the state of Acre that took place with the PT rise to power, the government's accomplishments, its political hegemony and the strategies that the party conceived to be inserted in the ecological movement. The results of the analysis raised questions and doubts on the ability of the governments elected with strong popular appeal and a progressive political discourse have to make by means of politics the necessary changes in the social realities from where they emerge. The forest that covers the Acre territory was the scenario; the actors were the remaining Indians of the tribal population that lived in Acre, the rubber tappers and the leaders who arose with the struggle of this people struggle and others that have grown inside the party's political framework in the state. They produced a government that called himself the *government of the forest*. This study sought to understand the range of this term and its implications in the understanding of politics in Amazon and the alternatives for a balanced coexistence of men, nature and the governments.

**Keywords:** party, government, hegemony, forest, Workers' Party (PT).

Para,

Dona Lali, minha mãe, *in memoriam* e o Sr. Mariano, meu pai, sertanejos de braços fortes e acalentadores, e de passos firmes que tornaram possível a jornada que me trouxe até aqui.

## **AGRADECIMENTOS**

Espero que esta tese seja uma parte do ambicioso livro que está sendo escrito por homens, mulheres e crianças que moram na região da Amazônia. Com as dezenas de páginas que foram escritas, espero sinceramente ter retribuído, com a mesma generosidade, aquilo que recebi das pessoas e das instituições que direta e indiretamente participaram da confecção deste trabalho. Entre as instituições que me auxiliaram nessa trajetória, destaco a CAPES pela bolsa concedida, a Universidade Federal do Acre e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em relação às pessoas, agradeço especialmente a minha orientadora, Profa. Dra. Vera Chaia, que me acolheu carinhosamente dando a oportunidade de compartilhar os seus conhecimentos. Ao professor Edson Passetti, que espero de alguma forma ter contemplado no texto, nas várias passagens que foram escritas inspiradas pelos debates e exposições realizados durante as suas aulas, e ao amigo e professor Jacó César pelas orientações e conversas que muito me auxiliaram neste trabalho. Um agradecimento especial a minha irmã Nágila pela ajuda nas correções e opinião sempre equilibrada acerca do trabalho, e ao meu irmão Milton pela ajuda na formatação e revisão do texto. A minha esposa Rose pela paciência, apoio, dedicação e a sempre agradável e inspiradora companhia. Ao povo do Acre que me acolheu fraternalmente, em especial os índios, seringueiros e ribeirinhos.



## **Tecendo a manhã**

“Um galo sozinho não tece a manhã:  
ele precisará sempre de outros galos.

de um que apanhe esse grito que ele  
e o lance a outro:de um outro galo  
que apanhe o grito que um galo antes  
e o lance a outro;e de outros galos  
que com muitos outros galos se cruzam  
os fios de sol de seus gritos de galo  
para que a manhã, desde uma tela tênue,  
se vá tecendo, entre todos os galos.

E se encorpando em tela, entre todos,  
Se erguendo tenda, onde entrem todos, no toldo  
(a manhã) que plana livre de armação.

A manhã, toldo de um tecido tão aéreo  
que, tecido, se eleva por si: luz balão”.

**João Cabral de Melo Neto**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1. A HISTÓRIA</b>	
1.1. As sociedades da floresta: uma história contada antes dos seringais.....	27
1.2. Guerra ou Revolução: como o Acre se tornou território brasileiro.....	41
1.3. Um Judas Hasverus na história acriana.....	55
1.4. Um soldado com machadinha e poronga.....	69
1.5. Heróis e mártires: a crônica de uma tragédia seringueira anunciada.....	83
<b>2. UM GOVERNO</b>	
2.1. A questão partidária e as eleições: como a oposição se fez governo.....	97
2.2. Governo da Floresta: um projeto de poder “auto-sustentável”.....	113
2.3. Acrianismo e Identidade “de” e “para” o governo: poder, linguagem e representação no governo da floresta.....	131
2.4. A cidade da floresta.....	148
2.5. Obediência e política duas vocações: uma hegemonia do Poder Executivo Acriano.....	161
<b>3. AS FLORESTAS</b>	
3.1. Aquiry a saga de um povo: por trás do palco de uma opera amazônica.....	176
3.2. A floresta em oposição ao governo da floresta.....	189
Considerações finais.....	207
Referências Bibliográficas.....	212

## INTRODUÇÃO

A definição do objeto talvez seja a maior dificuldade que um pesquisador tem ao iniciar um projeto. Para um observador, a maior dificuldade é a de não se transformar em um pesquisador. Abrir mão de modelos que não se encaixam na realidade que se enxerga, no discurso que se ouve, na estrutura e na ação de um poder que vemos e sentimos na pele é uma possibilidade de atravessar percursos e de viver experimentações.

A grande maioria dos discursos, textos e artigos científicos a que tivemos acesso desde o início dos trabalhos de pesquisa apresentaram-se, de uma forma ou de outra, como instrumentos capazes de reproduzir conceitos e legitimar as versões oficiais acerca dos fatos históricos e dos fenômenos políticos e sociais do Acre contemporâneo. Alguns, mais sutis, apresentavam pequenas críticas ao projeto do *Governo da Floresta*<sup>1</sup>; outros faziam uma defesa aberta desse governo e uma minoria atacava ostensivamente o “projeto petista” no Acre. Com algumas exceções, esses últimos se apresentaram apenas como versões retocadas do que se criticava e deixaram claro que falavam por grupos descontentes, que haviam perdido espaço nas estruturas de poder no estado.

Os escritos menos científicos e mais literários, as conversas informais com alguns técnicos, professores, índios e seringueiros demonstraram ser instrumentos de conhecimento mais generosos. Todos eles em muito contribuíram nessa jornada que partiu de uma estrutura de “poder real” montada pelo Partido dos Trabalhadores no Acre como forma de compreender o processo de construção da sociedade acriana. Com isso, buscou-se a compreensão dos diversos fatores sociais, culturais, políticos e econômicos que foram determinantes na formação dessa sociedade.

Este é um texto que não deve ser encarado como o resultado final de uma pesquisa. Na verdade, ele é muito mais o resultado parcial dos trabalhos de um observador que vasculhou a história e a política acriana por meio de conversas e papéis “sem importância”. De alguém que andou por dezenas de espaços onde transitavam índios doentes, seringueiros, políticos e especialistas de várias ciências e, por isso, grande parte deste trabalho trata de discursos alheios a modelos e teorias históricas, políticas e sociais. A esses escritos devem ser permitidos e perdoados os erros e os exageros cometidos.

---

<sup>1</sup> Governo da Floresta foi o nome criado pela equipe da administração do Governador Jorge Viana – PT, e que correspondeu ao período de janeiro de 1999 a janeiro de 2007. Ela será utilizada no texto sempre que nos referirmos a esse período da administração petista, o qual é objeto desse trabalho.

Diante dessas experiências e do caminhar entre os vários espaços que compõem a realidade da sociedade acriana, abdicamos da tentativa de buscar “a verdade” e, por isso, o que propomos são algumas “inquietações”.

Por razões metodológicas, recusamos o enquadramento desse trabalho em uma teoria específica e, de forma veemente, negamos o discurso político e de oposição. Dentro desse contexto, julgamos necessário recapitular nessa introdução algumas palavras e frases estampadas em muros da capital acriana e, ao fazê-lo, propomos um recorte no tempo relembando a maneira pela qual passamos a viver e compreender essa história.

No final de dezembro de 1988, qualquer um que caminhasse por algumas avenidas e ruas principais da cidade de Rio Branco, a capital do Estado do Acre, certamente encontraria diversos muros pichados com uma palavra de ordem. Seria exagero dizer que as paredes de muitos dos prédios do centro da cidade haviam sido tomadas pela frase: *CHICO MENDES VIVE!*

No período pós-tragédia seringueira, não faltaram jornalistas e visitantes atentos, ansiosos em conhecer o local de nascimento e a trajetória do dono da voz que ecoara pelo mundo para dizer que, nesse pedaço de terra, morava uma gente a quem podiam chamar de “povos da floresta”<sup>2</sup>. Apropriamo-nos aqui dessa expressão que se popularizou no final da década de oitenta do século passado. Não sabemos se ela já havia sido usada anteriormente, mas de qualquer maneira, nos aproximamos dessa história por esses tempos. Essa era uma expressão que já havia corrido o mundo e, de certa forma, entrara no vocabulário dos ecologistas, políticos, militantes e sindicalistas no Acre.

Vários integrantes e simpatizantes dos diversos grupos de defesa dos direitos humanos, partidos políticos, ONGs, movimentos sociais e sindicatos do estado do Acre, apropriaram-se desse discurso e, de certa forma, levantaram uma bandeira de luta fazendo da “causa seringueira”, associada ao discurso de preservação das florestas amazônicas e das populações nativas e tradicionais, o “discurso da mudança” no cenário político acriano.

Os partidos políticos acrianos, sem exceção, também se engajaram. Alguns mais do que outros, é verdade, mas enfim, todos pareciam ter ouvido o grito que ecoara das florestas acrianas e a voz que havia sido silenciada pelo brutal assassinato do principal líder dos trabalhadores seringueiros e, por que não dizer, de todos os trabalhadores rurais do Acre.

---

<sup>2</sup> A expressão “povos da floresta” passou a ser utilizada mais frequentemente nos discursos de políticos, sindicalistas e ativistas dos movimentos ecológicos a partir da segunda metade da década de oitenta. Com o acirramento dos conflitos agrários no Acre, essa expressão serviu como um poderoso instrumento de afirmação e defesa dos grupos que habitavam as florestas acrianas, principalmente as populações indígenas e seringueiras.

Mais uma vez, a história das lutas sociais no Brasil mostrava por meio da realidade seringueira a sua capacidade de produzir mártires.

O ex-território boliviano, palco da batalha que transformou em brasileira essa faixa de terra rica em seringueiras, responsável pela riqueza de alguns e pela morte e a miséria de tantos outros, foi sem dúvida a causa maior dos combates travados entre índios e brancos, brasileiros e bolivianos no início do século XX.

Essa foi uma história capaz de produzir personagens como Luiz Galvez, Plácido de Castro e Chico Mendes. Do sonho ou a aventura da República Independente de Galvez à Amazônia de Chico Mendes, passando pelas tropas de Plácido de Castro, essa terra produziu uma história que mereceu ser contada<sup>3</sup>. Mas não nos propusemos a um trabalho histórico, e temos dúvida se seríamos capazes de produzir algo assim, pois essa é uma história muito mais contada que vivida. Os seus porta-vozes raramente estão vinculados às raízes que nos levam aos pés das seringueiras, e sequer tocaram o “leite” que corre no tronco da árvore quando é ferida por golpes que produzem um desenho estranho, completado por uma espécie de “lágrima” que é depositada vagarosamente em uma pequena vasilha. Aliás, quantas dessas vozes seriam capazes de escrever:

Ecoou pela mata afora  
Cai a flor  
E a seringueira chora  
De Xapuri  
Chora o mundo inteiro  
Morre Chico  
O Chico Rei seringueiro  
Mas essa mata que mata esse povo infeliz  
Um dia a de fazer o Chico rei  
Seringueiro feliz

Esses são versos de um poeta que, assim como o *Chico Rei*, tombou em uma rua qualquer da capital acriana<sup>4</sup>. Ambos, o seringueiro e o poeta, alvos da estupidez humana que não cansa de produzir suas vítimas.

---

<sup>3</sup> As referências bibliográficas sobre a história acriana estão indicadas em separado, no final do texto.

<sup>4</sup> “O presidente da Fundação Cultural e cantor/compositor Sebastião Vieira Mourão – o Tião Natureza, 31 anos, foi assassinado com uma facada no peito, na madrugada de ontem, no bar Pastelão, no bairro Aviário, pelo fotógrafo amador Raimundo Rodrigues dos Santos, 47 anos. Segundo contam as testemunhas, por volta das 3:45 da madrugada de ontem depois de cantar no bar O Pastelão, Tião teria sido abordado pelo fotógrafo que o ameaçou, sendo contido por seguranças. Depois de sair do banheiro, o músico caminhava rumo ao meio da rua, quando mais uma vez foi atacado por Raimundo que desta vez o atingiu com uma facada à altura do coração. Reunindo forças e mesmo ferido ele ainda conseguiu correr uns 100 metros e caiu nas proximidades do Mercadinho Oliveira, já sem vida.” Jornal A Gazeta, 01 de setembro de 1991 – Manchete da primeira página.

Os versos do poeta que ultrapassam a realidade das matas - e vão muito além da história - produziram uma verdade que é muito mais que o “politicamente correto”. Essencialmente, são esses os discursos que nos interessam, e foi sobre eles que nos debruçamos. Entendemos serem esses discursos os portadores de verdades escondidas pelo verniz da história oficial, e dos malabarismos teóricos que insistem em propor um encaixe impossível do *a priori* ao fato. O real não se articula com modelos; ele simplesmente existe.

Os fatos que foram relatados pelos historiadores e interpretados pelos teóricos de plantão preencheram páginas e páginas com discursos políticos e acadêmicos, porém, até aqui não foram eficientes em convencer aqueles que buscam outras verdades, produzidas pela guerra e moldadas com carne e sangue de índios e seringueiros. São essas verdades que deslizam nos tronco das seringueiras seculares plantadas pelos ventos nas florestas acrianas.

Contudo, afirmam alguns que não pode haver outra verdade além dessa que nos chega pela memória escrita ou falada. Não sabemos se existe outra verdade, mas essa que nos chega escrita não satisfaz. Por isso, mesmo partindo da “história oficial” buscamos algo que pode se revelar como verdade ou mesmo uma grande farsa. Mas o que importa? Este é um trabalho que deseja olhar o presente e dizer, como diziam “os muros de ontem, não os de hoje”, que ele vive! Ele quem? O sonho! Mas a voz do poeta não cala e insiste no verso afirmando que “a seringueira ainda chora”, e é de sonho e, quem sabe, de lágrimas por “sonhar um sonho errado” que as lutas se constituem. Talvez as verdades existam apenas enquanto contestação e resistências.

Se tivéssemos que situar historicamente, diríamos que a “tragédia seringueira” no Acre teve o seu início por volta dos anos oitenta do século XX. Portanto, cerca de cento e vinte anos nos separam das primeiras levas de brasileiros vindos em sua maioria do nordeste, muitos deles vítimas de uma das piores secas que assolaram essa região do Brasil, até o trágico final nas águas e nas terras amazônicas. Muitos desses homens que ousaram enfrentar a natureza na imensidão das florestas equatoriais estão anonimamente sepultados nos barrancos e no fundo dos rios da Amazônia.

Grande parte dos homens que foram recrutados no Ceará e outros estados do nordeste sequer chegaram às colocações<sup>5</sup> que foram abertas nas florestas acrianas. Muitos

---

5 Um seringal divide-se em várias colocações. Cada colocação, por sua vez, compõe-se de várias estradas de seringa, geralmente de 3 a 15. Entretanto, a abertura de colocações e estradas de seringa não era um ato isolado da dinâmica produtiva do seringal, pois o seu número diversificava-se de acordo com a mão de obra disponível. Um seringal poderoso possuía, às vezes, mais de cem colocações. Geralmente havia um seringueiro em cada colocação, dando conta do corte de três estradas de seringa. Todavia, era mais ou menos frequente o caso em que

morreram de malária e outras doenças no trajeto que ligava o porto de Belém, no Estado do Pará, até o antigo território boliviano onde hoje se encontram as cidades de Rio Branco, Porto Acre, Xapuri, entre outras, no Estado do Acre.

A sociedade acriana como grupo de “brasileiros civilizados” teve a sua origem, segundo os historiadores, nesse período. Falamos em “brasileiros civilizados” porque esses homens quando aqui chegaram, além das florestas e dos animais, encontraram vários povos que “viviam na floresta e da floresta” e que também tiveram a sua tragédia particular.

As diversas tribos indígenas habitavam desde o Vale do Juruá, atual Cruzeiro do Sul, até o rio Acre, região onde hoje se encontram a cidade de Rio Branco e Xapuri. Os poucos estudos etnológicos existentes afirmam que até meados do século XIX, no que hoje conhecemos como território acriano “a ocupação indígena na região Juruá-Purus e imediações fronteiriças ao Ucayali, Madre de Dios, Madeira, Solimões e Javary reunia, às vésperas da penetração extrativista, cerca de uma centena de grupos distribuídos em diversas famílias linguísticas”. Ou seja, viviam na região aproximadamente uma centena de grupos tribais com um contingente populacional com cerca de 350.000 mil indivíduos<sup>6</sup>.

As matas da região banhada pelos rios Juruá-Purus, originalmente, só habitadas por índios, constituíam, dez anos depois da descoberta dos seringais, a principal zona produtora de borracha da Amazônia e contavam com uma população superior a cinquenta mil habitantes, formada, principalmente, de deslocados nordestinos que lá foram ter, fugindo da seca. Em consequência da rapidez e da violência desta invasão, o que fora uma das áreas amazônicas de maior população indígena despovoou-se em poucos anos, na medida em que nasciam os núcleos civilizados. Ali os coletores de drogas da mata não tiveram predecessores, missionários ou quaisquer outros, foram eles próprios os desbravadores da terra, os descobridores das tribos e seus algozes. Nenhuma outra região apresenta, por isto, tantas dificuldades para o etnólogo e para o linguista.<sup>7</sup>

Conforme dados de janeiro de 2006, residem hoje no território acriano não mais que dezesseis etnias pertencentes a três famílias linguísticas - *Pano*, *Aruak*, *Katukina* - distribuídas pelas várias áreas indígenas do estado, perfazendo um total aproximado de 12.713 indivíduos, em uma área estimada de 2.659.068 Ha, sendo que partes dessas terras ainda se encontram em processo de identificação<sup>8</sup>. Nesses números não estão considerados alguns

---

uma colocação que possuísse nove estradas poderia ser ocupada por três homens, isto é, o ocupante e dois meeiros (CALIXTO, SOUZA E SOUZA, 1985, p. 73)

<sup>6</sup> PICOLLI, Jaco Cesar. *Sociedades tribais e a expansão da economia da borracha no vale do Juruá-Purus*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais - Antropologia) São Paulo: PUC/SP, 1993.

<sup>7</sup> RIBEIRO, Darcy. *Índios e civilização*. Petrópolis: Vozes, 1986, p.43.

<sup>8</sup> IGLESIAS, Marcelo Piedrafita e AQUINO, Terri Vale de. *Povos e terras indígenas no estado do Acre*. (Caderno temático produzido para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre – Fase II). Rio de Janeiro/Rio Branco: Mimeo, 2005, p. 20.

grupos isolados e que ainda permanecem sem contato, habitando principalmente as áreas de fronteiras do Acre com o Peru<sup>9</sup>.

O seringueiro não estava interessado em distinções linguísticas e culturais; com uns poucos nomes batizou todas as tribos, fazendo-os recair sobre grupos completamente diferentes. Isto indica bem a superficialidade dos contatos, que mal permitiram uma identificação grosseira dos índios. Mas tratava-se de uma área com grande homogeneidade cultural, em que grupos das famílias linguísticas Pano, Aruak e Katukina fundiram seus patrimônios, alcançados com isso, alto desenvolvimento e uma perfeita adaptação ao ambiente. Haja vista a elaboração da cerâmica, dos traçados e da tecelagem de tribos aparentadas a estas, na região do Rio Ucayali.<sup>10</sup>

Essas informações nos parecem importantes porque, mesmo não sendo este um trabalho que trata de forma específica as populações tribais no Acre, e apesar de não se constituir em um trabalho etnográfico ou de Antropologia Indígena, é notório que esse tema compõe o processo de ampliação da sociedade nacional, a formação da sociedade acriana e a própria conjuntura política hoje existente no estado.

Afinal, a questão indígena é também parte integrante do discurso de poder, que é objeto deste trabalho, e atravessa toda uma realidade sócio-histórica que está posta. Na verdade, nos últimos anos tem se tratado esses antigos habitantes das hoje terras acrianas - e que por ocasião do primeiro ciclo da borracha não eram nem bolivianos, peruanos e muito menos brasileiros<sup>11</sup> - em novas categorias sem se ressaltar a gravidade do conflito de civilizações ainda existente na região.

A integração das populações tribais no processo de desenvolvimento econômico do estado, as reservas extrativistas e o manejo florestal são, entre outras, as bases do discurso político que se instalou no Estado do Acre no início dos anos noventa do século XX. Não nos referimos aqui apenas a um discurso com enorme força política eleitoral, mas também de uma burocracia partidária e estatal que de forma eficaz se tornou hegemônica. Esses discursos vão desde a eficiência administrativa à construção de espaços onde não faltam utopias, justiça, igualdades sociais e qualidade de vida.

O “direito à floresta” negado a grande maioria dos povos indígenas que habitavam o atual território do estado do Acre, transformou-se em bandeira de um modelo de

---

<sup>9</sup> Existe um número considerável de índios que ainda permanecem sem contato na região do Acre com o Peru, e como se trata de uma população indígena que ainda vive em constante migração existe muita dificuldade de acesso e contagem desses indivíduos.

<sup>10</sup> RIBEIRO, Darcy. Op.cit. p. 43.

<sup>11</sup> O conceito de nacionalidade não poderia ser aplicado a essas populações pré-seringalistas por se tratar de povos que obviamente estão unidos por valores que não possuem correspondência com o conceito de Estado nação.



desenvolvimento onde cabem: identidades, desenvolvimento sustentável, mercado, globalização etc.

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é: *analisar a distância entre os discursos de verdades catalisados por um determinado grupo político que se tornou hegemônico no estado e transferi-lo às bases históricas na qual ele emergiu como mecanismo de poder.*

Essa pode ser uma tarefa ingrata, se considerarmos os limites que um trabalho dessa natureza implica. O poder na sociedade acriana não se constituiu na última década, mas esse foi um período importante por se tratar de um de tempo em que a estrutura do poder na sociedade acriana se sofisticou.

Uma nova burocracia partidária e governamental trouxe para a prática política estratégias discursivas que, articuladas com conceitos e ideias como preservação ambiental, sustentabilidade, democracia e participação, lapidaram um processo de dominação secular. Flertando com variáveis que vão do populismo à oligarquia, passando por uma espécie de “estética da floresta” e uma ideia de “identidade do povo acriano”, legitimaram-se processos cada vez mais intensos de dominação e controle.

Não tardiamente, esse discurso se inseriu no modelo hegemônico das universalidades representadas pelos conceitos de “globalização e mercado”. No Acre, a exemplo do que ocorre no restante do Brasil e em grande parte do mundo ocidental, alguns especialistas afirmam que fora desse modelo de pensamento não pode haver vida inteligente.

A argumentação é poderosa porque as sociedades que antecederam as comunidades seringueiras no estado, hoje estão limitadas a alguns poucos espaços de reservas indígenas legais, em terras não demarcadas e em outras áreas como as populações tribais sem contato que se deslocam no interior das florestas. Em alguns casos, os investimentos em projetos focados nessas populações parecem desejar a manutenção desses povos como uma espécie de “prova viva” das nossas consciências, espírito fraternal e bondade para com os mais “fracos e relativamente incapazes”. Ou seja, não há um modelo anterior de “sociedade bem sucedida” para compararmos. É uma pena que alguns especialistas esqueçam que entre o quase desaparecimento das sociedades pré-seringalistas e a instalação da sociedade nacional no Acre, alguns fenômenos externos a essas sociedades estão diretamente relacionados ao processo de quase extinção desses antigos povos amazônicos.

Afinal, a guerra como atividade intrínseca em alguma das sociedades tribais se abateu sobre essas de uma forma ainda não conhecida por seus *Tuxauas* (chefes) e guerreiros. Os inimigos com que eles se defrontaram a partir da segunda metade do século XIX não

desejavam apenas as caças, as mulheres e as crianças como recompensas da batalha. A atividade guerreira exercida pela grande “tribo de brancos” objetivava a eliminação dos guerreiros tribais ou a sua total sujeição à nova forma de vida instalada com a chegada dos barracões, o batelão, o rifle, a poronga e o seringueiro. Cabe ressaltar que esse último poderia ser considerado o representante mais legítimo da sociedade nacional que tomava de forma definitiva os territórios que outrora pertenceram a mais de uma centena de povos indígenas.

Com o fim dos violentos combates entre índios e brancos e a diminuição das incursões que buscavam novas colocações, outra sociedade é encravada no coração da floresta. Nesse “novo espaço” couberam o seringueiro, o barracão e o seringalista. Os antigos guerreiros que permaneceram nos espaços das florestas tomados pelos seringais, foram então forçados a abandonar gradativamente o arco e a flecha como instrumentos, e a guerra e a caça como atividades essenciais de suas existências. Aos poucos, vários desses guerreiros foram se submetendo às outras atividades que lhes tiraram dessa “condição primitiva”, integrando-os na moderna sociedade brasileira como seringueiros ou peões, adornados com a machadinha e a poronga ou as botinas e os laços<sup>12</sup>.

Diante da singularidade histórica e dos interesses envolvidos, a análise do governo petista no Acre não pode ser entendida e não se resume na avaliação de um grupo político em detrimento de outro. Entendemos que o mais importante é que vivenciamos um momento da mais pura afirmação de uma estrutura de poder, ungida por vários organismos internacionais que são alguns dos financiadores dos projetos e das ações de ONGs que atuam no estado. Cabe ressaltar, também, que o próprio governo do estado, fiel defensor dessa “nova política” de preservação e de direito “dos povos” às riquezas da floresta acriana, financia algumas dessas organizações.

Os gritos e o choro da seringueira foram silenciados nos corredores das repartições públicas e nos escritórios de representação das diversas instituições que desenvolvem projetos na região. Nesses espaços, imperam o silêncio proporcionado pela frieza da burocracia, a política partidária e o jogo de interesses.

Enfim, essa nos parece uma busca que se dá na abertura das gavetas e na procura de uma voz que persiste e continua “provocando”. Aliás, “provocação” talvez seja o melhor que consigamos fazer neste trabalho. Aqueles que buscam uma solução ou alternativa de

---

<sup>12</sup> Refere-se à transformação dos índios em trabalhadores seringueiros e peões de fazendas. O trabalho de Terri Vale de Aquino (1982), sobre o processo de transformação dos índios em trabalhadores extrativistas ou peões de fazendas é referencial.

poder nos desculpem! O percurso escolhido é de movimento constante em uma superfície discursiva, que se verticaliza apenas diante das frondosas árvores e seringueiras das florestas acrianas ou da Gameleira que, como contam os antigos moradores, foi onde nasceu a cidade de Rio Branco, capital do estado. Mas, essa é outra história de rios e barrancos do Acre<sup>13</sup>.

Como não tratamos da história “em si”, mas da história como instrumento de compreensão de uma dada realidade política, este é um trabalho que procura problematizar uma “estratégia de poder” e não discutir uma “teoria política” ou “partidária” nos moldes de trabalhos anteriormente apresentados. Diferente da nossa dissertação de mestrado, onde procuramos discutir um modelo de interpretação que envolvia práticas partidárias e comportamento decisório, focados em dois momentos eleitorais distintos, este é um projeto que tenta não priorizar ou sobrepor modelos ou teorias do poder, comportamento político partidário ou mesmo uma teoria da história.

Temos uma realidade, onde se cristalizam discursos que penetram diversos campos do conhecimento. As ciências da natureza, bem como as ciências humanas e sociais, são convocadas ora para legitimar ações de governo ora na defesa de discursos inflamados de oposição à estrutura de poder vigente. Coincidentemente, sejam de um lado ou de outro, ambos têm reforçado uma relação que submete indivíduos e grupos à tutela de homens seletos e capazes de pensar o que é melhor para todos.

No final, todos são convocados a cumprir periodicamente o ritual que dá o caráter cívico, porém não de unidade, e reforçam assim os conceitos de participação, cidadania ou *florestania*, esta última uma expressão inventada pela política local, que está contemplada na parte final deste trabalho, tendo em vista ser base importante na constituição do discurso de verdade que foi oferecido pelo *governo da floresta*, como alternativa política à sociedade acriana. Discursivamente, é uma palavra que está atravessada por outras como: hegemonia, centralização, oligarquia partidária e a participação popular. Todas essas palavras e conceitos

---

<sup>13</sup> Em 28 de dezembro de 1882, à sombra de uma árvore de aproximadamente 10 metros de altura, acampou o corajoso desbravador Neutel Newton Maia. Nesse mesmo local, numa curva do rio Acre onde dizem que havia uma imensa cobra, o desbravador nordestino fundou o Seringal Empresa, origem da cidade de Rio Branco, atual capital do Acre. Hoje, mais de um século depois, a gameleira continua indene ao tempo, vendo a cidade de Rio Branco crescer e tornar-se adulta. Continua misteriosa e testemunhando a nossa história, a vestuta gameleira é uma frondosa árvore cujo tronco possui cerca de 2,5 m de diâmetro e, com o sol a pino, sua sombra tem por volta de 30 m de abrangência. Pelo fato de ter agasalhado os primeiros povoados da cidade, de ter presenciado duas batalhas da Revolução Acriana que se travaram ao seu redor, a gameleira é considerada vivo monumento histórico, tanto que através do Decreto Municipal de N° 752, de 28 de dezembro de 1981, foi tombada, transformando-se num ímpar referencial de Rio Branco. A árvore localiza-se na rua Cunha Matos, Segundo Distrito, bairro Quinze. PIREs, Naylor George. Notícia de jornal. Rio Branco: Editora Preview, 1996, p. 37.

são utilizados na pesquisa, mas não de forma isolada ou como fatores determinantes nas análises que foram propostas.

Para isso, foram pesquisados diversos livros, dissertações e teses relativas à história do Acre, às populações nativas e tradicionais, partidos políticos, movimentos sociais e eleições etc. Enfim, quase todos os textos acessíveis que, de uma forma ou de outra, poderiam conter uma relação com o tema “poder”, “populações nativas” e “história” no estado foram examinados. Destacamos que, por se tratar de uma realidade política singular, em cuja estrutura estão envolvidas as comunidades indígenas pré-seringalistas, as nossas análises retrocederam a alguns poucos estudos etnográficos, que são muito escassos, mas que foram fundamentais na elaboração desse trabalho.

Ao investirmos inicialmente em caminhos percorridos por outros nas questões relativas às estruturas do poder na sociedade acriana, sabíamos que essa não era uma tentativa inédita. Na verdade, o desejo era o de permanecer ao menos na fronteira, onde os diálogos entre os diversos campos da Ciência Humanas e Sociais estabelecem relações entre os seus “saberes” e materializam as práticas que deles são derivadas. Trilhamos, assim, um percurso que se constitui como um trabalho que flerta com a “Antropologia política” e faz incursões ou procura fazer uma análise do poder na sociedade acriana.

Não se trata de um trabalho sobre a “genealogia do poder” no Acre. Os esforços foram no sentido de se analisar os fatos da política contemporânea no estado, articulando esses fenômenos e o que denominamos de “saberes locais” como forma de libertar um “conhecimento insurgente” à disciplina e à hierarquia acadêmica, propondo com esse processo o desenvolvimento de uma forma de pensar emancipada e produzindo com isso uma reflexão com certa dose de “irresponsabilidade e autonomia”.

Adentramos no espaço de uma estrutura de governo que mantém estreitos laços com algumas “comunidades remanescentes” das “sociedades tribais” e que estabeleceu com esses povos relações políticas que procuram incluí-los discursivamente, não apenas na sociedade nacional, mas também como “atores e partícipes” de um projeto de poder local.

Feitas essas observações, este trabalho de pesquisa não poderia prescindir de uma abordagem multidisciplinar. Aliás, esse tipo de análise se torna importante porque é uma “estratégia” apropriada ao tipo de investigação a que nos propusemos. Trabalhando conjuntamente com variações discursivas, construímos um quadro da política partidária e do governo petista no Acre capaz de recompor um conjunto de “conhecimentos marginalizados” e ainda não utilizados de maneira coerente com a realidade amazônica.

O trabalho está composto por três partes, que estão divididas em sub-temas. Esses sub-temas estão constituídos por argumentações que dialogam entre si e seguem a seguinte estrutura:

- a) Na primeira parte, há uma tentativa de reconstrução da estrutura social das populações tribais, dos seringais e da formação histórica do Estado do Acre, apontando alguns aspectos peculiares dessa história. Nesse trecho estão concentrados os resultados das conversas, leituras e análises feitas em textos, dissertações e teses que versavam sobre esses três temas em duas perspectivas: uma da história não escrita dos “selvagens” e outra “parcialmente documentada” e que caracteriza o avanço das frentes extrativistas e a ampliação do território e da sociedade nacional na região;
- b) Na segunda parte, cabe uma análise dos oito anos de governo do Partido dos Trabalhadores (Janeiro/1999 – Janeiro/2007). A ascensão do partido, sua estrutura burocrática e práticas discursivas, consolidação de uma hegemonia do executivo estadual sobre os demais poderes, ações e intervenções do governo no espaço das cidades e a construção de uma nova “arquitetura do poder” no espectro político partidário do estado;
- c) A terceira se constituiu na tarefa que entendemos ser a mais difícil. Nela concentramos uma análise que, tendo como ponto de partida uma realidade constituída apenas de povos nativos, seguirmos um percurso onde se podem vislumbrar novas formas de organização social e política. A mobilidade no interior das florestas era característica de algumas das sociedades tribais e permanece como estratégia de sobrevivência em algumas comunidades isoladas ainda existentes no território acriano. Ao transportarmos essa prática para o campo das ideias, utilizando-as como alternativa de confronto às estruturas do poder, esse “deslocamento” pode proporcionar uma ultrapassagem das fronteiras disciplinares em um movimento contínuo que recompõe os fragmentos e redireciona o pensamento para um campo de transição epistemológica, o qual se caracteriza pelo inacabado e refuta a fé dogmática nos processos de produção dos saberes. As florestas e fronteiras físicas do Acre, Peru e Bolívia se desfazem com o deslocamento cotidiano, que ainda é praticado por alguns grupos tribais. Elas são ignoradas por esses remanescentes tribais, e esse viver nas florestas nos inspirou nessa busca de novos instrumentos e formas de pensar e de fazer política. Camufladas pela densa vegetação resistem e sobrevivem alheios à dominação e controle do Estado. Exemplos vivos do que foram as sociedades das florestas, nos direcionam para outra geografia ou utopias e nos propõem o enfrentamento a um pensamento político hegemônico e o confronto com as hierarquias e rigidez da atual estrutura de poder da sociedade acriana.

Essas populações, apesar de terem sido quase dizimadas, ainda resistem por meio de alguns grupos remanescentes. Esses grupos que, ao resistirem aos avanços dos caçadores das drogas do sertão, da exploração da borracha, da pecuária extensiva e da exploração madeireira, demonstraram uma capacidade de sobrevivência e adaptabilidade que são invejáveis.

Um conjunto de fatores reforça a ideia de que essas populações não podem mais ser desprezadas e vistas apenas como demandas para políticas sociais, mas devem ser tratadas como estruturas sociais, culturais, bióticas e ecológicas detentoras de conhecimentos tão ou mais importantes do que os da sociedade nacional que avança na região.

O texto propõe a articulação de dois conceitos: o tempo e o espaço. Toda a abordagem feita transcorre por recortes de tempo em um mesmo espaço de imensas florestas, fazendas e seringais. Essa imensa floresta, que foi historicamente transformada pela ação e o confronto entre “selvagens e civilizados” e pelo avanço das fronteiras nacionais. A luta pela terra, a anexação de territórios, enfim, de uma floresta como um espaço de deslocamento e de um *modus vivendi* tribal que se defrontou com a fixação da sociedade nacional e todos os seus efeitos econômicos, políticos, bélicos e sociais.

Um tempo de guerra entre índios e um tempo de guerra entre brancos e índios. Um espaço de floresta cortada por estradas de seringa e por fazendas de gado. Da luta entre seringueiros e fazendeiros, em um espaço da floresta em tempos de empates<sup>14</sup>. De um tempo e de um espaço na cidade da floresta, com construções e monumentos aos heróis acrianos. De um tempo de hegemonia do Partido dos Trabalhadores e do exercício pleno de uma dominação singular na história política do Acre. Assim, percorremos a história acriana tomando como referências alguns recortes e extraímos desses os conteúdos que tornaram possível este trabalho.

Da primeira parte do texto, a qual denominamos como “A história”, são retirados alguns fatos e personagens que sintetizam o tipo de ocupação e de dominação que foi proposta para o território. Nesse momento, ressaltamos a velocidade com que as populações tribais

---

<sup>14</sup> O empate foi uma estratégia utilizada pelos trabalhadores seringueiros para impedir que os donos de fazendas e as empresas que haviam comprado as áreas dos antigos seringais expulsassem as milhares de famílias que sobreviviam nessas áreas. A prática dos empates consistia na mobilização dos trabalhadores que juntamente com as suas mulheres e filhos se dirigiam para os locais onde haveria derrubada para impedir que os tratores e as motosserras avançassem. Esta estratégia marcou definitivamente a luta dos seringueiros contra a devastação das florestas acrianas e, simbolicamente, significou a luta desses trabalhadores contra o grande capital que buscava se fixar na região do Acre, principalmente com a atividade da pecuária.

foram eliminadas do contexto histórico mediante a utilização plena do artifício que tem caracterizado os avanços da moderna civilização sobre as populações tribais.

A destruição física e cultural de sociedades inteiras em nome de uma ideia etnocêntrica de progresso, que na sua essência nada mais é que a efetiva submissão desses povos ao domínio do outro que se julga superior. Nesse contexto, não é estranho que na galeria dos “heróis acrianos” não conste nenhum representante dos antigos guerreiros indígenas. Os conquistadores, na figura de soldados, seringueiros, mercadores e políticos, constituem o imaginário de um passado heróico do “povo acriano” insistentemente resgatado nos oito anos de governo do Partido dos Trabalhadores.

O passado de sociedades que não deixaram sinais que evidenciassem o cotidiano de suas populações e os vestígios de suas culturas nos espaços das florestas, tornou quase impossível o trabalho arqueológico. Por outro lado, alguns grupos que se preservaram, mantendo o seu *ethos* tribal quase intacto, são os exemplos vivos que contrapõem a estrutura e a frieza da burocracia governamental, muito mais preocupada em agradar modelos e conceitos “racionais” de uso e conservação dos recursos naturais existentes nas florestas acrianas.

Se considerarmos apenas a questão de uso e conservação das florestas, é latente que muitos dos projetos desenvolvidos com as populações indígenas já aculturadas, atendem muito mais a uma necessidade do governo e das agências financiadoras em justificar os recursos alocados nos projetos e no pagamento de salários das centenas de técnicos e especialistas que atuam nas diversas áreas que sofreram ou sofrem intervenções.

Alguns desses projetos chegam ao absurdo de terem como objetivo ensinar aos nativos como eles devem conservar as florestas. Essas iniciativas são exemplos das ações equivocadas, implantadas e defendidas pelo discurso oficial do governo em harmonia com algumas ONGs, institutos de pesquisa e grupos de defesa da floresta. Afinal o *know-how* do uso da terra com sabedoria pertence a quem? Ao governo e ao mercado com seus interesses em produzir o excedente ou a essas populações que há milhares de anos mantiveram sem ameaças: a fauna, a flora e toda a biodiversidade das florestas acrianas hoje tão cobiçadas?

São vários os exemplos de que se construiu nos oito anos do *governo da floresta* um discurso onde os grupos tribais, os seringueiros e a população urbana e rural do estado estão contemplados em um projeto, e de que esse é um projeto que deve ser modelo para o país e para o mundo. Esse é um aspecto ressaltado pelas vozes da “modernidade política” acriana que já nasceu com os vícios de uma prática antiga, em que a oligarquia, a centralização do poder e o culto a imagem do líder são flagrantes.

No entanto, como dissemos anteriormente, essas práticas estão acompanhadas por uma estratégia política que nos oitos anos de governo do petista Jorge Viana reduziu os partidos que compõem a Frente Popular do Acre – FPA em “legendas” de apoio ao projeto do Partido dos Trabalhadores, e os demais partidos em uma oposição caricaturada como “perseguidos”.

Durante dois mandatos à frente do Executivo Estadual, o Partido dos Trabalhadores foi capaz de projetar algumas de suas lideranças no cenário político nacional. A ex-ministra Marina Silva, o Senador Tião Viana e o próprio Jorge Viana são exemplos da capacidade estratégica do *governo da floresta*.

Essas projeções individuais foram possíveis porque esse governo foi capaz de construir um discurso articulado com a singularidade histórica do estado, somada às ideias de preservação das florestas e das demandas sociais das populações seringueiras e indígenas existentes no estado. Ao fazer esse discurso e apresentar um projeto de governo em sintonia com questões de ordem interna do estado como o pagamento do funcionalismo público, geração de emprego e desenvolvimento entre outros temas, o governador Jorge Viana se credenciou como a principal força política do estado e passou então a exercer um tipo de “dominação dotada de carisma, tradição e uma racionalidade burocrática”<sup>15</sup>.

Na essência, a prática do *governo da floresta* construiu durante os dois mandatos à frente do executivo estadual um capital político invejável, capaz de extrapolar as fronteiras do estado e fincar os seus pés em vários organismos e instituições nacionais, internacionais e no cenário político nacional, o que tem facilitado a implantação de alguns projetos do governo.

Qual seria a real natureza do PT acriano que se apresenta como ecologicamente correto, pacificador, plural e tecnicamente competente? Na essência, as práticas do partido como governo foram aquelas capazes de catapultar para as esferas do poder nacional algumas personalidades e inserir o “discurso político local” em algumas discussões e mesas internacionais. Na estrutura interna do partido construiu-se uma espécie de “cesarismo acriano” com o culto à figura do governador Jorge Viana, transformando-o assim na maior liderança da história recente da política acriana.

O Cesarismo designa a “solução arbitral, confiada a um grande personagem, de uma situação histórico-política caracterizada por um equilíbrio de forças de perspectivas catastróficas”, que, de quando em quando, segundo condições históricas, assume determinado significado político, mais ou menos progressivo.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> Trata-se dos tipos ou modelos ideais de dominação propostos por Max Weber.

<sup>16</sup> BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília, UnB, 2007, p. 160.



A construção da hegemonia petista na política do estado se consolidou com a eleição, em 2006, do Vice-governador Arnóbio Marques, do Partido dos Trabalhadores, ao Executivo Estadual, e tornou inquestionável o poder e a liderança de Jorge Viana. A eleição do “Binho” (nome usado na campanha) - se considerada a sua inexpressividade eleitoral e o fato de ele ser conhecido apenas “internamente” no PT acriano como um bom técnico, mas desconhecido do jogo político eleitoral - faz da sua vitória um fato político que pode ser lido como um terceiro mandato de Jorge Viana.

Em algumas passagens da campanha de 2006, chegou-se a algumas situações constrangedoras, em que a figura do então Governador Jorge Viana tomava toda a propaganda eleitoral, restando a “Binho” a mera condição de coadjuvante no processo, o que demonstrava ter o então candidato petista, apenas um grande talento: o de ser obediente ao grande líder.

Como se chegou a isso? Como foram conciliados os conflitos e os interesses políticos dos diversos partidos que compõem a Frente Popular do Acre que dá sustentação a esse projeto de governo? Como foi possível agradar uma burocracia estatal, uma classe média urbana, fazendeiros e comerciantes, índios, seringueiros, técnicos, movimentos populares, sindicatos e as parcelas mais populares da sociedade acriana? Acreditamos que contribuições significativas para essas respostas estejam na segunda parte desse trabalho. Nela procuramos analisar as ações que caracterizaram os oito anos de governo Jorge Viana, principalmente aquelas que tinham como objetivo uma mudança de ordem estética na capital acriana e o resgate de uma espécie de “acrianismo”, agora travestido de modernidade.

A exaltação de antigos símbolos e o resgate da identidade do povo acriano são alguns dos elementos que, avaliamos, foram responsáveis por essa engenharia política. Na prática, temos um poder que reforça os “rituais da obediência” e se renova na reforma do Palácio do Governo, no Memorial dos Autonomistas, nas praças e nos monumentos aos heróis acrianos.

Neste trabalho, coube discutir o porquê da “alternativa da mudança” passar necessariamente por todas essas práticas antigas, e porque a necessidade da obediência ao grande chefe transfigura o antigo cacique, outrora legitimado pela unidade da tribo, no líder político que os inclui na categoria de povo acriano sem que para isso se consulte às instituições tribais e os pajés.

Durante o percurso, em uma das dezenas de salas por onde passamos, sob um móvel feito de madeira da floresta acriana e onde descansam tambores, flechas, colares e cocar, bem ao centro pousava o retrato do Excelentíssimo Governador do Estado do Acre,

Jorge Viana, com sua faixa governamental atravessada no peito. A cena indica aos visitantes mais atentos quem é o chefe e que a pós-modernidade finalmente chegou ao Estado do Acre.

**PARTE I**  
**A HISTÓRIA**

### 1.1. As Sociedades da floresta: uma história contada antes dos seringais

A história dos povos que têm uma história é, diz-se, a história da luta de classes. A história dos povos sem história é, dir-se-á com ao menos tanta verdade, a história da sua luta contra o Estado.<sup>17</sup>

Não existem registros precisos de como viviam as populações que habitavam as florestas nas fronteiras entre o Acre, o Peru e a Bolívia no período que antecede a chegada dos primeiros “civilizados” na região. Uma reconstrução etnográfica das antigas populações que habitavam as planícies da Amazônia peruana, boliviana e brasileira é muito difícil ou quase impossível. A arqueologia pouco sabe das sociedades que floresceram nessas regiões que se estendem desde as encostas das montanhas andinas até a imensa faixa de florestas tropicais. Contudo, podemos ao menos reconstituir, por meio dessa paisagem amazônica contemporânea e do pouco que restou nas aldeias ainda existentes, algumas características dessas realidades sociais.

*Jaminawa, Kaxinawá, Kulina, Manchineri, Nukini, Poyanawa, Katukina, Arara, Ashaninka, Kulina Madija, Nawa, Shanenawa, Yauanawá* são os representantes legítimos de alguns dos antigos povos da região, que sobreviveram à instalação da sociedade extrativista no Acre<sup>18</sup>. Como viviam esses antigos habitantes das florestas que hoje são resgatados pelos discursos oficiais e apresentados como detentores de valiosos saberes no processo de discussão das novas alternativas de sobrevivência e de organização econômica, política e social da região?

Existia mais de uma centena de etnias no território acriano no período anterior à instalação da economia extrativista as quais foram reduzidas a menos de vinte<sup>19</sup>. Esses povos são sobreviventes e representantes autênticos das linhagens dos antigos guerreiros tribais que resistiram ao avanço das frentes extrativistas e do modelo de civilização que aportou de forma definitiva nas margens dos rios amazônicos no final do século XIX.

A reconstituição, mesmo que de forma parcial, das realidades sociais pré-extrativistas foi sem dúvida um primeiro passo dado rumo ao caminho que nos levou a uma

---

<sup>17</sup> CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado – pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 234.

<sup>18</sup> IGLESIAS, Marcelo Piedrafita e AQUINO, Terri Vale de. *Povos e terras indígenas no Estado do Acre*. (Caderno temático produzido para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre – Fase II). Rio de Janeiro/Rio Branco: Mimeo, 2005, p. 20.

<sup>19</sup> PICOLLI, Jacó César. *Sociedades tribais e a expansão da economia da borracha no vale do Juruá-Purus*. Tese (Doutorado em ciências Sociais-Antropologia) São Paulo: PUC/SP, 1993.

reflexão que consideramos singular. Mesmo considerando que uma parte significativa dessas populações está incorporada às atividades extrativistas da região, a abordagem proposta acerca do atual estágio de desenvolvimento das relações de poder e da estrutura política partidária existente no estado encontrou na história e nas remanescentes estruturas tribais a inspiração e a coragem necessária para negar velhos modelos e conceitos.

Diante de antigos caminhos racionalmente definidos, optamos pelos atalhos, muitas vezes obscuros, mas que conduziram a novos espaços e pontos de interrogação. Esses últimos, sempre levaram a uma espécie de mobilidade no próprio ato de pensar e a abrir mão das certezas que se diluíram quando foram atravessadas pelos raios de luz nas clareiras de uma infinita floresta de ideias e múltiplas possibilidades.

As sociedades tribais representam 2,0% da população do estado do Acre<sup>20</sup>, mas se em relação ao montante populacional ela é quantitativamente pequena, o mesmo não ocorre com a importância dos saberes milenares dos quais são detentoras. Ao contrário do que pensam alguns especialistas, exaltar a importância desses saberes não é reduzi-los a um discurso ou postura meramente humanitária e de defesa desses povos. A questão é antes de tudo pedagógica, principalmente no que diz respeito a um tipo de organização social e política de recusa ao poder centralizado.

Essas foram sociedades capazes de criar, nas suas estruturas sociais, um mecanismo que por séculos e de forma sistemática recusou a existência, nas suas relações coletivas e individuais, da figura da autoridade ou do chefe que manda e que se constitui como uma instituição ou um tipo de poder parasitário e opressor.

O material empírico ainda existente nessas populações pode significar uma oportunidade única de se experimentar novas alternativas de sociabilidade e, com isso, frear o avanço não apenas da destruição ambiental que ocorre na região, mas também de resistência ao pensamento “único do único” que legitima a existência de um poder que é capaz de pensar por todos, “bancando o chefe e mandar”.

Esses saberes representam a existência genuína de experiências em que o poder não possui um lugar privilegiado, cuja razão de ser está condicionada a um espaço onde lhe cabe cumprir o eterno “dever” e não o “direito” da palavra. Falar perante a sociedade e dela

---

<sup>20</sup>A população indígena no Acre em 2006 era de aproximadamente 13.000 indivíduos e a população do estado segundo o IBGE com base na contagem populacional de 2007 é de 655.385. As catorze etnias habitam áreas localizadas nos municípios de: Assis Brasil, Cruzeiro do Sul, Feijó, Jordão, Mancio Lima, Manoel Urbano, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo, Santa Rosa do Purus, Sena Madureira e Tarauacá.

nada exigir ou cobrar, preservando assim uma condição de soberania e liberdade do seu corpo político e social.

A política dos selvagens tem muito a nos ensinar sobre os processos de aprimoramento das nossas instituições políticas. No interior das denominadas “sociedades selvagens”, pulsa uma estrutura política e social que propõe - com a “simplicidade dos selvagens” - relações mais equilibradas do homem com a natureza, e onde repousa uma sabedoria coletiva que recusa qualquer emergência de um espaço de poder que reivindique a autoridade legítima e exclusiva nos processos de decisão. A existência de um poder separado da sociedade é intolerável e essa recusa não está condicionada à ação de um grupo ou parte, mas do corpo social e da postura de cada indivíduo que vira as costas e ignora todas as tentativas de qualquer chefe exercer um poder além do que lhe foi socialmente permitido.

Determinar as sociedades primitivas como sociedades sem Estado é enunciar que elas são, em seu ser, homogêneas porque indivisas. E reconhecemos aqui a definição etnológica dessas sociedades: elas não têm órgão separado do poder, o poder não está separado da sociedade.<sup>21</sup>

Na coragem da ação daquele que ignora o outro, que reivindica para si uma autoridade que nunca lhe foi conferida, cabe o sorriso do selvagem e o desprezo do homem livre e igual que não aceita a autoridade de outro sobre a sua vontade. Não se trata da figura do “bom selvagem”, mas das “Sociedades sem Estado” e de como esses “povos selvagens” tratavam o poder.

Diante do silêncio do chefe que queria mandar, das frases e dos conceitos que impunham a obediência como uma condição do exercício de pensar, não recuamos da empreitada. Buscamos ultrapassar o espaço da palavra, os seus significados e aquilo que eles pudessem representar, e por meio desse movimento alcançamos o que estava muito além delas. Sem bagagem, viajamos para um tempo, um espaço onde a própria existência de determinadas autoridades, frases e palavras soariam como absurdas.

No entanto, foi com muito esforço e por meio da palavra dita e não escrita, a bordo de uma embarcação imaginária, que deslizamos nas águas do tempo em busca de “um viver” que esse espaço e tempo longínquo poderiam nos proporcionar. Então tomamos como “nossa” uma existência fora do nosso tempo e do nosso lugar, e buscamos sensações que outrora pertenceram a outros. Apropriação indevida, confessamos, mas necessária!

---

<sup>21</sup> CLASTRES, Pierre. Op. cit. p.146.

Como um viajante, mergulhamos na floresta sem varadouros, nas estradas sem barracões muito antes dos seringais! Um tempo onde a geografia é quase a mesma há milhares de anos e, na maioria das vezes, a paisagem não se altera. Apenas a água com o seu fluxo temporal, transborda as margens de caminhos naturais e se mostra capaz de colorir com outros tons uma natureza exuberante. Porém, mesmo a água tem o seu tempo e logo os trilhos voltam para os mesmos lugares e a vida continua nos rios, barrancos e florestas.

Deslizando nas águas dos rios Acre, Purus, Juruá, Envira, Tarauacá e tantos outros, repousamos nosso olhar. Vemos pássaros, jacarés, capivaras, peixes e outros animais. Além deles, enxergamos nas margens vários grupos de homens, mulheres e crianças nuas. A visão dessas criaturas vivendo em uma espécie de simbiose nos permite anotar com razão no nosso imaginário diário de bordo que tudo se completa e nada pode existir de forma diferente do que vemos.

Não há referências ao tempo senão aquelas que a própria natureza se encarrega de imprimir nos corpos e na paisagem, e o espaço a se percorrer é toda a imensa floresta. Esse espaço, que vai até o horizonte onde a terra encontra o céu, confirma que além dele nada pode existir. É um “limite infinito” que abarca todo esse viver.

O que vemos é isso: um lugar e um tempo sem escrita, mas uma realidade com história. Um quebra cabeças que, ao se transportar para outro tempo, para o nosso tempo, perdeu quase todas as suas peças. Trata-se de um recorte imaginário, pouco histórico e científico. Mas, a imaginação nos permite navegar nessas águas e, ao beber delas, repensar um passado que está guardado na memória dos rios, das árvores, nos mitos e lendas da Amazônia.

Este é um trabalho que, por razões óbvias, não trata de forma exclusiva dos inúmeros problemas pelos quais passam as populações indígenas que vivem no território acriano ou das questões deles derivadas. Na verdade, este é um texto escrito por fragmentos históricos, imaginação e pensamentos aprendidos durante as pesquisas e outros tantos que brotaram no caminho. Por meio da análise de uma sequência de fatos históricos e políticos que ocorreram em um determinado período da história contemporânea do Acre, buscamos compreender quais teriam sido as razões que levaram à realidade política e social e o que consideramos como a construção de uma hegemonia nos processos de decisão e nas estruturas do poder no estado.

Propomos aqui uma análise sobre a ascensão de determinado grupo político, que inicia sua trajetória no princípio dos anos noventa do século passado e se transforma em governo no final dessa mesma década se auto-intitulando como um *governo da floresta*. Bem,

este é um texto que trata de questões partidárias, eleitorais e de um governo que, ao incluir as palavras “governo e floresta” como parte dessa realidade política, permitiu o deslocamento para esse outro tempo, um tempo de florestas sem governo e eleições, e muito distante de palácios, barracões e dos seringais.

Inicialmente, o que buscamos foi a reconstrução do cotidiano dos grupos tribais e as sua organização social e política. Consideramos ser esse um primeiro movimento na busca do elo entre as “sociedades dos selvagens” e essa outra que também floresceu às margens dos rios. Trata-se então, das primeiras sociedades gestadas no interior das matas, entre milhares de seringueiras e igarapés e contadas nos mitos e lendas, e de outra sociedade, essa última como consequência de um processo de reocupação liderado pelos “barões da borracha”, e que deslocou milhares de sertanejos da região nordeste do país para a imensidão dessas florestas, sendo esta última fartamente registrada em livros e trabalhos acadêmicos.

Apontaremos, com os limites impostos pela ausência de trabalhos etnográficos sobre as populações tribais dessa região, alguns aspectos da estrutura econômica, a organização social e as questões relativas ao poder nessas denominadas sociedades primitivas da Amazônia Ocidental.

Destacamos sem muita originalidade uma característica que nos parece fundamental nessas sociedades. Elas não são singulares apenas por serem denominadas como “sociedades primitivas”, mas se distanciam das ditas “sociedades civilizadas” por se manterem à margem de duas necessidades criadas pelo modelo de civilização adotado nas sociedades ocidentais: a existência do Estado e a necessidade do trabalho.

Dois axiomas, com efeito, parecem guiar a marcha da civilização ocidental, desde a sua aurora: o primeiro estabelece que a verdadeira sociedade se desenvolve sob a sombra protetora do Estado; o segundo enuncia um imperativo categórico: é necessário trabalhar.<sup>22</sup>

A ausência do Estado e da necessidade do trabalho no interior do processo de desenvolvimento das “sociedades primitivas” apontou que o caminho escolhido por esses povos para viverem e se reproduzirem, ao contrário do que julgaram os primeiros europeus que desembarcaram na América do Sul, transformou-os em autênticas e verdadeiras sociedades.

Constatando que os “chefes” não possuíam nenhum poder sobre as tribos, que ninguém mandava e ninguém obedecia, eles disseram que esses povos não eram

---

<sup>22</sup> CLASTRES, Pierre. Op. cit. p. 211.



*policidados*, que não eram verdadeiras sociedades: selvagens “sem fé, sem lei, sem rei”.<sup>23</sup>

O deslocamento contínuo nos espaços das florestas como uma forma de sobrevivência foi a estratégia utilizada pela grande maioria dos povos nativos que viviam na região onde hoje se encontra o Estado do Acre. O modo de vida e a singular organização econômica, política e social que se realizava no interior das aldeias das mais de centenas de pequenos e médios grupos de indivíduos que compunham essas sociedades permitiram, por séculos, a existência em equilíbrio desses povos e de todo o ecossistema amazônico.

Em tempo, a palavra de ordem do auto denominado *governo da floresta* é o desenvolvimento sustentável. Por isso, para compreender esse fenômeno político que transformou o PT no Acre em *governo da floresta*, vamos iniciar a nossa análise partindo de um tempo onde as “sociedades dos selvagens” eram desprovidas de uma “história” e do Estado, e onde a expressão sustentabilidade e suas derivações não existiam nem como conceito e muito menos como ideia ou modelo de sociedade.

Sem partidos ou eleições, o tipo de poder que os chefes tribais detinham os condicionava antes de tudo a um dever:

Uma diferença aí se revela, ao mesmo tempo a mais aparente e a mais profunda, na conjugação da palavra e do poder. O fato é que, se nas sociedades de Estado a palavra é o *direito* do poder, nas sociedades sem Estado ela é, diversamente, o dever do *poder*. Ou, para dizê-lo de outra maneira, as sociedades indígenas não reconhecem ao chefe o direito à palavra porque ele é o chefe: elas exigem do homem destinado a ser chefe que ele prove seu domínio sobre as palavras. Falar é para o chefe uma obrigação imperativa, a tribo quer ouvi-lo: um chefe silencioso não é um chefe.<sup>24</sup>

Segundo Clastres (2003, p. 171), a obrigação do chefe de ser um homem da palavra ou mesmo do gosto entre os selvagens de belos discursos abrihantados pelo orador não devem nos levar necessariamente a uma interpretação em que esse indivíduo que fala, detenha o poder sobre os demais que o ouvem. Ao contrário, não deve haver reverência, silêncio ou mesmo obediência ao que o chefe fala. Cada qual continua tranquilamente, como se nada houvesse a tratar de suas ocupações. Apesar de um ato ritualizado, é “na natureza desse discurso, sobre cuja repetição a tribo vela escrupulosamente, a natureza dessa palavra-líder, que nos indica o lugar real do poder” nessas sociedades.

---

<sup>23</sup> CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência – pesquisa de antropologia política*: São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 147.

<sup>24</sup> CLASTRES, Pierre. Op. cit. p. 170 – 171.

A existência do chefe está essencialmente vinculada ao seu dever de falar, sem que para isso os demais estejam obrigados a ouvi-lo. No seu discurso, o chefe não diz nada e esse consiste no essencial, em uma celebração, muitas vezes repetida, das normas de vida tradicional. O chefe fala para não dizer absolutamente nada e o seu discurso é vazio justamente por não ser um discurso de poder (Clastres, 2003, 172).

Na sociedade primitiva, na sociedade sem Estado, não é do lado do chefe que se encontra o poder: daí resulta que sua palavra não pode ser palavra de poder, de autoridade, de comando. Uma ordem: eis o que o chefe não poderia dar, eis o gênero de plenitude recusado à sua palavra. Além da recusa de obediência que não deixaria de provocar uma tal tentativa de um chefe esquecido de seu dever, a recusa de reconhecimento não tardaria a aparecer. O chefe bastante louco para cogitar não tanto no abuso de um poder que ele não possui, quanto no próprio uso do poder, *o chefe que quer bancar o chefe*, é abandonado: a sociedade primitiva é o lugar da recusa de um poder separado, porque ela própria, e não o chefe, é o lugar real poder.<sup>25</sup>

Se considerarmos da mesma forma que os selvagens, concluiremos que a violência é a essência do poder. Se tomarmos como base a existência de uma recusa do poder no seio dessas sociedades, conclui-se que a posição do grupo em relação ao chefe ou qualquer tentativa do líder tribal de criar um tipo de poder que não esteja limitado pela mobilidade no elemento da palavra, assegura a essas sociedades que o eixo do poder recaia tão somente sobre o corpo exclusivo da sociedade (CLASTRES, 2003, p. 172).

Cabe ressaltar a existência de um elemento chave que transforma a obrigação do chefe de ser um homem de palavra na própria essência da política dos selvagens. O chefe tem o dever de falar, mas o grupo não tem a obrigação de ouvir o que o chefe fala. O único verdadeiro poder do chefe se esvazia na medida em que esse ato não constitui um espaço efetivo de poder sobre os demais membros da sociedade.

O dever de palavra do chefe, esse fluxo constante de palavra vazia que ele deve à tribo, é a sua dívida infinita, a garantia que proíbe que o homem de palavra se torne homem de poder.<sup>26</sup>

O deslocamento e a ausência do sedentarismo como prática de sobrevivência dessas sociedades no interior das florestas amazônicas assegurou que o poder ficasse afastado da instituição, ou seja, o comando e a chefia. Forçando-o em um movimento no espaço composto pela palavra, a sociedade manteve o poder afastado no extremo oposto da violência,

---

<sup>25</sup> Idem, p.172.

<sup>26</sup> Idem, p.172.

garantindo assim que nenhum deslocamento de força no interior de suas estruturas viesse conturbar a ordem social (CLASTRES, 2003, p. 172).

As sociedades primitivas constituíram-se historicamente com esse vazio de poder que se denomina Estado por terem, nas suas estruturas internas, mecanismos que impossibilitaram o surgimento da figura do chefe que manda e é obedecido. Por outro lado, se a civilização ocidental impõe a necessidade do trabalho, as sociedades primitivas podem ser compreendidas como sociedades de recusa do trabalho, e compreendê-las dessa forma é abandonar a ideia que a condição de existência desses povos era miserável, por terem apenas uma produção de subsistência. Ao contrário, se considerarmos as condições ecológicas existentes, elas eram sociedades de abundância e que por bom senso usavam a maior parte do seu tempo em atividades mais prazerosas do que a de plantar e colher.

Eles não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam. E com isso andam tais e tão rijos e tão nédios, que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos.<sup>27</sup>

Não se trata de ter uma atividade econômica de subsistência, mas da recusa dos indivíduos em desperdiçarem um tempo maior de suas vidas com atividades laboriosas que teriam como resultado final uma produção maior do que a necessária para eles e a suas famílias. E para que esses indivíduos criariam esse excedente? A resposta talvez seja: “apenas pela força que os homens trabalham além das suas necessidades”.

Essas são sociedades que recusam o trabalho, mas não são sociedades sem trabalho, se entendermos o trabalho como uma atividade que os indivíduos desenvolvem de forma livre e autônoma para a satisfação de suas necessidades. Portanto, utilizar a expressão economia de subsistência para qualificar essa organização econômica, somente terá sentido se ela não for considerada como parâmetro comparativo em uma escala qualitativa de modelos de sociedade. Por outro, a produção do que era necessário para a manutenção das tribos que habitavam especificamente a região do Juruá-purus, assim como as demais regiões do estado, adotava procedimentos de plantio denominados de agricultura itinerante ou de corte e coivara, descrita e analisada por diversos autores e estudiosos do determinismo ambiental como uma resposta ecologicamente adequada à utilização do ecossistema (PICOLLI, 1993, p. 136).

---

<sup>27</sup> Trecho da carta de Pero Vaz de Caminha.

Após a realização de um certo número de colheitas ou safras anuais (quase sempre de três a quatro safras) em um determinado campo de cultivo, o solo findava por exaurir-se em função da sua pequena camada de húmus, característica dos solos da maior parte da Amazônia. Deflagrava-se, assim, a rotatividade ou a necessidade de abertura de uma nova clareira em mata virgem. Enquanto isso a área do cultivo anterior, aos poucos ia recompondo naturalmente a sua camada de húmus ou material orgânico. E, assim, ocorria uma sucessão de ciclos de cultivo agrícola.<sup>28</sup>

As florestas perderam muito do encanto que tinham quando os primeiros exploradores ainda navegavam às cegas, na busca de desbravar e conhecer esse mundo selvagem imerso na imensidão de águas e florestas que compunham a paisagem amazônica. Por trás das folhas de árvores, palmeiras e troncos nas matas e margens de rios e igarapés, as aldeias revelaram-se como uma realidade singular. Certamente, essas populações que ignoravam as ideias e a utopia de uma sociedade livre e igual, mostraram-se inspiradoras para aqueles olhares que curiosamente as observavam.

Contudo, os corações e as mentes dos exploradores ávidos pelo comércio e o lucro não reconheceram esse tesouro e os seus espíritos, tomados pela necessidade da servidão e da obediência, não foram capazes de suportar tal realidade. Os sonhos de liberdade, igualdade e justiça dos exploradores já estavam sepultados e cobertos por uma razão e uma lógica civilizatória que os condicionaria ao dever do trabalho e a servidão.

Na sociedade primitiva, sociedades essencialmente igualitárias, os homens são senhores de sua atividade, senhores da circulação dos produtos dessa atividade: eles só agem para si próprios, mesmo se a lei de troca dos bens mediatiza a relação direta do homem com o seu produto. Tudo se desarruma, por conseguinte, quando a atividade de produção se afasta do seu objetivo inicial, quando, em vez de produzir apenas para si mesmo, o homem primitivo produz também para os outros, *sem troca e sem reciprocidade*. Só então é que podemos falar em trabalho: quando a regra igualitária de troca deixa de constituir “o código civil” da sociedade, quando a atividade de produção visa satisfazer as necessidades dos outros, quando a regra de troca é substituída pelo terror da dívida.<sup>29</sup>

Os registros arqueológicos mais importantes do Peru e Bolívia que fazem fronteira com o Acre se concentram no altiplano, e se referem em sua imensa maioria aos achados das civilizações que se desenvolveram nas montanhas, onde com certa riqueza de detalhes os estudiosos foram capazes de reconstruir alguns aspectos da organização social, econômica e política dessas populações.

Essas civilizações andinas são geralmente conhecidas pela capacidade e domínio que possuíam das técnicas de engenharia, arquitetura e agricultura, e também por terem em

---

<sup>28</sup> PICOLLI, Jaco César. Op. cit. p. 136.

<sup>29</sup> CLASTRES, Pierre. Op. cit. p.215.

sua base social um enorme contingente de escravos. Assim, como outras grandes civilizações, cada pedra colocada no imenso quebra cabeça em que se constituíam os espaços dessa antiga civilização da América pré-colombiana estava marcado pelo trabalho e o sangue de milhares de homens, mulheres e crianças.

Na verdade, é exatamente ali que se inscreve a diferença entre o selvagem amazônico e o índio do império inca. O primeiro produz, em suma, para viver, enquanto o segundo trabalha, de mais a mais, para fazer com que os outros vivam – os que não trabalham, os senhores que lhe dizem: cumpre que tu pagues o que deves, impõe-se que tu eternamente saldes a dívida que conosco contraíste.<sup>30</sup>

As sociedades que ocupavam as regiões de planícies da Amazônia, pouco ou quase nada deixaram de registros arqueológicos. Na verdade essas populações que habitavam as regiões entre os Rios Ucailly, Madre de Dios, Juruá, Purus e Acre, assim como as populações Guaranis que se desenvolveram na região das fronteiras do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, eram povos que se organizavam em grupos que raramente ultrapassavam mil indivíduos. Assim como nas populações tribais do Acre, essas se caracterizavam pelo deslocamento contínuo, o que impossibilitou que essas populações construíssem grandes edificações e criassem instituições ou espaços específicos para o exercício do poder político.

Os Yaminawa ou Amauaca que habitavam as margens do rio Amoaca no vale do Juruá edificavam um tipo de residência denominada “chouba” construída de acordo com as seguintes características: térrea, compridas, estreitas, sem assoalho, cobertura de palha até cerca de um metro do solo, paredes laterais e internas feitas com ripas e tábuas de paxiúba, estrutura feita com madeira resistente roliça e flexível. Cada casa Yaminawa possuía diversas aberturas (portas) laterais, situadas a espaços regulares, em frente uma das outras. Internamente havia diversos compartimentos relacionados a cada abertura e cada um deles era ocupado por uma família e os seus equipamentos domésticos e seu fogo.

Os Poyanawa do rio Moa também possuíam habitações comunais com características semelhantes: eram térreas, compridas e sem assoalhos, mas distinguiam-se do padrão de casa Yaminawa por possuírem coberturas que iam até o chão. Nas extremidades possuíam duas aberturas para a entrada saída dos ocupantes. Tais habitações chegavam a ter 50 a 80 metros de comprimento e eram dotadas de compartimento de dimensões iguais que constituíam propriedade familiar.<sup>31</sup>

A escassez de material arqueológico, como instrumento de reconstituição das realidades sociais das planícies amazônicas, não impede a produção de uma “arqueologia política” dessas sociedades. Pelo contrário, a existência de vestígios que comprovassem que essas sociedades teriam sido grandes civilizações impossibilitariam algumas das reflexões e

---

<sup>30</sup> CLASTRES, Pierre. Op. cit. p.215.

<sup>31</sup> PICOLLI, Jacó César. Op. cit. p.159 e160.

hipóteses apresentadas neste trabalho. A grande obra que nos foi legada pelos povos das florestas se compõe de uma rica e complexa engenharia política e uma invejável capacidade de resistência.

A floresta no passado protegeu por milhares de anos o seu povo. Essa proteção foi a garantia que esses povos tiveram para criarem os seus espaços de sobrevivência sem se preocuparem com quando e onde terminavam os limites ou fronteiras. Aliás, esses eram impostos pela capacidade que cada tribo possuía de avançar sobre outros grupos tribais e assim ocuparem novos espaços para instalarem suas habitações, os seus plantios e a atividade de caça.

Entre as centenas de etnias que ocupavam a região do Acre e os constantes deslocamentos que eram praticados pelas diversas tribos, os confrontos entre os guerreiros era também uma prática que legitimava a própria existência desses indivíduos. A ideia de uma convivência pacífica de estruturas sociais com as características das que ocupavam as florestas acrianas na verdade nunca se concretizou. O que se sabe dessas populações era que elas poderiam viver por dezenas de anos sem os confrontos tribais, mas que essa possibilidade pode ter existido de forma mais ou menos preponderante, na medida em que o deslocamento de um grupo poderia alcançar o espaço de caça ocupado por outro, ou mesmo pela própria vocação guerreira de determinadas grupos.

Além da defesa desses espaços, devemos considerar que o rapto de mulheres de uma tribo por homens de outra tribo, mesmo não sendo uma regra, ocorria e isso pode ter levado a confrontos inimagináveis no interior das matas. Todavia, elas se justificavam por uma “lógica do selvagem” e nunca levaram ao extermínio de populações inteiras.

O mais importante é que essas incursões, mesmo fazendo com que muitos guerreiros tombassem em combate, jamais significaram a aniquilação de um grupo pelo outro. As lutas legitimavam a existência dos guerreiros e foi para essas sociedades uma atividade que honrava aqueles que lutavam, assim como a memória dos seus ancestrais.

Das antigas civilizações andinas do Peru e da Bolívia, restam as ruínas de cidades construídas para deuses e homens. Imersas nas florestas entre o Acre o Peru, tribos que ainda permanecem sem contato, desafiam a lógica e uma razão civilizatória e continuam a perambular pelas matas, ignorando as fronteiras tão caras a nossa história e a teoria política. Vivem e se reproduzem como faziam os seus ancestrais e encravam no coração da Amazônia uma verdade que os discursos oficiais não conseguem esconder. “Sem fé, sem lei e sem rei”, resistiram aos massacres e desejam continuar como sempre foram, “livres e selvagens”.

Figura 1 – Grupo de índios isolados - Acre



Foto – Funai – 23 maio de 2008

Arqueologia viva e única que silencia as vozes da modernidade e ilumina com um “olhar selvagem”, os seus rostos pintados para o combate às estradas escuras da servidão seringueira.

Após quase 20 horas num avião monomotor, o sertanista José Carlos dos Reis Meireles Júnior, coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental da Funai, comandou um sobrevoo que resultou nas primeiras fotografias dos índios de uma das quatro etnias isoladas que vivem na fronteira do Acre com o Peru. As mulheres e suas crianças fugiram para a floresta em busca de proteção, enquanto os guerreiros da tribo se posicionaram e reagiram atirando flechas no avião.

As mulheres índias do grupo de isolados que foi fotografado usam saiotê de algodão. Os homens usam uma cinta de algodão na qual amarram o pênis. Raspam o cabelo até a metade da cabeça, mas a cabeleira se estende até o meio das costas. Usam tiaras e aparecem pintados de urucum (vermelho). Chama a atenção o fato de que alguns poucos aparecem pintados de jenipapo, isto é, com os corpos pretos, mas sem arco e flecha.<sup>32</sup>

Esses são vestígios não imaginários das muitas “sociedades das florestas” que se foram, e dessas outras que ainda permanecem no interior das matas. Sociedades vivas que se constituem como uma arqueologia do real e generosamente nos permitem o aprendizado. São modelos vivos e instrumentos valiosos que nos alertam para a necessidade de uma profunda reflexão, que devem fazer parte de um amplo processo de aprimoramento das nossas instituições políticas e da forma como desenvolvemos as nossas relações com o poder.

---

<sup>32</sup> Reportagem retirada do site Terra Magazine do dia 23 de maio de 2008.

Figura 2 – Grupo de índios isolados - Acre



Foto – Funai – 23 maio de 2008

A essa altura, cabe perguntar o que aconteceria se em um futuro imaginário a sociedade que se estabeleceu no território acriano no início do século XX desaparecesse? A arqueologia seria capaz de reconstruir essa realidade social? O que de fato restaria dessa civilização? Se desaparecêssemos e daqui a centenas de anos fossem descobertos os vestígios da “cidade da floresta” por entre milhares de árvores, o que de fato encontrariam e como seriam reconstruídas as nossas relações sociais, econômicas e políticas? O poder teria um lugar? As ruínas seriam suficientes para contar a nossa história? Qual estrutura restaria para contar a quem e como se praticava a obediência?

O silêncio e as sombras que permeiam as ruínas de um antigo palácio talvez sejam suficientes para contar a história de uma civilização. A história dos selvagens, bem, essa se extinguirá com os últimos grupos de selvagens que desaparecerão nas matas. Contudo, ainda há tempo de, juntamente com esses selvagens, nos atarmos na busca pela liberdade perdida. As existências simultâneas de sociedades tão diferentes e singulares apontam o caminho e a possibilidade de reconstruirmos uma história muito além fronteiras e dos seringais.

Adentramos por um caminho de uma história não escrita, marcada por sinais e símbolos estampados nos corpos de indivíduos que se movem livremente nos espaços por onde não passam linhas imaginárias e fronteiras nacionais. A mobilidade dos selvagens permite que eles ignorem os limites estabelecidos por uma sociedade que impõe um modelo de liberdade e organização social que hierarquiza os espaços e as relações entre os homens.



Os “selvagens nômades” das florestas desafiam a razão e a autoridade do “chefe civilizado” e legitimamente eleito. Com seus corpos cobertos de tinta e plumas, desafiam a lógica da sobreposição de um modelo de “homem civilizado” sobre o outro, um “selvagem” livre e soberano. Ressaltam com seus gestos uma provocação e incomodam quando demonstram não precisar de nada que esse outro, “o civilizado” possa oferecer. Desejam o silêncio das matas e o direito de não serem “cidadãos”, mas essencialmente homens livres e iguais. Repousemos o nosso olhar sobre “esses selvagens” e deixemos que as águas dos rios tortuosos deslizem silenciosamente.

## 1.2. Guerra ou Revolução: como o Acre se tornou brasileiro

Prácticamente los bolivianos no ejercemos nuestros derechos de soberanía sobre las fronteras, consideramos que esos territorios son nuestros y que no tenemos por qué mostrar nuestra presencia allí ya que los papeles dicen que son nuestros territorios, error garrafal que nos hizo perder el Litoral, el Acre y el Chaco Boreal, para citar solo las pérdidas mayores.<sup>33</sup>

A definição histórica do que levou aos combates brasileiros e bolivianos, culminando com a anexação do território do Acre como terras brasileiras tem dividido as opiniões de historiadores e estudiosos tanto no Brasil como na Bolívia. Afinal, o que houve foi uma guerra ou uma revolução? À parte as definições conceituais, o fato é que se a extração da “goma elástica” não tivesse se tornado uma atividade lucrativa e de importância mundial no período que antecede aos disparos dos fuzis e dos canhões, é provável que essa região de fronteira ainda permanecesse esquecida, desprovida de interesse e disputas por mais longos anos.

O estado extremado de guerra configurou-se, de forma ostensiva, somente a partir de 6 de agosto de 1902, quando um grupo de homens, chefiados por José Plácido de Castro, tomou, de assalto, a cidade de Xapuri, sede de uma pequena delegação boliviana, dirigida pelo intendente Juan de Dios Barrientos. O ataque a Xapuri, ou Mariscal Sucre, como a denominavam os bolivianos, fazia parte do plano de insurreição, estudado há tempos por Plácido de Castro e seringalistas do rio Acre.<sup>34</sup>

Mas, enfim, os traçados e as linhas imaginárias, objetos dos tratados coloniais realizados pelas coroas portuguesa e espanhola, e os posteriores acordos entre a diplomacia do Brasil e da Bolívia, não se dissiparam nas brumas do tempo e se constituíram como uma parte importante da história acriana, o que transformou a assinatura desses documentos na causa maior de datas festivas e comemorações no calendário oficial do Acre.

Guerra ou revolução: o processo histórico que levou ao confronto direto as baionetas de brasileiros e bolivianos está diretamente relacionado ao objetivo que foi preconizado pelo modelo de civilização que avançou a partir das fronteiras do velho mundo e atravessou as águas do Atlântico para se fixar no interior dos sertões e das florestas da América do Sul.

---

<sup>33</sup> RIBERA, Hernan Messuti. *La dramática desmembración del Acre. Sucre – Bolívia*: Editorial Judicial, 1997, p. 11.

<sup>34</sup> CALIXTO, Valdir de Oliveira, SOUZA, Josué Fernandes, SOUZA, José Dourado. *Acre: uma história em construção*. Rio Branco: Secretaria de Educação e Cultura do Acre, 1985, p. 119.

Definidos pelos limites das fronteiras européias, os reinos de Portugal e Espanha, então os mais audazes e corajosos navegadores, desejavam ampliar os seus domínios além dos oceanos. A ideia era de que os dois principais reinos do período das grandes navegações deveriam estabelecer o poder militar e comercial dos seus monarcas muito além do mundo conhecido, submetendo um número cada vez maior de escravos e súditos ao poder das suas espadas e ao manto de sua fé. Do oriente ao ocidente, nenhum território deveria existir sem a bandeira de um rei e a cruz da Igreja.

O ano é 1493 e, conforme a Bula Papal, era traçada uma linha de pólo a pólo, 100 léguas a ocidente da Ilha de Cabo Verde, dividindo a Terra entre Portugal e Espanha. O que ficasse a Oeste dessa linha pertenceria à Espanha e a Leste a Portugal (CALIXTO, SOUZA e SOUZA, 1985, p. 93). A coragem de desafiar as tormentas, “abismo e monstros marinhos” legitimou o poder dos reis de Portugal e Espanha de dividir o mundo, e transformar terras, florestas, rios e “homens selvagens” em suas propriedades.

Os navegadores portugueses e espanhóis partiam em busca de terras imaginárias que se tornaram reais. Ungidos pela Santa Sé, iniciaram uma aventura que dividiu o mundo em duas grandes propriedades, navegando além de linhas imaginárias que foram traçadas e assim alcançaram as terras continentais, redesenharam o mundo e os territórios que posteriormente se tornariam as nações sul-americanas.

Se tomarmos como base os tratados coloniais realizados entre Portugal e Espanha, verificamos que desde o Tratado de Tordesilhas, realizado em 07 de junho de 1494 e que possibilitou aos portugueses uma pequena parte da América, há uma preocupação da coroa portuguesa em continuar avançando para oeste.

Desde há muito Portugal percebera que “navegar era preciso”, tratando de lançar seus marujos ao mar, em busca de especiarias nas Índias e de mão de obra (escravos) na Costa Africana . E agora, este pedaço de terra – e que bom pedaço – na Sul-América iria lhe proporcionar matérias-primas que poderiam ser comercializadas, inicialmente, com a Holanda, depois com a Inglaterra, principalmente. Pouco a pouco, os portugueses foram avançando em direção ao coração da Sul-América. Os bandeirantes no sul e as incursões fluviais no norte foram, gradativamente, completando a conquista e esticando o Meridiano de Tordesilhas.<sup>35</sup>

Tratados e acordos diplomáticos foram elaborados na tentativa de estabelecer o controle político e comercial na região e, na medida em que as populações tribais eram dizimadas no interior das florestas, ampliaram-se os interesses dos reinos de Portugal e Espanha, e posteriormente do Brasil e da Bolívia quando a questão do Acre se tornou uma

---

<sup>35</sup> CALIXTO, Valdir de Oliveira. SOUZA, Josué Fernandes. SOUZA, José Dourado de. Op. cit. p.93 e 94.

realidade, bem como os conflitos pela posse desse território. Cabe ressaltar que a questão acriana, até antes do século XIX, não estava posta, e nos mapas espanhóis apareciam como “*tierras non descubiertas*”

Quando foi assinado o Tratado de Ayacucho, em março de 1867<sup>36</sup>, o território do Acre já contava com a presença de milhares de seringueiros brasileiros que sobreviviam da extração da borracha, da coleta de castanha e outros produtos da floresta. Na prática, o extrativismo predatório que havia empurrado os portugueses em direção ao interior das florestas em busca das “drogas do sertão” se repetiu nas relações entre o Brasil e a Bolívia. Ou seja, deu-se continuidade ao que Portugal já havia feito em relação à Espanha, porque, afinal, linhas imaginárias não são capazes de impedir o avanço de homens que lutavam para sobreviver e outros que buscavam obter lucro e poder.

Por este acordo diplomático o Brasil anexava nada mais nada menos do que 160.000 km quadrados. Além do mais, neste, como em outros tratados assinados entre os países vizinhos, prevalecia o princípio do *uti possidentis*. Como nos tratados de 1750 e 1777, a concordância definitiva ficaria aguardando o resultado das pesquisas das demarcatórias a serem constituídas pelas duas nações.<sup>37</sup>

Contudo, em 23 de setembro de 1898 o Brasil assinou o protocolo pelo qual reconhecia que o território, antes litigioso e agora demarcado pela Linha Cunha Gomes<sup>38</sup>, era

---

<sup>36</sup> Financiados pela Inglaterra, o Brasil, a Argentina e o Uruguai entraram em guerra contra o Paraguai. O Brasil, temendo que a Bolívia ficasse do lado do Paraguai na guerra, decidiu atender às exigências do governo boliviano, desde que a Bolívia ficasse neutra no conflito. Pelo Tratado de Ayacucho o Brasil abria a navegação no rio Amazonas à Bolívia e reconhecia oficialmente o seguinte limite entre os dois países: “Da confluência do rio Beni com o rio Mamoré (onde começa o rio Madeira), para o oeste seguirá a fronteira por uma paralela (linha) tirada da sua margem esquerda, na latitude 10° 20’. Até encontrar as nascentes do rio Javary”. O que estivesse ao norte da linha Cunha Gomes seria brasileiro e ao sul seria boliviano. Por intermédio dos limites traçados pelo Tratado de Ayacucho, a região acriana ficava dentro do território pertencente a Bolívia. No entanto, o princípio do UTI POSSIDETIS, ou seja, “a terra pertence a quem ocupa” estava contido no artigo 11 do referido tratado, colocado pelos diplomatas brasileiros, que já sabiam da ocupação do Acre por brasileiros. Mesmo o Tratado de Ayacucho estabelecendo as fronteiras entre o Brasil e a Bolívia, a fixação destes limites dependeria dos trabalhos conjuntos dos dois países na demarcação de seus territórios envolvendo a região do Acre. Duas tentativas de demarcação foram realizadas, mas as comissões responsáveis fracassaram. A primeira, em 1870, foi chefiada pelo brasileiro Visconde de Maracaju. A segunda foi comandada pelo Barão de Paima em 1878. Depois do fracasso destas comissões, a demarcação dos limites, entre o Brasil e Bolívia, estabelecida no Tratado de Ayacucho, caiu no esquecimento. SOUZA, Carlos Alberto de. *A história do Acre: novos temas, nova abordagem*. Rio Branco: Editor Carlos Alberto de Souza, 2002, p.150.

<sup>37</sup> CALIXTO, Valdir de Oliveira. SOUZA, Josué Fernandes. SOUZA, José Dourado de. Op. cit. p. 97 e 98.

<sup>38</sup> O governo brasileiro, na pessoa do Ministro Dionísio E. de Castro Cerqueira, que havia substituído o Ministro Carlos Augusto de Carvalho, ordenou que o Coronel Thaumaturgo de Azevedo cumprisse o seu trabalho na demarcação dos limites entre o Brasil e a Bolívia, estabelecidos no Tratado de Ayacucho. Não aceitando tal ordem, Thaumaturgo de Azevedo pediu demissão da Comissão, assumindo o seu lugar o Capitão-Tenente Cunha Gomes que, em conjunto com os representantes da Bolívia, traçou os limites entre o Brasil e a Bolívia em 1898, através de uma linha demarcatória chamada depois de “Linha Cunha Gomes”, respeitando o Tratado de Ayacucho, considerando o Acre como território incontestavelmente boliviano. A linha Cunha Gomes baseou-se nos limites constantes no Tratado de Ayacucho: O Acre ficou ao sul da linha Cunha Gomes. SOUZA, Carlos Alberto Alves de. Op. cit. p.150.

“incontestavelmente boliviano”, o que colocou por terra as esperanças de seringalistas, aviadores e governos regionais do Brasil em verem atendidas as suas reivindicações. A solução viria pelas armas: um “exército” de seringueiros comandados pelos “coronéis de barranco” em luta contra as tropas regulares do exército boliviano (CALIXTO, SOUZA e SOUZA, 1985, p. 100).

A assinatura de autoridades brasileiras e bolivianas em documentos oficiais não alterou os planos daqueles que possuíam interesses diretos na região do Acre. Se fosse estabelecida a paz e garantidos os direitos da Bolívia sobre as terras que se encontravam em litígio, a ocupação por parte do governo boliviano das áreas produtoras de borracha atingiria diretamente os negócios de comerciantes e seringalistas brasileiros.

O reconhecimento do governo brasileiro de que a Bolívia era a detentora dos direitos de ocupação sobre a região do Acre garantia diplomaticamente ao governo andino a ocupação física do território e dos rios, além de manter sob sua administração o comércio dos produtos extraídos e o controle da navegação nas águas do Acre, *Aquiri* e *Iaco* e um montante significativo de recursos ao país.

A essa altura aquela nação já sabia que o domínio sobre as terras do Acre lhe renderia anualmente cerca de um milhão de bolivianos (moeda daquele país, na época) e decidiu fazer uso de seus direitos para impor sua autoridade não só em relação ao controle da navegação e exploração dos rios Acre, Iaco e Purus, mas também desdobrando-a até o Juruá e Javari. Tudo “sem ultrapassar a órbita de nossos direitos” asseguravam as autoridades andinas.<sup>39</sup>

Herdeiros legítimos das contendas fronteiriças protagonizadas pelos reinos de Portugal e Espanha, Brasil e Bolívia repetem na imensidão da floresta amazônica a lógica da civilização ocidental. Legitimada por tratados ou guerras que sempre levaram a outra guerra, a história da luta pelo direito de posse sobre o território do Acre reservou espaços para se compor uma galeria de vilões, heróis e mártires.

Afinal, determinados fatos históricos, quando ferem os interesses dos poucos que mandam, quase sempre são reinterpretados ou acobertados, e as mentiras surgem como instrumentos de legitimação das ações nem sempre louváveis dos defensores da liberdade dos povos. No caso da história acriana, a população seringueira era na sua essência, representada por homens pouco afeitos às honrarias e ao prestígio da farda e, mesmo assim, muitos deles foram arregimentados pelas tropas. Eram homens rudes, camuflados no interior dos seringais por um vai e vem das estradas seringueiras onde lutavam pela sobrevivência.

---

<sup>39</sup> CALIXTO, Valdir de Oliveira. SOUZA, Josué Fernandes. SOUZA, José Dourado de. Op. cit. p. 108 e 109.

O combatente seringueiro foi convocado a participar de uma história de luta pela “liberdade” que ele desconhecia. Como trabalhador nas florestas acrianas, o seringueiro sobreviveu durante anos de uma atividade que o condicionara ao sacrifício diário e a uma condição de “desterrado de sua própria pátria”. Eram expectadores que observavam dos barrancos os interesses que no interior das embarcações deslizavam sobre águas barrentas dos rios acrianos. E assim, o sertanejo transformado em seringueiro, permaneceu à “margem da história” até ser convocado para protagonizar as insurreições, a guerra ou revolução que eclodiu no interior das florestas e nos rios desse tão cobiçado pedaço de terra.

Deixemos as dúvidas conceituais sobre o que de fato teria ocorrido, e tratemos a questão da maneira que julgamos mais acertada, ou seja: o conflito entre brasileiros e bolivianos terminou com a anexação de parte do território boliviano a terras brasileiras. Ele foi o resultado de uma guerra cujas causas, como a maioria das guerras, não podem ser submetidas apenas ao crivo histórico de uma revolução libertária e emancipadora.

Assim, como em tantas outras guerras, na questão do Acre o que motivou o disparo no gatilho de fuzis e canhões foram os interesses comerciais e políticos. Esses interesses que estão quase sempre restritos a uma pequena parcela da sociedade e foram e são motivados pela lógica e a avidez do lucro fácil e da busca pelo poder.

No caso do Acre, a tradicionalmente chamada “Revolução Acriana” não foi um fenômeno isolado da história do Brasil e do mundo porque as atenções gravitavam em torno de questões relacionadas à legitimação jurídico-administrativa e geopolítica da comercialização da borracha (CALIXTO, SOUZA E SOUZA, 1985, p. 108). Indiferentes às questões republicanas, negociantes e políticos, ao se juntarem na defesa de objetivos e interesses comuns, insuflaram e levaram aos combates e às trincheiras aqueles homens que sobreviviam alheios às questões políticas e comerciais. Afinal, para a grande maioria dos seringueiros contemporâneos da chamada revolução acriana, essas eram questões ou assuntos abstratos e pouco compreensíveis.

Por outro lado, cabe ainda perguntar: por que e para que os extratores do látex participaram da insurreição? Em que sentido se pode afirmar que aqueles homens, geralmente analfabetos, rudes, esmagados pela dívida no Barracão, aterrorizados ante a violência do aviamento, preocupados em garantir a sobrevivência em plena selva, estavam imbuídos de sentimentos patrióticos de defesa de linhas de fronteira? O universo mental do seringueiro era outro, bem diferente do dos patrões seringalistas. Entretanto assimilavam – geralmente por meios coercitivos – a ideologia emanada do barracão.<sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> Idem, p.108

Em face da situação criada pela ocupação crescente de trabalhadores brasileiros em toda a região litigiosa e diante dos avanços alcançados pela diplomacia boliviana frente ao governo brasileiro, as autoridades desse país sabiam da necessidade de acelerar o processo de ocupação das *tierras non descubiertas* onde se concentravam o maior número de árvores produtoras do látex. Por outro lado, políticos e comerciantes brasileiros apostavam na manutenção das hostilidades entre os dois países como forma de pressionar o descumprimento por parte dos brasileiros dos acordos anteriormente assinados por autoridades dos dois países.

Enfim, era crucial para as pretensões brasileiras que as Comissões demarcatórias não fossem criadas porque a demora no início dessas atividades indiretamente franqueava o contínuo processo de migração de trabalhadores brasileiros para região. Ao contrário da Bolívia, para o Brasil, a demora no início das atividades demarcatórias lhe favorecia porque o processo migratório criava as condições para que, no futuro, pudesse reivindicar a posse da região (CALIXTO, SOUZA E SOUZA, 1985, p.99).

O Brasil não concordava com a linha de fronteira traçada de forma oblíqua desde a confluência do Mamoré com o Beni até as nascentes do rio Javary e tentou por diversos meios anular o Tratado Muñoz-Lopez Neto e com esse propósito começou por pressionar o Embaixador da Bolívia no Rio de Janeiro, Don José Paravicini com ameaças veladas de invasão.<sup>41</sup>

O posicionamento de algumas autoridades políticas regionais com interesses na região levou o ministro boliviano a retornar em 26 de maio de 1898 à cidade de Sucre, na Bolívia, para uma reunião reservada com um Conselho de Ministros, onde propôs algumas medidas concretas para incorporar ao patrimônio boliviano o território do Acre. Tratava-se de uma questão de se efetivar o que de direito era da Bolívia.

“Os dados acima mencionados me permitem chegar à seguinte conclusão: é de absoluta urgência e necessidade que a Bolívia se apresse em tomar posse dos seus territórios e das fronteiras imediatamente, pelo menos das regiões já demarcadas pelos rios Acre, Iaco e Purus.”

“Julgo que uma vez realizada a demarcação, avancemos a ocupação até as nascentes dos rios Juruá e Javari, sem ultrapassar nossos direitos teremos solucionado grande parte do conflito. A solução deste problema da nossa fronteira está representada por esta fórmula: OCUPAÇÃO IMEDIATA DOS TERRITÓRIOS DE FRONTEIRA.”<sup>42</sup>

---

<sup>41</sup> RIBERA, Ernani Messuti. Op. cit. p. 47.

<sup>42</sup> RIBERA, Hernan Messuti. Apud, p. 47. Correspondência do Ministro das Relações Exteriores da Bolívia – 1898.

A preocupação por parte das autoridades bolivianas em ocupar de forma urgente e efetiva a região levou para Manaus, em 1898, a expedição boliviana comandada por D. Juan Francisco Velaverde que tinha como objetivo tomar providências para a instalação de uma aduana no Acre. Essa seria, para algumas autoridades bolivianas, a melhor maneira daquele país marcar a sua presença na região.

No vapor *Perseverança* chegou ontem de S. Antônio do Rio Madeira uma comissão boliviana designada pelo governo dessa República para entender-se com o deste Estado sobre a criação de um posto aduaneiro no rio Acre a fim de evitar os contrabandos que por ali são passados. É chefe dessa Comissão D. Juan Francisco Velaverde, simpático cavalheiro que tivemos o prazer de entrevistar ontem mesmo, e sabemos ter sido já ministro plenipotenciário de sua nação junto ao Governo brasileiro em 1887, assinando, por essa ocasião, o tratado de comércio negociado pelo Gabinete Cotegipe. Todos os membros da comissão gozam perfeita saúde e acham-se hospedados no Hotel Cassino. O Amazonas Comercial saúda efusivamente tão ilustres hóspedes.<sup>43</sup>

A reação das autoridades brasileiras, face aos interesses políticos e econômicos na região não poderia ser outra. Conseqüentemente, a estada de D. Velaverde em Manaus foi infrutífera, em virtude do Governador do Amazonas, Ramalho Júnior, negar assentimento à fundação do posto alfandegário no rio Acre, alegando não haver recebido nenhuma instrução do Executivo Federal, nesse sentido (TOCANTINS, 2001, P. 225). O que se seguiu depois dessa primeira tentativa do governo boliviano em estabelecer uma estrutura administrativa mínima no território, a qual pudesse garantir a sua presença física na região, majoritariamente ocupada por brasileiros, foi uma sequência de investidas das autoridades desse país sendo que algumas delas dotadas de caráter militar.

Logo após o revés do emissário boliviano, outro episódio, em estreita ligação com esse caso, ocorreu no Alto Acre, fadado a igual insucesso. Para proporcionar cobertura a D. Juan Velaverde, a Bolívia mandara, via terrestre, uma expedição militar de 30 praças, comandada pelo Major Benigno Gamarra. A 12 de setembro de 1898, a coluna chegou ao seringal Carmem, e em seguida dirigiu-se à vila de Xapuri, onde o seu comandante participou ao subprefeito, de segurança, a autoridade nomeada pelo Governo do Amazonas, que a Bolívia deliberara fundar naquele rio uma Delegação Nacional, para “tomar posse da parte que legitimamente lhe corresponde”.<sup>44</sup>

Diante dessa nova investida do governo boliviano, a autoridade brasileira local repete o discurso que já havia sido feito pelo então governador do Amazonas e afirma que não havia recebido ordens nem esclarecimentos de Manaus e, portanto, deixava de reconhecer

---

<sup>43</sup> TOCANTINS, Leandro. Apud , Amazonas Comercial, 12.07.1898.

<sup>44</sup> TOCANTINS, Leandro. Op. cit. p. 225.



qualquer alteração no *status quo* daquela área. Num encontro pessoal, contudo, ficou assentado que o Major Gamarra permaneceria na região, aguardando a comitiva do Delegado Nacional (TOCANTINS, 2001, p. 226).

Mas, passados dois meses a autoridade boliviana é surpreendida por uma mensagem escrita do Coronel da Guarda Nacional, Manoel Felício Maciel, em que solicitava a desocupação imediata do território por parte da Bolívia, sob o risco de serem os mesmos responsabilizados pelos prejuízos ou quaisquer conflitos que prejudicassem o comércio entre o Brasil e aquele país (TOCANTINS, 2001, p. 226). Do lado boliviano, a resposta foi incisiva e imediata e pelo teor das palavras do Major boliviano se verifica uma mudança no curso diplomático em que a questão vinha sendo tratada, criando-se então uma atmosfera de confronto entre os dois países acerca da questão acriana.

“Sei que chegastes a Xapuri com gente armada”, porém “declaro estar resolvido a cumprir militarmente o meu dever, repelindo a força com a força, em caso de agressão, declinando de toda responsabilidade pelas consequências funestas que por ventura possa resultar”.<sup>45</sup>

Enquanto esses embates verbais envolvendo autoridades locais do Brasil e da Bolívia ocorriam na região, as conversas diplomáticas em torno da questão de se estabelecer de maneira definitiva os limites da fronteira entre as duas nações não evoluía. A solução esbarrava, principalmente em relação à demarcação anteriormente realizada, que dava conta da origem do rio Javari, feita pelo Capitão Cunha Gomes. Além disso, o desencontro de informações e das ordens que eram transmitidas para as autoridades locais pelos governos centrais de ambos os países, impedia que fossem colocadas de maneira mais franca as pretensões de ambas as partes. A questão se prolongava e a solução que se apresentou foi uma atitude de ocupação por parte das autoridades bolivianas, antes mesmo dos resultados de novos apontamentos geográficos que estavam previstos.

A chancelaria apresenta fórmulas matemáticas, cálculos do azimute terrestre, valores do raio equatorial, cita o *Anuaire du Bureau des Longitudes*, para justificar o recuo da linha divisória, em virtude de retificação das origens do Javari, feita pelo Capitão-Tenente Cunha Gomes (TOCANTINS, 2001, p. 231). Se não poderia haver um acordo por parte do governo brasileiro em relação à questão - e para que isso ocorresse haveria a necessidade de uma nova demarcação - por outro lado a autoridade boliviana argumentava que isso não se constituía como um fator impeditivo no cumprimento daquilo que era objetivo do seu

---

<sup>45</sup> TOCANTINS, Leandro. Apud, p. 226, Ofício de 30 de novembro de 1898.

governo, ou seja, estabelecer alfândegas no território que eles consideravam incontestavelmente como sendo território boliviano.

Foi com esse espírito e convencido da sua responsabilidade no processo de ocupação daquelas terras agora tão cobiçadas por seus compatriotas e políticos, comerciantes e trabalhadores brasileiros que D. Paravicini e sua comitiva, acrescida do cônsul em Belém, Moises Santivañez, embarcaram no *rio Tapajós*, zarpando de Belém na madrugada de 14 de dezembro rumo a capital amazonense (TOCANTINS, 2001, p. 235).

Efetivamente, a República da Bolívia incorporou a região do Acre ao seu patrimônio quando a Missão comandada por Paravicini instalou em Puerto Alonso, atual cidade de Porto Acre, a alfândega que durou precisamente 111 dias, de 03 de janeiro a 23 de abril de 1899.

A instalação dessa aduana, além de representar o domínio do governo boliviano na região, significou para a realidade local uma profunda mudança, impondo sob a égide das leis daquele país um forte regime, com inovações administrativas e métodos de trabalho e, sobretudo, um sistema fiscal e policial que até então era desconhecido para os habitantes.

Cabe apontar nesse momento quais foram as mudanças que ocorreram na região no período em que a mesma ficou sob a administração das autoridades bolivianas e dizer que, diferentemente do que afirmam alguns, a presença boliviana no território não foi vista com hostilidade por todos brasileiros que habitavam aquelas terras. Ao contrário, em alguns momentos houve o reconhecimento de que a posse boliviana das terras era legítima e, mais, que a própria presença das autoridades desse governo no local representou a instalação de um controle e organização, que de certa forma contrastou com uma situação de caos. Nos negócios como na política da região, o que imperava eram as vontades individuais e a busca desenfreada por lucro no comércio da borracha.

Em alguns seringais, entretanto, houve pessoas que se inclinaram a obedecer à legislação de Paravicini, reconhecendo a nova soberania, como fato consumado. O Ministro, certa vez recebeu uma carta datada da Boca do Xapuri, aos 18 de abril de 1899, que deixava patente o “motivo de grande satisfação” de comunicar ao delegado que encontrara “esta região e o lugar onde resido na mais completa ordem e reinando harmonia entre todos, devido à boa administração, zelo e equidade que V.Ex<sup>a</sup> distribuiu aos que aqui residem e estão sob sua jurisdição. Digne-se, pois, aceitar as minhas mais sinceras felicitações, e os meus agradecimentos pelo bom acolhimento que sempre me dispensou, pelo que subscrevo-me com estima e consideração”. Subscrevia a carta o Coronel Rodrigo de Carvalho.<sup>46</sup>

---

<sup>46</sup> Idem, p.257.

Este trecho de uma carta encaminhada a autoridade boliviana (TOCANTINS, 2001, p.257) indica que a atmosfera de revolta de brasileiros em relação à instalação de um governo da Bolívia na região pode ser entendida não como uma reação imediata dos milhares de trabalhadores seringueiros, fomentada por um espírito nacionalista ou de brasilidade. Trata-la como um processo que se construiu, tendo em vista muito mais os interesses de seringalistas, comerciantes e autoridades brasileiras, principalmente do Amazonas, nos parece mais adequado. Afinal, o Estado do Amazonas passou a sofrer perdas na arrecadação dos tributos e taxas que eram cobrados sobre a extração da goma elástica e esses são fatos que podem significar outro olhar sobre a história e sobre a própria formação da sociedade acriana, seus heróis e mitos.

Esse caminho talvez nos leve a um percurso não tão seguro, por uma jornada que ao final represente a própria negação de alguns valores e crenças que balizaram a construção de uma “epopéia imaginária”, da busca incessante de se pacificar um século de violência e injustiça que paira sobre índios e seringueiros, tanto no Acre como na República da Bolívia.

Enfim, essa é uma história construída a partir dos restos da pólvora, do sangue e das lágrimas de bolivianos e brasileiros que tomaram no combate de uma guerra movida por ideais aos quais esses homens estavam alheios. Não retiremos da história do Acre e da Bolívia a parcela de heroísmo desses valentes homens e mulheres, mas condicionemos os mesmos a outra perspectiva que nos possibilite apresentá-los não como uma verdade em si, mas como algo permeado de valores, interesses e subjetividades.

As causas que levaram à guerra entre as duas nações e o próprio processo de anexação do Acre ao Brasil devem ser abordados com a perspectiva de que os interesses financeiros de comerciantes e políticos locais precederam o espírito de nacionalidade e defesa da soberania que contaminaram as relações entre os dois países. Afastemos os sentimentos patrióticos de ambas as nações, concentrando a análise na afirmação: o balanço da receita e despesa de Paravicini em Puerto Alonso demonstrava o potencial econômico e a importância estratégica da região nos planos do governo boliviano e de comerciantes e políticos brasileiros.

Por outro lado, as autoridades brasileiras, mas precisamente o Estado do Amazonas, deixaram de contabilizar durante esses quatro meses em que o Acre ficou sob a administração do governo boliviano cerca de três mil contos de réis (TOCANTINS, 2001, p. 247). Ou seja, a presença de Paravicini e a implantação de uma estrutura mínima do Estado boliviano no território do Acre instalaram uma nova realidade econômica, política e social

que provocou a revolta naqueles que perderam dinheiro e a euforia em outros que dela passaram a se servir.

Tudo girava em torno deste esquema: a Bolívia queria auferir rendas que de direito lhe pertenciam, e o Amazonas, prejudicado na sua arrecadação fiscal, opunha-se, nos bastidores, ao funcionamento da aduana de Puerto Alonso, contando com a adesão dos seringueiros locais e do comércio de Belém e Manaus. Um complexo de interesses econômicos derivados da situação de fato do povoamento brasileiro no Acre, que se mobilizavam contra a mudança de um estado de coisa favoráveis à riqueza política e ao bem individual.<sup>47</sup>

A lógica da civilização européia se ampliava, aproximando a história da República da Bolívia e do Brasil aos antigos reinos de Portugal e Espanha. No passado dessas duas nações européias, “navegar era preciso” na defesa dos seus monarcas e da sua fé. No alvorecer do século XX, a materialização das fronteiras imaginárias foram substituindo os brasões pelas bandeiras dessas duas então nascentes repúblicas sul-americanas. Tremulando nos acampamentos do interior das florestas amazônicas e nos barcos abarrotados de borracha que cortavam as barrentas águas dos rios acrianos, alardeava-se a defesa da liberdade e o direito de posse dessas agora “terras descobertas”.

Na retaguarda dos discursos inflamados de brasilidade e defesa do território brasileiro frente a ameaça do inimigo estrangeiro, centenas de homens desterrados e condenados à ingrata atividade de enriquecer os seus patrões. Convocados a empunhar os fuzis e as baionetas na defesa de um ideal de liberdade que não era seu, o sertanejo transformado em seringueiro, e agora “soldado revolucionário” lutou pela anexação do Acre ao Brasil.

Durante esse período, os jornais amazonenses foram abastecidos com um farto material em que são ressaltados os interesses do Governo do Amazonas e de comerciantes na região. Contudo, a exaltação que se faz da condição dos brasileiros que estavam instalados no território, agora sob a administração das autoridades bolivianas, toma proporções que levam a um clima de defesa do orgulho nacional e da pátria brasileira e, conseqüentemente, a um chamado das lideranças políticas locais às autoridades federais na manutenção dos interesses agora não apenas dos acrianos, mas da nação e do povo brasileiro.

O decreto do Ministro boliviano abrindo à navegação estrangeira os rios da região serviu de forma eficaz aos propósitos dos brasileiros que tinham interesse direto em fazer da posse boliviana no território uma causa que atingia diretamente a soberania nacional.

---

<sup>47</sup> Idem, p. 247.

Atendendo às necessidades imediatas do serviço público e de arrecadação do fisco, a primeira lei de D. Paravicini correspondia aos objetivos imediatos de implantar o *imperium* do Estado boliviano na região. Mas logo no dia seguinte, ele sancionou outro decreto que pôs em perigo iminente a obra que mal iniciava em Puerto Alonso. Foi o célebre ato que abriu “à navegação mercante de todas as nações que têm amizade com a Bolívia as vias fluviais do Aquiri, do Purus e do Iaco, desde o ponto onde se acham situadas as alfândegas e resguardadas de fronteiras, ou seja, passível a navegação.”<sup>48</sup>

Afinal, abrir os rios da região para os navios estrangeiros, mesmo sendo uma decisão soberana da República boliviana, foi naquele momento uma estratégia equivocada que uniu os interesses locais com os de dimensão nacional. Franquear as vias fluviais naquelas paragens envolvia um delicado problema de Direito Internacional, revivendo velha questão jurídica sobre a comunicação de um Estado interior com o mar através de rios que cortam território de outro Estado (TOCANTINS, 2001, p. 250).

Considerando que os interesses econômicos e políticos, principalmente do Brasil, sobrepunham-se às regras e aos tratados firmados anteriormente entre os dois países, a atitude do ministro boliviano foi uma afronta a então estrutura de poder instalada por brasileiros na região e uma ameaça a influência e o domínio do Brasil naquela região.

O decreto mandava que os navios mercantes, ao entrarem em águas da Bolívia, substituíssem a bandeira da nação de origem pelo pavilhão boliviano, e na passagem pelo posto alfandegário apresentassem manifestos das mercadorias, rol de tripulação, carta de saúde de porto de procedência, despacho consular e “todos os demais documentos prescritos pelas leis e regulamentos, sob pena de serem declarados piratas e tratados como tais”.<sup>49</sup>

Se a estrutura administrativa instalada pelas autoridades brasileiras na região servia ao contrabando, à rapinagem e à servidão seringueira, bem, essa é outra questão que permeia o processo de formação da sociedade acriana e que é quase sempre esquecida nos manuais da história.

A decisão da autoridade da Bolívia sobre um território que legitimamente lhe pertencia talvez representasse certa dose de poder e autonomia àqueles homens que buscavam a materialidade de um direito já garantido pelos acordos assinados anteriormente entre os dois países.

As discussões sobre a origem do rio Javary e outras pendências diplomáticas, segundo as autoridades bolivianas, não apontavam para um risco de perda do território e eram vistas pelo governo boliviano muito mais como ajustes que não afetariam diretamente a sua

---

<sup>48</sup> Idem, p. 250.

<sup>49</sup> Idem, p. 250.

posse sobre o Acre. O maior perigo parecia residir na ausência física de uma autoridade do país na região, então ocupada efetivamente por seringueiros e comerciantes brasileiros.

Como a ocupação dos seringais no território acriano por trabalhadores e comerciantes brasileiros nunca contou com a estrutura administrativa e política efetiva do Estado brasileiro na região, o descontrole sobre a produção de borracha nos seringais e o seu consequente contrabando, somados à situação de exploração em que viviam os seringueiros, era um fato. Mesmo sendo o estado do Amazonas o principal beneficiário do comércio da borracha, a ausência de controle e fiscalização sobre a produção da goma elástica, que de certa forma foi corrigida pela chegada das autoridades bolivianas, era o que havia caracterizado a estrutura política e administrativa montada pelas autoridades brasileiras na região.

A ineficiência de uma estrutura do Estado brasileiro, até por conta da situação litigiosa em que se encontrava o território, era natural e atendia a interesses escusos de autoridades e comerciantes locais sobre a principal atividade econômica da região que era a extração da goma elástica nos seringais.

O contrabando e a exploração de trabalhadores pelos patrões faziam aumentar cada vez mais a fortuna de centenas de comerciantes e seringalistas. Na maioria das vezes e por meio da força, esses homens faziam valer os seus interesses sobre uma maioria de trabalhadores esquecidos no interior das florestas. Sem governo, mas sob a tutela de políticos e comerciantes ambiciosos e motivados pela crescente importância que a borracha passara a representar no mercado mundial, esses trabalhadores haviam passado décadas esquecidos no silêncio das matas.

Quando eclodiram os combates e os primeiros corpos de bolivianos e brasileiros tombaram às margens do rio Acre, em Puerto Alonso e Xapuri, muitos outros corpos já haviam sido enterrados em consequência de outra guerra. Índio e seringueiro, já lutavam para ocupar as florestas, sendo o primeiro como homem livre e “selvagem”, e o segundo como “cativo” de uma estrutura de dominação e um modelo de sociedade marcado pela servidão.

A atividade guerreira do selvagem em busca dos espaços de caça e pela honra de lutar em um território sem fronteira foi substituída pela “guerra seringueira” na defesa da fronteira e da propriedade. A ampliação das fronteiras nacionais e a incorporação do território acriano à República Federativa do Brasil foi realizada sobre algumas centenas de corpos de soldados e seringueiros brasileiros e bolivianos. Eram homens, trabalhadores e soldados também, que se empenharam na aventura de sobreviver numa região que para eles era hostil e desconhecida.

Nesse momento da história acriana, esses homens cumpriam o dever de todo aquele que vive aprisionado pela lógica da servidão e da defesa da honra e do interesse de outrem. Essa é uma parte da história em que se verificam as diferenças do guerreiro selvagem para o soldado e da guerra tribal e a guerra por territórios, fronteiras e bons negócios. A primeira como essência e a lógica da existência do “selvagem”, e a segunda aquela que se justifica pela lógica e a razão civilizatória, e que legitimou a servidão de muitos à riqueza e o poder de tão poucos.

Guerra ou revolução? Essa é uma pergunta que perdeu a sua importância na medida em que a sociedade que emergiu com o fim dos combates reproduziu uma lógica que ignorou esses conceitos e se constituiu como um mecanismo eficaz na reprodução das relações de servidão que se restabeleceram entre o seringalista e o seringueiro, enfim do “trabalhador da floresta” e o proprietário dos seringais.

A parte o heroísmo desses valentes homens, o fato é que a vitória brasileira sobre o exército boliviano não resgatou a liberdade perdida pelos trabalhadores brasileiros, mesmo porque ela não existia. A honra do soldado foi suplantada pelo retorno de muitos desses homens ao duro trabalho nos seringais. Com o fim dos combates e os acordos diplomáticos realizados pelos dois países, o território acriano se tornara brasileiro e a luta seringueira deveria retornar ao cotidiano das estradas no interior das florestas.

Enfim, esses brasileiros haviam cumprido um papel na história. Com a anexação do território do Acre ao Brasil, o seringueiro revolucionário retornou para ao seu espaço de servidão, deixando o protagonismo histórico e a responsabilidade de escrever as outras páginas da história nacional para os homens que tinham compromissos e eram movidos pelas verdadeiras razões que levaram ao confronto entre soldados e seringueiros do Brasil e da Bolívia.

Para as mulheres e os filhos daqueles que tombaram em combate, o agradecimento da nação e o conforto de que o Acre era finalmente brasileiro. Enquanto a paz vai aos poucos se instalando nos barrancos dos rios, do outro lado da margem coberta pela vegetação, um olhar camuflado pelas folhagens observa o tremular da nova bandeira.

O selvagem sabe que uma nova fronteira foi demarcada e que ela significa que o seu tempo - o tempo do “guerreiro selvagem” e do caçador - se aproxima do final. Enquanto os corpos selvagens desaparecem entre os arbustos e árvores, um barco desliza nas águas barrentas do rio anunciando um novo tempo.

### 1.3. Um Judas Ahsverus na história acriana

É interessante como algumas palavras são utilizadas para contar ou reconstruir a história. O passado recente que compõe o histórico da sociedade instalada às margens dos rios Madeira, Purus, Acre, Abunã e tantos outros da imensa paisagem da Amazônia brasileira, suas populações e florestas, foram e continuam sendo objeto de especulações e estudos. Trata-se de um tema instigante e que tem sido tratado em muitos escritos acadêmicos, mas que, de maneira geral, a partir dessa experiência histórica buscaram o encaixe de teorias econômicas, políticas e sociais com as singularidades do processo de expansão da sociedade nacional na região.

Vários são os textos que tratam do processo de reocupação da Amazônia brasileira e, de certa maneira, isso impôs na seleção dos textos um cuidado redobrado para que não enveredássemos pelo caminho dos encaixes teóricos como forma de justificar “as verdades históricas” quase sempre sujeitas a contestação, críticas e releituras.

O Judas Ahsverus foi um dos textos escolhidos para as reflexões iniciais que propomos fazer sobre o trabalho nos seringais e do homem seringueiro do início do século XX. Esse personagem, que pelo seu aspecto simbólico se confunde com a própria Amazônia, quando retratado pela grafia de um grande autor, torna-se uma leitura obrigatória e exige dos leitores uma atenção redobrada.

O texto integra a bibliografia de Euclides da Cunha sobre a Amazônia e foi produzido por ele quando visitou a região, então como um dos integrantes da missão oficial realizada pelo governo brasileiro. Os trabalhos dessa missão se concentraram nas fronteiras do Brasil, Bolívia e Peru e renderam uma coletânea de artigos, ensaios e estudos que devem ser lidos como um relato de viagem repleto de olhares e anotações, que trazem na sua essência as características de um espírito observador e de quem escreveu além do que “oficialmente se exigiu”.

Observando atentamente a maneira como cada uma das linhas foi escrita, tem-se a impressão que as palavras saltaram das páginas de um diário e refletiram sentimentos antagônicos. A admiração e o desencanto são os pilares que sustentam a construção literária desses escritos amazônicos.

O texto nos brinda com uma grandeza aventureira, elucidando por meio da grafia euclidiana, as razões e a coragem de milhares de homens e mulheres. Brasileiros que, ousando desafiar a natureza bravia das florestas, corajosamente imprimiram na história da “sociedade



amazônica” o destino que lhes estava inexoravelmente reservado. “Vi a gestação de um mundo”, exclamou o autor em certa oportunidade<sup>50</sup>.

As frases que descrevem o cotidiano nos seringais, por vezes nos confundem. Onde terminaria o talento do escritor? Onde estaria a veracidade dos fatos por ele vividos e descritos? Essas são questões que apenas escritos da envergadura “euclidiana” são capazes de produzir e é sobre eles que iremos nos debruçar.

Um século após o final da aventura do grande escritor brasileiro em terras acrianas, tornou-se natural ouvir discursos que versejam com as questões que envolvem o resgate da auto-estima de um povo, o desenvolvimento sustentável, a conservação das florestas, das populações tradicionais, dos povos indígenas, do extrativismo etc.

Em meio a esse complexo ambiente social, político e econômico em que se transformou a Amazônia e particularmente o Acre contemporâneo, é no mínimo interessante que a figura do seringueiro ressurgja como o símbolo de um projeto político que se apresentou ao cenário nacional como algo “capaz de realizar uma profunda transformação histórica”, nesse quase século e meio de injustiças sociais, conflitos e violência. Essa mesma figura amazônica retratada pelo escritor como o Judas, encarnou, no início do século XX, a figura do herói, e atravessando os palanques das campanhas eleitorais, pousou em centenas de páginas que se encontram cuidadosamente arquivadas nas prateleiras das bibliotecas acadêmicas.

Os trabalhadores remanescentes da última fronteira extrativista do Brasil, que resistiram ao abandono da lógica perversa do mercado e dos governos que se instalaram no estado, caricaturam-se com uma “nova identidade amazônica”, agora habilmente articulada com o pensamento ecológico e a defesa dos direitos das populações tradicionais que vivem nessa região.

Tomamos a liberdade de, entre os vários estudos, artigos e ensaios produzidos durante o período de dezembro de 1904 a dezembro de 1905, nos debruçarmos sobre algumas passagens registradas pelo escritor. Apesar do estilo de prosa que se aproxima muito da literatura, num estilo a que podemos chamar de “sociologia literária” e que está presente em alguns trechos desses escritos, eles nos revelam o cotidiano dos milhares de brasileiros que vieram para o Acre em busca do sonho de fortuna que o comércio da borracha poderia lhes proporcionar<sup>51</sup>.

---

<sup>50</sup> CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1986, p. 4.

<sup>51</sup> Sobre os escritos de Euclides da Cunha, CÂNDIDO, A. (1975) destaca “Os Sertões” como uma obra entre a literatura e a sociologia naturalista que assinala o fim de um imperialismo literário e o começo da análise científica aplicada aos aspectos da sociedade brasileira. BOSI, A. (1972) indica que se observa-se em Euclides

Quando da passagem da Comissão mista Brasil-Peru<sup>52</sup> de reconhecimento do Alto Purus, vivíamos os primeiros anos do século vinte. No Vale do Acre, localizava-se a capital Rio Branco e no Vale de Juruá se encontrava a cidade de Cruzeiro do Sul, segunda maior do estado. Na ocasião da passagem dessa expedição, essas eram regiões já ocupadas por milhares de famílias. A grande maioria delas havia se deslocado de alguns estados do nordeste, principalmente do Ceará e da Paraíba, onde as grandes secas de 1879 - 1880, 1889 - 1890, 1900 - 1901, provocaram um dos mais perversos processos de “despovoação” realizado pelo governo brasileiro.

Quando as grandes secas flamejavam sobre os sertões adustos e as cidades do litoral se enchiam em poucas semanas de uma população adventícia, de famintos assombrosos, devorados das febres e das bexigas - a preocupação exclusiva dos poderes públicos consistia no libertá-las quanto antes daquelas invasões de bárbaros moribundos que infestavam o Brasil. Abarrotavam-se, as carreiras, os vapores, com aqueles fardos agitantes consignados à morte. Mandavam-nos para a Amazônia-vastíssima, despoavada, quase ignota - o que equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria. A multidão marginalizada, perdidos todos os direitos, rotos os laços de família, que se fracionava no tumulto dos embarques acelerados, partia àquelas bandas levando uma carta de prego para o desconhecido; e ia, com seus famintos, os seus febreiros e os seus variolosos, em condições de malignar e corromper as localidades mais salubres do mundo. Mas, feita a tarefa expurgatória, não se curava mais dela. Cessava a intervenção governamental. Nunca, até os nossos dias, acompanhou um só agente oficial, ou um médico. Os banidos levavam a missão dolorosíssima e única de desaparecerem.<sup>53</sup>

Alguns “historiadores de plantão”, portadores das “versões oficiais da história acriana”, relatam de forma exaltada que os seringueiros acrianos foram homens de um passado valoroso que garantiram, com suas presenças em terras bolivianas e a efetiva participação na “Revolução Acriana”, a legitimidade da ocupação brasileira no atual território do estado do Acre. O objetivo deste capítulo não é o de contestar as qualidades desses

---

da Cunha “a ânsia de ir além dos esquemas e desvendar os mistérios da terra e do homem brasileiro com as armas todas da ciência e da sensibilidade.” Entendemos que a análise desses autores sobre a obra de Euclides da Cunha justifica a nossa escolha.

<sup>52</sup> Com o objetivo de deliberar a definitiva lide pruvio-brasileira, imprescindível se tornava um prévio levantamento que possibilitasse um conhecimento mais acurado das bacias daqueles dois cursos d’água da margem direita dos Solimões, teatro de preocupações. Imperioso se tornava estudar melhor o problema *in loco* e não contendê-los em fechados gabinetes por sobre mapas e velhos acordos, imprecisos ou desatualizados uns e outros e em informações facciosas de prejudicados, de ambiciosos e usurpadores ou sobre pressões de revanchismo e fanfarronadas. Veio assim à baila a criação de duas Comissões Mistas de Reconhecimento de dois cursos d’água desde a foz até as nascentes. Rio Branco lembrou-se do seu amigo Euclides da Cunha, não só como escritor, porém como engenheiro, além de Oficial da Reserva do Exército, para uma delas. Na audiência com o Barão, Euclides agradeceu a lembrança de seu nome, porém recusou aceitá-la. Negócios e interesses particulares prendiam-no ao Rio de Janeiro. O Ministro insistiu. Era o homem que desejava para a função no Purus. Para contornar as objeções, foram-lhe oferecidas compensações. Ante a persistência acabou capitulando. BARROS, Glimeses Rego. Nos confins do extremo oeste. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1993, p.85 e 86.

<sup>53</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit. p. 57.

brasileiros, porque esse tema será tratado em capítulos posteriores, mas apenas o de apresentar, por meio de outro olhar, a realidade vivida por esses milhares de trabalhadores no interior das florestas.

Reportamo-nos a um dos trechos do texto e, questionamos: quem teria sido o Judas Hasverus euclidiano? Qual seria a sua relação com a luta do seringueiro Chico Mendes e com milhares de famílias que ainda sobrevivem nas florestas acrianas exercendo o ofício de “cortar seringa”?

É Semana Santa, os seringais não tiveram missas solenes, nem procissões luxuosas, nem lava-pés tocantes, nem prédicas comovidas. Toda ela correu-lhes na mesmice torturante daquela existência imóvel, feita de idênticos dias de penúria, de meios-jejuns permanentes, de tristezas e de pesares, que lhes parecem uma interminável sexta-feira da Paixão, a estirar-se, angustiosamente, indefinida, pelo ano todo afora.  
54

A Paixão do Redentor, marcada pela caminhada até o calvário, segue acompanhada milenarmente com o choro e as lamentações da fé cristã. Por outro lado, olhar a existência “obscura”, “dolorosíssima” e “anônima” do seringueiro, que parece girar indefinidamente como o “círculo fechado das estradas”, como uma interminável sexta-feira da Paixão, é sem dúvida intrigante. Trata-se, nesse contexto, de vidas dotadas de uma única certeza: a de que eles foram esquecidos pelo “Redentor da Humanidade”. Uma existência intimamente ligada às águas do rio, um mesmo rio que numa espécie de movimento contínuo do seu fluxo “foge eternamente” daquele fim de mundo (CUNHA, 1966, p. 263).

A vida seringueira é uma penitência da qual não há porque reclamar e maldizer, procurar no céu algo que justifique tamanho abandono. Não há dúvida para o seringueiro: Deus o esqueceu! Para esse homem, ludibriado pelos sonhos de riqueza, resta o silêncio de um cotidiano de idas e vindas pelas “estradas” e o observar das águas que correm com uma liberdade que ele jamais poderá alcançar.

“Diante dessa realidade, e dessa miserável existência nos seringais, o que lhe resta a fazer é desvendá-la e arrancá-la da penumbra das matas, mostrando-a, nuamente, na sua forma apavorante, à humanidade longínqua. Ora, para isso, a igreja dá-lhe um emissário sinistro: Judas; e um único dia feliz: o sábado prefixo aos mais santos atentados, às balburdias confessáveis, à turbulência mística dos eleitos e a divinização da vingança. O monstrengo de palha, trivialíssimo, de todos os lugares e de todos os tempos, não lhe basta à missão complexa e grave. Vem batido demais pelos séculos afora, tão pisoteado, tão decaído e tão apedrejado que se tornou vulgar na sua infinita miséria, monopolizando o ódio universal e apequenando-se, mais e mais, diante de tantos que o mal querem”.<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> CUNHA, Euclides da. *Obra completa Volume I*, Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966, p.. 263.

<sup>55</sup> Idem, p. 264.

As palavras escritas há mais de cem anos, e que retratam de forma literal o universo dos seringais, ecoaram através do século XX e, ao adentrarem o século XXI, tomaram dimensões que nos remetem a alguns questionamentos. De uma existência assim, obscura e miserável, é possível reconstruir uma história apenas de glórias e heroísmo? Deixemos nos levar pelas palavras e por meio delas abrir o palco para mais um ato de uma história, confeccionada por detalhes e costurada pelas experiências daqueles que viveram o seu tempo.

O ritual transforma a eterna penitência em uma rota de fuga e, naquele fim de mundo, ao menos uma vez por ano é concedida uma oportunidade. Aos exilados de sua própria pátria cabe aplacar o ódio daquela existência maldita na mais fiel caricatura do intruso que ousou desafiar as florestas amazônicas. Passageiro de um destino que o tirou do “inferno seco” e o levou ao “paraíso maldito” das infinitas águas.

“A punição pela “ambição maldita” levada aos limites, lhe concede a oportunidade do riso e da alegria, do escárnio de si mesmo. Contemplando a figura cuidadosamente trajada e com o rosto de pano pintado com laivos de carvão. Em uma tortura tão trágica, e em tanta maneira próxima de realidade, que o eterno condenado pareça ressuscitar ao mesmo tempo em que a sua divina vítima, de modo a desafiar uma repulsa mais espontânea e um mais compreensível revide. Assim satisfazendo à saciedade as almas ressentidas dos crentes, com a imagem tanto possível perfeita da sua miséria e das suas agonias terríveis”.<sup>56</sup>

A malhação do Judas nos seringais tornou-se, então, a própria materialização da existência seringueira e da autopunição revivida anualmente nos mais distante pedaço de Brasil. Encenada por milhares de famílias que foram esquecidas e condenadas a um ofício que é “antes de tudo uma anomalia onde homem trabalha para ser escravo”, ela chega aos nossos dias como uma ferida aberta na história da Amazônia.

As palavras tornam possível a representação do fato vivido, e a riqueza de detalhes com que é feito o boneco de trapos impressiona, porque uma vez terminada a sua obra, “o seringueiro, tendo a sua volta os filhos pequeninos, para diante da sua criação! E num misto de admiração e repulsa por tamanha perfeição do seu trabalho, ele passa a remoer silenciosamente um sentimento que dia após dia o consome”.

É um doloroso triunfo. O sertanejo esculpiu o maldito à sua imagem. Vingando-se a si mesmo: pune-se, afinal, da ambição maldita que o levou àquela terra; desafronta-se da fraqueza moral que lhe parte os ímpetos da rebeldia recalçando-lhe cada vez mais

---

<sup>56</sup> Idem, p. 264.

ao plano inferior da vida decaída onde a credulidade infantil o jungiu, escravo, à gleba empantanada dos traficantes, que o iludiram.<sup>57</sup>

As palavras do escritor não deixam dúvidas. Não há satisfação nenhuma naquela existência miserável. A malhação do Judas é a oportunidade do expurgo, chance única de que, por alguns momentos, ele pode desfrutar da ira que o consome e o transforma em quase nada.

O Sábado de Aleluia é o dia em que o boneco feito de pano velho e palha, que traz sobre si o estigma de traidor e inimigo de toda a humanidade, é ainda menos maldito de que o seu criador, o seringueiro.

Construído à sua “imagem e semelhança”, o seringueiro então compreende que a criatura materializa a pura vingança de si mesmo. E esse expurgo não deve se limitar ao “terreiro de barraca” porque o rio que lhe passa à porta é a saída para que ele possa levar para todos, para que toda a terra possa ver a dimensão do seu infortúnio. É nesse momento que se vê uma jangada de quatro paus boiantes, rijamente travejados aguardando o viajante macabro (CUNHA, 1966, p.266).

A partir desse momento a narrativa acompanha o curso do rio num bailado dantesco. A rota de fuga do miserável boneco inclui as boas vindas de todas as famílias que vivem nos barrancos, que o saúdam com o desprezo que só o traidor miserável do Redentor da Humanidade merece. Mas ao miserável boneco é dado o direito de partir nessa viagem sem volta. Ao seringueiro resta permanecer ali, às margens das águas que, apesar de tantas, não são capazes de levá-lo, de resgatá-lo daquela desventura que se prolonga a cada nova “Paixão”.

E Judas feito Hasverus vai avançando vagorosamente para o meio do rio. Então os vizinhos mais próximos, que se adensam, curiosos, no alto das barracas, intervém ruidosamente, saudando com repetidas descargas de rifles, aquele bota-fora. As balas chofram a superfície líquida, erriçando-a; cravam-se na embarcação, lascando-a; atingem o tripulante espantoso; trespassam-no. Ele vacila um momento no seu pedestal flutuante, fustigado a tiros, indeciso, como a esmar um rumo, durante alguns minutos, até reaviar no sentido geral da correnteza. E a figura desgraciosa, trágica, arrepiadoramente burlesca, com seus gestos desmanchados, de demônio e truão, desafiando maldições e risadas, lá se vai na lúgubre viagem sem destino e sem fim, a descer, a descer sempre, desequilibradamente, aos rodopios, tonteando em todas as voltas, à mercê das correntezas, de “bubua” sobre as grandes águas.<sup>58</sup>

A jangada levando o boneco desliza as águas do rio até chegar o ponto em que as balas dos rifles e as risadas não alcançam mais. Passam-se alguns minutos e logo ele irá se

---

<sup>57</sup> Idem, p. 266.

<sup>58</sup> Idem, p. 266.

juntar aos outros companheiros de infortúnio, outros aleijões apavorantes que lhe farão companhia.

Eles passam aos pares, ou em filas, descendo vagarosamente as correntezas do rio. Esses fantasmas vagabundos penetrarão em amplos recintos de águas mortas, trocarão olhares imóveis entre si para em seguida acompanharem a correnteza e seguirem em filas um a um, vagarosamente, processionalmente, rio abaixo, descendo (CUNHA, 1966, p.267).

Sobre as criaturas esculpidas à sua imagem e semelhança, pousam passivamente os olhares dos seus criadores. Os seringueiros acompanham o deslizar dos bonecos, que jogados à própria sorte nas correntezas dos rios, trazem consigo ao menos a esperança de uma fuga louca, e realizam assim desgraçadamente o feito sonhado por aqueles que nos barrancos acompanham os aleijões até que eles desapareçam nas águas tortuosas.

A transcrição de longos trechos foi necessária porque não seria possível recontar com outras palavras a narrativa euclidiana. É certo que essas palavras retratam em parte as experiências vividas pelo escritor na imensa paisagem amazônica. Preferimos transcrevê-las, e assim tomá-las como um instrumento que nos permitiu pousar sobre esta história outro olhar, e enxergar através dele que os personagens não podem ser caracterizados unicamente por grandes feitos, coragem e heroísmo.

Nessa história, eles quase sempre são apenas e tão somente homens, mulheres ou famílias inteiras submetidas à solidão, à dor e à agonia. Arrancadas das entranhas de um cotidiano secular, que se multiplicou na abertura de cada novo seringal das florestas acrianas e que nos mostram outra face da história. Se as expedições euclidianas não são mais possíveis, pela ausência da genialidade e da ocasião do seu ofício, restou-nos buscar nos subterrâneos da alma seringueira da passagem do século outras palavras e verdades contidas nos caminhos das “estradas” e das “colocações”.

Dentre as várias publicações sobre a história da ocupação do território acriano e do homem seringueiro, essa nos pareceu a mais adequada ao menos nessa tentativa inicial de reconstruir, sem o rigor de um apontamento etnográfico, o cotidiano de homens, mulheres e crianças num período da história nacional. Essa mesma história, que “resgatada oficialmente”, na maioria das vezes segue a trilha do lugar comum, esquecendo das estradas tortuosas, e sem jamais acompanhar o bailado dantesco dos “aleijões apavorantes” descritos pela grafia euclidiana.

O “caminhar na floresta” ainda continua sendo feito por milhares de trabalhadores seringueiros cem anos depois. Resistiu aos rituais de autopunição, e agora é apresentado como o herdeiro legítimo de um novo mundo, que se encontra muito além das águas mortas, onde

outrora as suas criaturas seguiam cambaleantes, em filas, a descer processionalmente a cada Paixão.

O “Judas feito Hasverus” euclidiano, ainda tão contemporâneo, não pode ser ocultado por ficções modernas, que reconstroem equivocadamente imagens e mitos, e com isso legitimam estruturas de poder que insistem em conservar essa figura “dantesca”, dando a ela uma utilidade que não se encaixa no próprio discurso dos portadores da modernidade.

A manutenção desse personagem nos moldes propostos em projetos e discursos é tão anômala como o modelo extrativista utilizado no apogeu da economia gumífera. Esse modelo econômico que produziu o desaparecimento de um homem amazônico livre, e colocou em seu lugar outro que tinha por ofício modelar nas florestas a sua “própria prisão sem muros”. Os porta-vozes da modernidade se mostraram incapazes de finalizar o funeral de uma atividade que se justifica por uma relação desequilibrada entre o cotidiano do século XIX e os novos projetos para a exploração das riquezas amazônicas.

No entanto, no limiar do terceiro milênio, muitos são os especialistas e técnicos que apresentam essa atividade como aquela “capaz” de realizar a difícil tarefa de conciliar à exploração de madeiras nobres, pecuária extensiva, o discurso ecológico, a valorização das populações tradicionais, a participação de agentes financiadores internacionais e ONGs.

Convencidos de que possuem a responsabilidade de conduzir essa nova sociedade que surgiu no silêncio dos seringais abandonados, criaram uma estrutura de poder alimentada por uma fantasia discursiva e que, ao pretender resgatar o sonho de viver a utopia, propôs a sua realização nos antigos espaços de servidão, submetendo muitos ao comando e a dominação de poucos, esses últimos os senhores dos “novos barracões”.

Sede do seringal, o barracão situava-se sempre às margens dos rios porque essa foi, desde os primeiros tempos da ocupação, a melhor via de acesso disponível na região. Esse condicionamento de ordem natural, além do condicionamento sócio-histórico, fizeram com que os desbravadores dos seringais acrianos, tanto no Juruá como no Purus, Iaco e Aquiry, montassem seus negócios nas margens e não em zonas centrais, uma vez que a localização ribeirinha lhes facilitava o recebimento de mercadorias diversas e o embarque da borracha ou outros produtos.<sup>59</sup>

O espaço de penúria e de abandono agora é resgatado pela ideia de que as florestas cortadas pelas “prisões sem muros” devem abrigar o manancial que alimenta um amplo processo de construção de uma “consciência seringueira” e de um novo homem amazônico. As palavras articuladas nos discursos ecológicos e de preservação das florestas

---

<sup>59</sup> CALIXTO, Valdir de Oliveira. Souza. Josué Fernandes. SOUZA, José Dourado de. *Acre: uma história em construção*. Rio Branco: Secretaria de Educação e Cultura do Acre. 1985, p.71.

criam novos espaços para as utopias, marcadas pelo enredo dantesco dos aleijões que, cambaleando nos redemoinhos das águas, cumpriam o seu destino miserável de desaparecer.

Os idealizadores e técnicos se esquecem que o ciclo se fechou e a história que começa a ser contada não cabe nos espaços das utopias criadas por um pensamento hegemônico que se caracteriza pela lógica do mercado e da utilidade. Entre o Judas Hasverus euclidiano e os novos projetos de utilização racional das floretas acrianas, muitos sonhadores tombaram pelo caminho. Os remanescentes de milhares de famílias seringueiras, legítimos representantes do melhor que essa história de violência produziu, não devem ter os seus sonhos capturados e muito menos terem as suas histórias utilizadas como instrumento de conservação de uma estrutura social, política e econômica atrasada que deveria ter morrido com o fim do barracão, do aviamento e dos rituais expurgatórios da “Semana Santa Seringueira”.

As reflexões que compõem este trabalho partiram da análise do discurso e das ações de um governo que se autodenomina da floresta. Por meio das suas principais lideranças e de um enorme contingente de técnicos, militantes partidários, sindicalistas e burocratas, sempre muito prestativos e subservientes aos donos do poder; por meio da utilização de alguns fatos da história social e econômica do Acre, tentaram construir uma ideia aparentemente “progressista e transformadora” de se fazer política, mas, como tantas outras produzidas e propagadas, mostra-se essencialmente conservadora.

Seguindo o roteiro histórico dos partidos brasileiros, manteve-se a centralização do poder de decisão, o clientelismo, as oligarquias, entre outros traços da política nacional. Apesar da aparente novidade, com o devido tempo no exercício do poder, revelou-se como um discurso que, esgotado nos palanques, desnudou a sua incapacidade de realizar uma proposta emancipadora.

Repetem-se os erros de governos anteriores, muitas vezes ampliando métodos singulares de controle e dominação. Grupos políticos e partidos, ao se constituírem como governos, quase sempre expõem a sua verdadeira natureza. São máquinas que desejam o poder e são capazes de fazer quase tudo para mantê-lo. Ou seja, até mesmo de reviver o “Judas Hasverus euclidiano”.

Os partidos são essencialmente organizações voluntárias baseadas no recrutamento sempre renovado, não importa quantos meios empreguem para prender sua clientela permanentemente. Isto os distingue de todas as organizações que possuem um quadro de associados definido e instituído por lei ou por contrato. Hoje o objetivo dos partidos é sempre a obtenção de votos numa eleição para cargos políticos ou um corpo de votação. Um rígido núcleo de membros interessados é dirigido por um líder ou por um grupo de pessoas eminentes; este núcleo difere grandemente no grau de



sua organização hierárquica, contudo é hoje em dia frequentemente burocratizado; ele financia o partido com o apoio de patrocinadores ricos, de interesses econômicos, de indivíduos que buscam cargos públicos ou de associados contribuintes. Na maior parte dos casos, várias destas fontes são utilizadas. Esse núcleo também define programas e táticas e seleciona os candidatos. Mesmo em partidos de massa com constituições muito democráticas, os votantes e a maioria dos membros comuns não participam (ou só o fazem formalmente) da esquematização do programa e da seleção dos candidatos, pois por sua própria natureza tais partidos desenvolvem um funcionalismo assalariado. Os votantes exercem influência somente no que diz respeito a adaptação e seleção de programas e candidatos, de acordo com as possibilidades destes de receberem apoio eleitoral.<sup>60</sup>

Os aspectos negativos da história, quando mencionados, estão sempre associados a um conjunto maior de fatores e a uma promessa de futuro com poucas chances de se materializar. Os discursos quase sempre soam como o de novas alternativas econômicas, políticas e sociais, mas que desembocam sempre em uma proposta impossível de “convivência pacífica” entre os “povos da floresta” e os interesses do mercado globalizado. No caso do seringueiro, com o resgate de uma atividade solitária, mecânica e extremamente penosa travestida de autossustentável e ecologicamente correta.

Como resultado final da apropriação indevida de uma história marcada por violências de todos os tipos e pela ausência total de políticas que fossem capazes amenizar ao menos essa realidade miserável a que foram relegados esses migrantes nordestinos e as populações indígenas, cria-se um estereótipo que procura se distanciar do Judas Hasverus euclidiano.

E se vê completamente só na faina dolorosa. A exploração da seringa, neste ponto pior que a do caucho, impõe o isolamento. Há um laivo siberiano naquele trabalho. Dostoiévski sombrearia as suas páginas mais lúgubres com esta tortura: o homem constringido a calcar durante a vida inteira a mesma “estrada”, de que ele é o único transeunte, trilha obscura, estreitíssima e circulante, ao mesmo ponto de partida. Nesta empresa de Sísifo a rolar em vez de um bloco o seu próprio corpo - partindo, chegando e partindo – nas voltas constritoras de um círculo demoníaco, no seu eterno giro de encarcerado numa prisão sem muros, agravada por um ofício rudimentar que ele aprende em uma hora para exercê-lo a vida toda, automaticamente, por simples movimentos reflexos – se não o enrija uma sólida estrutura moral, vão-se-lhe, com a inteligência atrofiada, todas as esperanças, e as ilusões ingênuas e tonificante alacridade que o arrebatarem àquele lance de ventura, em busca da fortuna.<sup>61</sup>

Retiro desse contexto apenas a busca da fortuna que, por motivos óbvios, nenhum seringueiro hoje acredita encontrar no seu ofício. Com relação ao restante do conteúdo e considerando que a extração da borracha nas florestas acrianas continua sendo feita da mesma

---

<sup>60</sup> WEBER, Max. *Parlamentarismo e governo*. São Paulo: Abril Cultural, Os Pensadores, 1974, p. 25.

<sup>61</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit. 59

forma que se fazia há mais de cem anos, nos parece inútil discutir a quem serve esse “laivo siberiano”.

Entendemos que na argumentação proposta, não cabe discutir o valor de subsídios que o governo passou a dar à borracha extraída nas reservas extrativistas, mas a atividade em si porque, afinal, a empresa de *Sísifo* nos parece continuar sendo praticada. O que cabe perguntar é: mesmo que por meio de um ofício assim tão penoso e alienante, o seringueiro será capaz de transformar o Judas Hasverus euclidiano em um homem livre? Essa é uma transformação possível? Ou ainda estamos falando do eterno combate que o seringueiro realiza dia após dia nas centenas de quilômetros que percorre pelas “estradas”. Combate inútil porque ele sabe que a vitória é tão possível quanto à fortuna sonhada pelos seus predecessores.

Não há um passado de glória a ser comemorado, pelo menos no que se refere a uma significativa melhora nas suas condições materiais de existência, já que essas continuam praticamente as mesmas. A dependência do patrão ou do dono do barracão foi substituída por políticas assistencialistas que quase sempre lhe cobram a obediência de quem “come pela mão de outro”, sejam esses governos instituídos ou patrões. O preço a ser pago é quase sempre o mesmo. A troca da liberdade pela simples existência.

A tentativa é a de se convencer que a penitência é substituída por um viver harmônico na floresta, onde a atividade seringueira se funde agora com a de guardião de um “paraíso encontrado”. Esse papel é incorporado ao discurso dessas populações que ainda sobrevivem da atividade extrativista, e soma-se ao dos povos indígenas, que são convocados para, com sua sabedoria milenar, conservar as riquezas das florestas acrianas. Os guardiões das florestas (índios e seringueiros) devem também ser capazes de realizar a sua inserção no mercado, produzindo objetos e mercadorias de forma tradicional com a matéria-prima da floresta (borracha, artesanato, vestuário etc.). Assim, resgatam suas “identidades” e a importância das culturas locais em um discurso globalizado e politicamente correto.

Esse conjunto de “novos valores” compõe o que denominamos de modelo para projetos de cooperação internacional, quase sempre mediado por técnicos do governo ou gerenciados em sua totalidade por ONGs.

Enquanto isso, do outro lado do rio a vida prossegue, reproduzindo o cotidiano das “colocações” com suas palafitas e barracos de madeira nas periferias das cidades acrianas. A essa realidade, somam-se alguns exemplares de “índios arredios” que perambulam pelas ruas, a estender suas mãos enquanto seguram o filho que lhes sugam o peito.

Esta é uma realidade composta por milhares de famílias de seringueiros que, fugindo da condição de abandono das florestas e dos seringais, buscaram nas cidades um refúgio e algum recurso para a sua sobrevivência, e por índios como vítimas de projetos e políticas equivocadas de demarcação ou mesmo do avanço e da ocupação ilegal das suas terras.

No ofício da seringa o olhar é sempre retilíneo e o cheiro do homem se confunde com o cheiro da mata e dos bichos. Desse cotidiano solitário podem brotar alternativas de mudanças aos mais de cento e vinte anos de exploração a que esse homem amazônico foi submetido? Para isso, é preciso que antes de tudo não se negue a existência de um combate que vai além das utopias sempre pacificadoras. O seringueiro foi no passado um intruso que colocou em risco a harmonia existente entre as sociedades nativas e a floresta, ao mesmo tempo em que também foi vítima de um dos mais perversos processos de exploração que a história desse país foi capaz de construir. A ilusão de riqueza somada a uma condição miserável lhe negou o direito de ser homem livre, aprisionando e o condenando a uma “eterna penitência”.

Com seu ofício, o seringueiro foi ocupando as trilhas das caçadas indígenas, transformando-as em “estradas de seringa” e assim, ao construir a sua própria “prisão sem muros”, condenava milhares de índios ao desaparecimento. É importante que a história não negue que financiados pelo capital da borracha e da própria miséria seringueira esses homens foram instrumentos eficazes no processo de extermínio dos antigos povos amazônicos. O etnocídio<sup>62</sup> cometido nas populações tribais no Acre é tão real como a Semana Santa nos seringais.

Não acreditamos que esse homem amazônico deseje para si os territórios que historicamente negou às populações indígenas, como querem nos fazer crer o governo e alguns dos seus técnicos e especialistas. Esses últimos quase sempre “bem intencionados e preocupados” com o futuro dessas populações. Portanto, falamos aqui de uma realidade que, se possui algumas características, essas são sem dúvida a luta e a instabilidade.

E quando afirmamos que os seringueiros não desejam para si o que historicamente negaram aos povos indígenas, nos referimos à permanência desses trabalhadores no interior

---

<sup>62</sup> Considerando que as populações tribais na região do Acre perfaziam um número aproximado de mais de 350.000 mil indivíduos e hoje está resumida a cerca de 13.000 mil, e que grande parte da cultura desses povos também desapareceu, é possível se afirmar que de fato houve um etnocídio nessas populações.

das florestas, sobrevivendo de uma atividade secular que não foi capaz de retirá-lo da condição de escravo e, portanto, do seu próprio infortúnio.

Apesar da insistência e das ações permanentes do *governo da floresta* em mostrar que a atividade seringueira é economicamente viável e humanamente suportável, se perguntarmos para o filho de um seringueiro o que ele deseja ser no futuro, ele provavelmente responderá que o seu desejo é sair dessa “prisão sem muros”, ir para a cidade, trabalhar, estudar etc.

Enfim, eles desejam tudo o que o governo, as ONGs e os sindicatos que estão atrelados às políticas oficiais prometem levar a essas populações remanescentes dos seringais de maneira equivocada e ideologicamente comprometida. Com a apropriação indevida de uma proposta inovadora que eram as Reservas Extrativistas<sup>63</sup>, os projetos de “seringais contemporâneos” propostos pelo governo procuram dar uma conotação de modernidade e se apresentam como um modelo utópico que se distanciou da ideia original. Os espaços que foram criados equivocadamente dentro das florestas acrianas guardam pouco do que foi pensado pelo Movimento Seringueiro na metade da década de oitenta do século XX.

No que diz respeito a essas questões sócio-econômica, verificamos que os seringueiros, que inicialmente cortavam seringa para a produção de borracha e coletavam castanha, nos dias atuais, praticam agricultura de subsistência, piscicultura, criação de pequenos animais, criação de gado. Implantaram sistemas agroflorestais, diversificaram a produção e começaram práticas de manejo florestal dos recursos madeireiros nas áreas extrativistas. Constatou-se um crescimento das áreas desmatadas, nas unidades extrativistas, acompanhadas pelo aumento da pecuária. Importa mencionar, que os dois principais produtos (castanha e borracha) sofreram uma redução média de 70% de suas produções, sendo que a borracha, principalmente, vem tornando-se cada vez mais uma atividade secundária nas unidades extrativistas.<sup>64</sup>

---

<sup>63</sup> Em 23 de janeiro de 1990 foi criada a Reserva Extrativista do Alto Juruá mediante o Decreto Lei nº 98.863 englobando uma área de 538.492 hectares. Localizada no município de Marechal Thaumaturgo de Azevedo, a Reserva Alto Juruá possui aproximadamente 6 mil seringueiros sendo 2.300 pessoas com idade variável entre 5 a 15 anos de idade. A principal atividade produtiva ainda é o corte da seringa para a produção de borracha, seguida de agricultura de subsistência e criação de pequenos animais, inclusive gado. Também se iniciou recentemente a implantação dos plantios em sistemas agroflorestais. A segunda reserva extrativista do Acre a ser criada foi a Resex Chico Mendes com uma área de 976.570 hectares através do Decreto Lei nº 99.144 do dia 12 de março de 1990 nos seguintes municípios: Assis Brasil, Xapuri, Capixaba, Senador Guiomard Santos, Rio Branco e Sena Madureira. Nesta reserva moram cerca de 1.500 famílias (sendo destas, 714 pertencentes ao município de Xapuri; 600 a Brasiléia; e 150 a Assis Brasil) que vivem ainda do trabalho do látex, da coleta de castanha e do extrativismo de outros produtos e resinas florestais, como óleo de copaíba, dendê etc. Esses trabalhadores também praticam agricultura de subsistência, criam pequenos animais, incluindo gado, desenvolvem os sistemas agroflorestais e a extração dos recursos madeireiros, onde se destacam as de maior valor comercial no mercado mundial como jatobá, cerejeira, cedro, aguano/mogno, etc. (Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre, 2000)

<sup>64</sup> SILVA, Mauro Rocha da. *Sindicato em movimento: representação política e os interesses no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Seropédica: UFRRJ, 2001, p. 35.

O que alguns técnicos e estudiosos do governo, sindicatos e ONGs não percebem ou não querem perceber é que a luz que ainda brilha nesses pedaços de florestas ainda é a mesma que outrora brilhava na poronga usada pelos seringueiros no fim do século XIX, e elas bem lembram as sombras de uma “caverna platoniana”<sup>65</sup>.

Se tomarmos como base os discursos de jovens seringueiros que ainda resistem trabalhando em algumas colocações do interior do estado, verifica-se que a esperança desses trabalhadores não parece residir nos caminhos tortuosos das estradas. Esses filhos dos seringais desejam uma realidade que ainda está muito longe dos espaços de utopia que povoam as ideias de alguns técnicos e intelectuais do governo. A luz da cidade ainda brilha muito distante das estradas e das colocações, mas a sua intensidade povoa os sonhos dos últimos herdeiros do Judas Hasverus euclidiano, e de certa forma os guiará para outra aventura longe das florestas e dos seringais.

Para que possamos avançar em nossa análise e compreender a distância existente entre atividade do seringueiro e os discursos ingênuos, baseados em um “direito” dessas populações, os hoje denominados “povos da floresta”, é preciso retomar alguns fatos que se desenrolaram no interior do que é considerado como o segundo momento da história e da reocupação no vale do Acre e do Purus. Deixemos os relatos euclidianos e o seu Judas Hasverus e vamos enveredar por outros caminhos, nos atendo a uma parte dessa história em que se pretendeu transformar o Judas em “soldado da borracha” na Segunda Guerra Mundial.

Esse personagem foi convocado a cumprir o seu papel na história da sociedade nacional. O sonho de riqueza que não seduzia mais o nordestino faminto e foi substituído pela ideia de transformá-lo em um herói do levante que tornou o Acre em território brasileiro, e soldado na Segunda Guerra. Esses ideais tiveram força suficiente para arrastá-lo novamente para dentro das florestas e dos seringais acrianos.

Os seus instrumentos de trabalho não são suficientes para o combate nas montanhas geladas do velho continente, mas ele pode desempenhar o seu papel de soldado em outra frente de batalha. A floresta esconde os seus segredos no silêncio das estradas seringueiras, longe dos barulhos das bombas e dos canhões. Para o Judas Hasverus, a lâmina que corta não é da baioneta, é a machadinha; e o líquido que escorre no tronco da seringueira secular não é vermelho, mas branco.

---

<sup>65</sup> Assim como no mito da caverna, a vida seringueira pode ser entendida como um tipo de existência alienada, em que o homem se limita a sobreviver e ver o mundo real como uma espécie de sombra. Nesse sentido a pequena chama que a poronga produz não seria capaz de iluminar uma realidade que está além das estradas dos seringais.

#### 1.4. Um soldado com machadinha e poronga

É madrugada e um espectro caminha por entre árvores, folhas e cipós. Aos poucos um rosto é vagamente iluminado por uma chama de cor amarelada, que ao brilhar na escuridão vai desenhando no quadro negro da floresta os seus passos. Esse caminhar às vezes é interrompido por alguns minutos. Nesse instante, a chama que libera uma fumaça de cor negra e cheiro forte, ilumina ao fundo um estranho desenho no tronco de árvores minuciosamente escolhidas sob a luz de dias anteriores<sup>66</sup>.

Ainda não amanheceu completamente, mas o sol timidamente vai surgindo por entre as copas de árvores gigantescas; aos poucos, a luz do dia vai dando contornos definitivos ao corpo que vagorosamente caminha e faz desaparecer o espectro e reaparecer o homem. Ao retornar pelo único e mesmo caminho traçado pelo caminhar seringueiro, esse homem deixou para trás o resultado parcial do seu trabalho. São filetes de um líquido branco que vagorosamente escorrem pelos troncos de seringueiras seculares até se depositar mansamente nas pequenas vasilhas colocadas logo abaixo de cortes feitos minuciosamente. Nesses recipientes, as gotas que caem aguardam pacientemente o momento em que o homem retorne pelo mesmo caminho e cuidadosamente recolha o precioso líquido.

Trata-se do resumo de uma luta cotidiana que o sertanejo transformado em seringueiro travou nas florestas acrianas. Assim como os pracinhas brasileiros que atravessaram o oceano para lutar em terras estrangeiras, esses brasileiros combateram corajosamente numa batalha singular pela sobrevivência. Repetem dias após dia o ritual de coleta do látex, e com essa atividade solitária e silenciosa sobrevivem a cada novo dia, nutrindo uma frágil esperança de retornar à “terra natal” e aos braços de sua mulher e filhos como heróis.

Combatentes sem fuzis e granadas, são soldados armados com machadinha e poronga<sup>67</sup>, que lutam uma batalha pela esperança traduzida pela vitória sobre um inimigo sem corpo ou o espectro de si mesmo. Com a árdua tarefa de instalar na imensidão das florestas amazônicas o espaço para uma atividade que atendia ao chamado da pátria, a sua missão era a

---

<sup>66</sup> Refiro-me aos cortes que são feitos no tronco da seringueira para extrair a seiva.

<sup>67</sup> As ferramentas básicas de trabalho do seringueiro se resumiam a uma machadinha que era usada para fazer o corte no tronco da árvore, da poronga, uma espécie de lamparina feita de lata e alimentada por querosene que o seringueiro fixava na cabeça para iluminar os caminhos, e de pequenas vasilhas que eram presas aos troncos e para onde escorria a seiva. Posteriormente, todo o líquido depositado nessas pequenas vasilhas era transferido para uma lata maior e levado pelo seringueiro aos locais onde ele processava esse material, transformando-o em pelas que então eram comercializadas.

de lutar em uma guerra sem trincheiras e canhões. A epopéia de uma batalha cotidiana que o resgatou da miséria do sertão, alçando-o para uma existência movida por um propósito: o de servir a um ideal de honra e virtude.

O ideal que seria capaz de integrá-lo definitivamente ao seu país, não como refugio, mas honrosamente como um herói na história da nação. Somente o nordestino, com o seu “instinto de pioneiro”, teria se embrenhado pela floresta, abrindo trilhas de penetração e talhando a seringueira silvestre (SECRETO, 2007, p. 23). Esse sertanejo que por necessidade e não por vocação, sacrificou a juventude dos seus dias em um árduo trabalho esculpindo no interior da floresta a outra face do seu país.

A ocupação sistemática de áreas no interior do Brasil, realizada principalmente no período do Estado Novo (1937 – 1945), tinha como propósito romper com o distanciamento histórico entre o interior e as regiões litorâneas. Se em um primeiro momento a preocupação era a de promover a “marcha para o oeste” com o objetivo de colonizar e fixar a família sertaneja nos territórios do interior do país, a Segunda Guerra Mundial e os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil demandavam extrativismo (SECRETO, 2007, p. 25).

O posicionamento brasileiro em relação ao eixo aliado significou a transferência de milhares de homens do sertão nordestino para os seringais acrianos. Com o impulso da borracha produzida na Malásia a partir de cultivo, a produção acriana de árvores nativas havia mergulhado numa profunda crise. Mas a demanda por essa matéria-prima provocada pela ocupação japonesa nessas novas regiões produtoras da Ásia e a mundialização do conflito representaram a própria salvação das economias locais com a retomada dessa atividade na região do Acre.

Calcula-se que cerca de 50 mil trabalhadores foram encaminhados aos seringais da Amazônia no período de 1943 – 1944, sendo que a metade desses trabalhadores morreu ou desapareceu nos seringais. Durante a viagem que os levava das capitais do nordeste, principalmente de Fortaleza, no Ceará, muitos pereceram em consequências das doenças tropicais e outros, mesmo resistindo à viagem, sofreram no interior das florestas o castigo impiedoso da natureza amazônica e tombaram no labirinto das colocações. Nesse mesmo período, o Brasil enviara para o velho continente 25 mil homens e totalizou cerca de 240 dias de combate, que levaram à morte 454 soldados<sup>68</sup>.

---

<sup>68</sup> SECRETO, Maria Verônica. Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 10.

As estatísticas da morte nunca são muito precisas, mas podem nos dar uma ideia da magnitude da tragédia humana. De aproximadamente 50 mil soldados da borracha – entre trabalhadores e dependentes – que foram para a Amazônia entre 1944 – 1945 estima-se que quase a metade morreu ou desapareceu.<sup>69</sup>

Se computarmos os números de mortos e desaparecidos, a batalha travada pelos soldados da borracha nas florestas amazônicas foi cruel, e o inimigo enfrentado por esses milhares de sertanejo muito mais eficaz. Pode-se afirmar que ao menos no objetivo maior de um combate, que é a eliminação do oponente, essa foi uma verdade incontestável.

Considerando as proporções de um conflito mundial, o trabalho nos seringais matou o equivalente à metade do contingente de soldados da borracha que foram mandados para os seringais acrianos, sem que para isso eles tenham disparado um único tiro. Por outro lado, a incursão brasileira na Segunda Guerra que culminou com a tomada de Monte Castelo<sup>70</sup>, somou menos de dois por cento de soldados brasileiros que morreram em combate.

O recrutamento desses trabalhadores no nordeste, no período que corresponde ao Estado Novo, foi dividido em dois momentos distintos: o primeiro, nas palavras do próprio Presidente Getúlio Vargas, afirmava que o nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoados ribeirinhos tinham sido etapas que deviam ser superadas no processo de ocupação das imensas áreas da Amazônia.

Essas regiões do interior do país, com baixa concentração demográfica, tinham de ser objetos de um amplo projeto de colonização e fixação da família sertaneja nos territórios do interior do Brasil. Ou seja, era necessário adensar o povoamento, incrementar o rendimento agrícola, aparelhar os transportes (SECRETO, 2007, p. 23). Mas, além disso, essa foi uma política de governo que buscava entre outros objetivos, e por meio de um movimento e internalização dos trabalhadores, afastar os conflitos e as tensões no campo e retirar das áreas urbanas um enorme contingente de flagelados das secas.

“O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoados ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto.”

Nada nos deterá nesta arrancada, que é, no século xx, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais,

---

<sup>69</sup> Idem, p. 37.

<sup>70</sup> Em Monte Castelo, a FEB viveu o episódio mais emocionante de sua trajetória em território italiano e celebrou o primeiro combate vitorioso da DIE na batalha dos Apeninos. Com a conquista do valorizado objetivo, a FEB saldou um de seus mais sérios compromissos, pelos aspectos morais que continha. Sorvedouro de centenas de vidas brasileiras, a conquista de Monte Castelo constituiu dever de consciência e imperativo da dignidade militar. Noticiário do Exército, Brasília, DF. 21 de fevereiro de 2007 – Ano L- nº 10 370.



transformando sua força cega e sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. A Amazônia, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da terra, e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da civilização.<sup>71</sup>

Nesse primeiro momento, os discursos proferidos pelas autoridades e as ações do Governo Vargas, que mobilizaram milhares de trabalhadores e familiares para as regiões da Amazônia, têm uma caráter nacionalista e civilizador. Ou seja, as regiões do interior do Brasil, à medida em que fossem ocupadas, resgatariam a verdadeira brasilidade representada pelo homem do sertão e, ao mesmo tempo, aproximariam o interior do litoral, o “atrasado do moderno ou civilizado” no país.

No entanto, posteriormente, com a ampliação do conflito mundial, o Governo Vargas assumiu compromissos com o eixo aliado, principalmente com os Estados Unidos, e isso demandou outro tipo de mobilização que mudou a estratégia de povoamento defendida até aquele momento. Se antes o tipo de migração incentivada tinha como foco os trabalhadores e as suas famílias, nesse segundo momento se fez necessário o recrutamento de trabalhadores, homens sós, que deveriam ser mandados em caráter de urgência para os seringais (SECRETO, 2007, p. 25).

Em 3 de março de 1942 o Brasil firmou acordo com o governo dos Estados Unidos para participar de um esforço conjunto destinado a aumentar a produção de borracha. Tal acordo assemelhava-se a outros assinados pelos Estados Unidos com países produtores de borracha no Ocidente. O Brasil deveria exportar sua borracha exclusivamente para os Estados Unidos por um período de cinco anos a um preço mínimo, fixado inicialmente em 39 centavos de dólar a libra-peso para entregas acima de 10.000 toneladas. Os brasileiros só remeteriam o que excedesse a suas necessidades e receberiam assistência financeira e material para proporcionar a infra-estrutura necessária à expansão do comércio.<sup>72</sup>

Nas palavras do próprio presidente Vargas, tratava-se de uma situação de emergência, e nesses momentos em que os riscos não se limitam aos interesses e aos problemas internos da nação, mas aos ideais de liberdade e às causas da humanidade, para os quais os heróis precisam atender ao chamado. Desta vez, não é a fuga das secas ou os sonhos de riqueza que mobilizam os sertanejos. Aos milhares eles são convocados para lutarem em outra frente, ou seja, na grande batalha do “bem contra o mal” travada pela humanidade. O país precisava contribuir com a sua cota de almas nesse grande flagelo, e nas palavras do próprio Presidente Vargas, isso significava que:

---

<sup>71</sup> VARGAS, Getúlio. “Circular aos prefeitos”. In: *A nova política do Brasil*, vol. 10.

<sup>72</sup> DEAN, Warren. Apud, Nelson Prado Alves Pinto. *Política da Borracha no Brasil*. São Paulo, 1984, p. 92-93; McCANN, Frank, *The Brazilian-American Alliance*, Princeton, NJ, 1973, p. 267-268.

“Hoje, o problema se apresenta incomparavelmente mais grave. Não mais se trata de uma industrialização para as nossas necessidades pacíficas, mas de produzir para o consumo gigantesco de uma Guerra Mundial. É o problema de nossos aliados, aos que devemos fornecer a borracha sobre a qual rodarão as armas vitoriosas da liberdade”.

Caberia àqueles homens tangidos dos sertões pela seca implacável cumprir os acordos assinados pelo governo brasileiro com os Estados Unidos. Esses acordos estabeleciam para a região amazônica a responsabilidade de produzir a borracha natural necessária aos aliados, garantindo os estoques sensivelmente prejudicados com o bloqueio da produção dos seringais asiáticos.

A conjuntura internacional forçou uma mudança de estratégia na política nacional; com isso os seringais que haviam ficado adormecidos por décadas foram reativados, e com eles renasceu a figura do seringueiro, não como o “Judas Hasverus euclidiano”, porém como o soldado que lutava nos seringais acrianos para abastecer por meio do seu trabalho a matéria-prima necessária nas frentes de batalha da Europa. Do outro lado do Atlântico, bem longe das colocações outros milhares de soldados brasileiros, esses munidos de fuzis e granadas lutavam para derrotar os “inimigos da paz e da liberdade”.

A figura do seringueiro retratada por Euclides da Cunha como um Judas, com a participação do Brasil no conflito mundial se renovou, e fez dos seringais um espaço onde esse sertanejo trocou a eterna penitência da paixão seringueira e o flagelo de um boneco e de si mesmo<sup>73</sup> para cumprir a nobre missão de, por meio de seu árduo trabalho, ajudar no restabelecimento da paz mundial e, conseqüentemente, a segurança da nação.

A questão fundamental, é que esse homem que perambulava pelas capitais do nordeste em busca de emprego, com a ampliação do conflito mundial e a entrada do Brasil nas forças aliadas, deixou de ser um problema e se transformou em uma solução para o Estado. O plano do governo brasileiro tinha como objetivos atender a duas necessidades: fazer a exploração da borracha com mão de obra nacional e, conseqüentemente, desafogar as grandes cidades do nordeste das centenas de milhares de retirantes que haviam fugido das secas.

A seca de 1915 inaugurou uma nova metodologia de “assistência” aos flagelados. Instaurava também o novo termo: “flagelado”. Se alguma coisa tinha aprendido a classe dominante nas secas precedentes era que a “invasão” das cidades pelos retirantes era perigosa ou, no mínimo, muito desagradável. Por isso foi criado o campo do Alagadiço, onde os flagelados eram “amontoados”. A ideia apregoada era de que, ao isolá-los, seria mais fácil administrar os socorros. Mas o certo é que o campo se transformou em centro de difusão de doença e morte.

---

<sup>73</sup> Referimo-nos a malhação do Judas que era realizada nos seringais, e que foi objeto da reflexão de Euclides da Cunha acerca da vida nos seringais do Acre.

O ano de 1942 também foi marcado pela seca, criando uma conjuntura favorável ao recrutamento de trabalhadores para os seringais da Amazônia. Em 1942 foram assinados os acordos com Washington, comprometendo o governo Vargas a produzir borracha para os aliados, com o lema “mais borracha em menos tempo”. Mas, para isso precisava-se de um recrutamento maciço de trabalhadores dispostos a deixar seus lares de um dia para outro. A urgência marcava o ritmo dos trabalhos de preparo de um amplo esquema de recrutamento e condução dos trabalhadores até os seringais amazônicos.<sup>74</sup>

A demanda mundial de produção de borracha (1942/1945) mudou a estratégia do governo brasileiro em relação à ocupação das imensas regiões da Amazônia, e ressuscitou o antigo extrativismo nos seringais do final do século XIX. Isso conseqüentemente beneficiou os seringalistas que, devido a concorrência dos seringais asiáticos e principalmente da Malásia, haviam perdido espaço no mercado internacional da borracha.

Desde que a borracha nativa começou a sua derrocada, suplantada que fora pelos gomais de cultivo do Oriente, iniciou-se na Amazônia um verdadeiro processo de desagregação da produção, culminando em 1932, quando a produção brasileira de borracha caiu para a insignificância de pouco mais de 6.000 toneladas, perfazendo 0,2 % da produção mundial e a um preço irrisório de 1,20 cruzeiro ao quilo.<sup>75</sup>

Nesse segundo momento da economia gumífera na Amazônia, os homens selecionados para trabalharem deveriam ser adequados aos trabalhos nos seringais, e isso excluía o recrutamento indiscriminado de outros ofícios e das mulheres. Essas últimas, com a assinatura dos contratos, viam os seus maridos partirem enquanto elas deveriam aguardar nos espaços criados e mantidos pelo governo, recebendo assistência social até que os seus companheiros cumprissem a missão que cabia aos soldados da borracha e para elas retornassem ou quando, trabalhando e devidamente instalados nos seringais, remetessem às suas famílias os recursos necessários à sobrevivência.

Os trabalhadores podiam assinar tipos de contrato que estabeleciam assistências diferenciadas para suas famílias. Os contratos de encaminhamento eram idênticos para todos os trabalhadores, o que mudava era o tipo de assistência familiar. Os dependentes do trabalhador, em sua maioria mulher e filhos, podiam permanecer em hospedagens administradas pelo SEMTA, comprar os alimentos nos barracões do SEMTA a preços mais baixos que os de mercado ou poderiam receber a assistência somente até a chegada do trabalhador no seringal.<sup>76</sup>

---

<sup>74</sup> SECRETO, Maria Verônica. Op. cit. p. 56 e 57.

<sup>75</sup> MARTINELLO, Pedro. A “*batalha da borracha*” na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico. Rio Branco, Edufac, 1985, p. 84.

<sup>76</sup> SECRETO, Maria Verônica. Op. cit. p. 96.

O sertanejo recrutado para servir nas frentes extrativistas da Amazônia, deixava para trás, além da mulher e dos filhos, um contrato assinado que “garantia” que o sistema de exploração vigorado até a primeira década do século XX não iria se repetir.

O modelo extrativista do início do século XX e o seu regime de quase escravidão que havia feito à fortuna de muitos patrões, levando milhares de trabalhadores à morte, à miséria e ao abandono nos seringais, agora como uma política do Estado Novo não se repetiria. Essa nova condição do extrativismo na Amazônia foi um discurso amplamente divulgado por autoridades responsáveis pelo recrutamento dos trabalhadores e que, somada ao caráter cívico desses trabalhos, convenceu milhares de homens a se deslocarem para o interior das florestas.

Os trabalhadores encaminhados para essas regiões como soldados da borracha, mesmo não tendo a proteção das Leis Trabalhistas, as quais os operários da crescente indústria nacional do sul e sudeste já eram portadores, de certa forma realizaram no plano imaginário um ideal de aproximação entre o litoral e o interior, entre o campo e a cidade. Dessa forma, o litoral se fez presente no norte e nordeste com a batalha da borracha e, para os trabalhadores com os contratos de trabalho assinados, vislumbrou-se uma nova condição, ou seja, a de que esses homens iriam exercer um trabalho com a garantia e a proteção do Estado brasileiro.

Este tinha que por intuito proteger o trabalhador, em lugar de explorá-lo, era uma novidade. Não foi a panacéia dos direitos trabalhistas, por causa da distância entre a lei escrita e a prática jurídica, mas foi importante na luta por direitos, uma luta com poucas conquistas, é certo, mas com vários episódios e confrontos.<sup>77</sup>

Com o contrato assinado, a passagem de ida e a certeza de que a família ficaria segura sob os cuidados e proteção dos agentes do governo, o sertanejo partiu para a sua jornada. Levava na mala o sonho de vitória da nação no conflito mundial e a sua vitória particular sobre a miséria da seca no sertão nordestino. Afinal, nesse momento da história a sua causa se confundia com as da humanidade, e isso fazia da viagem rumo aos seringais uma jornada épica e digna dos grandes heróis.

A transformação do sertanejo em soldado da borracha no governo Vargas é o ponto de partida para outra reflexão. A Segunda Guerra coincidiu com o momento de transição do Brasil da condição de uma sociedade tipicamente rural para outra de base industrial e urbana. Os acordos internacionais que forçaram o Brasil a entrar definitivamente

---

<sup>77</sup> SECRETO, Maria Verônica. Op. cit. p.32-33.

no confronto não guardavam uma relação direta com a proposta de interiorização do Estado Novo, mas essa foi sem dúvida uma conjuntura que acelerou o processo de ocupação do território brasileiro, principalmente da região da Amazônia, onde a retomada do extrativismo da borracha se apresentou como a única alternativa para atender aos interesses dos aliados, e principalmente, dos Estados Unidos.

Diante da nova conjuntura internacional, o modelo econômico adotado pelo governo brasileiro, apesar de não ter como prioridade as exportações agrícolas, nesse momento se vê obrigado a incrementar as exportações de alguns produtos primários e consequentemente aproximou o interior do litoral (SECRETO, 2007, p. 32).

Para o tipo de reflexão que propomos, o mais relevante nesse momento da história do Acre são as justificativas oficiais apresentadas para a mobilização desse contingente de trabalhadores e a transformação desses homens em soldados da borracha. Se a “história se repete como tragédia ou farsa”, nos cabe compreendê-la, identificando qual teria sido o papel histórico que esses soldados de machadinha e poronga cumpriram.

Foram heróis ou tolos, que acreditaram nas promessas da nação que já os havia relegado a uma condição de miséria e exclusão nos sertões? Qualquer que seja a resposta ela se esgota na sombra desse personagem que paira sobre a história acriana ou na tragédia seringueira que atravessa os séculos.

Entendemos que existem duas características ligando os trabalhadores dos seringais acrianos da passagem do século XIX para o XX, e esse outro que foi deslocado para a região do Acre durante a primeira metade do século XX. Um foi apresentado no capítulo anterior como o revolucionário no processo de anexação do Acre ao Brasil, e o outro se tornou um personagem na histórica participação do Brasil na Segunda Guerra. Considerando que esses dois personagens protagonizaram importantes papéis na história brasileira, temos como primeira característica a construção de um imaginário heróico para esse homem, em sua grande maioria rude e desconhecedor da realidade da floresta amazônica. E a outra, a relação que se fez da sua atividade no segundo momento, vinculando-a com as questões nacionais e os problemas globais do período da Segunda Guerra.

O que na grande maioria das vezes se ressalta não é a luta do seringueiro pela sobrevivência, mas o seu trabalho e a sua condição histórica como algo que transcende a própria realidade seringueira. O personagem resgatado historicamente atravessa o século e as fronteiras da própria história e pousa em um campo aberto e propício para a construção de mitos e “verdades” que fundem a ficção com a realidade.

A própria denominação de “soldados da borracha” foi uma estratégia utilizada para convencer muito desses homens que vinham para os seringais acrianos de que o seu trabalho no interior da floresta era também uma batalha a ser travada contra o grande inimigo da nação e da humanidade.

Empunhar os seus instrumentos de trabalho constituídos pela machadinha e a poronga faziam dele um combatente solitário que também lutava uma guerra. O suor derramado pelo trabalho disciplinado de sua luta diária na floresta somava-se ao sangue derramado por outros combatentes que lutavam nas distantes terras estrangeiras e o redimia do infortúnio vivido por seus predecessores. Saiu da cena histórica o Judas traidor e deu-se o lugar ao herói defensor da liberdade e da paz.

O soldado da borracha é uma figura singela e intrigante. Uma espécie de Dom Quixote amazônico que lutou contra os seus próprios espectros e monstros ao percorrer milhares de quilômetros nas estradas seringueiras. Iluminou com a pequena luz de sua poronga noites que o prenderam a uma existência que atravessou os séculos sem alterar os seus passos, seu caminho e o seu ofício.

Os seus antecessores já haviam sido abandonados pela pátria por décadas, quando o extrativismo perdeu a importância na região com o fim do primeiro ciclo da borracha. Essa atividade que havia ficado quase adormecida no interior das florestas acrianas, com o chamado em defesa da nação e da liberdade do mundo revitalizou o ofício seringueiro. Somaram-se a um contingente de trabalhadores da floresta já existente, os novos “recrutados” que empunharam os instrumentos do seu ardoroso trabalho, imbuídos da certeza de uma missão a ser cumprida para com a nação e o mundo.

Todavia, nenhuma guerra dura para sempre. O desejo de todo soldado na frente de batalha, o que faz com que ele siga em frente empunhado a sua espada e o seu fuzil é a esperança que ele alimenta de retornar à terra e à família. Quer para si o descanso dos justos. Mas, para muitos dos soldados com machadinha e poronga esse retorno foi negado.

Com o fim dos combates no velho mundo, a pátria julgou que eles não eram mais necessários e o retorno de muitos desses heróis foi impossibilitado, o que forçou a fixação de muitos desses homens nos seringais. E assim, como uma espécie de sina, o sonho de glória e virtude foi suprimido pelo caminhar silencioso na floresta porque os combates se extinguíram, e os louros e a bandeira dessa vitória que ele não viu, também não lhe pertenciam mais. O seu trabalho já não representa a causa da nação ou da humanidade. Trata-se de uma realidade que a luta diária da vida seringueira resumiu na pura e simples sobrevivência.

Nas capitais do litoral do país, os portos lotados de familiares aguardavam os navios que chegavam com os vitoriosos combatentes brasileiros da Segunda Guerra, que respondiam carinhosamente aos acenos e ao tremular dos lenços brancos. Enquanto isso, no interior das florestas, um homem solitário caminha. Traz na testa uma pequena luz que libera uma fumaça negra que ilumina a estrada. Os passos são às vezes interrompidos por um movimento do braço que empunha um grande facão. Como um guerreiro que combate um inimigo que não se vê, o soldado da borracha não se rende à condição de uma vida seringueira e continua sua luta contra os cipós, galhos, espectros e monstros imaginários. E assim, agora esquecido e inútil para as grandes questões da humanidade, criou sua própria batalha no interior da floresta.

Os homens de negócios e os governantes que assinaram os tratados desprezam a própria criação que é agora uma caricatura de si mesmo. Um tolo que foi enganado por promessas de glória e heroísmo, e que resume a sua existência em uma atividade desprovida dos ideais de honra e virtude. Os sonhos e desejos de glória o condenaram a uma pena cotidiana de derramar o suor que escorre pela face, e que ao cair na estrada seringueira logo desaparece. É o sal terra, que alimenta e reproduz a sua condição de condenado ao ofício que retira a cada nova madrugada na floresta um pouco da sua humanidade.

Da mesma forma que o fim dos combates entre brasileiros e bolivianos não significou a conquista de um ideal revolucionário pelos milhares de seringueiros no interior das florestas acrianas, o final da Segunda Guerra Mundial também não representou para o soldado da borracha a conquista do ideal de glória e virtude. Eram apenas promessas, feitas no calor das grandes decisões tomadas pelas autoridades, quando do seu recrutamento nas capitais do nordeste. Transformados pela realidade das florestas que desconheciam, muitos desses homens que permaneceram no interior dos seringais passaram a construir, assim como haviam feito os seus antecessores, o seu mundo e uma dura realidade.

Sem honra e sem glória, o objetivo desses soldados se reduziu na arte de sobreviver com as alternativas e possibilidades que a estrutura que restará desse segundo surto extrativista na região do Acre lhes proporcionou. Não era muito, mas um retorno sem glória para as terras secas e a miséria dos sertões era quase tão insuportável quanto a solidão e o vai-e-vem das estradas seringueiras.

O abandono pela pátria no interior das florestas seria o capítulo final dessa história de milhares de homens corajosos. Por falta de alternativas de sobrevivência nos seus locais de origem ou na busca de um sonho de glória, eles imprimiram nos seus corpos e mentes uma importante página da história nacional.

O adeus às armas e o fim dos combates condenaram os corajosos soldados ao exílio nos seringais da imensidão amazônica. A pátria mãe não precisava mais dos seus serviços e a eles restará formar com os outros que o antecederam um exército de homens esquecidos e condenados a construir com o árduo trabalho no interior das florestas uma realidade que os afastava do restante do país. No percurso da história mudam-se os adjetivos. Revolucionários, heroís ou soldados da borracha. Não importa como os chamaram ou chamam, pois a condenação se repetiu e a prisão seringueira ficou intocável para aqueles que permaneceram nas madrugadas das colocações.

Foram décadas de esquecimento até que durante a elaboração da Constituinte de 1988 os soldados da borracha viram incluída nas Disposições Transitórias a garantia de que os trabalhadores dos seringais receberiam por força da lei uma recompensa pelos trabalhos prestados a nação.

Torna-se emblemática, nesse triste quadro de injustiças, a situação dos Soldados da Borracha, porque seus problemas e sofrimentos foram causados direta e assumidamente pela política oficial, dentro do esforço de guerra que uniu o Mundo Livre, no início da década de 1940, contra as ameaças do nazi-facismo europeu e do imperialismo nipônico. A saga dos Soldados da Borracha é uma das mais belas páginas da história do Brasil, marcada pelo heroísmo, pela dedicação, por uma determinação que encontra raros paralelos em todos os outros países; a jornada que esses homens e suas famílias cumpriram, da caatinga nordestina até a mata fechada da Amazônia, é digna de um filme épico, pois foi marcada pela coragem, pelo sofrimento, por grandes dramas humanos dentro de uma aventura repleta de ataques de índios, doenças tropicais fulminantes, acidentes fatais em rios caudalosos e em estradas precaríssimas.

A pensão aos soldados da borracha foi inserida no ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1988, como o artigo 54, o qual, por seu turno, veio a ser regulamentado pela Lei nº 7986, de 1989, onde se estabeleceram as primeiras exigências objetivas para a habilitação dos candidatos ao benefício, regras fundamentadas no Decreto-Lei nº 5813, de 1943, que deu origem ao recrutamento de trabalhadores para os seringais nativos da Amazônia. Em 1990, a Portaria nº 4.630 do Ministério da Previdência Social disciplinou o disposto no parágrafo 1º do citado artigo 54, onde se estendeu o benefício a todos quantos participaram desse esforço de guerra, listados ou não no edito oficial, inclusive aos brasileiros que já se ocupavam da produção de borracha natural na Região, garantindo também aos respectivos sucessores o usufruto do direito quando de sua morte.<sup>78</sup>

A nação de certa forma se redimia com esses brasileiros corajosos. Para muitos desses trabalhadores, isso significou a redenção de uma vida de miséria nas periferias das cidades ou no interior de alguns dos seringais remanescentes. Para outros já era tarde demais.

---

<sup>78</sup> Discurso do Senador Nabor Júnior (PMDB – AC), pronunciado em 29 de janeiro de 1999, durante o período de Convocação Extraordinária, publicado no Diário do Senado Federal em 30.01.1999.



Muitos deles não viveram para ver o valor que a nação pagaria por sua juventude perdida nos seringais.

De qualquer forma, o Estado brasileiro, mesmo que tardiamente, reconheceu a importância desses homens e garantiu a eles parcialmente os direitos que já estavam assegurados aos outros trabalhadores pela Consolidação das Leis do Trabalho, e que os operários do centro-sul já faziam jus quando do recrutamento dos soldados da borracha para a região amazônica.

Na prática, a Lei garantiu a cada um desses homens ou, quando de sua morte aos seus respectivos sucessores legais, uma pensão vitalícia em valor correspondente a dois salários mínimos mensais (JÚNIOR, 1999).

Inicialmente, para assegurar o direito a essa pensão, os soldados da borracha deveriam apresentar provas testemunhais das suas atividades, mas essa exigência foi posteriormente alterada, quando sete anos depois houve uma mudança sistemática de habilitação, emitida pela direção geral do INSS, que exigiu provas materiais como fundamento para a simples abertura dos processos de habilitação. Isso acabava definitivamente com a perspectiva daqueles que pretendiam requerer o benefício baseando os seus pedidos apenas em provas testemunhais.

Exigências cartoriais impostas a cidadãos cultos, calejados na lides burocráticas, são meros obstáculos que podem ser vencidos sem maiores problemas. Mas querer que homens rudes, parcamente letrados ou completamente analfabetos, hoje envelhecidos e quebrados por doenças – querer que eles ainda tenham e apresentem documentos de meio século atrás é um disparate cruel e absurdo. Sim, porque essa é a realidade: as provas materiais, se um dia existiram, quase sempre se perderam com o tempo, com as mudanças, com o agravamento da miséria e do desespero que vitimaram aqueles desbravadores.<sup>79</sup>

Era preciso provar por meio de documentos o efetivo exercício das atividades nos seringais. A ideia de glória e virtude se apagava com o tempo, e o presente se apresentava como outra batalha que precisava ser vencida. Era a busca pelo reconhecimento e o direito a receber o quinhão de uma vida inteira de abandono e esquecimento nas florestas da Amazônia.

A burocracia friamente exigia desses homens que eles transformassem em “provas documentais” as marcas dos seus corpos e almas. As palavras do soldado de machadinha e poronga, assim como a de seus companheiros de infortúnio, de nada valeria no labirinto dos

---

<sup>79</sup> Idem.

artigos, parágrafos e incisos da lei. Era preciso provar ao Estado brasileiro uma existência que esse mesmo Estado fizera questão de esquecer e de apagar.

Os cortes nos troncos das seringueiras, feitos durante as madrugadas sem fim, de nada valeriam sem uma prova documental que materializasse o seu ofício. Mas, espectros não deixam rastros e o suor que escorreu nas estradas, penetrou nas profundezas da terra e da alma seringueira desses soldados. A luz da poronga que iluminou o caminho percorrido por anos, não foi suficiente para tirar da escuridão da floresta o trabalho materializado nas centenas ou milhares de toneladas da borracha produzida por esse soldado no período da guerra.

O Senador Nabor Júnior – PMDB do Acre - em um dos seus discursos proferido na Tribuna do Senado, em 22 de janeiro de 1999, referiu-se ao tema como um quadro de injustiça e falta de reconhecimento do país para com esses valorosos brasileiros, e afirmou:

Vemos diariamente, denúncias e acusações da maior gravidade contra práticas corriqueiras no País. Nesse contexto, os números e os valores que cercam a vida dos Soldados da Borracha são gritantemente modestos: a lista original de conscritos, decorrente do citado Decreto-Lei nº 5.813, de 1943, era de exatos 9.969 nomes – mas foram integrados milhares de outros brasileiros no contingente que deixou o Nordeste e mergulhou nos seringais amazônicos, além daqueles que, como lembrei acima, já habitavam as áreas extrativistas. E não temo afirmar que as reais proporções da migração superam, em muito, o número de habilitados ou postulantes ao que preceitua o artigo 54 do Ato das Disposições Transitórias, que são 18.894 pessoas, dispersas nos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Pará e Roraima. É no Acre que se concentram os maiores contingentes: 10.942 habilitados e 726 postulantes, dos quais 268 já tiveram negado o benefício, por falta dos documentos exigidos pela MP nº 1.663, mais tarde confirmada pela Lei nº 9.711.<sup>80</sup>

Atualmente, segundo informações do INSS, são pagos mais de oito mil benefícios a ex- soldados ou familiares, sendo que a maioria no Estado do Acre. Mulher e filhos de muitos dos que já morreram, por força de lei continuam a receber os pagamentos. Os valores pagos encerram do ponto de vista jurídico um dívida de quase meio século com esses homens que se deslocaram de seus estados de origem para o Acre, no período de 1942 a 1945. A grande maioria desses brasileiros levou para o silêncio dos túmulos abertos no interior das florestas parte de uma história de trabalho, coragem e sofrimento. Certamente suas almas repousam em paz na companhia de outras centenas de milhares de almas dos guerreiros indígenas que tombaram na defesa das suas aldeias, mulheres e filhos. Aos sobreviventes da batalha diária da vida seringueira, restou construir juntamente com os seus antecessores que vieram para a região no primeiro ciclo da borracha e com aquilo que restara da estrutura da economia gumífera, uma realidade que se distanciou das grandes capitais.

---

<sup>80</sup> Idem.

Entre o final dos anos cinqüenta e setenta do século vinte, o Brasil se industrializou, aos poucos os trabalhadores do centro-sul e das cidades litorâneas avançaram as suas relações com capital, construindo por meio de muita luta condições mais justas para esses trabalhadores urbanos. Nesse mesmo período, no interior dos seringais acrianos, centenas de famílias se deslocavam para as cidades do estado em busca de alternativas de sobrevivência.

Para aqueles que ficaram nos seringais abandonados uma nova batalha era anunciada. No início dos anos setenta, com a tentativa do governo do estado de mudar a base econômica extrativista para a pecuária, anunciava-se que a luta desses “soldados seringueiros” adentrava em outro campo de batalha. Latifúndio, derrubada das florestas e expulsão desses trabalhadores dos seringais irão compor outro enredo sobre a história acriana e do Brasil.

Agora sem machadinha e poronga, com paus, pedras, enxadas e foices, eles se organizaram para combater aquilo que ameaçava o modo de vida seringueiro que estava entalhado em cada árvore. É tempo de empate, de defesa da floresta, da vida seringueira e do planeta. Mas, essa é outra história.

### 1.5. Heróis e mártires: a crônica de uma tragédia seringueira anunciada

Na galeria dos heróis acrianos existem dois personagens ilustres. Cada um a seu modo e a seu tempo forjou com o seu ofício e suas armas uma história. Seus feitos acrescentaram ao imaginário do povo acriano e na história política do estado características singulares e fundamentais. Sem a figura do Coronel José Plácido de Castro, herói da Revolução, e do Seringueiro Chico Mendes, ícone da luta em defesa da floresta, é provável que a história do Acre não fosse tão atrativa, e provavelmente não seria tantas vezes recontada.

A figura do herói é imprescindível para os contadores de história. No final da jornada, e para coroar um grande feito, o homem deve morrer para que o mito nasça, e assim se eternize nos corações e nas mentes do seu povo. Após a sua morte, devem ser associadas à sua personalidade todas as virtudes, mesmo que para isso seja necessário transformá-lo em algo ou alguém que ele realmente nunca foi.

O soldado é definido por sua disciplina e capacidade de obediência, e também por pertencer a um pelotão ou grupo. O soldado não luta sozinho, e sentir-se abandonado por seus companheiros no campo de batalha pode ser considerado como uma rara exceção. Trata-se de um homem que se acostumou a viver com o seu grupo, e que é movido por princípios e um tipo de honra que glorifica aqueles que tombam em combate.

Tem como ofício o manejo das armas e o pensar cotidiano da batalha. Por isso, tem nas armas que empunha instrumentos que o protegem e o caracterizam como um indivíduo dotado de uma técnica singular. O soldado é treinado para matar, tem como ofício proteger sua vida e a do seu povo. As suas armas são quase uma extensão do seu próprio corpo e manejá-la com técnica apurada é o objetivo de todo bom soldado. José Plácido de Castro era um soldado.

O seringueiro é na maioria das vezes uma figura tosca. Ao contrário do soldado e do chefe militar, que poderia ser definido como uma figura altiva e quase aristocrática, o cortador de seringa traz no rosto as marcas de um ofício solitário e desgastante. Aparência anômala, disforme e que foge dos padrões e da estética do que se espera da figura do herói. O homem seringueiro é, na floresta acriana do final do século XIX, um estranho. Uma espécie de intruso que, por meio do seu ofício, estaria fadado a compor, não de forma voluntária, mas por submissão, a paisagem das florestas.

Com o passar dos anos foi tecendo uma rede de caminhos e estradas e, à medida em que incorporou o seu rosto à paisagem, deu a esse espaço uma nova geografia de

caminhos por ele traçados nas madrugadas. As estradas de seringa, com o vai e vem do caminhar seringueiro, se transformaram em marcas que definiram o destino desses homens, construindo por entre caminhos tortuosos uma história.

Enfim, ao adentrar nos caminhos abertos com passos largos e ligeiros e se instalar em uma colocação, o seringueiro tornou-se um solitário. Além da machadinha, a espingarda que maneja não faz parte do seu ofício, serve para protegê-lo dos animais e dos perigos das florestas e principalmente para abater a caça, que é o seu principal alimento. Pode passar semanas, meses sem sequer falar com outro homem ou mulher; o seu ofício é o caminhar nas estradas e cortar os troncos das árvores que produzem o látex. Chico Mendes era um seringueiro!

Como é possível juntar figuras tão díspares? Eles podem ser transformados em símbolos de uma mesma causa?

Na história do soldado, a sua morte foi em consequência da defesa da honra, do seu ideal de liberdade e de uma disciplina que se tornou virtude. O bom soldado não recua e não teme o inimigo, mesmo que esse venha sorrateiro e o fuzile pelas costas em uma estrada seringueira.

Ambos os tiros foram disparados a queima-roupa: vestes e carnes ficaram chamuscadas. O primeiro ferimento não teve importância: produzido por arma de guerra, atravessou o tecido muscular sem prejuízo funcional, salvo no primeiro momento. No segundo, foi grave pelo aspecto, pelo tamanho, pelo traumatismo, muito embora não tivesse alcançado a pleura: produzido por bala de chumbo, de Winchester 440, tinha um grande orifício de entrada e um enorme de saída, que parecia uma rosa de carnes, no centro de um amplo painel violáceo. Parte da blusa de azulão foi arrastada pelo projétil, e eram visíveis os pedaços de pano misturados com os fragmentos ósseos cravados na carne. Ao receber o primeiro tiro, Plácido quis fazer uso da pistola que trazia, ao mesmo tempo em que se abaixou sobre o cavalo para ver os seus agressores, mas por um momento sentiu escaparem-se-lhe as rédeas da mão e foi obrigado a segurá-las com a mão direita. Nesse momento, quando recebia o segundo ferimento, viu e reconheceu o Sub-Delegado Alexandrino, o negro Eugenio, o “Mateiro” e outro que ele pensou ser João da Mata. Impossibilitado de reagir, chegou a espora ao brioso cavalo que montava, atravessou a zona perigosa sob um chuva de balas e alcançou a curva do caminho, onde nos encontramos, sem que outros projéteis o atingissem.<sup>81</sup>

O soldado gravemente ferido, mas sem perder os sentidos, cavalgou por mais alguns quilômetros até que se recostou a um tronco. Estava acompanhado por um amigo e pelo irmão Genesco de Castro que, enquanto aguardava ajuda, providenciou uma vara para a

---

<sup>81</sup> CASTRO, Genesco de. *O Estado independente do Acre e J. Plácido de Castro: excertos históricos*. Brasília, Senado Federal, 2005, p. 260.

rede como forma de que se evitasse qualquer atraso no atendimento ao comandante gravemente ferido.

Com uns 30 minutos de espera, vimos chegar o nosso amigo João Rôla, acompanhado de uma vintena de homens que se encontravam em seu barracão. Sem perda de um minuto, a rede que trouxeram foi suspensa á vara por mim cortada e o ferido retomou o caminho, seguido de um séquito que, pela disposição e pelo estado de alma dos que o compunham, dava a ideia de uma procissão ou de um enterro: na frente, dois homens conduziam a rede, um em cada extremo da vara que a sustinha. Quatro ou seis pessoas ladeavam o ferido e as demais desfilavam em ordem binária, todos silenciosos, tristes apreensivos, alguns chorando.<sup>82</sup>

Cerca de três dias depois, o comandante militar que havia liderado os seus homens na batalha contra o inimigo estrangeiro, suspira os seus últimos segundos de vida com a certeza de que ferira os interesses de muita gente e, com isso, pagava com a própria vida um preço alto demais pela glória alcançada.

Às 4 horas da tarde do dia 11, Plácido deixou de existir. Cerca de meia hora antes do seu passamento, a dispnéia que o afligia começou a desaparecer e a sua morte foi tão calma que o Dr. Caribé da Rocha chegou a pensar que ele estivesse melhorando e me disse: “agora ele está melhorando”, ao que lhe repliquei: “agora ele está morto, doutor...”<sup>83</sup>

Na história seringueira, o que pode levar esse homem a tombar pode ser a coragem de não recuar nas suas ideias, na defesa da floresta e não temer os seus inimigos. Mesmo que esses o acertem sorrateiramente na calada da noite e ele cambaleie dentro de sua casa até morrer em uma pequena cama no quarto. Abraçado a sua mulher e filhos, o seringueiro dirige o seu olhar ao infinito e suspira os seus últimos segundos de vida. Começava ali outra história de heróis, mártires, política e governo.

Chico Mendes, presidente do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri morreu ontem numa tocaia, com um tiro de espingarda no peito direito, 15 minutos antes das 19 horas. O sindicalista que divulgou a luta dos seringueiros contra a devastação da Amazônia nacional e internacionalmente foi morto no quintal de sua casa, em Xapuri, ao sair da cozinha para o banheiro, distante dois metros de sua casa. Os três agentes da PM escalados pelo Governo do Estado para darem-lhe proteção 24 horas por dia, em função das ameaças que ele vinha recebendo, jantavam na cozinha da casa quando o atentado aconteceu. Ainda ontem à noite, uma hora depois do crime, 30 soldados PMs rumaram de ônibus de Rio Branco a Xapuri para evitar tumultos no município. Entidades sindicais e partidos políticos de oposição se reuniram ontem à noite na diocese de Rio Branco e emitiram nota de protesto contra o atentado.<sup>84</sup>

---

<sup>82</sup> Idem, p. 260 e 261.

<sup>83</sup> Idem, p. 268.

<sup>84</sup> Jornal A Gazeta, de 23 de dezembro de 1988, p. 1 e 4.

O combatente solitário das estradas seringueiras, para manter-se vivo uniu-se a outros companheiros de infortúnio, como forma de resistir aos avanços dos tratores e das motosserras, que impiedosamente faziam tombar uma a uma árvores centenárias, deixando nos caminhos abertos nas florestas um rastro de destruição e morte. Não havia alternativa para esses homens e a luta pela sobrevivência estava condicionada a sua capacidade de resistência, e a resistência condicionada a capacidade de enfrentar o inimigo com o único bem que restara de uma vida inteira nos seringais. Um corpo, moldado por anos de trabalho na floresta, e a sua palavra se constituíram como os derradeiros recursos daquele que nada mais tinha a perder.

Chamem os companheiros, as mulheres e as crianças! Ficaremos à frente dos tratores e não permitiremos que eles avancem sobre a floresta! Clamava o homem e nascia assim o líder que faria da resistência seringueira, o discurso e a batalha da humanidade em defesa da natureza, dos povos da floresta e da vida no planeta.

E assim, cada um com seu ofício, o soldado e o seringueiro tornaram-se símbolos de outra batalha. Foram revividos nos discursos, nas solenidades e nos espaços públicos. A coragem, a honra e a virtude são atributos inegáveis desses heróis acrianos e, portanto, indispensáveis no projeto de “reconstrução do Acre”. Por isso, foi necessário a morte e o renascimento dos heróis como parte de outra luta. Na verdade, na política e nos negócios da política, os heróis não morrem. Têm as suas vidas resgatadas como um ideal que deve guiar um novo líder.

É imprescindível que a tragédia seja recontada, tantas vezes quanto forem necessárias para que um novo líder incorpore a honra e a virtude dos heróis. O “novo” exige que se preencha com os atributos dos heróis o imaginário do seu povo, e assim, utilizando-os na sua jornada rumo ao poder, se beneficie de tudo aquilo que foi relegado por seus antecessores. Aqueles que antecederam a ascensão do novo líder governaram de maneira desatenciosa e, por isso, foram incapazes de perceber o legado e a oportunidade herdada da história de um povo e da tragédia dos heróis.

Após a tragédia, não havia mais uma revolução, uma guerra ou uma floresta para defender. O que existia era um imenso espaço de poder. O palácio estava vazio e à espera de alguém que o ocupasse definitivamente. As lutas do soldado revolucionário e do corajoso seringueiro sedimentaram o caminho para a construção de um Acre orgulhoso de si e dos seus filhos. Os heróis cumpriram o seu papel na história, e outra história precisava ser construída e contada.

Dias antes do seu assassinato, o próprio Chico Mendes alertara as autoridades de que a sua morte era apenas uma questão de tempo. No início da década de oitenta, Wilson

Pinheiro, outro líder dos trabalhadores da região de Xapuri, e na época Presidente do Sindicato dos Seringueiros de Brasília, também havia sido covardemente assassinado por pistoleiros<sup>85</sup>. Mas, como proteger um homem marcado para morrer?

“Tenho consciência de que todas as lideranças populares nesses últimos anos – advogados, padres, pastores, líderes sindicais – todos eles foram mortos mesmo com garantia de vida do governo. Não precisa nem citar exemplos, pois eles estão vivos na memória de todos. Tenho esperança de continuar vivo. É vivo que a gente fortalece essa luta.”<sup>86</sup>

Em dezembro de 1988, o líder seringueiro era sem dúvida uma voz que incomodava muita gente. Como um personagem de um conto fantástico, era um cadáver ambulante à espera do seu enterro. Seria morto e sepultado e, como em um passe de mágica, o destino lhe daria a glória reservada aos grandes homens. Deixaria para trás a infância pobre, a adolescência e a maturidade adquirida como cortador de seringa para alçar o panteão dos heróis da pátria.

A oferta que o destino lhe fizera mostrar-se-ia irrecusável. Era preciso morrer para alcançar a vitória sobre si mesmo. E assim, como um enredo ou profecia, silenciou-se o seringueiro que havia dentro dele para que nascesse o herói defensor das florestas acrianas. Em outras palavras, pode-se matar o seringueiro no corpo de um homem, mas não a alma seringueira contida nele. Os anos mostraram que, assim como a alma dos guerreiros tribais, a sua alma seringueira também se eternizou, e permaneceu no alaranjado de cada crepúsculo, no brilho da estrela matutina e no clarão da lua que repousa sobre as matas e os bichos.

Chico Mendes era um homem simples. Sonhava com um futuro melhor para si, a mulher, os filhos e os companheiros de trabalho nos seringais. Não era um herói, mas era corajoso e sonhador, e queria apenas viver. A história relegara os trabalhadores dos seringais à condição de utilidade com uma importância determinada por forças alheias a sua vontade.

Chico podia pressentir sua morte após tantas ameaças e atentados sofridos. Ele não queria e não podia morrer assim. Um dia ele afirmou: “Se descesse um enviado dos

---

<sup>85</sup> O assassinato de Wilson Pinheiro foi planejado por grupos de fazendeiros das regiões de Brasília e Xapuri. Imaginaram que, com a morte do líder, os empates deixariam de ocorrer. Um grupo de fazendeiros das regiões de Brasília e Xapuri, dias antes de seu assassinato, em plena reunião com representantes do governo, na cidade de Xapuri, lançou ameaças a sindicalistas e a religiosos que se colocavam em defesa dos trabalhadores rurais. Naquele ano, 1980, Wilson Pinheiro construiu um carisma de líder entre os seus e solidificou o ódio que seus inimigos de classe tinham por ele. O enterro de Wilson Pinheiro aconteceu em vinte e três de julho de 1980, as onze horas da manhã, sob os clamores dos trabalhadores, invocando vingança aos assassinos. Colocaram uma moeda sob a língua e o enterraram de bruços. Esse ritual evitaria que o assassino fugisse. Ele ficaria por perto. SOUZA, Carlos Alberto Alves de. *História do Acre: novos temas, nova abordagem*. Rio Branco: Editor Carlos Alberto Alves de Souza, 2002, p. 52.

<sup>86</sup> NAKASHIMA, Mary. *Chico Mendes por ele mesmo*. São Paulo: Martin Claret, 2006. p. 170.



céus e me garantisse que minha morte iria fortalecer nossa luta até que valeria a pena. Mas a experiência nos ensina o contrário. Então eu quero viver. Ato público e enterro numeroso não salvarão a Amazônia. Quero viver.”<sup>87</sup>

Revolucionários, soldados heróis ou caçadores de índios nas correrias, o fato era que no final dos anos oitenta do século vinte, o trabalho desses homens tornou-se inútil e suas existências algo que incomodava as novas ideias de desenvolvimento para a região do Acre.

Mas o destino é caprichoso e reservara para ele não apenas a tragédia de uma morte estúpida e anunciada nos botequins da cidade de Xapuri. Em carta encaminhada ao superintendente da Polícia Federal no Acre, em 30 de novembro de 1988, Chico Mendes alertara que:

“Nós, apesar de sermos muitas vezes acusados e caluniados de agitadores, de criarmos a baderna, nunca pautamos pela violência e nunca uma gota de sangue foi derramada sob nossa responsabilidade. Enquanto isso, o Sr. é sabedor de que hoje sou obrigado a andar com dois guardas de segurança porque Darly e Alvarino já disseram que só se entregarão a Justiça depois de verem o meu cadáver. Seus jagunços andam à vontade por todos os lugares espalhando a intimidação e, quando, em Xapuri, a PM prende qualquer um dos pistoleiros, a Polícia Civil solta imediatamente por ordem do delegado e do prefeito.”<sup>88</sup>

Morreria sim, mas a sua luta teria um sentido maior que a simples defesa do direito de trabalhar no seu ofício. A sua luta, o seu modo de vida e tudo aquilo em que acreditava se transformaria no sonho e no ideal de muitas outras pessoas. Não apenas no Acre, a sua terra natal, mas no mundo. Os seus assassinos não contavam que a morte do líder dos seringueiros iria extrapolar as fronteiras do Acre e mobilizar a comunidade internacional, e que a sua memória se transformaria em patrimônio universal (NAKASHIMA, 2006).

A história acriana contou com a vida de dois grandes homens para se inscrever como página importante na história do Brasil. A política do Acre nos anos noventa do século vinte era uma espécie de nota de rodapé no livro da história política do Brasil. À parte a defesa e a importância exagerada que alguns autores acrianos insistem em dar ao estado do Acre na história política do país, o fato é que diferentemente da vida e da morte de Plácido de Castro, a vida e a morte de Chico Mendes levou o Acre às páginas dos principais jornais do mundo.

O líder seringueiro, quando ainda era vivo, recebeu homenagens fora do país, e por isso passou a ser ouvido e respeitado pelos seus compatriotas. Mesmo aqueles mais

---

<sup>87</sup> Idem, p. 172.

<sup>88</sup> Idem, p. 174.

interessados e envolvidos com os problemas do meio ambiente e com a causa seringueira não viam na liderança do seringueiro uma voz com capacidade de atravessar as fronteiras acrianas.

O homem simples ganhou espaço para ser ouvido porque havia sido reconhecido por autoridades e instituições internacionais como uma liderança legítima nos debates sobre o meio ambiente. Chico Mendes foi ouvido pelos “seus” depois que os “outros” o identificaram como uma voz que destoava da “mesmice” que caracterizava os debates sobre ecologia e o desenvolvimento sustentável na região. Afinal, ninguém melhor que um líder dos seringueiros para falar como viver na floresta sem destruí-la, conservando as suas riquezas para as gerações futuras.

O seringueiro defendia o seu modo de vida e a sua forma de ver e compreender a floresta como um modelo a ser seguido. Não era um “libertador”, como afirmam alguns autores ao se referirem ao Coronel Plácido de Castro. Na verdade, era um sonhador que em um dado momento da história coletivizou o seu sonho e com isso alcançou o reconhecimento internacional. Mas, caprichosamente, nessa recente história do povo acriano foi preciso que alguns sonhassem para que outros construíssem com o frio e duro “cimento da política” as estruturas e a lógica de um governo. Porém, os sonhos de emancipação e liberdade dos revolucionários comandados por Plácido de Castro e a utopia de uma “sociedade dos povos da floresta” idealizada pelo líder seringueiro não cabem nos projetos e nas ações dos partidos políticos, mesmo aqueles que se autodenominam progressistas e de esquerda.

Os cânticos ecoaram nas missas que foram celebradas em memória do herói amazônico. As homenagens se deram com o objetivo de mostrar que as virtudes e os valores desse herói deveriam guiar o destino do seu povo. Seus ideais permaneceriam gravados nos corações das futuras gerações e escritos em placas de inauguração das obras do governo, mesmo que essas negassem o próprio sonho e a utopia do simples homem da floresta e a coragem do soldado revolucionário.

Muitos são aqueles que se consideram herdeiros do legado político da luta seringueira protagonizada por Chico Mendes, Wilson Pinheiro e tantos outros que perderam suas vidas tragicamente e permanecem anônimos.

Com discursos inflamados na defesa dos valores e ideais do herói acriano ou em tom conciliatório e pacificador, o político revira os papéis e as fotos dos jornais na esperança de encontrar uma imagem, uma frase que o ligue de maneira direta e incondicional ao grande personagem da história acriana. Mas, assim como a política, a história é fria e nega essa proximidade, alertando aos mais atentos de que se trata de vidas distintas. São trajetórias que

percorreram percursos muito diferentes e com origens e fins antagônicos. Uma está marcada pela tragédia dos heróis e a outra pelo oportunismo daqueles que são bem nascidos.

Sem fotos, sem filmes ou vídeos para comprovar que lutou lado a lado do herói, resta o discurso político como instrumento daqueles que são desprovidos de uma autêntica vida seringueira. Mesmo separados pelo destino, alguns homens recontam a história e por diversas vezes usam a ficção como forma de apresentar uma proximidade ou relação de lutas distintas. Fazem isso e se apropriam dos dividendos dessa reconstrução histórica como prerrogativa para serem os portadores daquilo que julgam ser uma verdade incontestável.

Utopia e política são como água e óleo: não se misturam, porque são em suas essências diferentes. Unir a utopia à política e a virtude e a honra do herói à lógica e à razão do político se constituiu em um trabalho que transcendeu a capacidade dos partidos, dos intelectuais e dos militantes. Foi imprescindível recorrer aos heróis, ressuscitá-los em praça pública e recontar a história para que, a partir das palavras e das imagens desses personagens, se estabelecesse um novo tempo e uma nova jornada. Caprichosamente, a história reservava uma segunda morte ao herói.

É indiscutível que o assassinato de Chico Mendes, em dezembro de 1988, determinou uma nova agenda política no Acre. A notícia de sua morte correu o mundo e o seu rosto foi manchete em grandes jornais, inaugurando outro momento para as questões relativas a preservação das florestas na região amazônica. Consequentemente, as demandas das populações seringueiras e indígenas que estavam reprimidas desde o final dos anos setenta do século vinte, com o processo de ampliação da pecuária no Acre, também se fortaleceram nos debates políticos. A segunda morte do herói seringueiro estava anunciada quando a sua vida e a sua luta foi indevidamente incorporada à luta política partidária e eleitoral.

Os companheiros de resistência, as ideias e os valores do homem simples foram substituídos pelos discursos afinados com as novas possibilidades políticas que se apresentavam para os partidos e lideranças que haviam se aproximado dos movimentos seringueiros, indígenas e outros que se constituíram como protagonistas nesse momento da história do Acre. A defesa da floresta e da vida seringueira foi liderada por homens simples e rudes, mas esperançosos na possibilidade de transformação, e esses movimentos e as lutas deles decorrentes reafirmaram a necessidade de profundas mudanças nas ações dos governos que haviam sido eleitos.

As ideias, os valores as demandas e as necessidades das populações que viviam no interior das florestas e nas periferias das cidades, e que de certa forma estavam contempladas nos movimentos e na estratégia de resistência representada por Chico Mendes, se constituíram

como uma força política em estado bruto. Era preciso lapidar, para assim viabilizá-la como algo capaz de compor um projeto político partidário e eleitoral. A morte resgatou e fez emergir o herói contido na simplicidade de uma vida nos seringais, e a luta política partidária eleitoral extinguiu a essência emancipadora que a resistência seringueira havia materializado.

O discurso político que emergiu após a morte de Chico Mendes deve ser compreendido por dois momentos distintos: o primeiro foi o de comoção que o seu assassinato provocou nas comunidades que sobreviviam no interior das florestas do estado do Acre e a consequente repercussão do fato na sociedade acriana, no Brasil e no mundo. Isso possibilitou a incorporação do tema nos debates e projetos de partidos que faziam oposição aos governos que tinham sido eleitos até aquele momento. O segundo foi o que incorporou a trajetória do líder seringueiro na estratégia de um governo de oposição que se elegeu, entre outros fatores, com os dividendos da trágica e anunciada morte do líder seringueiro.

A compreensão do primeiro momento passa pela legitimidade e emergência que o acontecimento deu aos debates sobre o meio ambiente e preservação dos recursos naturais na região amazônica, mesmo considerando que Chico Mendes não havia sido a primeira vítima do violento processo de ampliação das atividades econômicas e do modelo de desenvolvimento que se consolidou na região.

Com o projeto de colonização do Acre, em 1970, começou a violência. Os agricultores do sul chegaram para explorar a terra, substituindo os seringais por fazendas. Segundo os seringueiros, até 1975, vieram abaixo 180 mil seringueiras e 80 mil castanheiras, num total de 1,5 milhão de árvores só em Xapuri. A cidade onde morreu Chico Mendes, a 180 quilômetros de Rio Branco, viu irem embora 10 mil famílias de seringueiros, que acabaram como favelados na periferia da capital do Acre ou na Bolívia.<sup>89</sup>

Na verdade, a sua morte mudou a maneira de olhar de muitas autoridades e instituições e sensibilizou a opinião pública para as lutas e os problemas que silenciosamente se desenrolavam no interior das florestas e nas barrancas dos rios acrianos. No segundo momento destaca-se a eficiência de uma máquina partidária que construiu, por meio de um discurso estratégico, um projeto de poder que foi capaz de se articular com um amplo processo de lutas populares que eclodiu no estado na segunda metade da década de oitenta do século vinte.

---

<sup>89</sup> Idem, p.154.

Essa luta, que emergiu de um quadro histórico de injustiças e desigualdades e que se consolidou na história da sociedade acriana como uma alternativa, negava as estruturas partidárias e o próprio modelo de democracia e participação política então existente.

A cooptação de lideranças remanescentes ou aquelas que se consolidaram quando a tragédia seringueira ocorreu, possibilitou o engajamento do discurso político de transformação e de uma nova forma de fazer política que já nasceu com a velha estrutura do barracão e da servidão seringueira. O ofício de extração da borracha foi trocado pela servidão partidária e obediência ao líder, e a machadinha pela caneta que escreve o discurso dos chefes das seções, de uma burocracia governamental que foi em parte ampliada para servir aos interesses do partido, constituída pelos seguidores do novo líder e por militantes desempregados e ávidos em servir ao poder.

No início dos anos setenta do século XX, a tragédia seringueira era iminente porque a lógica do capital somada a ideia de viabilizar economicamente o estado do Acre por meio da pecuária extensiva ignorou a existência de milhares de famílias que sobreviviam do que restara da economia extrativista, e impôs a esses homens e mulheres uma dura realidade. Eles deveriam desaparecer juntamente com a paisagem e o cotidiano dos seringais como forma de viabilizar os novos projetos de desenvolvimento para o estado. O problema era como fazer desaparecer milhares de famílias dos antigos seringais, sem que para isso se oferecesse a essas pessoas alternativas de sobrevivência.

A morte da floresta era consequentemente a morte das famílias seringueiras e a defesa da floresta era a defesa da vida seringueira, ou seja, a natureza simbiótica da vida nos seringais elevou a causa seringueira como uma causa da humanidade. O silêncio teria que necessariamente ser quebrado pelo estampido de um tiro traiçoeiro; a ação do assassino protegido pelo escuro da noite foi o instrumento que transformou o líder em mártir e com isso encerrou a trajetória do herói acriano que sonhara com a união dos povos da floresta.

Chico Mendes certa vez declarou: “quero viver para defender a floresta”. Ele, assim como todo homem, ignorava o seu destino, afinal os heróis não se reconhecem como tal, lutam por uma causa e morrem por ela porque acreditam nos sonhos que sonham e, de certa forma, desconhecem que o destino dos justos é estreito e sem desvios, que a morte é inexoravelmente o que lhe garante a glória e a eternidade das lutas que travam.

Cumpriu-se o destino! Deixem que o herói repouse em paz para que os seus sonhos e seus ideais se propaguem e renovem a esperança do seu povo. Não despertem o herói do seu sono eterno e glorioso, porque a sua jornada terminou e apenas a memória da sua vida e o seu exemplo de luta pela liberdade e justiça deve permanecer para guiar os caminhos

do futuro. Não convoquem a sua memória nas procissões, nas inaugurações e não ofereçam prêmios em seu nome porque a eternidade foi o seu maior prêmio. Suas palavras devem ser como uma brisa que “renova e refrigera a alma” de todos aqueles que, como ele, caminharam ou caminham na estrada da incerteza e da instabilidade dos que lutam por seus sonhos.

Mas, a política não é feita de sonhos e de utopia. Tanto um como o outro são sempre o meio, não o fim da ação dos partidos e governo. O *slogan* “Chico Mendes vive” perdeu a sua essência mobilizadora no labirinto das estradas da política partidária, e nada mais representa quando é revivido em cartazes que promovem as ideias e os interesses de políticos e técnicos. Esses, diferentemente do que preconizava o herói, lutam apenas pela sobrevivência política, a manutenção dos seus cargos e empregos e pelo desejo de servir ao chefe.

Convocar a memória do herói como instrumento de defesa de ideologias partidárias e de governos é lhe impor uma segunda morte. Deixem que ele repouse no infinito do céu estrelado de uma madrugada seringueira, e renovem os seus sonhos com o legado de luta que ele deixou. Esses sonhos não cabem nos projetos que buscam reviver uma trajetória de luta como forma de legitimar uma hegemonia política. A ação de um governo que vincula as ideologias partidárias e projetos de poder à memória dos heróis e mártires da história acriana esvazia os propósitos da revolução e da luta seringueira. Cada um desses eventos históricos, a seu modo e a seu tempo, representaram para o povo acriano um conjunto de ideais e conquistas que eram em suas essências emancipadores e libertários.

A resistência representada pelo movimento dos seringueiros e a tragédia que se abateu sobre o amplo processo de transformação que se operava no interior das comunidades que sobreviviam nas florestas marcaram um novo tempo nas relações políticas no Acre.

O fortalecimento de partidos denominados de esquerda como o PT, PC do B, PSB, entre outros, se deu porque esses se beneficiaram em grande parte da capacidade e da força do discurso que o movimento seringueiro imprimiu nas questões relativas ao meio ambiente para se constituírem como forças políticas no estado.

A liderança de Chico Mendes na luta em defesa de um espaço de sobrevivência para os seringueiros se transformou em um amplo movimento em defesa das florestas e das suas populações. A voz do líder seringueiro se ampliou repercutindo no mundo com a legitimidade de quem lutava por uma causa humanitária. Sua luta era em defesa da vida na floresta e propunha de forma singela uma comunhão entre os habitantes da floresta, seringueiros e índios, a que se denominou de “aliança dos povos da floresta”.

“Criou-se, em 1985, o Conselho Nacional dos Seringueiros, por iniciativa do sindicato (...) Esse encontro determinou que, a partir daquele momento, seria

realizada uma campanha no sentido de se tentar uma aliança com os índios, já que as lutas eram iguais e que muita coisa que aprendemos, nossos costumes na mata, por exemplo, vêm dos índios. Tínhamos uma herança de índio.

No Encontro Nacional dos Seringueiros, que contou com observadores nacionais e estrangeiros, começou a crescer essa consciência da aliança. E até hoje, já foram realizados vários encontros com propostas conjuntas entre índios e seringueiros.

Aí surge a bandeira de luta pelas Reservas Extrativistas, que é uma área também indígena. O índio não quer ser colono, quer utilizar as áreas comunitariamente, e os seringueiros juntam-se a essa consciência também. Não queremos título de propriedade, queremos que ela seja da União, com usufruto dos seringueiros. Essa coisa pegou e chamou a atenção dos índios que começaram a se articular.”<sup>90</sup>

As palavras não deixam dúvidas, tratava-se de um “discurso político” e não do “discurso de um político”, e que se materializou pela ação de atores diretamente envolvidos com uma realidade singular. Índios e seringueiros se transformaram em sujeitos e reinventaram suas relações históricas, criando uma realidade que era o efeito genuíno de uma luta movida por interesses políticos e econômicos conflitantes e travada no interior das florestas do Acre.

Quando ocorreu o acirramento dos conflitos, vislumbrou-se uma nova perspectiva de solução para os graves problemas sociais e ambientais existentes na região. Muitos viram nessas vozes uma força social capaz de transformar um modelo secular de exploração. Engajaram-se no movimento seringueiro porque haviam sido contaminados pelo frescor das ideias propagadas por trabalhadores rudes e por índios que, de forma inédita na história acriana, comungavam dos mesmos objetivos. Outros enxergaram nesse movimento a oportunidade de saírem da obscuridade política e se apropriaram do discurso seringueiro como forma de construir um projeto político partidário.

Tratava-se de uma ação política derivada de relações históricas e que estava sendo protagonizada por atores que se constituíram como sujeito no interior do processo de luta. Não eram legendas partidárias, mas seringueiros e índios que se afirmavam como homens capazes de pensar a sua realidade e de construir, por meio de uma experiência singular, novas alternativas de sociabilidade.

Recusando, pelos Empates, o fazendeiro/pecuarista, o “paulista”, de fora e, também, a condição de “colono”, de “posseiro” ou de “pequeno produtor rural”, tal como a Contag e os militantes da Igreja propugnavam, os seringueiros acabaram

---

<sup>90</sup> Apud, GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)*. Brasília: IBAMA, 2003, p. 546.

construindo um projeto próprio que afirmava uma matriz de racionalidade própria e, com ela, forma de propriedade próprias.<sup>91</sup>

Um século de contradição e de rivalidades entre as populações seringueiras e indígenas no Acre parecia ter encontrado por meio de uma luta franca e de defesa do direito de sobreviver na floresta uma alternativa que negava os conceitos de uma razão dogmática. Palavras como desenvolvimento, progresso ou mesmo o direito de homens rudes ou “selvagens” plantarem ou colherem os frutos que a mãe natureza ofertava tornaram-se ideias e valores muito simples e, portanto, insuportáveis para um projeto de governo.

A apropriação indevida do discurso inovador e libertário aprisionou a trajetória do herói a uma estrutura de poder que recorre aos seus feitos como forma de legitimar as ações que são, na forma e essência, a negação da luta originária. A transposição da imagem dos heróis e mártires como instrumentos de afirmação de um projeto de governo não é original, e a esse artifício recorrem os líderes que buscam a sua afirmação na história por meio dos valores alheios e de uma história gravada com sangue na memória de um povo.

---

<sup>91</sup> Idem, p.555.



**PARTE II**  
**O GOVERNO**

## 2.1. A questão partidária e as eleições: como a oposição se fez governo

O Partido dos Trabalhadores assumiu o governo do estado do Acre em janeiro de 1999. Para muitos, esse foi considerado um fato político sem precedentes na história política do povo acreano, mas para outros, trata-se da consolidação de uma bem sucedida estratégia política e eleitoral. Independentemente da maneira com que se avaliem as campanhas vitoriosas de 1998 e 2002 do Partido dos Trabalhadores no estado e a ascensão de algumas de suas lideranças ao cenário político nacional, o partido teve que “pagar um preço”. O valor pago pode ser definido como uma espécie de “subtração ideológica”, e que certamente deslocou o partido para uma posição moderada, se considerarmos esse posicionamento em termos de direita e esquerda.

Apesar das negativas que são feitas por suas principais lideranças e de alguns militantes a essas questões, o deslocamento no espectro ideológico do partido em direção a uma posição mais ao centro se tornou uma realidade na política partidária acreana. Esse é um fato que mereceu e continua merecendo atenção de todos aqueles que se interessam pelo desenvolvimento das organizações partidárias na região amazônica e os respectivos desdobros desse processo nos assuntos relacionados aos estudos políticos dessa região do país.

A ascensão petista no Acre teve início nas eleições para governo em 1990, e começou a se constituir com a vitória do partido na prefeitura da capital, Rio Branco, em 1992. A consolidação veio com a eleição do candidato Jorge Viana ao governo e do seu irmão, Tião Viana, para o Senado, em 1998. Essa dupla vitória transformou os irmãos Viana nas duas principais lideranças do partido no estado e os projetou para o cenário político nacional.

Nessa parte da pesquisa, ao mesmo tempo em que procuramos tratar de alguns aspectos mais relevantes dessa trajetória, buscamos também avaliar as ações desse grupo político que governa o estado desde janeiro de 1999, analisando quais teriam sido as causas que possibilitaram a construção do que hoje pode ser considerada como uma hegemonia petista no Acre.

Essas reflexões tratam exclusivamente do período que corresponde aos dois mandatos do Governador Jorge Viana (1999 – 2003 e 2003 – 2007), e não se estendem às questões relativas ao histórico de construção do Partido dos Trabalhadores no Acre.

As ações do governo petista nos espaços das cidades, principalmente na capital do estado, o discurso ecológico e de sustentabilidade somados a um tipo de dominação singular praticada por essas lideranças, se configuraram como um interessante objeto de estudo, na

medida em que se estabeleceu um amplo processo de reorganização na estrutura partidária e burocrática do estado.

O reflexo dessa nova configuração do poder na sociedade acriana restabeleceu valores e práticas políticas e discursivas que ultrapassam a análise de uma mera alternância de partidos e grupos no comando da administração do estado.

A trajetória do Partido dos Trabalhadores no Acre nos levou à retomada de uma antiga discussão: o pragmatismo político eleitoral como balizador das ações dos partidos e grupos. A experiência do PT acriano pode ser compreendida como o exemplo típico da “força pragmática” que atinge o comportamento da grande maioria dos partidos nacionais, sejam eles de direita ou esquerda, radicais ou moderados.

Em dezembro de 1998, depois de uma vitória esmagadora imposta sobre o PMDB, PFL e PPB - então as principais legendas partidárias do estado - o PT - Partido dos Trabalhadores e o *slogan* “a vida vai melhorar” inseriram de forma definitiva na política acriana os nomes de Jorge Viana e Tião Viana. Eleitos com expressiva votação para o governo do estado e senado, respectivamente, os “irmãos Viana” passaram a ocupar lugar de destaque no cenário político nacional concedendo, inclusive, entrevistas em programas de rede nacional e inaugurando, a partir de Janeiro de 1999, um dos mais bem sucedidos projetos de poder na política contemporânea no Acre.

Em menos de dez anos, o PT acriano, que amargara derrotas em eleições anteriores, rompe as barreiras de um eleitorado conservador, dividido entre as duas mais tradicionais legendas partidárias do estado<sup>92</sup>, e dá início a um projeto de governo singular. Em uma eleição histórica, Jorge Viana e o Partido dos Trabalhadores se habilitavam a promover na política local o que eles afirmavam ser “a mudança e uma nova forma de fazer política no Acre”.

No entanto, o Partido dos Trabalhadores não chegou ao poder sozinho. O grupo que havia levado Jorge Viana e o PT a uma acirrada disputa pelo governo no segundo turno das eleições de 1990, com Edmundo Pinto do PDS<sup>93</sup>, e que o elegeu prefeito de Rio Branco em 1992, também o acompanha nesta caminhada vitoriosa rumo ao palácio Rio Branco<sup>94</sup>.

A campanha de Jorge Viana para prefeito demonstrara a habilidade das lideranças do PT acriano na condução da política local. A composição da chapa que elegeu o candidato

---

<sup>92</sup> As eleições acrianas durante o período entre 1982 a 1994 são caracterizadas por uma disputa entre o PMDB e o PDS/PPR/PP.

<sup>93</sup> Governador eleito em 1990, foi assassinado em São Paulo, no dia 17 de maio de 1992.

<sup>94</sup> Sede do Poder Executivo no estado.

petista na eleição municipal demonstrou uma profunda mudança de estratégia da “esquerda acriana” em relação às disputas eleitorais no estado.

A radicalização e a inflexibilidade ideológica, comum nos discursos de campanhas anteriores, e que haviam caracterizado o PT e a Frente Popular do Acre – FPA<sup>95</sup>, foram substituídas por uma postura em que não se negava a trajetória histórica dos partidos, mas agregava no interior de suas estruturas burocráticas uma visão mais pragmática. Novos conceitos, posicionamento e estratégias que aumentaram significativamente o peso do Partido dos Trabalhadores no jogo eleitoral. Com isso, criaram-se as condições para um projeto de poder com estabilidade e capacidade suficiente de romper as fronteiras políticas do estado e, conseqüentemente, construir na sociedade nacional uma “imagem positiva” do Estado do Acre.

Sob a liderança de Jorge Viana, o Partido dos Trabalhadores se deslocou para uma posição de centro esquerda, substituindo a radicalização e o discurso ideológico característico da Frente Popular para outro de reconstrução e resgate da ética na política e da condução do Acre e do seu povo a um lugar de destaque na política nacional.

Porém, essa era uma tarefa que ultrapassava os limites de uma disputa eleitoral. O eleitorado acriano havia passado os últimos anos (1982 – 1998) descarregando seus votos em uma espécie de bipartidarismo artificial<sup>96</sup>, elegendo sistematicamente candidatos de duas legendas partidárias: o PMDB e o PDS/PPB/PP respectivamente. Diante desse quadro eleitoral, o poder se alternava em um espectro partidário e ideológico com pouca diferenciação. A recondução desses dois grupos políticos tradicionais da política acriana chegou ao final dos anos noventa como uma estratégia desgastada, ou seja:

Esse foi um processo que durou alguns pleitos, mas que não resistiu à dinâmica que o sistema de eleições periódicas e pluripartidárias provocou na própria estrutura partidária e na forma que o eleitor passou a ver cada uma das legendas.<sup>97</sup>

A disputa por votos, principalmente na capital do estado, se mostrava então muito promissora para o grupo político que se consolidara nas lutas sociais, travadas durante os anos setenta e oitenta no Acre. Nomes de sindicalistas e militantes partidários que não possuíam grande capacidade de penetração no eleitorado acriano passaram, juntamente com Jorge

---

<sup>95</sup> Coligação que nas eleições para o governo em 1998 reunia os seguintes partidos: PT, PC do B, PV, PSB, PSDB, PMN, PL, PDT, PPS, PTB, PT do B, PSL.

<sup>96</sup> SILVA, Nilson Euclides da. *Voto e racionalidade em Rio Branco*. São Paulo: PUC, 2002. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais – Política), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002, p. 62.

<sup>97</sup> Idem, p. 68.

Viana, a contabilizar votos. Esse desempenho eleitoral foi o que conduziu Marina Silva - PT ao Senado nas eleições de 1994, e posteriormente levou nomes como Nalhu Gouveia - PT e Edvaldo Magalhães - PC do B a Assembléia Legislativa do estado<sup>98</sup>.

Cabe ressaltar que a figura de Jorge Viana nos embates políticos entre a “esquerda e a direita acriana”, bem como nos movimentos sociais e nas lutas sindicais apareceu tardiamente. Na verdade, sua liderança política se consolidou a partir do momento em que um projeto de “ocupação efetiva do poder”, e não de mera oposição sistemática ou luta política ideológica, passou a fazer parte da estratégia eleitoral de partidos como: PT, PMN, PL, PDT, PPS, PTB, PT do B, PSB, PSL, PC do B e PV, que eram os partidos que compunham a Frente Popular nas eleições de 1998.

Como se pode ver, a estrutura eleitoral da Frente Popular do Acre em 1998 é um arco político, composto por partidos com tendências ideológicas que vão da direita à esquerda, mas com algo em comum: apostaram no nome de Jorge Viana como o candidato capaz de derrotar as outras duas principais candidaturas, representadas pelo Candidato Alécio Dias, do PFL, e de Chicão Brígido, do PMDB.

Esse arco ideológico da Frente Popular se completou com a indicação de Edson Cadaxo, do PSDB, como vice na chapa de Jorge Viana. Esse acordo político se constituiu sob o argumento de que era necessário juntar todas as forças políticas que tinham “compromisso ético”, para que se pudesse vencer o grupo que governava o estado e que havia promovido o abandono das populações pobres, a decadência das estruturas governamentais e o descumprimento da Lei<sup>99</sup>. A postura pragmática da Frente Popular tem, nas palavras de um dos principais assessores do Governo Jorge Viana, o senhor Francisco Afonso Nepomuceno (Carioca), a seguinte leitura:

“No processo eleitoral, tinha-se o diagnóstico de que sem alianças não se ganharia a eleição, sendo necessário flexibilizar a visão de quais deveriam ser os aliados. Se a aliança fosse restrita a PC do B, PV, PSB e PDT, aliados de outros embates eleitorais, não se ganharia a eleição. O grande problema no arco de aliança, composto por 12 partidos, era a presença do PSDB pelo que simbolizava na disputa de governo e que poderia interferir na política nacional de alianças do PT. Foi, assim, objeto de discussão na convenção nacional do PT, que autorizou a aliança local, em caráter de exceção. A necessidade de uma aliança ampla se justificava pela necessidade de um exército de candidatos proporcionais (deputados) fazendo campanha para o candidato a governador, já que a direita sempre teve um número

---

<sup>98</sup> Nalhu Gouveia e Edvaldo Magalhães foram sindicalistas e militantes do PT e PC do B respectivamente, e se elegeram deputados estaduais por esses partidos.

<sup>99</sup> Apud Revista da Marina, Brasília, 2001, p.56.

maior de candidatos. Outro aspecto era a possibilidade de um tempo maior de propaganda na televisão”.<sup>100</sup>

No final do governo de Orleir Cameli – PPR/PFL, eleito em 1994, o estado do Acre projeta no imaginário político nacional a ideia de um estado governado por um cidadão que possui vários números de CPF e que está envolvido no caso da apreensão de uma aeronave carregada com suposto contrabando<sup>101</sup>.

Na Câmara Federal, o então Deputado e ex-coronel da PM Hildebrando Pascoal – PPB é acusado de ser chefe de um grupo de assassinos que agia no estado e de ter envolvimento com o tráfico de drogas, acusações essas que levaram à perda do seu mandato e à prisão em 1999. A imprensa nacional diariamente publica o envolvimento de autoridades acrianas em escândalos que vão de casos de corrupção ao assassinato de pessoas, inclusive com o uso de motosserra.<sup>102</sup>

Somados a esses escândalos, a folha de pagamento do funcionalismo público do estado se encontrava com três meses de atraso e a estrutura de governo totalmente abalada com a ausência de comando por parte do Poder Executivo estadual e da inércia do Legislativo. A exceção se faz no Judiciário Acriano, em um trabalho conjunto com Ministério Público, a Justiça Federal e a Procuradoria da República no Acre. Essas instituições, numa ação inédita, investiga e desmantela o grupo de criminosos comandado pelo então Deputado Federal Hildebrando Pascoal.

Enfim, no final dos anos noventa, a imagem do Estado do Acre está ligada aos desmandos e a ações ilícitas que são protagonizados por autoridades eleitas, passando mais uma vez para a sociedade nacional uma história de violência, como já ocorrera ao final dos anos oitenta com a morte do seringueiro e líder sindical Chico Mendes. Definitivamente, esse foi um momento em que a população acriana não tinha porque se orgulhar dos seus representantes.

As lideranças dos partidos PMDB, PPR/PP e PFL têm seus nomes de uma forma ou de outra ligados à incompetência administrativa e à desonestidade com a política e a coisa pública. Do outro lado, o grupo liderado por Jorge Viana, Marina Silva e Tião Viana,

---

<sup>100</sup> Entrevista realizada em 24/11/2000, por Horácio Antunes de Sant’ana Jr.

<sup>101</sup> O então governador Orleir Cameli – PPR/PFL foi acusado de possuir vários números de CPF e de ser dono de um avião preso pela Polícia Federal com várias mercadorias sem nota fiscal ou procedência. Esse foi um fato fartamente divulgado na imprensa nacional.

<sup>102</sup> Esse foi um caso que ficou nacionalmente conhecido e se deu por conta do assassinato do irmão do então deputado Hildebrando Pascoal que, disposto a encontrar o assassino, comandou uma verdadeira caçada humana, promovendo tortura e o assassinato de pessoas que ele julgava envolvidas com o crime, utilizando para isso inclusive uma motosserra.

representava a renovação de uma realidade política eleitoral, que conduzia a sociedade acriana à situação em que a palavra de ordem era: “a transformação e a mudança”.

Ao recapitular as campanhas anteriores do PT e da Frente Popular, principalmente as eleições de 1990, 1992, 1994 e 1996, verificou-se que havia uma estratégia eleitoral em que os principais objetivos eram: primeiro, o de construir a imagem de uma liderança jovem e competente em torno do nome de Jorge Viana e, segundo, o de consolidar um discurso capaz de associar a luta em defesa das florestas acrianas e a competência administrativa do Partido dos Trabalhadores e da Frente Popular do Acre.

O resultado da eleição para governo em 1998 mostrou que a estratégia montada pela Frente Popular havia sido vitoriosa, porque fez do candidato Jorge Viana um nome capaz de penetrar numa parcela do eleitorado ainda não seduzido por sua imagem e pela atuação como prefeito de Rio Branco. Os dividendos eleitorais do discurso petista nessas eleições não ficaram restritos aos simpatizantes e militantes de partidos como o próprio PT, PC do B, PV, PSB, mas se ampliou em uma parcela do eleitorado acriano que historicamente não votava nesses partidos.

O Jorge era o candidato mais forte que o PT tinha, por ser determinado, preparado, conhecer todo o estado, todas as pessoas de prestígio nas localidades. Além dos partidos, a aliança foi apoiada por parte dos fazendeiros pecuaristas, convencidos que o governo poderia contribuir para a modernização da pecuária sem depredação ambiental, ou madeireiros, que aceitaram a ideia do manejo florestal. Para obter apoio de parte destes setores foi importante a explicação clara de projetos e a credibilidade, conhecimento e intenções do candidato.<sup>103</sup>

Para o governo de estado em 1990, o *slogan* de campanha tinha sido “o Acre tem jeito”, na prefeitura de Rio Branco, “vida nova na cidade” e para o governo, em 1998, “a vida vai melhorar”. Os discursos de campanha e o nascente projeto de poder demonstravam que o objetivo não poderia ser outro: era necessária a construção de uma hegemonia política e, conseqüentemente, o esvaziamento das forças de oposição.

No período que correspondeu ao fim da administração petista no município e a eleição para governo em 1998, o PT e a Frente Popular contabilizavam duas grandes lições políticas: as derrotas de Marcos Afonso - PT para o Mauri Sérgio - PMDB, em 1996, e de Raimundo Angelim para o ex-governador Flaviano Melo - PMDB, em 2000. Essas derrotas demonstraram às lideranças da Frente Popular, e principalmente ao PT, que o caminho para a conquista do governo estadual e a inserção definitiva no eleitorado de um discurso da

---

<sup>103</sup> Entrevista realizada em 24/11/2000, por Horácio Antunes de Sant’ana Jr.

“mudança” passava necessariamente pela ampliação nas coligações e da agregação de valores que deveriam ir além da competência administrativa e da honestidade na política<sup>104</sup>.

Na prática, o projeto político que levaria o PT ao palácio Rio Branco precisava ser mais do que uma opção de mudança no eleitorado em relação às antigas lideranças, e era evidente a necessidade de se construir um projeto político capaz de fazer a inserção, ao menos no discurso, de todo o povo acriano, inclusive os setores mais conservadores do eleitorado que votavam fielmente em antigas lideranças do PMDB e do antigo PDS.

Em 1998, o momento político no Acre estava caracterizado pelo desgaste político natural dos principais partidos, que eram o PMDB e PDS/PPB, e conseqüentemente pela inabilidade política dessas lideranças de se manterem no poder. E como o poder não admite o vácuo, o eleitorado acriano ansiava por uma nova liderança. Com isso, ficou sedimentado o caminho para a vitória da oposição, representada pela Frente Popular e pelo PT de Jorge Viana.

À frente das campanhas, a estrela petista brilhava e era conduzida pela liderança incontestável de Jorge Viana que, mesmo não sendo um militante histórico como Marina Silva e Nalhu Gouveia, nesse momento era sem dúvida o nome mais conhecido pelo eleitorado, sobretudo o da capital. O então candidato Jorge Viana, de forma muito pragmática, utilizou esse capital político eleitoral para agregar em torno de seu nome várias correntes internas do seu partido e de outros que compunham a ampla coligação.

De outro lado, a sua equipe de campanha conseguiu projetar no eleitorado acriano uma imagem de juventude e mudança, habilmente associada durante as campanhas à sua “competência administrativa”. A soma de todos esses fatores levou pela primeira vez ao governo do estado um conjunto de partidos marcados historicamente por um forte apelo popular, base ideológica e com militância nos setores mais populares e progressistas da política acriana.

O grupo político que chega ao poder em 1999, apesar do forte apelo popular, tem como grandes lideranças os nomes de Jorge Viana e Tião Viana, herdeiros de antigas oligarquias políticas locais. Contudo, é inegável também que pela primeira vez personalidades e lideranças dos movimentos sociais, estudantil e sindical passaram de coadjuvantes a protagonistas da política acriana.

A exemplo do que ocorrera em outros estados, no Acre os segmentos mais populares haviam ficado ausentes dos processos de decisão política. A condução dos assuntos

---

<sup>104</sup> SILVA, Nilson Euclides da. Op. cit. p.77 – 88.



públicos e as atividades políticas estavam reservadas aos políticos oriundos das famílias tradicionais, apadrinhados ou por indivíduos que viviam da política.

Nossa distinção assenta-se, portanto, num aspecto extremamente importante da condição do homem público, ou seja, o aspecto econômico. Daquele que vê na política uma permanente fonte de renda, diremos que “vive da política” e diremos, no caso contrário que “vive para a política”.<sup>105</sup>

Durante o tempo em que o PT e os partidos que compunham a Frente Popular do Acre fizeram oposição ao modelo implantado por partidos que comandavam a política local, a demanda por uma participação maior desses segmentos se ampliou, e isso de certa maneira fez da eleição de Jorge Viana uma espécie de “oportunidade histórica” para que esses segmentos sociais participassem finalmente das estruturas de um governo.

Temos, nesse momento, um paradoxo na política acriana. De um lado, lideranças políticas tradicionais que não conseguem mais os votos necessários à sua manutenção no poder; e de outro, uma frente partidária composta, fundamentalmente, por partidos de forte base popular. Esses últimos, com um discurso de renovação, mas que são liderados, entre outros por nomes ligados às antigas lideranças e as famílias tradicionais da política acriana. Ou seja, aparentemente, essa renovação política é proposta por ex-sindicalistas e uma militância com convicção ideológica, mas, na prática é comandada por nomes que pertenciam a uma elite com *status* e poder econômico.

Vocês perderão o seu tempo expondo, da forma mais persuasiva possível, a um sindicalista convencido da verdade da ética de convicção, que o único resultado da sua ação será aumentar as possibilidades da reação, retardar a ação da sua classe, e escravizá-la ainda mais, ele não acreditará. Quando as consequências de um ato realizado por sua convicção são negativas, o partidário dessa ética não atribuirá a responsabilidade ao agente, mas ao mundo, à tolice dos homens ou à vontade de Deus, que criou os homens como são.<sup>106</sup>

Não se trata de julgamento de valor, mas de um fato, afinal nenhum dos “irmãos Viana”, tinha uma trajetória política que pudesse ser associada aos movimentos sociais, sindicatos ou mesmo uma histórica militância partidária, como era o caso da Senadora Marina Silva e da Deputada Estadual Nalhu Gouveia, ambas do PT.

Jorge Viana e Tião Viana eram filhos de Wildy Viana das Neves, Ex-Deputado Federal pelo PDS, e que ainda jovens foram morar em outros estados, voltando ao Acre no final dos anos oitenta com diplomas de engenheiro florestal e de médico, respectivamente.

---

<sup>105</sup> WEBER, Max. *Ciência e política duas vocações*, São Paulo: 2006, p. 65.

<sup>106</sup> ARON apud WEBER. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo, 2000, p. 472.

Enfim, se considerarmos essas duas lideranças e a ampla coligação, a Frente Popular não era tão popular assim. Ao analisarmos a principal liderança petista, que era o então candidato Jorge Viana, pode-se defini-la como a de um “homem de ação movido por certa ética da responsabilidade”.

A ética da responsabilidade interpreta a ação em termos de meio-fins. Se for preciso convencer os oficiais de um exército a aceitar uma política que não apreciam, ela será apresentada em linguagem tal que eles não a compreenderão, ou com fórmulas que tolerem interpretação estritamente contrária à intenção real do ator, ou ao objetivo procurado.<sup>107</sup>

A demanda por uma maior participação política, que havia sido represada nos limites dos movimentos sociais e sindicatos que compunham a base do PT e da Frente Popular, ansiava por espaço nas estruturas de poder. Isso era um fato iminente, da mesma forma que o apoio de algumas famílias e setores mais tradicionais a candidatura Jorge Viana também era. Na política, é natural que diante de uma situação de caos, a sociedade se una em prol de um projeto de reconstrução. Essa é uma regra que dura até o momento em que interesses antagônicos passam a compor a agenda dos partidos e do governo.

O projeto de governo do petista Jorge Viana precisava então ter um rosto. O discurso da campanha ao governo em 1998 era o de que “a vida vai melhorar”. Mas, sabemos que todas as ações dos governos são setoriais e o seu alcance quase sempre limitado. Se considerarmos as demandas de um histórico quadro de exclusão política e social, que era o caso da sociedade acriana, essas ações precisavam atingir os setores mais populares ao mesmo tempo em que deveriam atender aos anseios de uma classe média composta por funcionários públicos, comerciantes e pequenos e médios produtores rurais, insatisfeitos com o então desarranjado quadro político.

O *slogan* de campanha prometia a melhoria, mas não dizia de quem nem como isso se daria. Por outro lado, o imaginário do eleitorado de uma maneira geral considerou - e conseqüentemente votou - a perspectiva de que essa mensagem atingia diretamente os seus interesses<sup>108</sup>.

A campanha da Frente Popular liderada pelo PT de Jorge Viana estrategicamente inclui em seu discurso as populações tradicionais, os indígenas, o sindicalista, o trabalhador da cidade, o funcionário público e os demais segmentos da sociedade como partícipes de um projeto de governo que tinha como objetivo maior “tirar o Acre do atraso”. É importante

---

<sup>107</sup> ARON Raymond. Op. cit. p. 470.

<sup>108</sup> DOWNS, Antony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.

ressaltar que, durante a campanha a governo em 1998, Jorge Viana e sua comitiva percorreram todos os municípios do estado, entregando inclusive panfletos que eram escritos em linguagem de diversas tribos indígenas, o que “simbolicamente” o fazia candidato de todos os segmentos e grupos sociais.

Não demorou muito e a campanha de Jorge Viana ganhou ares de um movimento do “povo acriano” pela reconstrução e reafirmação do Acre como ente federativo. Ressaltaram-se nesse momento, as suas singularidades históricas e todo o processo de formação da sociedade acriana, que foram também aspectos fartamente utilizados durante os dois mandatos do governador. Conseqüentemente, na metade da campanha de 1998, Jorge Viana contabilizava uma aceitação que ultrapassava cinquenta por cento do eleitorado e demonstrava que a sua eleição era apenas uma questão de tempo.

É interessante mencionar que as eleições majoritárias, lideradas pelos nomes de Jorge e Tião Viana, traziam a reboque os nomes de candidatos que buscavam uma cadeira na Assembléia, o que representava uma oportunidade para que, mesmo se o Partido dos Trabalhadores e a Frente Popular não fizessem à maioria no legislativo estadual, pudessem contar ao menos com uma base de apoio ao governo. Apontamos anteriormente que nas eleições para o governo de estado em 1998, lideranças do PMDB e PPR/PP apresentavam um desgaste natural em face de um modelo político eleitoral que vigorou nos anos oitenta. Além desse desgaste natural, foi mencionado que a inabilidade política impediu que esses partidos mais tradicionais se mantivessem no poder. Mas, outras questões devem ser apontadas para melhor se compreender a ascensão do Partido dos Trabalhadores e o surgimento de uma liderança como a do Governador Jorge Viana.

O desgaste natural de partidos como PMDB, PFL e PPB/PP coincidiu com o crescimento das lutas dos trabalhadores rurais, das populações indígenas e tradicionais no estado. Essas forças sociais que, mesmo com o fim do regime militar, até o final dos anos oitenta ainda não haviam sido inseridas nos processos de decisão política do estado.

Após o assassinato do líder sindicalista Chico Mendes, a luta pelos direitos dessas populações passou a ter uma projeção maior na mídia nacional, o que reforçou os movimentos de luta e levou essa parcela da sociedade acriana a reivindicar de forma mais efetiva não apenas o direito a terra, ao trabalho, mas principalmente o de defesa da floresta e dos “povos da floresta”.

A operação de defesa das condições de vida do seringueiro se entrelaçava e confundia-se com a preservação da floresta. A questão ambiental estava posta. Manter a floresta era garantir o direito de existência enquanto produtor e extrativista.<sup>109</sup>

As questões do meio ambiente, preservação das florestas, das populações indígenas e tradicionais eram nesse momento fundamentais, e a ausência dessas questões nos discursos e projetos políticos de partidos como PMDB e PPB/PP foi determinante no desgaste dessas legendas. Na verdade, esses temas se constituíram no diferencial do projeto político do PT de Jorge Viana, Tião Viana e Marina Silva em relação aos outros candidatos e partidos mais tradicionais.

Com a morte de Chico Mendes em dezembro de 1988, o debate pela preservação do meio ambiente se ampliou e incluiu no jogo político do estado a luta pelos direitos dessas populações, luta essa que o líder seringueiro já havia levado para fora do país. De certa forma, essas questões passaram a compor a agenda de diversos encontros, seminários no Brasil e no mundo, e o efeito disso foi que, no final dos anos oitenta, se deslocou para o Acre um enorme contingente de jornalistas, políticos e intelectuais que ansiavam conhecer a história do líder seringueiro e dos povos da floresta. A origem e a trajetória do PT e de outros partidos que compunham a Frente Popular, assim como o nome de Marina Silva, ex-seringueira e sindicalista, companheira de luta de Chico Mendes, legitimou a fusão política e ideológica dessas lutas com o projeto político do PT acriano.

No início dos anos noventa, motivados pela repercussão mundial da morte de Chico Mendes, os movimentos sociais e os sindicatos, em parceria com as diversas ONGs que haviam se instalado no estado, impuseram na agenda política do estado algumas demandas sociais que de uma maneira geral estavam contempladas no discurso de campanha da Frente Popular.

Se nesse momento a candidatura de Jorge Viana não era uma unanimidade, o discurso do candidato do PT era, sem dúvida, o único que se apresentava como capaz de associar ao seu projeto de governo uma perspectiva de melhora nas condições sociais e econômicas do estado, articulando-as ao problema da conservação das florestas, das populações tradicionais e indígenas.

---

<sup>109</sup> SOBRINHO, Pedro Vicente da. *Chico Mendes: trajetória de uma liderança*. In: PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. (Orgs.). *Trajetoária da luta camponesa na Amazônia-Acriana*. Rio Branco: Edufac, 2006, p.22.

Por outro lado, a campanha do PT e da chamada “esquerda acriana”, ao se fundir com a imagem de juventude e “competência administrativa” de Jorge Viana, afastou o “discurso raivoso” de campanhas anteriores e adentrou as parcelas mais conservadoras do eleitorado acriano que, em alguns casos por falta de opção, passaram a apoiar a candidatura do petista. Nesse momento, as questões ambientais, as populações tradicionais e um modelo de “desenvolvimento sustentável” passaram a compor uma ideia de transformação econômica, política e social para o Acre.

A história acriana demonstrava que o quase desaparecimento da economia da borracha na segunda metade do século vinte havia transformado o Acre em um estado com poucas alternativas econômicas. A riqueza da borracha que povoara os sonhos de milhares de famílias acrianas no final do século XIX, chega ao final dos anos noventa como uma atividade de subsistência, praticada apenas por alguns milhares de famílias em seringais espalhados pelo estado e nas Reservas Extrativistas.

A ampliação, na década de 1970, dos processos de compra de áreas pertencentes aos antigos seringais para formação de pastagens, a especulação e mesmo a migração para a região de trabalhadores e familiares que tinham como objetivo a ampliação produtiva foram os fatores determinantes nos processos de mobilização e luta dos trabalhadores rurais e seringueiros. Muitos desses conflitos acabaram tragicamente com a morte de líderes sindicais e trabalhadores rurais.

O seringal, enquanto espaço da grande propriedade, era repassado, redimensionado para a atividade agropecuária, seja nas fazendas de grande e médio portes, seja nas áreas de loteamento particulares ou até nos oficiais (que começavam a surgir na segunda metade da referida década). As colocações eram desconsideradas, sendo territórios ignorados que não caberiam na perspectiva do que se almejava para a região; então, os moradores da floresta, os seringueiros – veem seus territórios de vivência serem ameaçados e prestes a serem “desterritorializados” (expulsos, violentados pelas desapropriações, fossem via indenizatória, ou pela ação física direta excluindo-os da terra).<sup>110</sup>

Construir uma proposta de um governo que fosse capaz de amenizar os conflitos sociais existentes, contemplar interesses divergentes e apresentar uma saída econômica para o estado era o desafio do PT e da Frente Popular.

Os discursos proferidos durante a campanha de 1998 pelo candidato petista ao governo tinham encontrado ressonância no eleitorado e, como resultado desse momento político, Jorge Viana foi eleito governador do Acre. O Partido dos Trabalhadores tinha em

---

<sup>110</sup> SILVA, Silvio Simione. PAULA, Elder Andrade de (Orgs.). Op. cit. p.152.

suas mãos, o desafio de fazer um “governo popular” que atendesse às novas demandas sociais e equilibrasse as relações do governo com uma elite dominante.

Com a vitória, o governo do PT herdou também um funcionalismo público desmotivado e sem expectativa, em que vários setores da máquina administrativa eram ocupados por apadrinhados políticos, por um contingente de funcionários com pouca qualificação profissional e com fortes relações com as antigas lideranças políticas. A realidade política no estado era marcada por profunda estrutura fisiológica. Com a vitória de Jorge Viana, somam-se a esse complexo quadro político administrativo os interesses de militantes de sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos que pela primeira vez chegavam ao poder.

A proposta de mudança que marcara a campanha de Jorge Viana era do ponto de vista do discurso, inovadora e inclusiva. Contemplava vários segmentos populares e apelava ao funcionalismo público, sensivelmente afetado pela situação de caos que havia sido instalada no último ano do governo de Orleir Cameli - PPR/PFL.

O apoio de diversas ONGs, sindicatos e movimentos sociais à campanha de Jorge Viana indicava que uma vitória da Frente Popular significava também a necessidade de incluir uma demanda singular por cargos nas estruturas do governo. A ocupação de cargos públicos por técnicos e lideranças que transitavam nos sindicatos, movimentos sociais e principalmente nas ONGs, até por questões técnicas, era inevitável. O fundamental era saber: qual seria a influência dessas lideranças nos processos decisórios? Isso ficou claro quando o projeto de governo da Frente Popular e de Jorge Viana se transformou no *governo da floresta*.

Diante de um contexto sócio político com essas dimensões, pode-se classificar como ingênua, a leitura feita por alguns analistas, de que essa teria sido uma vitória histórica das lutas sociais e da “esquerda acriana”. Basta que se analise a trajetória das principais lideranças desses partidos para se concluir que tanto no campo ideológico como na prática partidária, o núcleo do poder não estava nas “mãos dos operários do partido” e muito menos nas dos sindicalistas e líderes dos movimentos sociais.

O que levou o candidato petista ao governo foi a crença que parte da elite tinha em que uma vitória do PT não significaria uma mudança significativa nas estruturas do poder. Foi com essa certeza que parte dessa elite apostou na proposta sedutora da Frente Popular. Afinal, o que as elites esperam de um “governo competente” não são ações que possam produzir rupturas, mas a manutenção das forças políticas sociais que na prática política definem os rumos e as decisões do governo.

Era evidente, e a exceção se faça aos “militantes sonhadores”, que no projeto político do PT acriano não cabiam transformações radicais nas estruturas de poder no estado. O que estava em jogo era simplesmente a troca de comando de um “clã” por outro<sup>111</sup>. O jogo do poder, como ficou demonstrado posteriormente, não iria para as mãos de militantes, sindicalistas e políticos que haviam construídos suas trajetórias históricas à frente das mobilizações sociais nos anos oitenta do último século no Acre. A esses estava reservado um papel de coadjuvante que não ultrapassaria os limites que iriam ser impostos pelo tipo de dominação que Jorge Viana iria exercer tanto no governo como no Partido dos Trabalhadores.

A certeza de que não haveria mudanças radicais e rupturas na forma de ocupação da estrutura do governo (leia ocupação de cargos por apadrinhados políticos e parentes) possibilitou a vitória petista, e essa foi sem dúvida uma opção que as elites encontraram, até como forma de conter o avanço de um discurso mais radical vindo dos seringais falidos, dos conflitos entre seringueiros e pecuaristas e de um enorme contingente de pobres e desempregados que ocupavam as periferias das cidades.

A campanha da Frente Popular demonstrou a dubiedade nos discursos e nas lideranças que ela mesma lançara. O crescente apoio de alguns grupos dominantes ao nome de Jorge Viana se deu em decorrência de a sua candidatura produzir uma expectativa positiva diante de uma situação política decadente. A candidatura de Jorge Viana era, na verdade, uma espécie de brisa que resfriava um crescente e sensível processo de desestabilização institucional no estado e que atingia em cheio os interesses dos grupos dominantes. Credite-se à inabilidade das antigas lideranças de partidos como PMDB, PDS/PPR/PP e PFL a sedimentação de uma candidatura petista, que ao expor a essência da composição de suas forças políticas, demonstrava o seu caráter conservador e meramente estratégico e de campanha.

O PT acriano foi vitorioso porque soube convencer o dono do barracão e o seringalista de que em seu governo o seringueiro iria continuar lá no seringal e jamais adentrar o palácio Rio Branco<sup>112</sup>. O apoio que a candidatura da Frente Popular recebeu de

---

<sup>111</sup> Considerando a liderança do Ex-governador Flaviano Melo - PMDB que era filho do Ex-Deputado Estadual Raimundo Melo - PMDB e de Jorge e Tião Viana como herdeiros políticos de seu pai Wildy Viana – PDS e do tio Joaquim Macedo que foi governador do estado. As famílias “Melo e Viana” são nesse momento os protagonistas da luta política eleitoral.

<sup>112</sup> Refere-se a uma analogia entre a antiga estrutura social como forma de ilustrar que a vitória do PT, que para as elites jamais significou a perda da sua influência nos rumos do governo. Ao contrário significava por um lado a manutenção do seu *status* de classe dominante e a estabilidade dos conflitos entre ela e os trabalhadores rurais e seringueiros, nesse momento os únicos que poderiam significar essencialmente uma resistência com viés transformador nas relações de poder na sociedade acriana.

setores que historicamente abominavam o discurso da “esquerda acriana” se deu por conta da “segurança” que os discursos dos “irmãos Viana” passaram para esse eleitorado. Essa ideia pode ser traduzida da seguinte maneira: uma vez no poder, essas lideranças resgatariam valores e tradições que haviam mantido por um século a estrutura de poder na sociedade acriana, resgatando inclusive o papel do grande líder político que, nesse momento, na política acriana não existia mais.

A personalidade e o tipo de autoridade que Jorge Viana exercia internamente no PT e nos partidos que compunham a Frente Popular, já demonstrada na sua experiência como prefeito da capital, haviam lhe rendido a fama de que “ele sabia mandar”. Por outro lado, a “esquerda acriana” estava ansiosa por exercer a obediência ao grande líder e viu na figura de Jorge Viana o candidato capaz de assumir esse papel. Em resumo, esses partidos e grupos chegaram ao poder sem que nenhum tipo de abalo ou movimento assustasse as famílias tradicionais, a quem posteriormente o governador renderia homenagens.

À frente da caminhada rumo ao Palácio Rio Branco, o novo líder político, um engenheiro florestal, descendente de uma família tradicional da política acriana, acompanhado por seu irmão médico. Seguidos por uma ex-seringueira e professora, companheira de luta de Chico Mendes que trazia a reboque uma legião de militantes partidários e sindicalistas, ansiosos em ocupar os espaços de poder.

Com o ritmo dos passos ditados pelo líder, todos eles caminharam convencidos de que nenhum movimento mais brusco deveria ser dado nem para a direita e muito menos para a esquerda. Diferentemente dos gritos pela sobrevivência que ecoaram das periferias e dos seringais, a meta foi a de seguir em frente rumo ao centro do poder.

Trata-se aqui de outra maneira de compreender a vitória de Jorge Viana e a ascensão do Partido dos Trabalhadores no Acre, que é alheia às interpretações movidas por ideologias e interesses políticos. Pode-se afirmar que essa nova configuração política no Acre não representou um perigo à ordem estabelecida desde os tempos dos seringais. O grito que ecoou nas florestas acrianas mostrou para o Brasil e o mundo como viviam as populações herdeiras do que restara da falida estrutura social e econômica da borracha. Essa mesma estrutura, que no passado levará o Acre a ser uma das mais importantes economias do país, e que nada deixara aos seus filhos mais legítimos que eram os índios e seringueiros.

A apropriação por um determinado partido ou grupo político das vozes que ecoaram das florestas acrianas não significou a continuidade e muito menos a ampliação dos processos de luta pela afirmação e existência de milhares de índios e seringueiros no Acre. Ambos, mesmo relegados na história e marcados por uma vida de injustiças e violência,



foram capazes de construir sobre as ruínas dos barracões e dos seringais uma nova forma de luta pela sobrevivência. Mas, a capacidade de resistência desses homens não foi suficiente para conter o avanço do desejo de poder de outros homens que, se utilizando do discurso da democracia e da participação, os transformaram em objeto com uso e prazo de validade vencido.

Quando a luta do seringueiro Chico Mendes e dos povos da floresta se transformou em uma bandeira política, o sangue do seringueiro se transformou no suor do militante político e o combate pela sobrevivência nas florestas em luta travada nas repartições públicas, movida pelo interesse por cargos e regalias que apenas o poder político pode proporcionar. Melhor sorte teria se essas lutas prosseguissem como instrumentos de resistência aos tratores e às motosserras no tempo dos empates.

Todavia, eleições são sempre uma questão partidária. Em um processo eleitoral, assim como no governo, um partido trata exclusivamente da sua sobrevivência eleitoral e da sua capacidade de mando quando exerce o poder. O discurso político, independente de quem o faça, é um discurso político, portanto, é algo que está legitimado pelo direito de se falar sobre o que quiser e não de exercer o poder da forma que se quiser.

A luta travada pelos trabalhadores nos seringais acrianos, o assassinato de milhares de índios e o enorme contingente de órfãos dos seringais que habitam as periferias da capital acriana podem e foram usados nos discursos políticos. Na verdade, essas lutas, quando politizadas, legitimaram o regime e reforçaram a máxima da obediência voluntária. Servir ao governo e ao partido é a lógica de sobrevivência do militante. Ela não se confunde com as razões de existência dos trabalhadores dos seringais e de índios que ainda resistem nas florestas acrianas ou nos espaços criados para abrigar os remanescentes das mais de centenas de tribos que habitavam a região.

## 2.2. Governo da floresta: um projeto de poder “auto-sustentável”

O problema sócio ambiental que foi colocado na agenda política acriana no final dos anos oitenta sinalizou o início de um novo ciclo político no estado. Essas questões que não foram percebidas por lideranças de partidos como PMDB, PDS/PPB/PP e PFL marcaram o enfraquecimento eleitoral dessas legendas e em parte criaram as condições ideais para a ascensão da Frente Popular. Para melhor compreendermos a vertiginosa ascensão dos partidos que compunham a Frente Popular e, principalmente o PT, é necessário retrocedermos a outro período em que as questões sócio ambientais ainda não eram as principais preocupações das lideranças e partidos no Acre.

Com o final da ditadura e o processo de abertura política, partidos como o PMDB e o PDS eram, do ponto de vista da estrutura burocrática e eleitoral, os mais bem organizados. Isso possibilitou ao PMDB eleger, em 1982, Nabor Júnior como governador do estado e a maioria dos deputados na Assembléia Legislativa<sup>113</sup>. O PMDB e do PDS colheram, nesses primeiros anos de eleições livres e diretas, os dividendos de terem exercido, mesmo dentro dos limites estabelecidos pela legislação eleitoral vigente no período de ditadura militar, uma prática na organização partidária (SILVA, 2002: 62).

O desejo de liberdade política moveu lideranças partidárias e eleitores no início dos anos oitenta no Brasil e no Acre. As estruturas de partidos como PMDB e do PDS apesar de não refletirem genuinamente um quadro político ideológico marcado pela clássica divisão entre a esquerda e a direita, apresentaram-se ao eleitorado acriano como duas forças políticas distintas.

Nesse embate ideológico, o PMDB, que fizera o papel de “oposição” durante a vigência do regime militar, tem a vantagem de trazer em sua história personalidades ligadas mais diretamente às lutas democráticas e à ampliação dos espaços de participação política. Os discursos de defesa da democracia e das liberdades individuais indicavam que os partidos vencedores dessas primeiras eleições deveriam incluir em suas propostas de governo uma palavra de ordem que era a da participação popular.

As eleições diretas para governo de estado, em 1982, são referenciais não apenas porque significaram o fim do regime bipartidário imposto pelos militares. Do ponto de vista

---

<sup>113</sup> Nas eleições de 1982 foram eleitos pelo PMDB, além do governador, um senador, quatro deputados federais e doze deputados estaduais; o PDS elegeu quatro deputados federais e onze deputados estaduais e o PT um deputado estadual.

eleitoral, elas significaram o início de um novo tempo para as relações entre os governos e a sociedade civil. A partir da periodicidade de eleições livres e diretas e do gradativo processo de redemocratização do país, os espaços de decisão política, monopolizados pelas oligarquias partidárias e pela elite econômica no estado, exigiam a inclusão de outros setores sociais no jogo político.

Não é o propósito desse trabalho analisar o Governo do PMDB (1983 – 1986), no entanto, julgamos necessário recapitular alguns aspectos desse que foi um período marcado pelos discursos de defesa da democracia, das liberdades políticas e de participação da sociedade nos assuntos do Estado. Todos esses fatores, conseqüentemente, ajudaram nos processos de politização e organização dos sindicatos, associações e principalmente dos movimentos sociais e populares no Acre. Resgatar, mesmo que de maneira parcial, a interlocução dos partidos com essas forças sociais, nos ajudará a compreender as transformações porque passaram esses atores sociais durante o período da política acriana que é objeto desse trabalho.

A vitória do PMDB foi em grande parte construída pela sintonia que suas lideranças estabeleceram com os eleitores. Naquele momento, ansiava-se por um projeto em que a participação fosse a pedra de toque da administração. Isso fez do candidato Nabor Júnior, do PMDB, até por conta da herança histórica do partido, o candidato da mudança. Mesmo considerando os limites das ações desse grupo político durante o regime ditatorial, as lideranças do PMDB acriano, assim como em outros estados, de certa forma ocuparam o espaço da oposição ao regime. Isso facilitou o uso do discurso de oposição e resistência às forças conservadoras junto ao eleitorado acriano.

Para dar ênfase às propostas de campanha, as ações administrativas foram elaboradas pela equipe de governo através de um documento chamado: Acre - Participação e mudança. Diretrizes de governo: 1983/1986. Cujo lema era governo de participação. A coordenação da sistematização das diretrizes ficou a cargo de Adalberto Ferreira da Silva e de mais alguns técnicos de áreas específicas da administração. De acordo com essas diretrizes, o objetivo principal da nova administração era aproximar o povo do governo. Depois muitos anos de ausência de um governo eleito de forma direta existia a perspectiva de administração que fosse realmente voltada para os reais problemas da população. Que esta população pudesse ter então, voz ativa nas discussões acerca das ações governamentais.<sup>114</sup>

---

<sup>114</sup> SILVA, Francisco Bento da. *Da democracia proscrita à democracia prescrita: a ditadura e a transição política de 1982 no Acre*. (Monografia apresentada no Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da UFAC). Rio Branco: UFAC, 1998. p. 40-41.

O PMDB, com a vitória nas eleições majoritárias e proporcionais de 1982, se credenciou como o partido capaz de realizar o desejo de participação almejado por grande parte da população acriana nesse início de redemocratização.

O desejo de participação era o motor que movia a política nos primeiros anos de regime democrático, e o PMDB e suas lideranças, ao monopolizarem esse debate, colheram os frutos eleitorais desse período político elegendo nas eleições seguintes os candidatos: Adalberto Aragão - prefeito de Rio Branco - 1985, Nabor Júnior para o Senado e Flaviano Melo para governo em 1986, que renuncia ao governo e se elege Senador em 1990.

Os resultados das eleições majoritárias na década de oitenta demonstraram uma ampla hegemonia do PMDB. Mas, esse foi um quadro que começou a mudar no início dos anos noventa, quando o eleitorado percebeu que a tão almejada participação popular havia se transformado em uma estrutura política fisiológica, muito distante das novas forças que pulsavam no interior da sociedade acriana nesse período.

Os novos atores sociais (movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos) que passaram a se constituir de forma mais organizada durante o período de redemocratização, inseriram na política acriana situações e conflitos de interesses que não podiam mais ser atendidos pela estrutura de poder decorrente da hegemonia do PMDB.

Tratava-se de quadro político complexo, que tinha no acirramento do conflito agrário que se intensificara após os incentivos dados pelo governo do estado à pecuária extensiva, um dos seus principais vetores. Isso se configurou posteriormente como um amplo processo de luta em defesa das florestas e, conseqüentemente, dos seringais ocupados por milhares de famílias seringueiras no final dos anos oitenta.

A opção feita pelo governo Wanderlei Dantas (1971 – 1975) havia sido a de atrair a pecuária como alternativa de desenvolvimento para o Acre. Diante da decadência da economia da borracha e do sistema extrativista, a solução, segundo o “governo Dantas”, era de incentivar fazendeiros e empresários do centro-sul do país a investir em terras no estado. Esse projeto de mudança da base econômica do Acre mobilizou, até o final dos anos setenta, um enorme contingente de indivíduos e grupos para a região, provocando a transferência de aproximadamente 5 milhões de hectares, o que representava, basicamente, um terço da superfície total do Acre, embora haja controvérsia a respeito da extensão das terras transferidas (BEZERRA, 2006:251).

As informações oficiais contidas nos cadastros do INCRA, segundo se pode deduzir de informações não oficiais que circulam localmente, não são capazes de relacionar todas as áreas efetivamente já em poder dos grandes grupos, principalmente, de distinguir os proprietários reais de simples testa de ferro. (...) As primeiras

informações sobre o assunto falavam em 5 milhões de hectares, o que representa um terço da superfície total do Acre. Posteriormente, outras fontes chegavam a avaliar em 8 milhões de hectares, enquanto que o relatório do INCRA, citado pelo jornal “Varadouro” aparentemente baseado em dados do Recadastramento de 1978, registrava 218 latifúndios por dimensão, com área total de 5,8 milhões de hectares, e 3102 latifúndios por exploração, abrangendo 6,4 milhões de hectares. Assim 80% das terras acrianas estariam nas mãos de grandes proprietários, mas isso não chega a elucidar a questão, pois é preciso estabelecer quanto dessa proporção efetivamente pertence aos grupos do centro-sul.<sup>115</sup>

As consequências desse avanço da pecuária no estado foram a ampliação dos movimentos sociais, sindicatos, grupos de defesa da floresta e famílias seringueiras. Como forma de garantir a própria sobrevivência, esses movimentos começaram a resistir de forma mais efetiva aos avanços dessa nova alternativa econômica que era apresentada pelo governo. Essas mudanças na base econômica do estado levaram inevitavelmente à transformação de antigos seringais, então ocupados por milhares de trabalhadores seringueiros e pequenos produtores, em fazendas de gado.

Mas, a história das lutas sociais no Acre deve ao governo Wanderlei Dantas ao menos um “reconhecimento”. O seu governo foi sem dúvida um dos fatores mais significativo no processo de mobilização das comunidades seringueiras e indígenas no estado. É provável que, sem o avanço dessa nova frente econômica e a inclusão maciça dos interesses de fazendeiros e empresários na agenda política do estado, os movimentos sociais talvez permanecessem em vigília por mais alguns longos anos. Quando o ronco dos tratores e o barulho das motosserras invadiram o silêncio das florestas, essas forças sociais despertaram de uma espécie de sono profundo nos seringais e, ao entrarem no combate para a defesa das suas condições de sobrevivência, produziram por meio da sua luta novas alternativas de organização social, política e econômica para a região.

O governo Wanderley Dantas estabeleceu como diretriz-marco de sua política a incorporação do Acre ao mercado nacional. Com objetivo de desenvolver o Acre e “intregá-lo” ao Brasil, numa ocupação de “espaços vazios”, ele apenas fazia a vontade do Poder Central, uma vez que, a dinâmica utilizada foi o reflexo do “Projeto Oeste”, enfatizado por uma pretensa necessidade de segurança nacional. Para atrair os empresários do Centro-Sul e garantir sua instalação nas terras acrianas, conversou com diretores do Banco da Amazônia sobre a necessidade de equacionar os problemas de créditos concedidos aos produtores de borracha, abriu estradas pioneiras, conservou e melhorou outras, interligou cidades. Na visão de economia competitiva, dinâmica e moderna, adotada pelo governo brasileiro para o Acre, a vocação pecuária e de extração de madeira é que lhe foi assentada, sempre na ideia

---

<sup>115</sup> OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de. *O Sertanejo, o brabo e o posseiro (os cem anos de andanças da população acriana)*. Belo Horizonte: UFMG, 1982. p. 52.

de uma ligação direta com o Pacífico, para a exportação desses produtos e outros produtos.<sup>116</sup>

Foram abandonadas a machadinha e a poronga e empunhada a espingarda na defesa da vida seringueira, então ameaçada por um inimigo muito mais feroz e letal que os índios arredios e os animais das florestas. O medo das espreitas nas madrugadas sem fim foi finalmente substituído pelo barulho das quedas de árvores centenárias.

Com o avanço desses “novos inimigos”, o caminhar solitário pelas estradas de seringa é substituído pela necessidade de agrupar e somar forças. A decadência da economia da borracha expulsara centenas de milhares de famílias dos seringais para as periferias das cidades. Aqueles que resistiram nas florestas em meio ao silêncio e o abandono que a falência do sistema extrativista provocou, foram despertados para uma luta que o seringueiro sabia que não venceria se combatesse de forma solitária.

Vidas se perderam, mas o grito finalmente foi ouvido e ecoou pelo mundo, fazendo com que outros olhares fossem desviados para a região. Novos olhares, novos atores, se unem à luta dos trabalhadores das florestas; com isso, um amplo processo de organização dos movimentos sociais floresceu no estado.

Enquanto de um lado a democracia partidária avança, do outro as demandas sócio ambientais extrapolam as fronteiras acrianas para se unirem ao discurso de preservação da natureza. A palavra ecologia passa então a fazer parte dos discursos de movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos no Acre. A luta pela sobrevivência das comunidades seringueiras encontra no movimento ecológico a ressonância necessária, que a transforma em um discurso da “humanidade”.

Às vezes me perguntam sobre o movimento “ecológico” na Amazônia, do qual participei ao lado de Chico Mendes. Respondo, para a surpresa de algumas pessoas, que no início nem conhecíamos o significado da palavra “ecologia”. Para nós tratava-se, simplesmente, da sobrevivência. O desmatamento de grandes áreas para instalação da pecuária representava uma ameaça direta à vida de milhares de famílias no interior da floresta. Expulsas, elas estavam condenadas a uma vida miserável na periferia das cidades. Lutávamos contra isso. Somente depois e aos poucos nos demos conta de que o nosso movimento não defendia apenas os seringueiros, mas também uma maneira de relacionar-se com a natureza. Percebemos que a floresta amazônica era muito importante para toda a humanidade. E a palavra “ecologia” entrou no nosso dicionário.<sup>117</sup>

---

<sup>116</sup> LIMA, Reginâmio Bonifácio de. *Sobre terras e gentes: o terceiro eixo ocupacional de Rio Branco (1971 – 1982)*. Rio Branco: UFAC, Monografia (Especialização- Cultura, natureza e movimentos sociais na Amazônia), 2006, p.34.

<sup>117</sup> SILVA, Marina. (Entrevista) Partes Revista Virtual, Ano I, nº 9, 2000.

As dimensões políticas dessa nova força que já havia sido percebida por alguns movimentos e lideranças populares começam a se constituir como base dos discursos dos partidos de esquerda. Os partidos que historicamente militavam entre esses movimentos sociais e na defesa das causas populares como o PT, PV, PSB e PC do B passam a incluir nas suas discussões internas e nos discursos eleitorais essas novas demandas sociais que passaram a compor o novo ambiente político no estado. O discurso da “participação popular” que havia levado o quadro político acriano a uma hegemonia do PMDB é substituído por outro em que a palavra ecologia se funde com modelos e propostas dos partidos de oposição e nos discursos das novas lideranças políticas que passam a ascender.

O desenvolvimento sustentável é, no final dos anos oitenta, item obrigatório nos discursos e projetos, principalmente de partidos e candidatos da esquerda no Acre. A necessidade de aproximação das lideranças partidárias com a história de luta dos seringueiros é, nesse momento, não apenas uma estratégia de apoio à luta pela preservação das florestas acrianas, mas se constitui como uma luta política e ideológica. Devidamente articulada com projetos que objetivam transformar o modo de vida seringueiro em uma atividade economicamente viável, harmônica e pacífica no interior das florestas, com as ideias de preservação dos recursos naturais da região e da sustentabilidade, viabilizou o diálogo entre o mundo dos seringais e as discussões e debates que ocorriam em outros espaços de discussões que foram abertos para se tratar desses temas no estado, no país e no mundo.

Os conceitos de preservação, conservação e desenvolvimento sustentável, ao serem incluídos, mesmo que inicialmente de forma involuntária, nos discursos dos movimentos que emergiram das florestas acrianas, possibilitaram a articulação dos problemas locais com os nacionais e globais, dando um novo caráter à luta histórica das comunidades seringueiras no Acre.

A estrela petista começa a brilhar e de forma mais intensa porque, em seus quadros e na base do partido, existem vários companheiros de luta da causa seringueira. O assassinato de Chico Mendes em 1988 havia calado a voz, mas a imagem do líder seringueiro era forte e, portanto, capaz de transcender as lutas internas de partidos, sindicatos e movimentos sociais. Associar uma trajetória político partidária com a dos seringueiros que tombaram no combate em defesa da sobrevivência dessas comunidades e das florestas acrianas se transformou num enorme capital político eleitoral.

Neste momento, alguns militantes e candidatos de partidos como PT, PC do B, PV têm suas histórias diretamente ligadas à trajetória de lutas das comunidades seringueiras. Destaca-se a trajetória de Marina Silva, do PT, em relação aos trabalhadores e às famílias

seringueiras. Por outro lado, lideranças sindicais como a de Nalhu Gouveia – PT e Edvaldo Magalhães – PC do B eram nomes que procuravam associar os seus discursos com os movimentos e reivindicações sindicais de caráter mais urbano como Sinteac – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre, no caso de Nalhu Gouveia, e de Edvaldo Magalhães no Sindicato dos Bancários do Acre, entre outros. Mas, o simples fato de se ter a imagem associada à de uma liderança popular como a de Chico Mendes não significava uma garantia dos votos no eleitorado acriano.

Diferentemente do que afirmam alguns analistas, a luta dos seringueiros não encontrou unanimidade em todos os setores e segmentos sociais do Acre. Em alguns casos, quando não eram desconhecidos, a imagem de líderes do movimento seringueiro e os discursos de preservação dos seringais eram associados a uma ideia de atraso e um obstáculo ao desenvolvimento do estado. Esse era um posicionamento político e ideológico característico, principalmente entre os segmentos sociais mais conservadores do eleitorado acriano, e coincidiam com as ideias de setores e lideranças políticas que defendiam novas alternativas econômicas para o estado

Portanto, afirmar que a luta dos seringueiros foi um levante que representou todas as forças sociais nesse período da história política do Acre é, no mínimo, imprudente. Em alguns setores mais populares, e principalmente no eleitorado urbano, a causa seringueira era muitas vezes ignorada, sendo essa parcela do eleitorado muita mais envolvida e preocupada eleitoralmente com as antigas estruturas de poder, em que o fisiologismo e a troca de favores por votos eram o que caracterizava as suas relações.

A associação dos partidos e lideranças da “esquerda acriana” com a trajetória de luta dos sindicatos rurais, movimentos e associações foi muito importante para dar visibilidade eleitoral a esses grupos, mas ela também pode ser compreendida como o instrumento que facilitou a entrada definitiva de muitas das lideranças políticas e partidárias locais nos debates externos sobre o meio ambiente, desenvolvimento sustentável e a conservação dos recursos naturais existentes no Acre. É necessário considerar, também, que nesse período o surgimento e a afirmação de algumas lideranças não estavam relacionados unicamente, com as lutas sociais que ocorriam no estado. Ao contrário, esse foi um fenômeno que deve ser entendido como uma somatória de fatores políticos.

Dentre esses fatores, podemos apontar como um dos mais importantes o enfraquecimento junto ao eleitorado dos partidos que governaram o estado nos anos oitenta e início dos noventa. A fragilidade na estrutura de dominação que esses grupos políticos haviam construído nesse período, principalmente a ausência de lideranças políticas, criaram as



condições para o acirramento dos conflitos sociais e a inserção de nomes que compunham a “esquerda acriana” no embate político eleitoral. Soma-se a esse quadro a inexistência de mecanismos políticos capazes de mediar os graves conflitos sociais que ocorriam no interior da sociedade acriana e a incapacidade dessas máquinas partidárias de politizar os discursos que vinham das periferias das cidades, das florestas e dos seringais acrianos.

Nos debates externos, que se realizavam nas instituições estatais, movimentos sociais e associações não-governamentais (ONGs e fundações), o que predominava era o discurso sobre a incapacidade do poder público em gerir os problemas relacionados à causa ecológica e os seus desdobramentos políticos e sociais. Os diálogos com essas instituições e a mediação que era realizada com as comunidades envolvidas ditavam novos rumos e indicavam que esse não era um assunto que pudesse ser resolvido unicamente por instituições públicas ou pelo Estado. A proposta de participação popular, promovida pelo governo do PMDB no início dos anos oitenta, não resistiu às profundas transformações sociais e políticas e se tornou obsoleta diante das novas demandas e dos novos atores sociais que foram despertados no interior das florestas acrianas.

Nesse momento, o discurso de preservação das culturas tradicionais e indígenas, como um elemento fundamental do movimento de defesa das florestas, torna muito atrativa a vinculação política partidária com essas questões. As demandas étnicas e sociais de índios e seringueiros acrianos que estavam restritas a uma realidade local passaram a se revestir de um caráter universal e de humanidade. O debate sobre a preservação e conservação dos recursos naturais da Amazônia e dos povos das florestas passou a ser um assunto que interessava, enfim, a todo o planeta.

O projeto de governo de partidos como PT, PV, PC do B no Acre é, nesse período, atravessado por questões que extrapolam uma mera competição política eleitoral e vão ao encontro das preocupações que dizem respeito não apenas às questões políticas locais, mas de defesa da vida e de novas formas de sociabilidade.

A resistência de alguns grupos de trabalhadores rurais, seringueiros e índios, que havia sido despertada para o combate contra o capital latifundiário no final dos anos setenta e que terminou de maneira trágica com a morte da principal liderança desses movimentos, ganhou por meio de partidos como PT, PC do B e PV maior densidade nos debates que ocorriam na arena institucional e no jogo político eleitoral. Por meio do discurso ecológico e de Defesa dos Direitos Humanos, as demandas que brotaram de comunidades até então isoladas nas florestas e nos seringais acrianos se tornaram objetos de investimentos e do patrocínio de órgãos e instituições, que passaram também a articular suas ações com os

partidos políticos que mantinham estreitas relações com esses movimentos e essas populações.

A participação política é reinventada e a ocupação do poder deixa de ser apenas um sonho ou uma utopia da “esquerda acriana” e dos “meninos do PT” para se transformar em um projeto político exequível<sup>118</sup>.

Nesse novo ciclo da história política do Acre, coube ao PT liderar um projeto de poder que fosse capaz de incluir de forma pacífica e democrática as demandas despertadas do sono profundo dos seringais. As reivindicações desses novos atores, somadas às outras questões que eram decorrentes da inércia de uma estrutura política fisiológica ultrapassada, passaram a compor esse “novo espectro político eleitoral” acriano.

As causas seringueiras e indígenas se fundem com questões como pobreza, alternativas econômicas, igualdade e justiça que, redefinidas nesse novo ambiente político e social, são devidamente articuladas com as questões globais, definindo assim um projeto de poder ancorado no conceito de “desenvolvimento sustentável”.

A mesma coisa se deu com a expressão, hoje tão conhecida: “desenvolvimento sustentável”. Não conhecíamos o relatório da ONU, elaborado em 1986, que colocou em circulação essa expressão. Mas tínhamos a sustentabilidade como uma espécie de critério básico para julgar tudo aquilo que recusávamos e também o que reivindicávamos. Dessa forma, considerávamos errado desmatar a floresta para plantar capim e exportar madeira para depois comprar moveis. Condenávamos a divisão de lotes “quadrados” para a colonização agrícola e a legislação que considerava o desmatamento uma benfeitoria.<sup>119</sup>

O conceito de “desenvolvimento sustentável” constituiu a base de formação da hegemonia petista no Acre e o discurso do *governo da floresta*, baseado nessa ideia, foi apresentado à população como um projeto que contemplava vários segmentos sociais. Esse foi um discurso habilidoso porque realizou, pela via política e institucional, questões historicamente antagônicas como a pecuária e as reservas extrativistas. Propôs assim, o diálogo com os grandes proprietários de terra e os movimentos de trabalhadores rurais e urbanos que desejavam trabalho e o sustento de suas famílias.

Questões tão adversas e mesmo incompatíveis encontraram no discurso do “desenvolvimento sustentável” uma espécie de bálsamo que refrescava e acalentava uma histórica situação de conflito, que se ampliara no início dos anos noventa. A bandeira petista e

---

<sup>118</sup> Expressão utilizada, principalmente por lideranças do PMDB e o PDS, ao se referirem às novas lideranças que surgiam principalmente no PT, como forma de acentuar a falta de experiência desse grupo em relação as questões do governo.

<sup>119</sup> SILVA, Marina. Op. cit. Ano I, Nº 9, 2000.

a estrela vermelha, símbolo de uma forte resistência ideológica, vai aos poucos dando tons verdes aos embates políticos.

Essa foi uma estratégia capaz de deslocar posicionamentos tanto da extrema esquerda como da direita, operando em um espaço político ideológico que redirecionou as demandas e os interesses de grupos e categorias sociais, centralizando-as em um debate fortemente baseado no conceito de sustentabilidade econômica, social, política e, por fim, da preservação dos recursos naturais da região.

Se retornarmos ao período que compreende o final dos anos setenta e início dos anos noventa, as demandas de participação em um governo democrático e popular no Acre se limitaram à ocupação de cargos na burocracia pública por algumas lideranças que eram convidadas a participar de uma estrutura do poder. Contudo, politicamente isso não significou a ampliação da capacidade dos setores populares da sociedade nos processos de decisão política. Para Elson Martins<sup>120</sup>, esse incentivo e ação direta do governo em relação à criação de associações aconteceram porque o PMDB procurou desde o início ter influência e controlar os sindicatos e associações, tanto rurais quanto urbanos (SILVA, 1998:45).

Nabor Júnior, o PMDB, ao invés de democraticamente apoiar a luta dos sindicatos, seringueiros, desses segmentos mais progressistas, fez foi minar as forças dos sindicatos, trazendo as lideranças para empregos (no governo). O velho método.<sup>121</sup>

No período de governo do PMDB, algumas lideranças passaram a ocupar cargos nas estruturas do governo, mas os movimentos sociais, os sindicatos e associações aos quais elas pertenciam continuaram a sua trajetória de luta e, na maioria das vezes, passaram inclusive a contestar o posicionamento dessas lideranças e o próprio modelo de participação adotado pelo partido e pelo governo.

A participação é, nos regimes democráticos, um discurso estratégico que pode se transformar em uma prática política. Por outro lado, a participação popular amplia os conflitos de interesses dentro de uma estrutura de governo. A participação em si não pacifica; ao contrário, quanto mais ampliada ela for, menor será a possibilidade de compatibilizar os interesses de grupos e indivíduos no interior da burocracia do Estado.

Mas, no discurso ecológico a participação não é uma meta, mas o instrumento que pode levar uma sociedade a transformações. Não se trata de um interesse de grupos ou

---

<sup>120</sup> Élon Martins da Silveira é jornalista e foi um dos fundadores do Jornal *Varadouro*. Foi correspondente do Jornal *O Estado de São Paulo* e trabalhou em vários órgãos de imprensa no Acre.

<sup>121</sup> SILVA, Élon Martins da: depoimento: (17 fev. 1998). Entrevistador: Francisco Bento da Silva, Rio Branco - Ac.

facções, mas da manutenção das florestas, das cidades, do estado, do país, enfim, do planeta e da vida. As diferenças são diluídas e nesse discurso estão contempladas todas as formas de sociabilidade, desde que baseadas no conceito de sustentabilidade.

O desenvolvimento sustentável torna-se a ideologia de quase todos os grupos e partidos políticos e a natureza o bem maior de índios, seringueiros ou qualquer outra classe ou categoria social. Não deve haver embates por terra, por comida ou trabalho; a ideia universal de defesa dos recursos naturais, como forma de garantir a sobrevivência humana exige de todos um posicionamento a favor da vida. Não importa se uma ou outra liderança está no governo, todos os movimentos sociais, partidos, sindicatos e associações não devem resistir àquilo que é maior que os interesses de grupos ou indivíduos.

Diante da responsabilidade de proteger as florestas e o planeta do avanço desenfreado da exploração dos recursos naturais, a imagem do seringueiro explorado pelo antigo modelo extrativista da economia da borracha ganha importância na medida em que o modo de vida nos seringais passa a ser visto como harmônico e devidamente integrado às novas relações propostas pelo discurso ecológico.

Se a atividade seringueira e as populações indígenas são essenciais nesse novo ciclo da política acriana, a inclusão desses atores nas estruturas de governo se faz necessária, restando analisar de que forma essas demandas sócio ambientais integraram a estrutura do governo do Partido dos Trabalhadores no Acre.

O sistema de representações, que o candidato Jorge Viana utilizou como discurso para chegar ao poder traduzia e legitimava o novo tempo, o tempo da floresta. Se esta, ao longo de todo o processo histórico de constituição do Acre foi negada ou silenciada, a partir de então, como a fênix, a floresta ressurgiu em todo o seu esplendor. É o imaginário a serviço da mudança social. Importante considerarmos que governar é fazer acreditar, o que, por sua vez, denota as íntimas relações entre o poder e o imaginário. E neste caso, a construção do discurso de Jorge Viana, tinha como finalidade convencer os eleitores, que com ele, a “floresta ia governar”.<sup>122</sup>

A expressão a “floresta vai governar” como um imaginário capaz de levar o projeto petista ao poder no estado nos parece superestimada se considerarmos a composição do eleitorado de Jorge Viana. O maior colégio eleitoral do estado se encontra na capital Rio Branco, que aprovava a administração de Jorge Viana (1992 – 1996), mas votava sucessivamente no PMDB nas duas eleições que sucederam a sua administração, ou seja,

---

<sup>122</sup> BEZERRA, Maria José. *As invenções do Acre: um olhar social*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese (Doutorado em História Social), 2006, p. 276.

1996 com a vitória de Mauri Sérgio – PMDB sobre Marcos Afonso – PT e 2000 com a vitória de Flaviano Melo – PMDB sobre Raimundo Angelim – PT<sup>123</sup>.

O verde que havia pintado a campanha do PT de Jorge Viana e da Frente Popular encontrara maior ressonância nas instituições e organismos de defesa da natureza, movimentos sociais, sindicatos e parte do funcionalismo público do que no eleitorado médio acriano. Com exceção de alguns sindicatos e movimentos sociais que historicamente transitavam no interior de partidos como PT, PC do B, PDT, que eram os principais aliados do governo petista, a defesa da floresta não se constituía como o vetor principal na tendência do eleitorado, principalmente da capital, em votar no candidato do PT.

O eleitorado da capital do estado era constituído em grande parte por funcionários públicos, pequenos e médios comerciantes e por trabalhadores que estavam preocupados com questões mais objetivas como: emprego, saúde, segurança, questões essas de caráter mais urbano. Ou seja, o principal problema do governo era o de mostrar que o PT no governo seria capaz de resolver os principais problemas de um eleitorado em sua maioria urbano e, portanto, do ponto de vista prático, distante da realidade das florestas e do cotidiano dos seringais.

Dentro desse contexto a expressão “a floresta governa” se transformou muito mais em um discurso para um público externo (ONGs e fundações) e para algumas lideranças e militantes da causa seringueira, indígena e ecológica do que para o eleitorado das cidades que ansiavam por melhorias nas suas condições de vida. Cabe ressaltar que a campanha de Jorge Viana para governo em 1998, continha um elemento chave, que era a questão do desemprego (SILVA, 2002:43).

Dentro da proposta da FPA, essa questão é abordada de forma bem objetiva, e sua solução é demonstrada pelas lideranças na propaganda política de forma muito consistente, somando a isso outro elemento que aparece no resumo do voto desse eleitor, que é a visão positiva da legenda. A perspectiva de ganhos individuais é explícita em relação ao emprego e o custo de obtenção das informações no cálculo desse voto é reduzido com a análise positiva que o eleitor faz da legenda do candidato Jorge Viana – FPA.<sup>124</sup>

A perspectiva de que um governo do PT seria capaz de gerar um número significativo de empregos no estado foi determinante na eleição de Jorge Viana, e isso impunha ao governo ações que fossem capazes de atender a essas expectativas, o que não

---

<sup>123</sup> SILVA, Nilson Euclides da. *Voto e racionalidade em Rio Branco – Ac.* São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais – Política), 2002.

<sup>124</sup> SILVA, Nilson Euclides da. Op. cit. p.43.

significava virar as costas para as outras questões mais diretamente ligadas às populações que viviam em comunidades no interior do estado e nas florestas. O governo do petista Jorge Viana, ao nomear-se *governo da floresta*, assume o discurso de que a preservação da floresta associada à manutenção de seus habitantes e a melhoria de sua qualidade de vida é o eixo fundamental de ação (SANT`ANA JÚNIOR, 2004: 260).

Após a posse, para garantir o funcionamento do governo, uma atitude tomada foi a implantação de uma nova estrutura administrativa mais condizente com as políticas públicas a serem implementadas. Uma inovação foi a criação de dois blocos de secretarias executivas, articuladas por uma Secretaria de Estado, nos setores de produção e infra-estrutura do governo. Assim, a Secretaria de Governo de Produção articula as Secretarias Executivas de Florestas e Extrativismo; de Agricultura e Pecuária; de Assistência Técnica e Garantia da Produção; de Indústria, Comércio e Turismo. A Secretaria de Estado de Infra-Estrutura articula as Secretarias de Hidrovias e Aerovias; de Habitação; de Obras Públicas; e o Departamento de Estradas e Rodagens. Cada uma destas secretarias executivas faz parte do primeiro escalão do Governo, garantindo sua autonomia na execução de seus projetos e políticas, mas estão articuladas na perspectiva de garantir integração das ações, evitando-se sobreposição das mesmas.<sup>125</sup>

Essas secretarias executivas foram em sua grande maioria ocupadas pelos quadros dos principais partidos que compunham a Frente popular do Acre. O *governo da floresta* inova apenas na criação de uma secretaria denominada de floresta e extrativismo, mas não altera a regra básica de um governo de coalizão e compõe uma estrutura em que os cargos do primeiro escalão são entregues aos quadros do principal partido que era o PT e os demais partidos da coligação que eram o PSDB, PSB e PC do B, entre outros. Na prática, o *governo da floresta* estava composto por nomes que representavam unicamente as legendas partidárias que pertenciam à coligação FPA. Fisicamente essa era cara do governo, mas na essência afirmou um dos seus principais interlocutores que:

Nós temos uma coligação muito grande no Governo do Estado, na qual este setor com interesse na floresta, que vem dessa luta dos povos da floresta, constitui o núcleo de maior densidade no interior do governo. Não de maioria física, mas de maior densidade na elaboração do projeto do governo. Mas não é o único, ele se compõe com outras forças...Governo da Floresta é símbolo de que esse núcleo dos herdeiros da luta dos povos da floresta é o núcleo de maior densidade no interior desse governo.<sup>126</sup>

---

<sup>125</sup> VICENTE, Carlos: depoimento. Entrevista realizada por Horácio Antunes de Sant`ana Júnior. Rio Branco. In: SANT`ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. *Florestania – a saga acriana e os povos da floresta*. Rio Branco: EDUFAC, 2004, p.258.

<sup>126</sup> LEITÃO NETO, Antonio Alves: depoimento. Entrevista realizada por Horácio Antunes de Sant`ana Júnior. Rio Branco. In SANT`ANA JÚNIOR, Horacio Antunes de. *Florestania – a saga acriana e os povos da floresta*. Rio Branco:ADUFAC, 2004, p.262,263.

O que é densidade? Literalmente densidade significa: qualidade daquilo que é denso, compacto cerrado ou relação entre a massa e o volume de um corpo<sup>127</sup>. Nesse caso, se analisarmos a composição do governo, essa foi uma qualidade que só se aplicou ao PT e aos demais partidos que compunham a estrutura de governo. O que fez desses “setores ou núcleos” com interesses na floresta, ao qual se refere o principal interlocutor do governo, espécies de pequenos corpos políticos ou satélites que presos a uma órbita, incapazes de exercer qualquer força que alterasse a trajetória desse corpo político maior que constituía o primeiro escalão do governo. Ou seja, esses núcleos estavam presos a uma força de “gravidade política” que os condenava a involuntariamente seguir os movimentos da estrutura ou verdadeiro núcleo de poder do *governo da floresta*.

Um governo é na prática a ocupação física de um espaço de decisão. Portanto, decidir ou influenciar uma política governamental, significa exercer, por meio da ocupação dos espaços do poder, influência nas decisões políticas ou ações de um governo. A afirmação de que setores que não compunham o núcleo de decisão do governo eram os de “maior densidade na elaboração dos projetos” não passa de “fantasia discursiva”, muito distante da realidade política e do jogo de poder que se configurou com a formação de um governo petista no Acre.

A correlação de forças demonstrou que simbolicamente o governo era da floresta, mas o poder político estava nas mãos de partidos e de lideranças que, após a vitória de Jorge Viana, precisaram agir pragmaticamente, ou seja, manterem-se no poder como forma de levar adiante um projeto de governo e de poder. Isso exigiu por parte do principal partido do governo, que era o PT, menos sonhos e mais ação, menos utopia e mais ideologia, mais política partidária e menos militância nos processos de decisão.

Uma análise dialética das ideologias e das utopias ou das visões de mundo tem que começar com a distinção essencial entre aquelas visões de mundo que visam manter a ordem estabelecida, as ideologias, e aquelas que visam ou aspiram transformá-la, que são as utopias.<sup>128</sup>

Diante desse quadro, ficou evidente a capacidade do Governador Jorge Viana em conduzir as várias tendências partidárias e ideológicas que faziam parte do governo a sua maneira, e isso imprimiu no quadro político do Acre e no seu governo uma personalidade

---

<sup>127</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

<sup>128</sup> LOWY, Michel. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 18.

singular. Essa característica pessoal transformou o governador no principal canal das decisões do Partido dos Trabalhadores, da Frente Popular e do *governo da floresta*.

Da mesma forma que os “núcleos de maior densidade”, por não ocuparem fisicamente as estruturas de governo, exerciam pouca ou nenhuma influência nos processos de decisão no interior do *governo da floresta*, partidos como PC do B, PV, PSB, PMN, entre outros, que inicialmente ocupavam secretarias de estados e órgãos estatais, vão gradativamente perdendo influência na elaboração e nos rumos dos projetos e das ações do governo.

O poder de decisão que inicialmente parecia estar dividido com os partidos da ampla coligação que havia sido feita durante o processo eleitoral, aos poucos se diluiu. Isso demonstrou que o comando político, o controle na elaboração dos projetos e nas ações governamentais estavam concentrados no Partido dos Trabalhadores, nos principais assessores e secretários do governador.

A montagem da máquina governamental com os cargos de primeiro e segundo escalão foi composta por quadros dos principais partidos da Frente Popular do Acre, ficando os demais ocupados por um enorme contingente de militantes, sindicalistas e lideranças dos movimentos sociais e ONGs. Isso evidenciou que esse era antes de tudo um projeto de poder do Partido dos Trabalhadores e da Frente Popular, que não se limitaria a uma única eleição. A cada nomeação feita pelo governo, ampliavam-se as fileiras de militantes dispostos a ir para as ruas e lutar pela manutenção do PT e dos demais partidos da Frente Popular no governo do estado.

Por outro lado, a ocupação de cargos nas estruturas do governo e em outros espaços institucionais (ONGs, fundações) por lideranças e jovens militantes de partidos como PT, PSB e do PC do B demonstrava uma resposta às demandas desses segmentos sociais por participação nos assuntos políticos, que haviam se acumulado nos governos anteriores.

Na verdade, essas lideranças encontravam no governo petista mais facilidade no encaminhamento de algumas questões e assuntos de seus interesses. Na prática, isso significou a acomodação de várias personalidades e nomes que estavam engajados no discurso do desenvolvimento sustentável, de defesa das florestas e das suas populações. Nos novos espaços de diálogo que foram criados, esses debates eram promovidos sem que isso significasse uma influência efetiva nas decisões e nas ações do governo.

Alguns indivíduos e lideranças passaram a gozar do *status* de fazer parte do projeto petista e a compor uma estratégia de governo que tinha, por meio da participação desses nomes e lideranças, um eficiente mecanismo de tutela político partidária nos



movimentos sociais e sindicatos. O resultado foi a ampliação do controle e da submissão desses setores ao projeto de poder do Partido dos Trabalhadores.

No interior do Partido dos Trabalhadores e do governo, ficou cada vez mais evidente a influência e o comando de Jorge Viana. O governador passou a monopolizar os processos de discussão e as decisões do partido e do governo, o que acarretou o rompimento das relações com alguns simpatizantes e aliados políticos ainda no seu primeiro mandato.

Mas, ao final do primeiro ano de governo, a liderança de Jorge Viana estava consolidada no Partido dos Trabalhadores e nas demais legendas que compunham a Frente Popular. No eleitorado, a aprovação de Jorge Viana repetiu os mesmos índices do período em que o governador havia sido prefeito da capital, o que reforçava cada vez mais a sua condição de maior líder político do estado, e o projetou para o cenário político nacional ao lado de seu irmão, o Senador Tião Viana, e da Senadora Marina Silva.

Enquanto a liderança de Jorge Viana se ampliava e o Partido dos Trabalhadores se consolidava como a maior força política no estado, do outro lado, partidos como PMDB, PFL, PP, PPS, sem a força das antigas lideranças, eram incapazes de apresentar nomes para concorrer eleitoralmente com Jorge Viana. A exceção foi a vitória de Flaviano Melo - PMDB nas eleições municipais de 2000. Nas eleições de 2002, o próprio Flaviano Melo renunciou à prefeitura da capital para disputar o governo, mas perdeu para Jorge Viana, que foi reeleito. O PT ainda reelegeu nessas eleições a Senadora Marina Silva e conquistou a outra vaga do senado com o candidato Geraldo Mesquita, do PSB. Esse último, então um ilustre desconhecido, mas com o apoio do governador, conseguiu os votos necessários e se elegeu senador em uma disputa acirrada com o então candidato Marcio Bitar – PPS. Nas eleições de 2004, o PPS lançou novamente o nome de Marcio Bitar que perdeu a prefeitura da capital para Raimundo Angelim, do PT.

Com a máquina partidária acomodada nas estruturas do governo e diante de uma oposição sem nomes, o Partido dos Trabalhadores com Jorge Viana consolidou de forma definitiva a hegemonia petista e inaugurou uma nova era na política acriana. O discurso do desenvolvimento sustentável se transformou em uma estrutura de poder autossustentável, liquidando definitivamente a era das utopias que povoara os sonhos de militantes e intelectuais da “esquerda acriana”.

O *governo da floresta*, durante os oito anos do governo Jorge Viana, monopolizou as discussões e os debates sobre as questões relativas à preservação das florestas acrianas e das novas alternativas econômicas no estado. Com o apoio e a aprovação de grande parte dos militantes e do eleitorado, ele neutralizou as forças de oposição e impediu o surgimento de

vozes dissonantes dentro do seu partido e nos demais que constituíam a base do seu governo. Isso foi possível na medida em que a sua liderança junto ao eleitorado e o tipo de dominação que ele exercia nas estruturas internas do seu partido e do governo impossibilitou o avanço de forças contrárias às suas decisões.

Quando o projeto político petista se transformou em governo patenteou a marca da floresta e legitimou as suas ações como as únicas possíveis e capazes de atender às demandas pela preservação das florestas e das suas populações. Inseriu no interior da burocracia estatal um quadro de técnicos e especialistas que faziam uníssono às vozes dos principais quadros do partido e acomodou lideranças e parte da militância partidária nas estruturas do governo. Dessa forma, a luta pela preservação das florestas se transformou na própria luta pela sobrevivência nos cargos de grande parte daqueles que passaram a constituir *o governo da floresta*.

O controle ideológico do partido na estrutura do Estado, a manutenção nos quadros de apadrinhados políticos, militantes e lideranças de alguns movimentos sociais e sindicatos, foi sistematicamente camuflado pelo discurso oficial do governo. A propaganda e as realizações (inauguração de praças, monumentos etc.) se tornaram instrumentos para se recontar a história do estado, o que fez de cada data no calendário uma razão e um motivo a mais para a população manter esse grupo político no poder.

Os cem anos da “Revolução Acriana”, a autonomia do estado, a morte de Plácido de Castro, de Chico Mendes, enfim, tudo é, de uma forma ou de outra, associado ao governo que por vezes passa a impressão de não ser constituído por um partido político, mas ser a própria encarnação dos seus heróis e da própria história do Acre.

Quando foi necessário, o governo se valeu da opinião de especialistas empregados nos seus quadros (historiadores, cientistas sociais etc.) que, munidos de documentos e de fatos que julgavam inéditos na história acriana, promoviam a releitura daquilo que para alguns era uma “epopéia”, “a saga de um povo” ou qualquer outro adjetivo que pudesse enaltecer e valorizar essa história.

As oligarquias políticas foram ressuscitadas e o governador não mediu esforços para restaurar e construir espaços que resgatavam a importância de antigos políticos e ex-governadores, em alguns casos parentes próximos da sua própria família. O monumento aos autonomistas, que destaca o papel do Senador José Guiomar Santos, e a passarela sobre o Rio Acre, batizada de Governador Joaquim Falcão Macedo, tio do governador Jorge Viana, são exemplos dessa prática. Afinal, o governo é da floresta e a floresta é de todos os acrianos; e a história desse povo está legitimamente representada pelos seus heróis e líderes políticos. Mas,

a história também pode ser reescrita e, às vezes, é possível e necessário reescrevê-la adequando-a aos interesses políticos de alguns homens.

Após quatro anos à frente do governo, Jorge Viana contava com o apoio da maioria da população do estado. A boa avaliação da sua administração afastara qualquer dúvida ou desconfiança de alguns setores da sociedade, sobretudo das elites, de que um governo petista pudesse ser danoso aos seus interesses. Nos momentos em que foi necessário o apoio popular à reeleição de Jorge Viana, o seu carisma foi usado como instrumento de mobilização do eleitorado, com a realização de grandes passeatas e comícios em homenagem ao governador.

Destaca-se que ao final do seu primeiro, o então candidato à reeleição Jorge Viana, se viu ameaçado por um processo movido pela oposição por uso eleitoral de recursos públicos na sua campanha. Nesse episódio, as demonstrações públicas de fidelidade e obediência ao líder se ampliaram e, com a decisão do TSE a favor da sua candidatura, a mobilização teve o seu apogeu na chegada heróica do governador ao aeroporto, onde uma multidão o aguardava e de onde foi conduzido em carreta até o comício no centro da capital. Em frente o Palácio Rio Branco, milhares de pessoas cantavam os versos que diziam: *quero um futuro que já vem crescendo, a gente sabe onde quer chegar, o Jorge cuida bem do Acre aqui, Marina é a voz da gente lá!*

Esse foi um momento emblemático na política do Acre. O governador Jorge Viana sendo carregado nos braços do povo, parecia reviver os heróis das batalhas travadas nos seringais e nas barrancas dos rios. A política no Acre parecia render-se à sua liderança e, ao fazer isso, materializava a essência do seu governo e reduzia a política acriana e o *governo da floresta* à sua tutela e de outras duas lideranças petistas, o seu irmão, Senador Tião Viana, e a Senadora Marina Silva.

### 2.3. A cidade na floresta

O mito de origem e formação da cidade de Rio Branco conta que ela surgiu quando um grupo de homens, à bordo de um barco que deslizava pelas águas do rio à procura de novas áreas para a produção de borracha, avistaram uma grande e bela árvore. Uma gameleira que brotara às margens do rio e encantou os tripulantes da embarcação que, diante de tanta beleza, resolveram ali mesmo aportar. Os exploradores que enfrentavam a floresta e as águas turvas do Rio Acre em busca da riqueza da borracha haviam sido seduzidos pela beleza exuberante da imensa árvore, a ponto de resolver instalar debaixo de suas sombras um novo seringal.

Seria ingenuidade acreditar que homens dispostos a enfrentar os perigos de uma aventura pelas florestas acrianas no fim século XIX e levados pela ideia de riqueza que o comércio da borracha lhes traria, tenham por um momento tomado essa decisão, movidos por uma emoção provocada pela visão da frondosa gameleira.

As ações humanas não podem ser analisadas com base em apenas um fator de causalidade. Historicamente, a fundação do município de Rio Branco se constituiu por uma somatória de fatores econômicos, políticos e sociais. Esses fatores podem ser compreendidos, se inicialmente considerarmos que havia uma enorme concentração das árvores produtoras do látex na região e pela acessibilidade que o local garantiria aos exploradores no processo de retirada da preciosa mercadoria. No entanto, o mito a que se atribui a origem da cidade é importante na medida em que ele acrescentou ao imaginário coletivo da sociedade acriana uma característica que romanceia o processo de formação da capital do estado.

Seguindo essa trilha, podemos considerar que o comércio da borracha, que por definição é uma atividade essencialmente racional e utilitária, somado a ideia de que homens seduzidos por uma natureza bela e selvagem, se constituíram na base histórica de compreensão da origem do aglomerado social que posteriormente seria a capital do estado do Acre. Na época de fundação da cidade, a busca pela riqueza movia em grande parte a ação de seringalistas, comerciantes e seringueiros, e a esse desejo de enriquecimento foi incorporada a ideia de uma natureza selvagem e sedutora.

Se a tripulação resolveu aportar à sombra da gameleira, é preciso considerar que questões de ordem econômica, assim como os valores éticos e morais da época conduziram as ações desses homens. Portanto, a fundação da cidade se insere em um contexto social, econômico e político derivado de complexas relações e tem suas origens bem antes da abertura dos seringais no Acre.

O espaço urbano da capital acriana, com o início da administração petista no governo de estado a partir de 1999 e a exemplo do que ocorreu no passado da cidade, também irá apresentar uma espécie de fusão entre o real e o imaginário nos processos de transformação desse espaço.

A trajetória vitoriosa do grupo político que “aportou” no Palácio Rio Branco, sede do governo do estado, exigiu o retorno à sombra da gameleira como forma de identificar o real e o imaginário desses “novos exploradores”. Seguindo uma direção que nos levou aos pés da gameleira e dos monumentos que foram erguidos pelo governo como forma de resgatar e preservar o mito e a história e deslizando nas águas de um “rio de muitas curvas”, nos aproximamos da verdade sobre as relações de poder no Acre contemporâneo.

As incursões pela densa floresta e a consequente origem da cidade começaram bem antes do encontro dos viajantes com a gameleira que brotou às margens do rio. A caminhada do primeiro “governo de esquerda” no Acre, também teve seu início muito antes da formação da Frente Popular e do PT acriano, e um olhar sobre as causas das ações desses antigos “exploradores das florestas” pode ser o ponto de partida para a compreensão dessas novas incursões na política acriana.

O histórico de formação do espaço urbano da capital do estado do Acre pode ser dividido em dois momentos distintos: o primeiro, que se deu no final do século XIX, está diretamente relacionado com o primeiro ciclo de exploração da borracha na região, e o segundo, no final da década de sessenta do século vinte, coincide com a falência dos seringais e a ocupação de parte das terras acrianas por fazendas de gado. Esse segundo período foi caracterizado primordialmente pelo deslocamento de milhares de famílias que ainda sobreviviam em antigos seringais abandonados para as cidades do interior e principalmente para a capital, formando grande parte dos bairros da periferia.

Paralelamente a esses dois momentos, a cidade vai formando, sobretudo ao final década de setenta, outros bairros que são aqueles oriundos de conjuntos habitacionais, inicialmente ocupados por funcionários públicos e que posteriormente vão ganhando um caráter comercial. Outros conjuntos são resultados de projetos habitacionais dos governos realizados durante a década de oitenta para abrigar famílias de baixa renda e, depois passaram a ser ocupados por algumas famílias de classe média. Há também alguns loteamentos particulares que, dependendo da localização, podem ser considerados bairros populares, de classe média ou média alta e finalmente aqueles que são originários de ocupações irregulares.

A área central da cidade tem o seu processo de formação diretamente vinculado ao comércio que se desenvolveu na margem direita do rio, sendo essa uma atividade que era

praticada por descendentes e familiares de sírios, libaneses, portugueses, espanhóis e nordestinos. Essas pessoas foram atraídas fundamentalmente pela intensa atividade comercial, que se dava com a chegada de embarcações que traziam os alimentos, vestuário, remédios, entre outros produtos que eram escassos na cidade, e partiam carregadas com a valiosa carga constituída de toneladas de borracha natural. Dessa forma, essas famílias, ao se estabelecerem nesses locais, foram aos poucos construindo nas margens do Rio Acre e em alguns caminhos e estradas que ligavam essas áreas mais afastadas às margens do rio as suas casas e lojas.

No início do século XX chegaram os sírios libaneses (mais conhecidos como turcos devido a seus passaportes pertencerem ao antigo império otomano, que denominava todo o oriente médio), além de italianos, portugueses e espanhóis. Esses novos colonizadores começaram regateando a bordo dos seus batelões, trocando mercadorias que vinham de Belém e Manaus, por borracha, castanha e peles de animais silvestres. No povoado de Rio Branco eram chamados “teco-tecos” porque saiam vendendo pelas ruas seus produtos raros e finos que vinham da Europa.<sup>129</sup>

Os bairros que se formaram nessa área da cidade acompanharam o apogeu e o declínio do comércio da borracha. O comércio abundante e gerador de riqueza possibilitou o desenvolvimento dessas regiões da cidade e conseqüentemente a formação de relações sociais e políticas que estão integradas a essas atividades. Por outro lado, a crise da economia gumífera e a redução das atividades comerciais impuseram mudanças que aos poucos transformaram os bairros que estavam localizados nas proximidades do marco de fundação da cidade em áreas decadentes, mas detentoras de uma importante parte da história da sociedade acriana.

Assim, além das áreas que compõem a parte central do município, foram acrescidas outras categorias de ocupação, constituídas de loteamentos regulares e irregulares, com destaque ao avanço cada vez mais intenso de ocupações irregulares (invasões). Essas ocupações são, em sua maioria, efeitos da ausência de políticas capazes de oferecer alternativas às famílias vitimadas pelos problemas estruturais decorrentes da decadência da economia da borracha.

Até o final da década de cinquenta do século XX, a cidade tinha como suas áreas mais importantes os bairros localizados na margem direita do rio, onde se concentrava o comércio, e na margem esquerda, onde hoje se localiza o centro da cidade, esta como uma área que se caracterizou até meados dos anos sessenta pela intensa vida noturna e a boêmia. As histórias que são contadas sobre esse período estão repletas de figuras da política acriana e

---

<sup>129</sup> Memória fotográfica do Segundo Distrito de Rio Branco. Rio Branco: PMRB, FMC, 2000, p. 4.

casos pitorescos. No final da década de sessenta, essa região da cidade ainda era extremamente animada e com um comércio vibrante.

(...) antigamente as meninas ficavam muito alegres quando os marinheiros aportavam porque sabiam que iam bamburrá.<sup>130</sup>

A atmosfera era sempre de festa e essas informações estão registradas em alguns livros e trabalhos já publicados. No entanto, escrever sobre o processo de ocupação desse espaço é sempre falar de comércio, prazer, de noites repletas de música e de uma única certeza: a cidade de Rio Branco viveu ali os seus melhores momentos de “boêmia e porque não dizer de tolerância”. Afinal, em seus áureos tempos, nos bairros que compõem essa parte da cidade, a prostituição e o comércio noturno eram atividades que se confundiam. Grande parte da clientela dessas boates e bares era composta por representantes legítimos das classes mais abastadas da sociedade e de alguns políticos. Nessas ocasiões, personalidades se misturavam com jovens e trabalhadores que também frequentavam esses locais em busca de diversão. Tratava-se de um “espaço democrático”, em que por um lado a busca pelo prazer estabelecia uma relação de igualdade aos seus frequentadores, e por outro contava com a tolerância da sociedade, principalmente em relação ao comércio do sexo que embalava as madrugadas. Nos dias de festas, vinham pessoas de todos os lugares – municípios, seringais e outros bairros – e níveis sociais. Nos anos de 58 e 70, quando o dinheiro corria “solto”, não era só o matuto, o seringueiro ou o caixeiro que frequentava ali, pessoas da alta sociedade deixavam suas “madames” em casa e caíam na gandaia (MORAIS, 1993, p.53).

Mas, no final da década de setenta essa região da cidade começa a construir outro lado da sua história. As noites alegres, comuns nos finais de semana, dão lugar aos dias em que o comércio local vai minguando e a própria estrutura física do bairro vai desmoronando.

A antiga rua que ligava essa região da cidade ao antigo aeroporto vai se degradando e sendo tomada pelo desbarrancamento da margem esquerda do rio, materializando a própria decadência da comunidade. Enfim, a desativação de grande parte do comércio na região acompanhou o agudo processo de desmoronamento que atingiu essa parte da cidade. O que no passado havia sido espaço de comércio e prazer vai aos poucos se transformando em uma área onde proliferam a prostituição, as drogas, a miséria e a violência. No final dos anos noventa, os moradores veem a rua principal que atravessava os bairros

---

<sup>130</sup> Depoimento de uma moradora do Bairro Dom Gicondo que era ex-presidente do Sindicato das Prostitutas de Rio Branco (2004). Entrevistador: Nilson Euclides da Silva. Rio Branco.

sendo destruída pelo barranco do rio ao mesmo tempo em que surgem, no pouco que restava das ruas, centenas de barracos e trapiches que se equilibram entre a parte do asfalto que ainda restava e a margem do rio.

Com o quase desaparecimento da rua principal, a região passou a ser ocupada por famílias que vinham de cidades do interior do estado e de antigos seringais falidos. Apesar de nos últimos anos ter havido uma redução nos fluxos migratórios do interior do estado para a capital, o fenômeno ainda ocorre, e isso transformou o “barranco do rio” e os pedaços das ruas em destino certo para as centenas de famílias.

Por ser tratar de uma área próxima ao centro da cidade e por não despertar interesse, tendo em vista o seu estado de degradação e abandono, essas famílias enxergaram na própria precariedade do local um mecanismo que lhes assegurou uma espécie de invisibilidade que permitiu a sua permanência no local. Afinal, a cidade ignora e tolera aquilo que ela não vê.

Tal processo de degradação transformou essa área da cidade em uma das mais problemáticas na questão de segurança pública, porque as famílias que se instalaram no local passaram a dividir esse espaço da cidade com alguns “ladrões e pequenos traficantes”. Estrategicamente, esses criminosos procuram essa região para se esconder porque contam com o medo dessas famílias e, principalmente, com a camuflagem natural proporcionada por uma vegetação ainda abundante nas encostas do rio. A dificuldade de acesso e o silêncio dos moradores encravou no centro da capital acriana um espaço estratégico para “os refugos” da falida sociedade dos seringais. A soma desses fatores fez dessa área histórica da cidade sinônimo de “marginalidade e pobreza” e criou no imaginário coletivo da população a ideia de que esse é um espaço onde a pobreza e a violência se fundem, criando a dupla face de uma mesma realidade.

Como afirmamos anteriormente, o processo de ocupação dessa área da cidade tem como causa dois elementos estruturais que definiram a história econômica e social da cidade, quais sejam: o apogeu e o declínio do comércio da borracha. Porém, outros dois fatores, um de ordem “geológica” e outro “moral”, também caracterizaram essa história. Refirimo-nos aqui ao período áureo da boêmia e da prostituição, em que essa área da cidade era frequentada por políticos e cidadãos das várias categorias sociais. Nessa época, as festas e os encontros dos amantes que se realizam em alguns bares e boates contaram com a tolerância das famílias acrianas. Porém, a degradação física, o abandono do local pelas autoridades e a chegada dos novos moradores marcaram um “novo tempo” que pode ser definido por relações de “segregação e intolerância” com a população que habita essa área da cidade.



Os aspectos que poderiam ser considerados singulares no histórico de formação dessa área urbana possuem traços de similaridade com outros bairros quando são considerados os efeitos que a conjuntura econômica da sociedade acriana provocou nessas regiões. Se não temos a presença do fenômeno geológico, específico de uma parte da cidade, por outro, temos os efeitos de uma estrutura econômica anacrônica, que se mostrou historicamente incapaz de produzir com o mínimo de igualdade as condições de sobrevivência dos seus moradores.

A inviabilidade da economia extrativista e a incapacidade dos governos em criar novas oportunidades de sobrevivência aos setores mais populares da sociedade criaram as condições para que principalmente no final dos anos setenta toda a área urbana da cidade de Rio Branco ampliasse um processo de ocupação desordenado. A construção gradativa de outros espaços reproduzira anacronicamente uma rotina que se identificava com o cotidiano dos seringais e que, somado a outras estratégias de sobrevivência, transformaram essas áreas da cidade em realidades singulares.

Para os “visitantes mais atentos” é possível enxergar não apenas um grande número de famílias sobrevivendo em uma situação limítrofe entre a pobreza e a miséria, mas também observar que milhares de pessoas que moram nesses espaços reproduzem um modo de vida e uma estética de sobrevivência que se diferenciam de realidades sociais similares em outras regiões do país.

No final da década de setenta, o processo de ocupação desordenada das áreas que sofreram as consequências do assoreamento do rio e que foi fisicamente definida de um lado pelas águas do Rio Acre, e do outro pelo barranco, proporcionam aos “observadores mais atentos” um exemplo de extrema adaptabilidade das famílias. Diante de uma situação, em que nem mesmo espaço físico que seria necessário para uma ocupação irregular existe, elas construíram um emaranhado de barracos, trapiches e “pinguelas”, e criaram uma arquitetura muito particular. Vizinhos de monumentos históricos, prédios administrativos e o comércio, esses espaços no centro da cidade reproduzem uma realidade que está em descompasso com a rotina de modernidade que a cidade ganhou nos últimos anos.

Bairro Figura 3 – Preventório/Centro



Foto – Nilson E. Silva

Dentro desse universo de trapiches e barracos, o cotidiano dos seringais insiste na sua anômala existência histórica, mostrando a face de uma modernidade que ainda não se realizou. O inacabado e inconcluso, a modernidade que não se completa, produziu no Brasil e no Acre uma consciência social dupla, o diverso segmentado e distribuído nos compartimentos da cultura e da vida brasileira (Martins, 2000, p.24).

Esse cotidiano encravado no centro da cidade foi o resultado do deslocamento de famílias inteiras do interior do estado para a capital, muitas das quais, além de procurar alternativas de sobrevivência, em muitos casos vieram em busca de tratamento médico, precário ou inexistente na grande maioria dos outros municípios do estado.

Figura 4 - Bairro Preventório/Catedral ao fundo



Foto – Nilson E. Silva

Em uma das nossas caminhadas pelos barrancos do rio, nos deparamos com uma senhora, viúva, 69 anos, que morava em um barraco na área central da cidade com mais sete pessoas da família (filhos e netos). Ela relatou que veio da colônia há cerca de trinta anos em busca de tratamento médico para os filhos que tinham problemas mentais. Ainda segundo ela, um desses filhos teve uma recuperação, mas acabou morrendo assassinado quando tinha 28 anos, e o outro que ainda mora com ela recebe benefício da Previdência Social porque é deficiente mental. Quando indagada sobre a sua vida ali, ela respondeu: *eu sou feliz é na colônia*.

Esse pode ser uma das centenas de casos que se encontram diluídos entre os becos e caminhos que cortam esses bairros. Camuflado entre o verde abundante das encostas do Rio Acre e os prédios do centro da cidade, esse cotidiano de miséria e violência permanece silencioso e invisível aos transeuntes que circulam pela área central da cidade.

A modernidade se instaura quando o conflito se torna cotidiano e se dissemina, sobretudo sob a forma de conflito cultural, de disputa entre valores sociais, de permanente proposição da necessidade de optar entre isto e aquilo, entre o novo e fugaz, de um lado, e o costumeiro e tradicional, de outro. Porém uma opção esgotada na própria tentativa de optar, pois é opção impossível: o mundo, inclusive o mundo da vida cotidiana, já não é uma coisa nem outra, embora pareça ser os dois ou, melhor, os vários e diversos.<sup>131</sup>

De um lado o barranco do rio e a sua realidade. Do outro lado o universo dos monumentos, praças e quartos de hotéis quase sempre ocupados por visitantes, turistas e pesquisadores de passagem. Somados a esses, os gabinetes climatizados das autoridades prosseguem com a sua rotina de reuniões infundáveis. Colada uma a outra, realidades antagônicas reproduzem no cotidiano rio-branquense a distância entre os discursos e as práticas sociais, materializando da forma mais cruel os efeitos de uma histórica desigualdade social. Essa realidade que nos conduz por caminhos estreitos e incertos, e nos permite enxergar uma verdade que se ocultava no verde que compunha a geografia do centro da capital acriana.

A verticalidade dos monumentos e prédios não foi capaz de apagar a resistência que brotou às margens do rio, nos becos e nas ruas com seus traçados tão incertos quanto o futuro de milhares de famílias acrianas que nelas residem. Estampando a sua face de violência e miséria, essa é uma realidade que dissolve os discursos de “modernidade e transformação” propagados pelo governo. As palavras que deslizaram nas águas barrentas do rio Acre,

---

<sup>131</sup> MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 21 e 22.

levando com elas a esperança e os sonhos de uma parcela significativa dos moradores da cidade, mas que também fortaleceram o avanço de uma estrutura de poder que ignorou o real fazendo uma opção pelo imaginário.

O barco que aportou nas margens do rio Acre à sombra de uma frondosa gameleira povoou o imaginário do povo acriano, mas a história do Acre e da própria cidade de Rio Branco continua a navegar, e a cada nova gameleira ou porto imaginário os “novos exploradores” demonstram o eterno desejo de instalar, construir e reformar.

Entre o apogeu e o declínio da borracha, a cidade contou a sua história e construiu o seu espaço. As reformas, ampliações e as novas construções - efeitos das ações humanas - são as marcas deixadas pelas sociedades, mas também se constituem como práticas que fortalecem e regeneram as relações em seu interior.

No passado, assim como no presente, a história é contada arqueologicamente pelos traços de um cotidiano de homens que deixaram as suas histórias gravadas na memória, nos monumentos, nas casas, praças e palácios. A reconstrução de parte dessa história é possível a partir dos fragmentos deixados pelo tempo no espaço da cidade e a experiência sensível de tempos remotos não pode ser reproduzida, no entanto pode e deve ser reconstituída.

Com chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo do estado, a capital acriana começou a escrever outra página da sua história. O espaço da cidade, a exemplo do que se fez no passado, também passou a materializar as suas novas relações de poder. De um imaginário de homens que se encantaram com a visão da frondosa árvore, ao encanto dos “novos exploradores” por um palácio decadente, reescreveu-se a história da cidade em novas paredes, ruas, praças e monumentos, agora marcados por um “novo tempo”, com a marca do *governo da floresta*.

O abandono do Palácio Rio Branco (Figura 8), sede do governo do estado, era então a maior obra política do ex-governador Orleir Cameli - PPR/PFL, que antecederia Jorge Viana do PT. Afinal, abandonar o palácio aos cupins e às traças era a constatação de que, definitivamente, em uma “cidade da floresta” esse era um espaço que não tinha nenhuma utilidade. Mas, para o grupo político que assumiu o governo após a “desastrosa” administração de Orleir Cameli - PPR/PFL, a sua restauração iria recompor as novas relações de poder e simbolizar o “triunfo de uma vontade”. A autoridade seria legitimada pela dedicação de milhares de “súditos militantes” que, para saciarem o desejo de servir e gozarem do direito de frequentar o palácio, estariam dispostos a se entregar à ardorosa tarefa de reconstrução dos mitos e na reafirmação das antigas relações entre o “barracão e a colocação”.

Curiosamente, alguns dos espaços históricos da cidade insistem nas suas existências. Se equilibrando entre os barrancos do rio Acre e os novos espaços que foram criados e reformados pelo governo, os novos monumentos foram erguidos ignorando a “população seringueira” que ainda sobrevive na cidade. Os projetos almejam a modernidade nas reformas dos palácios, nas ruas e calçadas enfeitadas com pedras, luzes e postes que compõem um cenário que se divide entre o moderno e o antigo.

São peças e artefatos trazidos por novas embarcações que navegaram no rio da imaginação e da utopia daqueles que buscam a personificação e o reconhecimento no espaço da “cidade da floresta”. São frutos dos devaneios de homens que justificam a modernidade da cidade pela negação das suas origens índia e seringueira. Essa mesma origem que é contemplada nos discursos oficiais e serve de inspiração para obras públicas feitas sob encomenda por homens que pouco ou nada sabem do que é ser índio ou seringueiro. No presente como no passado, a arquitetura rio-branquense se apresenta como fragmentos vivos de uma história e peças de uma arqueologia capaz de reconstruir a natureza e um cotidiano que se divide entre a realidade e a ficção, o discurso e a prática política.

O *governo da Floresta*, ao assumir a administração do estado, iniciou uma série de intervenções no espaço urbano da capital. Essas ações não ficaram restritas à cidade de Rio Branco, mas teve nesse espaço as principais transformações arquitetônicas que, de certa forma, materializaram um projeto do governo. Se essas intervenções foram capazes de sustentar o projeto petista de poder, para o tipo de análise que propomos fazer, elas se mostraram muito mais interessantes pelos efeitos que causaram na rotina de grande parte da população da cidade.

As cidades acrianas, além do processo de revitalização do patrimônio histórico e cultural, também foi implementado pelo Governo da Floresta um conjunto de obras de “embelezamento urbano”, revelando um “urbanismo-marca” dessa gestão, como a iluminação em tons verdes, que traz um “ar de floresta” para a cidade. Esse processo de embelezamento utiliza um conjunto de símbolos que não necessariamente existiram no Acre. Um deles foi a atmosfera de “belle époque” da fase “glamourosa” da borracha, encontrada principalmente nas cidades de Manaus e Belém no início do século XX. Os demais foram a iluminação dos sítios históricos feita com “postes republicanos”, e também nas obras que trazem um simbologia indígena e uma arquitetura moderna.<sup>132</sup>

As alterações que foram realizadas na paisagem urbana foram capazes de evidenciar um novo modelo de convivência na sociedade acriana na medida em que passaram

---

<sup>132</sup> MORAIS, Maria de Jesus. “Acreanidade”: *invenção e reinvenção da identidade acriana*. Tese (Doutorado em Geografia), Niterói: UFF, 2008, p. 224.

a refletir, em alguns espaços e de forma mais transparente, as relações étnicas, econômicas, políticas e sociais que se constituíram no interior dessa sociedade. Não acreditamos que esse era o objetivo do *governo da floresta*, da mesma forma que não acreditamos que esse resultado tenha sido um produto consciente de sua “elite partidária” ou da *intelligentsia* petista. Mas, essa realização pode ser apontada como uma construção engenhosa que na verdade explicita o que não deveria explicitar e mostra muito mais do que se pretendia mostrar.

Trata-se de um projeto político que tenta discursivamente se contrapor a mais de um século de desigualdades e injustiças, e para isso articula os conceitos de tradição, modernidade e reforma como sua base. Esses conceitos se encontram presentes nos discursos e nas ações do governo, o qual busca incansavelmente juntar a história ao mito e a realidade a uma possibilidade de progresso e desenvolvimento para a cidade. Se as conquistas econômicas e sociais não se realizam efetivamente, as obras públicas, os símbolos, o mito e história têm sido instrumentos eficientes na construção de uma ideia que materializa e reafirma a história e subjetivamente representa a realização plena de um “novo tempo e espaço”.

Pousar um olhar sobre alguns espaços da cidade de Rio Branco, principalmente sobre aqueles que sofreram as intervenções mais significativas, seja por reformas ou construções de prédios e monumentos, permite perceber sobre que bases se tenta construir a “nova sociedade da floresta”. Essa nova forma de poder e de fazer política, a arquitetura, a engenharia e a técnica, frutos da moderna civilização, encravou no seio da floresta o seu traçado, a sua estética, erguendo edificações que parecem capazes de sustentar a hegemonia petista no estado.

Majestosas, iluminadas e às vezes gigantescas e poderosas, refletem um processo de dominação da máquina do governo petista, que atravessa as matas e captura até mesmo as antigas “sociedades da floresta”, sua cultura e história para o interior do seu discurso de poder. Demonstra eficiência em operar a transformação do que é singular em similaridade, faz do guerreiro tribal um pacífico artesão e do seringueiro um guardião das florestas, estampando os seus rostos nas propagandas oficiais do governo.

Um passeio pelo centro da cidade de Rio Branco, uma visita aos museus, bibliotecas, bares e praças, e circular nos bairros periféricos nos proporcionou a aquisição de um enorme volume de informações. Parte dessa experiência integra o que escrevemos neste capítulo e nos levou aos apontamentos feitos acerca das relações sócio-políticas que estão



sendo estabelecidas na capital acriana, bem como os seus desdobros na atual configuração política e partidária no estado.

As estátuas enormes representando transeuntes (Figura 7) contrastam com a passarela projetada e executada, segundo o próprio governo, com a mais moderna tecnologia de construção (Figura 6). O mastro que ostenta a bandeira acriana tem na sua base uma placa que homenageia os heróis da “Revolução” e gravada em outra placa a letra do belo hino acriano (Figura 5). Ela está lá! Encravada aos pés da enorme bandeira do Acre, para que todos possam ler e apreender em versos a saga de um povo. Ao fundo temos uma sequência de fachadas das antigas casas comerciais, restauradas como forma de manter viva a lembrança de como era a cidade no auge da economia da borracha. A modernidade e a tradição, o passado e o presente dividindo no mesmo espaço da cidade a atenção dos observadores - e demonstrando a força realizadora de um discurso político.

Figura 5 – Calçadão da Gameleira



Foto – Kleber Frota

Figura 6 – Passarela Joaquim Falcão Macedo e antigo Centro Comercial restaurado



Foto – Kleber Frota

Figura 7 - Mercado Velho restaurado



Foto – Kleber Frota

Figura 8 – Palácio Rio Branco



Foto: Nilson E. Silva

Mas, de todas as obras realizadas no período de oito anos do governo Jorge Viana, há uma que pela dimensão espacial, conjunto arquitetônico e do volume de recursos financeiros alocados na sua construção é vital para uma compreensão mais apurada do processo de ascensão e consolidação política eleitoral do PT acriano. O impacto que esta obra provocou no cotidiano rio-branquense e a transparência com que ela foi capaz de mostrar a verdadeira face da estrutura social, econômica e de “poder” instalado pelo *governo da floresta*, exigem atenção redobrada.

O “Canal da Maternidade” é uma obra que se estende em aproximadamente sete quilômetros e se constitui por um conjunto arquitetônico composto por obras de canalização, calçamento, arborização, edificações, quadras de esporte, ciclovia. Destacam-se as edificações que misturam traços de uma arquitetura tribal com a moderna engenharia, nos espaços reservados às associações, movimentos sociais, os povos indígenas, biblioteca, restaurantes e lanchonetes. Conceitualmente, é uma área da cidade que propõe a “convivência pacífica” entre os “povos da floresta”.



Figura 9 – Biblioteca da Floresta Ministra Marina Silva



Foto – Kleber Frota

A harmonia entre os vários segmentos sociais, etnias e grupos que constituem a sociedade acriana seria a realização plena de um modelo de “democracia amazônica”, capaz de fundir o tradicional com o moderno e o primitivo. Além dessas intervenções no centro da cidade, o governo construiu em bairros periféricos os Centros da Juventude. Essas construções, compostas por salas com cursos de informática, de música, quadras de esportes etc., foram criadas com o objetivo de levar lazer e educação às populações jovens da periferia.

A cidade de Rio Branco se localiza em uma área por onde correm vários igarapés e o Canal da Maternidade é uma obra de canalização de alguns desses igarapés que cortam toda a mancha urbana. O canal principal recebe em toda a sua extensão o esgoto produzido em cerca de dezenas de bairros da cidade. Como nenhum tipo de tratamento sanitário é feito, esses resíduos são despejados diretamente no canal, atravessando uma parte significativa da cidade até se misturarem com as águas barrentas do rio Acre. A obra do Parque da Maternidade, principal obra do *governo da floresta*, pode ser resumida como: um espaço público composto por uma arquitetura “moderna e tribal”, atravessada por um esgoto a céu aberto.

Figura 10 – Parque da Maternidade



Foto – Kleber Frota

A entrada de acesso ao Parque da Maternidade pela região central da cidade tem uma enorme fachada com arcos feitos em tijolo aparente, onde se encontra uma placa que nomeia esse espaço da cidade e indica que se trata de uma obra que tem como objetivo “a qualidade de vida”.

Durante a semana, mas principalmente nos finais de semana, os restaurantes que estão localizados nessa região do parque são frequentados por um contingente expressivo da classe média acriana. Os frequentadores desse espaço demonstram tolerância em relação ao cheiro fétido exalado pelas águas que correm pelo canal a poucos metros das mesas. A parcela da população acriana, frequentadora desse espaço da cidade, tolera a ausência de ações concretas por parte do *governo da floresta* em relação ao processo desordenado de ocupação do espaço urbano e a ausência de obras estruturais.

Os terrenos que se multiplicam nas laterais do parque recebem dezenas de *outdoors* e algumas novas edificações residenciais (prédios de apartamentos) que estão sendo adquiridos pela crescente classe média acriana. Esse tem sido um fenômeno que se deu principalmente com a chegada de um contingente expressivo de migrantes que foram atraídos por oportunidades em concursos públicos promovidos pelo governo nos últimos anos, e também por técnicos e pesquisadores contratados pelo governo que estão engajados em grupos de trabalho e ONGs.

O cheiro exalado pelas águas do canal não incomoda os moradores e frequentadores dessa área da cidade. Essa foi uma obra do governo que tornou a cidade mais moderna e inseriu no espaço urbano locais onde seletivamente esses grupos podem se reunir e consumir algumas iguarias da cozinha local entre outras especialidades.

Observar o entardecer sentado em algumas das dezenas de cadeiras que estão dispostas na calçada, desde que ignoremos o mau cheiro que vem das águas do canal, se constitui em um momento aprazível. Por alguns instantes, é possível esquecer que se está em uma cidade no meio da floresta amazônica. O fato das pessoas terem adotado esse espaço da cidade como um local de lazer reforçou a ideia de que, nele, a “negação da floresta” é o que transforma prazerosa a existência de suas vidas nesse pedaço de Brasil.

A cidade da floresta foi moldada à imagem e a semelhança dos “povos da floresta”. Bem, pelo menos para essa parcela do povo que faz a sua caminhada diária e se banqueteia às margens do canal. Esse povo que agora tem orgulho de ser da floresta, mesmo que para isso precise negar a sua verdadeira identidade, faça da mimese uma prática diária e aquilo que os iguala ao cotidiano de outras capitais do país. Diriam alguns mais entusiasmados que finalmente a cidade está com cara de uma capital! Mas, é preciso preservar esse espaço dos malfeitores, dos delinquentes, da gente feia que por vezes parece rondar as mesas a pedir.

Por toda a extensão do canal devem tremular apenas as bandeiras do glorioso estado do Acre. O policiamento deve ser ostensivo, é preciso uma vigilância constante para que se afaste qualquer tentativa de lembrar que, além das pontes e passarelas que compõem a paisagem do canal, existe outra cidade da floresta. A “nossa história tem valor”, desde que seja reconstruída e recontada e que sejam esquecidos os moradores dos barrancos do rio e os últimos remanescentes dos legítimos povos da floresta que ainda insistem com suas existências a pedir nas calçadas. Aos descendentes das populações tribais é mais seguro uma vida nas aldeias e nos *outdoors* com a propaganda oficial do governo, onde ostentam com seus rostos uma dignidade que foi apropriada e se tornou marca do *governo da floresta*.<sup>133</sup>

O discurso oficial se utiliza da expressão “povos da floresta” como uma categoria que inclui todos os segmentos sociais existentes no estado. Mas, aqueles que frequentam algumas áreas da cidade onde se encontram as principais obras do governo, toleram a

---

<sup>133</sup> Refere-se a utilização de fotos das populações das diversas etnias como forma de promover a ideia de integração das mesmas ao projeto do Governo da floresta.

convivência com os seus dejetos, negando a floresta como forma de se afirmarem enquanto grupo de civilizados.

Figura 11 - Casa dos Povos da Floresta, localizada no Canal da Maternidade



Foto: Nilson E. Silva

#### **2.4. Acreanismo e identidade “de” e “para” o governo: poder, linguagem e representação no governo da floresta.**

A Frente Popular do Acre compreendeu que o discurso de defesa das florestas, das suas populações e o resgate da auto-estima da população acriana deveria ultrapassar os limites de um discurso eleitoral. Por outro lado, a identificação do projeto petista com os “povos da floresta” que marcara fortemente a campanha eleitoral de 1998, e que em parte havia sido responsável pela vitória de Jorge Viana, também era insuficiente, se considerado o peso eleitoral e o alcance das ações do governo focadas nessas populações.

Os seringueiros, as populações ribeirinhas, os povos indígenas e todas as comunidades que se encontravam no interior do estado, na prática ficaram submetidas a projetos e as ações de médio e longo prazo. As ações previstas no plano de governo e que tinham como foco essas comunidades dificultavam a apresentação de resultados imediatos, principalmente para o eleitorado concentrado na capital e em algumas cidades do interior do estado. Afinal, um governo eleito com tantas expectativas era um indicativo de que o cumprimento das principais promessas de campanha era um enorme desafio para aquele que era considerado o primeiro “governo de esquerda” no estado. Entre as promessas de campanha, destacavam-se a geração de empregos e uma significativa melhoria na qualidade de vida da população acriana. Em relação a essa última promessa, como a maioria da população do estado se concentra nas cidades, principalmente na capital Rio Branco, a cada passo que o governo dava em direção à floresta, aumentava a distância do partido de sua maior base eleitoral.

Os discursos em defesa da floresta e de suas populações haviam gerado dividendos políticos ao candidato Jorge Viana, mas a imagem de “bom administrador”, principalmente no eleitorado da capital, foi sem dúvida um componente diferenciador no voto dado ao candidato petista em relação aos outros, e de certa forma o maior responsável por sua vitória.

Em termos políticos eleitorais, isso significou que as ações do *governo da floresta*, ao mesmo tempo em que não podiam perder a identidade e a vinculação com as questões relacionadas às florestas e as suas populações, deveriam inapelavelmente atender aos anseios da grande parcela do eleitorado que se encontrava nas cidades e que depositara as suas esperanças nessas novas lideranças políticas.

O “acreanismo” não era um discurso novo. A história política do Acre demonstra que essa foi uma ideia que caracterizou o imaginário das elites como forma de preencher a

incapacidade que as mesmas tiveram em conduzir os graves problemas econômicos, políticos e sociais porque passou e ainda passa a sociedade acriana.

O conflito com a Bolívia pela anexação do território do Acre ao Brasil, apesar de atender muito mais aos interesses dos grandes comerciantes na manutenção dos imensos seringais, foi também um ato de defesa dos interesses do Brasil, levado às últimas consequências pelos heróicos soldados e seringueiros acrianos. Todavia, esse conflito e todos os desdobros relativos às questões da anexação do Acre ao território brasileiro, como foi exposto na primeira parte do texto, não devem ser compreendidos exclusivamente como a luta de um povo por sua liberdade.

As negociações e os tratados que a diplomacia brasileira realizou com o governo boliviano tiveram como justificativa principal a ocupação efetiva por brasileiros dessa enorme faixa de florestas. Apesar de estarem as mesmas garantidas por antigos acordos como território da Bolívia, essas áreas eram, no final do século XIX, ocupadas por uma legião de seringueiros brasileiros que em busca da riqueza da borracha haviam ampliado as fronteiras do Brasil na Amazônia ocidental. Mas, nesse momento, o que gostaríamos de ressaltar são os efeitos que esse processo histórico que ampliou as fronteiras do Brasil na região amazônica produziu no imaginário da sociedade acriana. A exacerbação de alguns valores e símbolos que, somados ao isolamento do estado com o restante do país, fez dessa gente “brasileiros por opção e acrianos de coração”.

A utilização das singularidades históricas do processo de formação da sociedade acriana sempre foi um instrumento habilmente utilizado pelas elites econômicas e políticas no estado. Como forma de compensar as cicatrizes de uma história marcada por surtos econômicos que pouco ou nada deixaram de herança para a maioria da população, o discurso de resgate de uma identidade acriana foi eficiente na construção das oligarquias políticas.

No processo de formação da estrutura política da sociedade acriana, encontramos um exemplo que consideramos paradoxal. De um lado da história, temos um quadro típico de concentração de poder econômico e renda nas mãos de um pequeno grupo, e isso fez com que o Acre, em determinado período de sua história, produzisse um volume expressivo de riqueza sem deixar nenhum sinal para as gerações posteriores. Por outro, identificamos que a maioria da população do estado que atravessou o século vinte à margem de todo o processo de distribuição dessa riqueza, foi periodicamente convocada a prestar contas do seu passado glorioso como forma de legitimar as ações de uma elite política.

A unidade do “povo acriano” e a “reconstrução exagerada” de um passado heróico desse povo, historicamente se constituíram como um discurso político. As desigualdades

sociais e políticas, decorrentes da estrutura anacrônica da economia da borracha, somadas a incapacidade das elites, foram fatores que impediram que a condição básica para a construção de uma unidade social se realizasse. Os valores éticos e morais, que são os elementos determinantes na construção de uma identidade coletiva, na sociedade acriana se constituíram de maneira similar a sua base econômica e social, ou seja, apartadas pelo espaço das colocações e do barracão.

O mundo dos seringais estava atravessado por caminhos escuros e tortuosos nas florestas. A cada nova colocação, abriam-se estradas de seringas que, camufladas pelas imensas árvores, eram túneis que conduziam o seringueiro na difícil tarefa de transformar-se, por meio de sua atividade, em um novo ocupante desses espaços. Nesses espaços de florestas, que antes da chegada dos trabalhadores dos seringais eram ocupados exclusivamente pelas populações tribais, o homem seringueiro com o seu trabalho não transformou a natureza, mas a si mesmo. Com pequenos cortes nos troncos das árvores seringueiras, ele esculpiu e moldou a sua identidade com a diversidade das florestas, pintando com o cinza de uma vida sombria e solitária parte de sua memória.

Mas, quem afinal é esse homem acriano? Qual é a ideia mais aproximada desses brasileiros que ao final do século XIX lutaram para incorporar o Acre ao Brasil? A sociedade acriana da virada do século XIX para o século XX é muito diferente dessa que adentrou o século XXI? Depois de um longo caminhar pela trilha seringueira, compreendemos que as respostas a essas questões se deslocaram nos últimos anos para um espaço onde o seringueiro, o seringal, o índio e a tribo ocupam lugar de destaque. Aliás, foi no discurso político que tentou resgatar essas “identidades” que os personagens ganharam maior importância. Durante o período de amplo processo de instrumentalização das imagens e dos símbolos da história acriana, vimos ressurgir o debate sobre o resgate da autêntica identidade para o povo do Acre.

Apesar da enorme influência da cultura nordestina no estado, o Acre de hoje pode ser considerado uma mistura de vários “brasis”. Os descendentes dos primeiros nordestinos, principalmente do estado do Ceará, que vieram para essa parte mais ocidental da Amazônia brasileira, hoje dividem em rodas de amigos formadas nas praças, nas fazendas, sítios e até nos seringais, a cuia de tacacá com a do chimarrão e do tereré.<sup>134</sup>

---

<sup>134</sup> O chimarrão, assim como o tereré são bebidas muito apreciadas no sul e centro-oeste do país, e que foram trazidas para o Acre com o processo de migração das famílias oriundas dessas regiões para a Amazônia. No caso do tacacá, trata-se de espécie de caldo feito com tucupi (goma retirada da macaxeira), camarão e folhas de jambu. O prato, originário da região norte do país, mas precisamente do Pará, é muito apreciado no Acre. Na capital como no interior do estado, se espalham várias barracas, onde ele é normalmente servido em uma cuia.

Na galeria dos heróis acrianos, o espaço também está dividido entre as figuras do Coronel Plácido de Castro, gaúcho e herói da Revolução Acriana, e Chico Mendes, filho legítimo dos seringais e herói da luta pela preservação das florestas e de suas populações. À parte as diferenças culturais dessas duas personalidades, existe uma característica, um fio condutor que os aproxima e os torna acrianos: a coragem e a capacidade de doarem as suas vidas na luta que tornou o Acre possível. Mas, o “acreanismo” não pode ser confundido com esses nomes. Os heróis são assim chamados porque são capazes de coisas singulares. Materializam nos seus feitos, os sonhos de liberdade e justiça, e por isso são iguais seja qual for a cor da pele ou a língua que fale.

Plácido de Castro e Chico Mendes foram brasileiros legítimos forjados com o mesmo sangue e carne de heróis de outras histórias e povos. As suas personalidades estão intimamente ligadas aos seus respectivos atos de coragem. Ambos foram capazes de se desprenderem dos interesses pequenos e individuais para abraçarem uma causa com valores coletivos e até emancipadores, e por isso são considerados sujeitos das suas histórias e heróis e exemplos para o seu povo.

Diante dessa constatação, podemos afirmar que Plácido de Castro não era gaúcho, mas um soldado, e Chico Mendes não era um acriano, mas seringueiro. Porém, o que é o “acreanismo” no processo de análise do *governo da floresta*? A expressão que ressurgiu a partir da vitória do candidato Jorge Viana do PT ao governo do estado se constituiu como diferencial na condução de seus dois mandatos como governador, e pode nos levar a que tipo de reflexão ou considerações sobre a política partidária no estado, e mesmo da análise do governo petista?

Essa foi uma expressão que demonstrou ter força suficiente para, inclusive, como afirmam algumas lideranças do governo, estabelecer um novo parâmetro de compreensão da história acriana. Todavia, a reflexão que propomos é a utilização de um discurso político que instrumentalizou uma ideia de identidade coletiva como estratégia discursiva e construiu por meio dela uma “identidade para o partido e o próprio governo”.

Durante os seus dois mandatos, o Governador Jorge Viana utilizou de forma sistemática palavras e expressões que procuravam identificar as ações do seu governo como se fossem realizações conduzidas por uma “força e um espírito de acreanidade”, e criou uma imagem de que o grupo político que ele liderava era constituído por representantes e herdeiros legítimos das lutas heróicas do povo acriano.

As principais figuras e lideranças da FPA são apresentadas como herdeiras da luta de um povo em busca de sua tradição, de seus direitos, enfim, de sua identidade, tão



insistentemente perseguida ao longo do século e, ao mesmo tempo, tão depreciada por sucessivos desgastes governamentais.<sup>135</sup>

O governador e as principais lideranças do PT e demais partidos que compunham a Frente Popular, por meio desse discurso passaram a deter o monopólio da herança histórica de coragem e determinação dos heróis acrianos. Essa estratégia em determinado momento se ampliou, ultrapassando o discurso do governo, e se transformou em um “discurso coletivo” que passou a ter vida própria, com um efeito significativo no comportamento de parte da população acriana.

Os símbolos do estado (bandeira, brasão, hino) foram inseridos na propaganda oficial ao lado da logomarca do *governo da floresta* que era a reprodução estilizada de uma árvore castanheira.

Figura 12 – Logomarca do governo



Algumas expressões saíram do discurso político que era proferido pelas autoridades do governo e passaram a ocupar os vidros e carrocerias de carros e camisetas para, finalmente, se instalar nos jargões da mídia publicitária local.

O fenômeno é registrado ainda em artigo do mesmo jornal em que o articulista, referindo-se às duas administrações de Jorge Viana, defende que a atenção dos acrianos “passou a ser despertada para uma espécie de civismo coletivo traduzido nas bandeirinhas com as cores do Estado orgulhosamente afixadas em carros particulares ou mesmo nas propagandas do comércio em que havia uma verdadeira concorrência entre o orgulho de ser acriano com o mais acriano impossível”.<sup>136</sup>

<sup>135</sup> GUIMARÃES JÚNIOR, Isac de souza. *A construção discursiva da florestania: comunicação, identidade e política no Acre*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Mediação), Niterói: UFF, p. 97.

<sup>136</sup> Idem, p. 123

As expressões: “tão acriano quanto você”, “orgulho de ser acriano”, de certa forma monopolizaram as mensagens publicitárias dos grandes e médios anunciantes da capital, principalmente durante os dois mandatos do Governador Jorge Viana. De uma forma particular, o discurso oficial do governo do estado ultrapassou os espaços e os limites institucionais e penetrou em vários dos segmentos sociais e econômicos, demonstrando que a força dessas expressões gerava dividendos tanto para o governo petista como para a economia acriana.

Com a intensidade do investimento em publicidade oficial e a super disseminação das referências constituídas pelo discurso do Governo da Floresta, tornou-se tão na moda ser acriano que o setor empresarial identificou a possibilidade de pegar carona na elevação da auto-estima acriana. Seguindo a estratégia do governo, as empresas passam a também buscar a identificação de suas marcas com o sentimento em voga e com as referências irradiadas pelo discurso da florestania. Empresas de artesanato, de transporte coletivo, do setor de confecções e de medicamentos, para citar alguns exemplos, passam a também investir no fortalecimento dos valores de pertencimento, operando a adaptação de suas marcas e campanhas.<sup>137</sup>

A expressão “acrianismo” ou “acrianidade” não são adjetivos novos. Essas “palavras” podem ser compreendidas como parte de um imaginário da população acriana que está estreitamente relacionado ao processo histórico de formação dessa sociedade. Portanto, não se trata de uma ficção criada pelo *governo da floresta*. Na verdade, podemos destacar esse fenômeno como uma característica ou traço de “identidade” que se manifesta de forma coletiva na sociedade acriana, mas também individualmente na maneira em que o “acriano” se vê. Certamente, esse é um tema que, se aprofundado, ultrapassaria os objetivos estabelecidos neste trabalho.

Para os objetivos estabelecidos na pesquisa, o aspecto mais relevante foi a maneira que o PT usou a expressão “acrianismo” e o conceito de certa “identidade acriana” na condução do seu governo. As suas implicações na estrutura de poder instalada pelo partido no estado, certamente ultrapassam os limites do conceito de identidade coletiva e nos deslocam para outro campo de análise.

A utilização sistemática pelo governo petista nos discursos oficiais e na própria condução da máquina administrativa do estado de valores que compõe a estrutura sócio-cultural da população acriana foi identificada como uma das causas que possibilitaram a formação de uma hegemonia política no estado. Trata-se de uma abordagem exclusiva do que consideramos como um amplo processo de dominação ideológica instalado pelo governo

---

<sup>137</sup> Idem, p. 122.

petista na vida política e no cotidiano da sociedade acriana e, portanto, de um tipo de análise que se limita à avaliação desse fenômeno político.

A população acriana obviamente não está constituída apenas por seringueiros e, apesar da maioria dela ter ligações históricas com essas populações, o ofício de cortar seringa hoje é praticado por uma minoria economicamente ativa do estado. Mas, o governo petista se auto-intitulou como sendo um *governo da floresta*, o que naturalmente vinculou o seu projeto às populações que viviam e ainda vivem nas florestas acrianas. Nesse caso, paradoxalmente estariam incluídas todas as populações indígenas existentes no estado.

Nos anos oitenta, com o acirramento das questões agrárias e da emergência dos discursos em defesa das florestas, surgiu a expressão “povos da floresta”. Nessa expressão, naturalmente estavam incluídas todas as populações que residiam no interior dos antigos seringais, às margens dos rios e nas áreas de florestas ainda não exploradas.

Uma outra produção nossa era tentar uma aproximação com as lideranças indígenas, para unificar esse movimento já que durante séculos os seringueiros e os índios viveram num confronto permanente. Juntos, chegamos à conclusão, através da direção do Conselho Nacional dos Seringueiros e das lideranças indígenas, que nenhum de nós foi culpado por esses confrontos. Culpados foram exatamente os grandes seringalistas, os banqueiros, enfim, os grandes interessados em nos explorar. Esta consciência começou a crescer rapidamente, e foi a partir de janeiro de 1986 que começou a se fortalecer o movimento de aliança dos povos da floresta, que hoje já está mais ou menos definido.<sup>138</sup>

Nos espaços das cidades, que passaram a ser o destino de milhares de famílias que abandonaram os seringais falidos em busca de alternativas de sobrevivência, se constituíram segmentos e categorias sociais que almejavam a ampliação do processo de urbanização e cobravam essas ações por parte dos governos eleitos; portanto, negavam o cotidiano dos seringais.

Excluindo a população indígena que por razões óbvias não pode ser caracterizado pelo “acrianismo” ou por uma “identidade acriana”, o governo petista discursivamente caminhou na floresta, mas agiu de forma mais efetiva nos espaços das cidades. Considerando as ações e os projetos que passaram a ser desenvolvidos com as comunidades seringueiras e indígenas, o “acrianismo” e a “identidade do povo acriano” por meio do discurso do governo uniam as populações que estavam apartadas de forma política, social e econômica no estado.

O “acrianismo” não está relacionado à cultura e à “estética seringueira” da mesma forma que o chimarrão e a bombacha estão com a estética gaúcha. O gaúcho se orgulha de

---

<sup>138</sup> NAKASHIMA, Mary. *Chico Mendes por ele mesmo*. São Paulo: Martin Claret, 2006, p. 88.

seus hábitos da mesma maneira que se orgulha do seu passado de luta, por isso carrega os apetrechos (cuia, garrafa com água e a erva), repetindo sempre que possível e de forma pública o ritual do chimarrão.

O acriano que reside na cidade se orgulha do seu passado de luta, mas na maioria das vezes abandonou costumes e hábitos da vida seringueira. Não é raro o acriano usar a expressão: “*parece que veio do seringal*” como forma de reprovar uma ação pouco sociável ou mesmo desajeitada realizada por alguém.

Ser acriano não é o mesmo que ser seringueiro, mas ser seringueiro é ser acriano, e essa parcela seringueira que existe em cada acriano, mesmo que negada, principalmente nas populações mais jovens, faz do “acrianismo” uma espécie de *esquizofrenia*, representada de maneira exemplar na própria expressão *governo da floresta*. Afinal, floresta é floresta porque não tem governo e o *governo da floresta* é governo quando nega a floresta. Dessa forma, o “acrianismo” é própria negação da floresta e das suas populações nativas, e a “identidade acriana” se constitui muito mais como uma necessidade de se viver fisicamente no Acre, com sonhos que vão além das fronteiras e dos seringais.

Vivia-se fisicamente no Acre, porém os desejos, os sonhos estavam além-fronteira...Os mais abastados mandavam buscar gêneros alimentícios, roupas, sapatos, louças e até telhas de outras regiões do Brasil ou do exterior e, também, sentiam-se “desterrados” e dentre estes, os mais esclarecidos enviavam os filhos, sobretudo, os homens para estudar fora – Belém, Manaus, Nordeste, Rio de Janeiro, preferencialmente.<sup>139</sup>

Se por um lado o discurso em defesa das florestas acrianas e de suas populações foi eficaz, principalmente para projetar algumas das lideranças petistas na política nacional, para o eleitorado local ele era insuficiente. Considerando essas questões é que uma das primeiras iniciativas do PT e dos principais assessores do governador ao assumir a administração do estado foi a de promover uma espécie de “batismo no governo” dando-lhe um nome.

A estratégia foi a de utilizar uma marca que não estivesse diretamente associada a nenhum partido, mas que fosse capaz, mesmo que artificialmente, de dar uma unidade às ações governamentais e pacificar as forças de oposição que ainda resistiam no eleitorado.

---

<sup>139</sup> BEZERRA, Maria José. *As invenções do Acre: um olhar social*. São Paulo: USP, Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, 2006, p. 254.

Durante os dois mandatos de Jorge Viana, o *slogan*: *Acre – Governo da Floresta* foi sistematicamente utilizado na propaganda oficial e adotado como símbolo em prédios públicos, placas de inauguração das obras e em todo o material da burocracia do estado.

O nome do estado seguido da expressão *governo da floresta* foi uma frase capaz de unir o passado e o futuro em uma mesma sentença. A palavra Acre trazia na essência mais de um século de história com fatos, personagens, heróis e um imaginário coletivo que levou alguns escritores mais entusiasmados a chamarem de “epopéia”. A “floresta com um governo” representava o Acre do futuro e o “acreanismo ressuscitado” como um elemento capaz de fundir as populações dos seringais, das cidades e da floresta que, sob o comando do governo petista, seria levada a uma nova fase da sua história.

O “acreanismo” é na sua essência fruto de um processo histórico que se caracteriza pela negação da floresta e de tudo o que ela representa. O seringueiro, ao contrário do que afirmam alguns, não pode ser categorizado como “homem da floresta” como é um *Kashinawa, Jaminawa*, entre outros. Os primeiros pertencem historicamente a uma categoria que se pode nomear de “povos **na** floresta”. Afinal, o seringueiro foi inserido no mundo e na paisagem das florestas amazônicas por razões que não guardavam nenhuma ligação com o universo dessas florestas.

Aos povos tribais podemos dar a denominação de “povos **das** florestas” porque no interior delas eles nasceram, vivem e dela fazem parte desde muito tempo, bem antes dos barracões e dos seringais. Essas populações que pertencem às dezenas de etnias que restaram das lutas que foram travadas entre eles, “povos das florestas” com os outros “povos nas florestas”, são os herdeiros legítimos de uma história não oficial.

Nessa história não escrita e que se constitui como tradição e memória coletiva estão figuras de guerreiros e chefes, que se fundem a valores que os unem em suas tribos e comunidades. Nesse “universo primitivo” está excluída a vida seringueira e se insere outra que ultrapassa a ideia de “acreanismo” ou de “identidade acriana”.

Pode-se afirmar que se ela existe, a ideia de “povo acriano” se resume na parcela de “civilizados” que habitam o Estado do Acre, e o discurso oficial que exalta o “acreanismo” não ultrapassa os valores éticos e morais forjados historicamente por uma relação de dominação da sociedade nacional sob as diversas tribos espalhadas por todo o estado. Aos remanescentes dos antigos guerreiros tribais a expressão “acreanismo” é uma afronta que fere o orgulho de povos que estão unidos por mitos e por uma diversidade de valores que os tornou verdadeiramente “povos das florestas”.

O “acrianismo” historicamente se constituiu como uma rota de fuga imaginária e um mecanismo inconsciente que resgatou os milhares de descendentes de nordestinos, expulsos de suas regiões de origem em função da fome e da seca, dando-lhes assim a oportunidade de ser parte integrante de um grupo ou sociedade. Mas, essa também foi uma condição negada a essas populações pelo *modus vivendi* nos seringais. Ao se afirmar como um “povo”, o acriano de certa maneira reconstrói uma identidade perdida em consequência do isolamento a que foi historicamente relegado, como seringueiro, dentro do seu próprio estado, e como brasileiro, no próprio país.

O “acrianismo” fez da condição de excluídos da identidade nacional um mecanismo de afirmação que recolocou de maneira singular o Acre e o seu povo como parte integrante da nação brasileira. Internamente, ele incluiu de maneira discursiva a população seringueira na sociedade acriana unindo-a por meio da linguagem e da representação a um corpo social.

Do ponto de vista político, o “acrianismo” representa uma estratégia que foi inserida no discurso de poder feito pelo *governo da floresta*. Esse discurso incluiu todos (seringueiros, índios, comerciantes, políticos e trabalhadores) na categoria de “povo acriano”, e de certa maneira “fabricou” por meio do discurso político e das ações do governo certa unidade, que foi capaz de manter esse tema como um dos eixos fundamentais de um projeto político partidário.

A necessidade de enaltecer a importância de alguns aspectos do processo de formação da sociedade acriana e de transformar algumas singularidades da sua história em um diferencial de campanha e mesmo de administração da máquina estatal veio preencher muito mais o distanciamento que o grupo político liderado pelo PT imprimiu nas relações com as lideranças e os movimentos sociais que emergiram nos anos oitenta no estado do Acre.

O discurso emancipador que surgiu por meio da mobilização das comunidades índias e seringueiras, não flerta com o discurso de unidade do *governo da floresta*. O primeiro tem a sua origem no interior de forças sociais e políticas que estavam legitimadas por atores que fundiram a sua luta com o próprio discurso, e o segundo, por estar contido no conceito de “acrianismo” ou “acrianidade”, idealiza uma condição que não se justifica e não se legitima no processo de formação da sociedade acriana. Esses movimentos foram importantes e referenciais pela capacidade que tiveram de extrapolar as demandas sócio-ambientais da região, transformando-as em questões de interesse humanitário e se constituíram como movimentos sociais com certa permanência, criando sua própria identidade a partir de suas necessidades e seus desejos (GOHN, 2008, p.62).

A dimensão do conceito de “acrianismo” ou “acrianidade” não ultrapassa os valores e as ideias de uma sociedade tradicional que dividiu por mais de um século a sociedade acriana entre o barracão e o seringal, o seringueiro e o patrão. Resgatar essas expressões como forma de conduzir um processo de transformação política no estado é restabelecer as antigas relações de dominação de uma estrutura econômica e social anômala e historicamente falida.

Dentro dos espaços onde se travam as lutas políticas e partidárias, quando o governo petista resgatou as expressões “acrianismo e acrianidade” como uma força política e de mobilização da sociedade acriana, buscou na verdade construir, por meio desse discurso, um valioso instrumento de manutenção de uma estrutura secular de relações e interesses. Através do discurso político de “transformação” montado pelo partido, as suas lideranças reinstalaram uma autoridade legitimada pela tradição e a racionalidade na condução dos assuntos do governo. Afinal, a ascensão do PT no estado se consolidou no momento de profunda crise de credibilidade das instituições e dos valores, e isso sensibilizara profundamente a população acriana.

Os desmandos do desastroso governo Orleir Cameli - PPR/PFL atingiram em cheio os funcionários públicos e a classe média, e esses segmentos da população acriana não seriam seduzidos apenas pelo histórico discurso de esquerda proferido pelas lideranças e militantes dos partidos que compunham a Frente Popular. Era preciso muito mais do que um discurso de mudança e de preservação das florestas, e por isso o orgulho do povo acriano resgatado pela história foi o elemento chave na estratégia do governo de conduzir a administração dos conflitos e dos interesses existentes no estado.

Mas, o orgulho de um povo por sua história não pode ser confundido por um discurso “político de identidade”, e o “acriano simples” que tem a sua trajetória de vida marcada pela história seringueira não “vestiu” uma identidade forjada pelo discurso do governo porque a sua história foi construída por milhares de trabalhadores e se constituiu como “identidade política” no acirramento das lutas das comunidades que viviam no interior da floresta. Ou seja:

Ele não assume ou “veste” uma identidade pré-construída apenas porque tem uma etnia, um gênero ou uma idade. Este ato configura uma política de identidade e não uma identidade política. O reconhecimento da identidade política se faz no processo de luta, perante a sociedade civil e política; não se trata de um reconhecimento outorgado, doado, uma inclusão de cima para baixo.<sup>140</sup>

---

<sup>140</sup> GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2008, p.62.

Quando a ameaça de destruição do espaço de sobrevivência dessas famílias se configurou como algo iminente, as forças sociais se organizaram em um movimento de defesa das florestas e das comunidades que sobreviviam no seu interior. Esses movimentos emergiram como resistência ao avanço de um “novo modelo” de desenvolvimento que na prática era a eliminação do universo seringueiro. Foi exatamente esse grito pela vida que moldou uma identidade objetiva e articulada com as condições de existências dessas populações. Isso nada tem a ver com “acrianismo” ou “acrianidade, trata-se simplesmente de um discurso histórico feito por homens que efetivamente participaram do combate em defesa do direito de existirem.

As questões que levaram os debates locais a extrapolarem as fronteiras acrianas se distanciam dos discursos políticos de reafirmação do “acrianismo” como algo que faz do Acre e do seu povo ser o que ele é. A linguagem do poder, representada pelo “acrianismo”, se expressou de forma mais eficaz na população urbana do Acre, porque essa população, mesmo carregando dentro de si mais de um século de história seringueira, estava imersa em uma profunda crise que a levava a negar em alguns casos a sua própria origem seringueira e a floresta como um espaço capaz de promover o progresso e o desenvolvimento para o estado.

E foi nessa espécie de vácuo ou de ausência de uma liderança que fosse capaz de restabelecer a ordem e o equilíbrio entre o barracão e a colocação que a habilidade política do *governo da floresta* se estabeleceu. A ressurreição dos heróis feita pelas lideranças petistas efetivamente representou a subordinação dos indivíduos a um controle político e partidário.

No chamado do chefe político que convocou todos a retomarem a sua “acrianidade”, quando consideramos o papel que a estrutura de governo tem na economia do estado, na prática representou o renascimento das relações entre o seringueiro e o dono do barracão. Travestidos de militantes, simpatizantes, técnicos e funcionários, todos, por meio da sua “acrianidade”, legitimavam a autoridade daqueles que se auto-intitularam como representantes legítimos da saga seringueira e da revolução que os tornaram acrianos.

O “orgulho de ser acriano” dentro desse contexto político partidário é a representação mais legítima da dominação histórica que a elite política do estado estabeleceu desde os tempos da abertura dos primeiros seringais no Acre. Nada há de libertário ou emancipador no discurso da “acrianidade”, ao contrário, esse é um discurso que negou o que entendemos como o que mais se aproxima do processo de construção de uma “identidade acriana”.



Os movimentos seringueiro e indígena inseriram a realidade do Acre no contexto de um mundo globalizado e com a perspectiva para novas formas e alternativas de convivência para os povos espalhados por um planeta com cada vez menos necessidade de fronteiras e em busca de uma identidade humana perdida.

A defesa dos “povos das florestas” ecoou como um grito de defesa da humanidade que elevou o povo acriano a uma categoria que ultrapassou os limites da sua nacionalidade, e fez da sua história uma parcela significativa da aventura humana no planeta.

A distância entre a expressão “povos da floresta” e o “acrianismo” pode ser resumida pela ressonância do discurso índio e seringueiro, e o discurso petista de reafirmação do “acrianismo”. O primeiro ganhou às páginas dos principais jornais do mundo, e o segundo ocupou as milhares de páginas das edições locais, quase sempre escritas por uma legião de bons redatores preocupados em agradar o “dono do barracão”.

A ideia de uma identidade para os milhões de brasileiros que vivem na Amazônia não passa pelo resgate de uma “acrianidade”, mas por uma reflexão sobre uma humanidade que começou a ser perdida nas primeiras incursões que foram feitas pelas florestas. Por acreditarem que eram “civilizados” e os nativos “meros selvagens”, os conquistadores desse pedaço de Brasil lutaram, mataram e morreram em defesa de linhas imaginárias e estabeleceram as fronteiras, dividindo os homens em brasileiros e bolivianos, “selvagens” e “civilizados”. Tolos que foram, esqueceram que na essência “somos todos índios”, e morreram em defesa de ideias e crenças que os tornaram cada vez mais cativos.

Presos aos valores que iam se estabelecendo como verdades absolutas a cada novo seringal que era aberto na floresta, esses pobres homens atravessaram um século até se depararem com a dura verdade de serem inúteis para as novas ideias sobre o que fazer das florestas. Foi no calor da luta em defesa do seu espaço de sobrevivência que o seringueiro percebeu que na roda da história, naquele momento o “selvagem” era ele, e era preciso restabelecer a aliança perdida com os “povos das florestas”.

Os heróis somente são reconhecidos quando lutam e morrem por valores que estão acima das nacionalidades, identidades e interesses políticos e individuais. No espaço das florestas não há lugar para o barracão e o seringal, e um verdadeiro processo de transformação política começa pela rejeição aos conceitos de identidades forjadas com o grito do chefe e a força da caneta de quem governa. Afinal, o *“silêncio vem de uma voz, que vem de dentro, e enche de luz toda a nossa tribo, somos todos índios”*

## 2.5. “Obediência e política duas vocações”: para uma hegemonia do Poder Executivo

### Acriano

A chegada no aeroporto de Rio Branco foi triunfal. Com a decisão do Superior Tribunal Eleitoral que manteve a candidatura de Jorge Viana para governador nas eleições de 2002, foram liquidados os sonhos das oposições de governarem o estado. Afinal, as pesquisas já indicavam que naquelas eleições a única maneira de derrotar o candidato do PT seria o impedimento legal da sua candidatura.

A suspeita decisão do TRE representa a tentativa de tirar da disputa eleitoral um concorrente que tem 60% das intenções de voto. Jorge Viana diz que até agradece o fato de os adversários procurarem afastá-lo pela via da impugnação. Porque a outra via...Esta seria sua eliminação física. As ameaças de morte se sucedem, não é de hoje, contra ele e a família. Viana só se move cercado de seguranças. E não considera afastada a hipótese de que ainda venham a tentar matá-lo. É bom levá-lo a sério. Chico Mendes também avisava que estava marcado para morrer.<sup>141</sup>

Quando o MDA – Movimento Democrático Acriano, liderado pelo PMDB, pediu a impugnação da candidatura do governador Jorge Viana, talvez não imaginasse que essa atitude iria conduzir o petista de forma magistral para os braços do povo. Essa, que foi uma ação voluntária das oposições, com a absolvição do candidato pelo Superior Tribunal Eleitoral adicionou à imagem política do governador um elemento chave. São raros os casos em que o herói sobrevive a sua jornada, e quando isso ocorre a sua autoridade, legitimada pelo carisma, amplia a legião de seguidores e reforça os rituais de obediência.

A autoridade que se funda em dons pessoais e extraordinários de um indivíduo (carisma) – devoção e confiança estritamente pessoais depositadas em alguém que se singulariza por qualidades prodigiosas, por heroísmo ou por outras qualidades exemplares que dele fazem o chefe.<sup>142</sup>

O herói sintetiza os valores, as tradições e a coragem de um povo, e quando ele derrota os obstáculos de sua jornada e retorna ao convívio entre os seus, o seu poder pessoal pode ultrapassar os limites naturalmente impostos pelo cargo que ocupa, fazendo desse líder a representação mais “fiel da vontade de um povo”.

A habilidade demonstrada no comando da política acriana nos primeiros quatro anos de governo rendera ao Governador Jorge Viana muitos dividendos políticos. Mas, o tipo de liderança exercido por ele dentro do PT e nos demais partidos que apoiavam o seu governo

<sup>141</sup> TOLEDO, Roberto Pompeo de. Revista Veja, Ensaio, edição 1767, de 4 de setembro de 2002.

<sup>142</sup> WEBER, Max. *Ciência e política duas vocações*, São Paulo: Cultrix, 2000, p. 57.

também contabilizara para a sua imagem traços de certa vaidade e arrogância. No entanto, para grande maioria da população acriana o que ficara mais evidente era a sua capacidade de se fazer obedecer, e esse tipo de imagem era muito favorável no processo de reorganização do quadro político partidário que se instalara no Acre.

Na prática, a liderança do governador se constituiu como um tipo de dominação<sup>143</sup> que, além de operar de maneira eficaz no interior do seu partido, simultaneamente desencadeava nos demais partidos da coligação, e principalmente na estrutura de governo, outras relações de subordinação que potencializavam uma destacada eficiência no cumprimento das ordens que emanavam da sua autoridade.

Alguém um dia escreveu que o povo deseja ver no seu líder um homem que seja capaz de governar com mãos firmes, para que ele, o povo, se sinta protegido. Ao mesmo tempo em que deve demonstrar coragem e decisão nas ações de seu governo, esse homem precisa possuir alguns sinais de que ele é antes de tudo um protegido da “deusa fortuna”, e que a humildade e a generosidade também são traços da sua natureza. Na política partidária e nas eleições a regra também tem sido a de que: “não é necessário que o candidato tenha todas as qualidades apreciadas pelo povo, muito mais importante é que ele pareça ter essas virtudes.”<sup>144</sup>

Para o então candidato à reeleição Jorge Viana, o fato de ter a sua candidatura impugnada funcionou como um instrumento essencial para a consolidação do seu nome como aquele de maior expressão política no estado. Por meio de um acontecimento que poderia ter sido visto como um desastre da sua, até aquele momento, vitoriosa trajetória política, a campanha petista, além de absorver o impacto da decisão do TRE acriano, converteu esse fato em um enorme dividendo político no processo eleitoral.

Para a maioria da população, e mesmo para aquela parcela de eleitores que teoricamente não votariam no governador, a ideia de resignação e humildade, e mais, a imagem de que ele estava “predestinado” a governar o “povo do Acre” selou o destino das eleições acrianas em 2002.

Digo que todos os homens, máxime os príncipes, por estarem mais no alto, se fazem notar através das qualidades que lhes acarretam reprovação ou louvor. Isto é, alguns são tidos como liberais, outros como miseráveis, alguns são tidos como pródigos, outros como rapaces, alguns são cruéis e outros piedosos; perjuros ou leais; efeminados e pusilânimes ou truculentos e animosos; humanitários ou soberbos;

---

<sup>143</sup> O conceito de dominação utilizado no texto esta fundamentado e se reporta a concepção weberiana do termo.

<sup>144</sup> O conceito de virtude e fortuna, bem como a relação entre a essência e aparência está ancorada na ideia utilizada por Maquiavel.

lascivos ou castos; estúpidos ou astutos; enérgicos ou indecisos; graves ou levianos; religiosos ou incrédulos, e assim por diante. E eu sei que cada qual reconhecerá que seria muito de louvar que um príncipe possuísse, entre todas as qualidades referidas, as que são tidas como boas; mas a condição humana é tal, que não consente a posse completa de todas elas, nem ao menos a sua prática consistente; é necessário que o príncipe seja tão prudente que saiba evitar os defeitos que lhe arrebatariam o governo e praticar as qualidades próprias para lhe assegurar a posse deste, se lhe é possível; mas, não podendo, com menor preocupação, pode-se deixar que as coisas sigam o seu curso natural. E ainda não lhe importe incorrer na fama de ter certos defeitos, defeitos estes sem os quais dificilmente poderia salvar o governo, pois que, se considerar bem tudo, encontrar-se-ão coisas que parecem virtudes e que, se fossem praticadas, lhe acarretariam a ruína, e outras que poderão parecer vícios e que, sendo seguidas, trazem a segurança e o bem-estar do governante.<sup>145</sup>

No dia da divulgação do resultado do julgamento do recurso impetrado pelos advogados da FPA - Frente Popular do Acre no TSE – Tribunal Superior Eleitoral, o percurso que liga o centro da cidade até o aeroporto internacional de Rio Branco estava tomado por carros e por milhares de pessoas que caminhavam ansiosas na esperança de ver e cumprimentar o governador. No centro da capital, uma multidão de eleitores e militantes também se concentrava em frente ao Palácio Rio Branco aguardando a sua chegada. O candidato petista encarnava naquele momento, guardadas as devidas dimensões históricas, a figura do “grande líder” e revivia o espírito de luta dos heróis da história acriana.

Como em um enredo previamente escrito por mãos cuidadosas, todo o traçado, desde a busca por justiça nas instâncias superiores até a sua absolvição no processo que suspendera a sua candidatura, aquele momento lhe garantia um lugar de destaque na história política do estado. A imagem de perseguidor que alguns eleitores ainda enxergavam no candidato, e que o havia levado a uma derrota pessoal nas eleições municipais de outubro de 2000, finalmente sucumbia diante da resignação demonstrada por ele naquele momento em que o povo foi para a rua para defender a sua candidatura.

Com a transformação da imagem de perseguidor implacável dos inimigos derrotados para a condição de injustiçado, a figura política de Jorge Viana ganhara a dramaticidade necessária para o embate eleitoral, e um fator essencial na consolidação da sua autoridade política.

O governador havia esculpido à sua imagem e semelhança um amplo espaço para o seu poder pessoal, materializando uma ideia de administração pública pautada na autoridade de quem sabia mandar e se fazer obedecer. Com sua liderança consolidada no partido e

---

<sup>145</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Coleção Os pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1996, pág. 91-92.

referendada nas ruas, ele trouxe para o interior da política acriana a essência da autoridade de quem tinha “o poder de falar, e falava porque tinha o poder”.

A “civilização” triunfara nos barrancos dos rios e florestas e a política acriana finalmente encontrara o seu “chefe”. O “povo acriano” realizava na sua história a vocação do “homem civilizado”, e legitimamente substituíu o “selvagem amazônico” pelo eleitor, a aldeia pelo espaço da cidade, e a irmandade da tribo por um quadro partidário. Mas, como toda obra não acabada, ela admite considerações.

No momento do triunfo e da realização plena de um projeto político, ressaltamos não apenas a capacidade pessoal do governador petista de mandar, mas a enorme disposição de seus companheiros de partido e apoiadores em “servir e obedecer”. Destacamos o papel discreto dos demais poderes, principalmente do legislativo acriano, durante a sua administração, e que apesar de serem os mesmos insistentemente prestigiados pela autoridade do “grande chefe”, na prática essa iniciativa se apresentava como um sinal de que, no Acre, a “verdadeira autoridade” emanava apenas de uma fonte de poder.

O governador Jorge Viana (PT) não deve ter muita dificuldade para aprovar os projetos do Executivo já neste primeiro ano de mandato. É que, além de os partidos que compõem a Frente Popular do Acre terem eleito metade dos deputados na Assembléia Legislativa (Aleac), alguns parlamentares de oposição já declararam apoio à administração do governador.<sup>146</sup>

O presidente da Assembléia Legislativa, Alvaro Romero (PFL), o primeiro secretário da Casa, Tarcisio Pinheiro (PMDB), e o líder do governo na Assembléia, Deputado Edvaldo Magalhães (PC do B), entregaram na tarde de ontem ao governador Jorge Viana (PT) as matérias que foram aprovadas na primeira sessão extraordinária deste ano, realizada na terça-feira passada. O fato ocorreu em uma cerimônia simbólica realizada no gabinete do governador.<sup>147</sup>

O governador Jorge Viana (PT) conclamou os poderes para melhorar, social e economicamente, a situação do Acre. O discurso foi proferido ontem, na abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa (Aleac). A sessão foi prestigiada pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Francisco Praça, e pelo presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE) Valmir Ribeiro.<sup>148</sup>

Governando com os princípios constitucionais e preservando a independência dos poderes, a administração de Jorge Viana demonstrou que o “interesse pessoal como instrumento capaz de frear o avanço de um poder sobre outro” não foi suficiente para conter a influência da sua autoridade sobre os representantes na Assembléia Legislativa. Esse mecanismo, engenhosamente pensado nas modernas democracias como forma de se evitar o

---

<sup>146</sup> Jornal Página 20 do dia 17 de janeiro de 1999, p. 5.

<sup>147</sup> Jornal Página 20 do dia 14 de janeiro de 1999, p. 5.

<sup>148</sup> Jornal Página 20 do dia 23 de fevereiro de 1999, p. 6.

controle do Estado nas mãos de uma única autoridade, no caso do Acre não resistira a sua autoridade pessoal, e de forma democrática o Poder Legislativo do estado se submeteu a essa autoridade.

Mas o verdadeiro meio de embaraçar que os diferentes poderes se não vão sucessivamente acumulando nas mesmas mãos consiste em dar àqueles que os exercitam meios suficientes e interesse pessoal para resistir às usurpações. Neste caso, como em todos os outros, os meios de defesa devem ser proporcionados aos perigos do ataque; é preciso opor ambição à ambição e travar de tal modo o interesse dos homens com as obrigações que lhes impõe os direitos constitucionais dos seus cargos que não possam ser ofendidas as últimas sem que o primeiro padeça.<sup>149</sup>

O apoio popular, a capacidade de liderança e principalmente a inércia do legislativo acriano produziu nesse período um quadro singular na configuração política do estado. Os opositores que se mantinham com o discurso de perseguição foram reduzidos a condição de figurantes nos espaços de decisão política. Com os partidos da base do governo relegados à função de “reverenciar” as iniciativas do governador e de sua equipe, a condução da vida política no Acre ficou submetida ao que o chefe do Poder Executivo Acriano decidia ou pensava, e a hegemonia petista, sustentada principalmente pela pesada e firme mão do governador, se consolidava como um projeto político pessoal e partidário bem sucedido.

A autoridade que emanava “naturalmente” da personalidade do governador Jorge Viana teve no processo de construção da hegemonia do Poder Executivo Acriano uma importância fundamental, mas não pode ser vista de forma isolada e independente das outras ações que o *governo da floresta* imprimiu no cotidiano da sociedade acriana. Os efeitos que essas medidas tiveram no conjunto da sociedade marcaram o governo petista dando-lhe uma característica muito particular que se distanciou das práticas dos governos anteriores.

Considerando o quadro político, econômico e social deixado pelos antecessores para o governador petista, podemos compreender esse momento da história política do Acre de duas formas: a primeira como um obstáculo à ascensão política e a efetivação da sua liderança, se considerada a situação de crise na administração do estado, a corrupção, o quadro de violência e impunidade; e a segunda como uma grande oportunidade ou “fortuna” que o destino lhe concedia.

A avaliação dos dois mandatos do governador e o quadro político e partidário que ele deixou ao final de seus oito anos de governo demonstrou que entre a “tragédia” e a “fortuna” prevaleceu a “virtude” do governante, consolidada pelo pragmatismo político na

---

<sup>149</sup> HAMILTON, MADISON e JAY. *O Federalista*, Seleção de textos de Francisco C. Weffort, São Paulo, Abril Cultural, 1979.

condução dos negócios públicos e no tipo de relação de poder que ele estabeleceu com os seus assessores diretos, funcionários públicos e eleitores.

Mas, a efetiva realização dessa hegemonia política exigia de um candidato eleito com tantas expectativas, algumas medidas que pudessem provocar impacto imediato no funcionalismo público, no cidadão comum e principalmente que resgatasse de forma incondicional a ideia de uma autoridade com poder suficiente para eliminar do convívio da sociedade acriana os “homens maus”.

A construção e a percepção dessa “nova história”, que vai insinuando na constituição de um novo imaginário, implicam um corte, uma ruptura política em relação aos governos anteriores, dos quais a administração petista vai buscar se diferenciar radicalmente em termos de imagem pública. Na comparação com os desastres que foram essas administrações – marcadas pela precariedade e abandono dos serviços públicos, pela corrupção e violência do crime organizado no interior das instituições e no meio político, atrasos no pagamento de salários do funcionalismo e até pelo estado de ruína dos prédios públicos –, o Governo da Floresta efetivamente impõe um diferencial.<sup>150</sup>

O primeiro mandato de Jorge Viana ficou marcado por duas realizações: a primeira, que teve efeito direto sobre o funcionalismo público, produzindo mudança no cotidiano de milhares de famílias, que foi a regularização dos pagamentos de salários; e a segunda foi o desmantelamento do crime organizado que operava impunemente. Essas duas medidas foram percebidas pela grande maioria da população acriana. E, na percepção de uma parcela significativa dessa população, significaram gestos de “generosidade e de justiça” por parte da autoridade que havia sido eleita para “melhorar a vida dos acrianos”<sup>151</sup>.

Se a regularização da folha de pagamento do estado foi uma ação direta do poder executivo, a prisão de dezenas de pessoas envolvidas com assassinatos e tráfico de drogas, apesar de ter sido mérito do conjunto de instituições que compunham a justiça no Acre (Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e Tribunal de Justiça do Acre), também foi contabilizada para grande maioria da opinião pública, inclusive de fora do estado, como uma realização da vontade política do governador.

Na área de segurança pública, o principal desafio foi a desarticulação de organizações criminosas, estruturadas dentro das instâncias de Estado, com envolvimento de oficiais de altas patentes da polícia militar, delegados de polícia e até a participação de deputados, cujo caso mais conhecido ficou sendo o do ex-deputado estadual e federal Hildebrando Pascoal. À época, era comum serem

---

<sup>150</sup> GUIMARÃES JÚNIOR, Isac de Souza. *A construção discursiva da florestania, identidade e política no Acre*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e mediação) Niterói: UFF, p. 104.

<sup>151</sup> O slogan de campanha do PT ao governo em 1998 foi: “a vida vai melhorar” seguido da frase “Jorge no governo e Tião no Senado”.

encontradas partes do corpo de uma mesma pessoa espalhadas em diferentes pontos da cidade, sem que a autoria fosse identificada pela polícia, embora um murmúrio generalizado atribuísse as ações a um suposto grupo de policiais que se encarregava de “fazer a limpeza” na eliminação do banditismo.<sup>152</sup>

O governador não inventou ou instituiu um novo modelo de dominação, ele apenas usou das prerrogativas de uma autoridade conquistada de forma legítima nas urnas, adicionando a essa um viés emocional devidamente manipulado por meio do seu carisma, e por sua capacidade de mandar e se fazer obedecer.

O governo do Acre é o maior empregador do estado e também o maior comprador. A autoridade que “paga e manda prender, quando é revestida de uma áurea de generosidade e justiça fatalmente torna-se um poder hegemônico. Dessa forma, a compreensão do processo de construção da hegemonia petista no Acre passa necessariamente pelo fato de termos um poder personificado na figura do governador Jorge Viana. Esse poder foi potencializado pelo tipo de dominação que ele consolidou por meio das suas relações nas estruturas internas do PT acriano, e nas outras legendas que pertenciam à coligação que ele liderava de forma incontestável.

O eleitorado acriano, que no início dos anos noventa do século XX já havia dado sinais claros da necessidade de surgirem novas lideranças políticas no estado, consagrou no final desta mesma década o PT como o partido mais important, concedendo um desempenho eleitoral expressivo para algumas das suas principais lideranças. A consagração nas urnas não apenas do PT, mas também de alguns partidos que faziam parte da coligação Frente Popular do Acre trazia no seu interior características que faziam do discurso progressista propagado por essas lideranças, um elemento contraditório quando foi submetido a prática política adotada pelo governo da FPA.

A brisa renovadora que soprara na política acriana em grande parte era produto da capacidade das lideranças petistas de agregar no interior das legendas que compunham a coligação – FPA parte da força política que emanava dos movimentos sociais e de outras lideranças populares que historicamente haviam ficado à margem do processo político no estado. A esperança dos setores mais populares da sociedade acriana estava depositada na possibilidade de que o processo eleitoral levaria alguns partidos e lideranças que mantinham estreitas relações com esses setores ao centro do poder no estado. Tratava-se de uma

---

<sup>152</sup> Idem, Op. cit. p. 104.



perspectiva de ocupar a estrutura de governo para tornar possível a realização de projetos que atendessem as demandas sociais que haviam ficado reprimidas em governos anteriores.

No plano político “ideal” essas demandas teriam “vez e voz” nos processos de decisão liderados pelos quadros dos partidos que historicamente foram sensíveis àquele quadro partidário e eleitoral que excluía as camadas populares da sociedade na condução dos assuntos públicos. O discurso político eleitoral da FPA, e principalmente dos irmãos Viana, se praticado no âmbito do governo significava montar uma estrutura de poder que fatalmente levaria o primeiro “governo de esquerda” do Acre a naufragar na onda da “participação popular”.

A brisa que se tornou um vento forte não levou o navio de “velas vermelhas” ao sonhado porto da utopia. O comandante, assim como os seus imediatos, sabiam que o sonho terminaria no desembarque e nesta história era inevitável e necessário ancorar e descer da embarcação. O horizonte que trazia a expectativa de um lugar onde seria possível a prática da liberdade, igualdade e da justiça, duraria até o momento em que, vencidas as tormentas e barreiras de recifes, fossem alcançadas as terras imaginadas pelos navegadores.

Todos os que estavam posicionados na proa, avistaram com antecedência o que os outros tripulantes que haviam permanecido na popa da embarcação não enxergaram. A utopia era um discurso e não um objetivo a ser alcançado. Suspensa no manto escuro da história, era uma estrela que “guiava” o militante no sonho de viver a aventura de construir um “governo de esquerda” no Acre, mas não “orientou” os líderes que comandaram o barco através das águas turbulentas de uma luta política partidária e eleitoral.

Com os pés em terra firme, a realidade de governar o estado do Acre se apresentou como uma tarefa para poucos, e fez emergir a necessidade de um poder personificado na figura do “grande timoneiro”. Responsabilizado pela glória de levar a tripulação ao porto sonhado, ele se fez líder não pelo que realizara, mas pela necessidade que os seus seguidores passaram a ter diante da dura e fria realidade daquela ilha. O tempo da aventura e da utopia chegara ao fim, e a responsabilidade de governar levou a embarcação ao porto seguro da autoridade e da obediência.

Retomamos nesse momento uma questão citada anteriormente e que diz respeito à disposição dos companheiros de partido, apoiadores, militantes e algumas lideranças mais populares em servir e obedecer ao grande chefe. Mas, antes se faz necessário registrar também que a personalidade do governador não era a mesma nos espaços por onde ele transitava e exercia a sua autoridade. Como chefe do partido e do Poder Executivo Acriano a firmeza das suas decisões e o controle sistemático exercido sobre os demais membros eram

notórios. Nenhuma deliberação ou ação do partido era encaminhada sem que ele desse a palavra final.

Por outro lado, no contato com a imprensa e o eleitorado, o seu comportamento buscava o equilíbrio entre o cordial e o amável, sem que para isso demonstrasse insegurança ou inabilidade com as palavras. Nos seus discursos, buscava sempre incluir, quando se referia às realizações do seu governo, os companheiros de partido, principalmente a Senadora Marina Silva e o seu irmão, o Senador Tião Viana. Quando se referia às forças de oposição usava sempre um tom conciliador e personificava a imagem do líder que buscava o entendimento com as forças contrárias a sua administração e àquilo que ele considerava o melhor para o seu povo.

As vozes dissonantes do seu partido ficaram restritas às conversas de corredores sempre bem vigiadas por uma legião de “admiradores” e de “servidores” públicos seduzidos por sua maneira de governar. As oposições aos poucos foram submetidas à força da sua autoridade e às diretrizes do seu governo, restando a esses grupos o vazio da tribuna de uma assembléia que se transformou numa caricatura do espaço de representação da vontade popular e da pluralidade política.

Durante os seus dois mandatos, o Legislativo Acriano foi presidido por um nome que era uma escolha pessoal do governador. O Deputado Sergio Petecão - PMN comandou a Assembléia Legislativa e fez desse poder uma extensão do gabinete do governador. Mesmo sendo de um partido que ideologicamente não se alinhava com o partido do governador, Sergio Petecão foi um aliado de todas as horas, e impediu que outros nomes do PT e de partidos como o PC do B, PSB e alguns mais “ideológicos” projetassem suas lideranças. Com essa estratégia, a estrela petista pode brilhar de forma incontestável no peito do governador, e o sorriso e o afago da sua autoridade tornou-se objeto de desejo dos seus seguidores que se multiplicavam a cada atitude ou demonstração de reprimenda ou generosidade.

Se a essência da hegemonia petista na política acriana pode ser reduzida à liderança do Governador Jorge Viana, o controle e a dominação exercida por ele nas estruturas de governo e dos partidos que o apoiavam em parte pode ser compreendida pela disposição de alguns em obedecer de forma incondicional a sua autoridade. Esse foi um comportamento demonstrado por uma parcela significativa das lideranças partidárias, militantes do partido, sindicalistas e funcionários públicos do estado. No período em que governou, destacou-se nos seus principais assessores e companheiros de partidos uma tendência natural em “servir” de maneira mais acentuada ao chefe que, em vez de pedir,

mandava fazer, e que era implacável com aqueles que não executavam o que lhes havia sido ordenado.

Se a princípio isso pode ser visto como um comportamento contraditório, quando utilizada no interior de uma burocracia pública com as singularidades da existente no Acre essa foi uma estratégia que demonstrou ser muito eficiente. Mesclando a tradição das relações familiares nas nomeações com a racionalização de alguns procedimentos e ações, se potencializou uma espécie de “devoção” à autoridade instituída e se estabeleceu uma relação de fidelidade singular.

A afirmação do PT acriano como partido, de certa maneira se confunde com a emergência dos movimentos populares e pela busca de direitos das populações seringueiras e indígenas no estado. Lideranças como a da Senadora Marina Silva e alguns líderes sindicais são referências nesse processo de articulação dos movimentos populares com a construção do projeto político petista. Porém, com a conquista do governo nas eleições majoritárias de 1998, inversamente do que se esperava, ocorreu uma centralização nos processos de decisão e no comando das ações do partido. Isso também pode ser considerado como uma das razões que levaram o partido a vencer as eleições e a montar uma burocracia eficiente na estrutura do governo. A forte rejeição que o partido amargara em eleições anteriores diminuiu sensivelmente, demonstrando que o PT bom de governo era o PT do “Jorge e do Tião Viana”.

Contudo, o que fazer dos sindicalistas e líderes populares que integravam a militância e o árduo trabalho do partido nas eleições? Reduzidos a assessores e técnicos do governo com poder de decisão limitado pela autoridade do governador, eles passaram a influenciar as ações do governo com o silêncio característico daqueles que temem a autoridade do chefe que era bom de voto e, por isso, um mecanismo eficiente para a manutenção dos seus empregos e do *status* de estarem no governo.

A submissão demonstrada por membros das legendas que permaneceram na FPA e do próprio PT após o primeiro mandato de Jorge Viana foi um instrumento eficaz na personificação e “colagem” do governo petista na imagem do governador. De fato, não havia um eleitorado significativo do PT no Acre, mas sim um eleitor que votava em Jorge Viana. Isto, lamentavelmente levou figuras históricas do PT acriano, como a própria Senadora Marina Silva, considerada um ícone da luta política no Acre, a ter nos processos de decisão a sua palavra relegada a importância de uma fotografia na parede em uma sala de reunião do partido ou do governo.

A permanência nos empregos e a projeção nas eleições, proporcionadas pela imagem positiva do governador Jorge Viana, não foram as únicas razões para o

comportamento “obediente e servil” de alguns sindicalistas, lideranças e candidatos que “surfaram” na onda Jorge Viana e do PT. Elas foram importantes, mas não suficientes para a efetiva consolidação da autoridade do governador. Quando nos referimos em capítulos anteriores que a relação entre o seringueiro e o dono do barracão é emblemática para o tipo de análise que fazemos, não limitamos essa analogia à utilização das populações seringueiras no projeto de poder do *governo da floresta*. Ao contrário, ela foi muito mais análoga quando comparada ao comportamento dos quadros do partido e do próprio secretariado em relação ao tipo de autoridade imposta por Jorge Viana no governo do Acre.

Não se trata de hierarquia, mas de uma espécie de “servidão voluntária” que remonta à estrutura de poder e dominação existente no final do século XIX, nas barrancas dos rios e no interior dos seringais acrianos. As relações constituídas pelo “patrão” e o “seringueiro cativo” pareciam ter encontrado o seu espaço no projeto de modernidade da política acriana.

No início de formação da sociedade acriana na imensidão das florestas, a relação de dependência dos trabalhadores com o patrão era uma necessidade que se impunha àqueles homens por uma ausência de alternativas de sobrevivência. Essas relações que marcaram profundamente o processo de formação dessa sociedade foram reformuladas analogamente na estrutura de poder criada pela administração Jorge Viana, não sendo necessário dizer quem se tornou o “dono do seringal” nesse universo de interesses pessoais e de disputa da política partidária.

A eleição de Jorge Viana e a chegada ao poder dos partidos por ele liderados foram significativas quando se analisa o quadro deprimente na política do estado ao final dos anos noventa. Nesse momento da história política da região, a integração das forças de oposição e o confronto com as antigas estruturas partidárias existentes foi uma conquista da democracia acriana, e sobre esses fatos não pairam dúvidas. Mas, como foi dito anteriormente, a toda obra não acabada cabe considerações.

Entendemos que mais importante do que as eleições vitoriosas do PT e da denominada “esquerda acriana” foi a “nova forma” de fazer política que o governo petista instalou na decadente estrutura partidária herdada com o final da administração de Orleir Cameli - PPR/PFL (1995 – 1999). Mas, reduzir a força política que foi construída pelo processo de lutas dos trabalhadores seringueiros, índios, sindicatos e movimentos de defesa das florestas a uma única liderança ou pequeno grupo político é a negação histórica da própria “esquerda acriana”. Esse fenômeno da política acriana, pode ser visto como um desvio no

caminho que poderia ter levado as relações sociais e políticas dessa sociedade, a processos mais amplos de emancipação e conquistas.

A quem serviu a consolidação da hegemonia do Poder Executivo no Acre e a transformação do Poder Legislativo do estado à condição de porta voz de um projeto político partidário único? Marcado pela tradição da família e por relações hierárquicas de extrema subordinação, o primeiro governo petista do estado se rendeu à vontade pessoal de um líder carismático com força suficiente para promover uma longa e hegemônica política partidária.

A história registrou que no final da sua administração, o governador Jorge Viana deixou no seu eleitorado, auxiliares, admiradores e principalmente no seu sucessor a responsabilidade de zelar por um vazio de poder provocado por sua ausência, que foi imposta pela legislação eleitoral que impede reeleições sucessivas de um mesmo candidato.

A ausência física do “grande líder” e a sucessão ao cargo de governador ter sido a eleição de um dos seus mais discretos secretários e vice-governador, indicou que a ocupação de um espaço poder nem sempre está limitada ao cargo que se ocupa, mas depende muito mais do poder da autoridade que se personifica e se impõe porque conta com muitos que desejam servi-la e obedecê-la.

A “obediência política e a política da obediência” são duas vocações distintas e não existem simultaneamente em um mesmo indivíduo. A máxima expressão da autoridade se reflete na ação voluntária daqueles que a ela estão submetidos, e pelo desejo de servir com o propósito único de agradar e de zelar pela existência dessa personalidade. No amor isso pode até ser uma atitude sublime, mas na política é pura constatação de que a “vontade política” se submeteu à “servidão política”, consagrando a hierarquia e a desigualdade entre homens que, pelas ações que executam e relações que estabelecem no interior do processo político, deveria ser equilibrada e horizontal.

O princípio da autoridade política é a legitimidade, que no regime democrático se efetiva pela vontade popular. Mas, se assim fosse, o Poder Executivo e o Legislativo seriam ambos soberanos nas relações entre si. Por materializarem a “vontade popular”, estariam dotados de uma mesma força política, mesmo que executando funções diferentes na estrutura e na organização do poder em uma sociedade.

A experiência na política acriana contemporânea demonstrou que a figura do “um” se sobrepôs a do “uns”, mesmo que essa tenha sido a consequência de um processo histórico marcado pelo desejo e a vontade de muitos. Como e por que a vontade de muitos se transforma na vontade de um? A resposta talvez nos remeta à análise do condicionamento

imposto pelo próprio regime de representação política que associa de maneira subalterna o que por princípio deveria ser voluntário, soberano e independente.

Se os modernos partidos políticos são a expressão máxima da razão política e da própria racionalização do processo de ocupação do poder em uma sociedade democrática, a experiência política acriana nos mostrou que essa razão pode ter sucumbido pela ausência de coragem dos homens em conduzirem as suas ações sem o auxílio de uma autoridade, seja ela legitimada ou não.

Obedecer a si mesmo e conduzir-se por meio da própria razão não se consolidou como uma verdade histórica na política do Acre. A política praticada na sociedade que emergiu no interior das florestas e nas barrancas dos rios acrianos se apresentou como um processo “inacabado e inconcluso”. Mesmo que as lideranças políticas e os porta-vozes da “modernidade acriana” insistam na afirmação de que se “instalou um novo tempo” na política do estado, as relações que se estabeleceram no interior do governo petista e o surgimento de uma liderança política como a do governador Jorge Viana trazem na essência a herança histórica de uma classe política que ainda ilumina os seus caminhos com a luz de uma poronga. Assim como ainda fazem os seringueiro no seu ofício diário nas madrugadas, partidos e governo tateiam na escuridão da sua própria história uma alternativa ou modelo que estabeleça um novo tempo e uma “nova forma e fazer política”.

A obediência ainda é uma necessidade para muitas lideranças e quadros do PT acriano. Elas são o efeito de uma estrutura política e social que resiste, e ainda não encontraram uma estrada que fosse capaz de conduzi-las a outro destino, além do barracão e das colocações. As luzes que iluminam o caminhar das estradas seringueiras, não são suficientes para conduzir uma significativa parcela dos homens que fazem a política no estado. E assim, eles continuam a obedecer e buscar na autoridade do chefe político a mão que possa conduzi-los através da sua própria história.

Na democracia o poder se institui pelo consentimento e a autoridade se legitima pela lei que não identifica e não personaliza, apenas garante que aquele que ocupa o cargo possui sobre os demais um poder que tem a extensão do consentimento que lhe é dado por cada membro da sociedade. Trata-se de obediência à lei não ao chefe, enfim, da atividade política de homens iguais e soberanos nas suas ações e que não devem se curvar ao manto escuro da obediência cega e da devoção ao que é efêmero.

Os governos passam, assim como os líderes são substituídos por outros, e o que permanece é a escolha que se faz de servir a eles ou à sociedade, soberanamente materializada em cada um dos membros dessa associação. Apenas os homens livres da obrigação de servir e

obedecer a outro serão capazes de construir “bons governos”. Se a política é uma vocação, a obediência deve ser a relação dessa atividade com aquilo que a fundamenta e legitima, ou seja, o bem comum - e não o poder e a autoridade do chefe.

**PARTE III**  
**A FLORESTA**



### 3.1. *Aquiry a luta de um povo: por trás do palco de uma opera amazônica*<sup>153</sup>

A ópera “*Aquiry a luta de um povo*” foi o resultado final de um projeto de formação e qualificação de um grupo de músicos acrianos. Depois de longos ensaios, a primeira apresentação pública da obra que integrou uma série de eventos promovidos pelo governo do estado, durante no ano de 2003, foi realizada no interior da Catedral Nossa Senhora de Nazaré, localizada na capital do estado.

A peça musical apresentada na Catedral é apenas um trecho da obra. A “cena 22”, que trata especificamente do Tratado de Petrópolis e do processo da Revolução Acriana, colocou 40 vozes e 25 instrumentos da Orquestra Filarmônica do Acre na igreja, dando o tom exato de uma conquista iniciada com um movimento popular e que se encerrou com a força da diplomacia concretizada no tratado.<sup>154</sup>

Foi uma apresentação parcial da obra que seria apresentada posteriormente na íntegra em um evento que ocorreu meses depois. Transformar Rio Branco, durante uma semana, na capital amazônica das artes performáticas. Foi o que se propuseram fazer os organizadores da caravana e do musical *Aquiry* (PÁGINA, 20, 17 de julho 2004).

Essa, tal como outras iniciativas e ações patrocinadas e realizadas pelo governo do estado, tinham como objetivo comemorar os cem anos da Revolução Acriana. Enfim, a ópera foi um trabalho realizado por músicos, cantores e atores acrianos que mostrou, ou pelo menos tentou mostrar em três atos, o processo de formação histórica do Estado do Acre, a revolução acriana, os seus heróis e vilões.

História, intriga, amor, política, guerra e diplomacia compõem o universo da obra, que no palco foi protagonizada por duas famílias, sendo uma de seringalistas e outra de seringueiros. A ópera “*Aquiry a luta de um povo*” nos apresenta um Acre de seringueiros, seringalistas, comerciantes, soldados e revolucionários. Pode ser compreendida como uma alegoria do processo de formação do território acriano como espaço de ampliação do Estado e da sociedade brasileira, e do extrativismo e o comércio da borracha como as causas principais da origem e formação da sociedade acriana.

O primeiro ato se constituiu de uma ambientação, com uma breve apresentação do contexto histórico em que se desenvolve a trama.

---

<sup>153</sup> A ópera “*Aquiry a luta de um povo*” foi escrita e dirigida pelo maestro acriano Mario de Lima Brasil, que atualmente reside na cidade de Brasília, onde é professor da UNB.

<sup>154</sup> Jornal Página 20, encarte especial de 19 de novembro de 2003.

O musical *Aquiry*, a Luta de um Povo está dividido em três atos. O primeiro começa com a chegada de uma família de retirantes nordestinos ao Acre, onde logo se subordinam ao trabalho semi-escravo imposto aos seringueiros pelos seringalistas. Aí se dá a formação da Junta Revolucionária após a instalação da aduana boliviana em terras acrianas. Em seguida, o filho de um seringalista apaixona-se pela filha de um seringueiro e fogem do seringal. Descoberta a fuga, o seringalista pune o pai da moça. Daí ocorre a saudação a Joaquim Victor e a entrada de Luiz Galvez em cena.<sup>155</sup>

No segundo ato os personagens alternaram diálogos e, cada um com o seu talento e a importância que lhe foi reservada na obra, representou com suas expressões, frases e palavras os diálogos que iam aos poucos se integrando ao enredo, minuciosamente escrito e ensaiado.

O segundo ato se inicia com a reunião de Galvez e a Junta Revolucionária, onde são criados a República Independente e a Bandeira Acriana. Daí, os filhos do seringalista e do seringueiro vão para a luta e o par romântico se separa. A partir daí, sucedem-se várias cenas de guerras e batalhas dos períodos revolucionários de Galvez, da Revolução dos Poetas e de Plácido de Castro. O ato termina com a corrente no rio Acre sendo cerrada e a passagem do navio Independência, fato de muita importância para a vitória final dos acrianos.<sup>156</sup>

Ao terceiro e último ato fica reservado para a vitória acriana na guerra e da diplomacia brasileira, seguidas da trágica morte do herói da revolução e da união de seringalistas e seringueiros, representados pelo par romântico. Ou seja, a concretização do processo que anexou o território acriano ao Brasil, e a perseguição e a morte do herói com a exaltação do legado de liberdade e justiça deixado por ele que se materializa com a realização da unidade de um povo.

O terceiro último ato começa com a assinatura do Tratado de Petrópolis, anexou o Acre ao Brasil, e prossegue com cenas do cotidiano do Acre pós-revolucionário nas cidades e nos seringais. Apenas um dos filhos do seringalista retorna do conflito armado e a filha do seringueiro chora. Começam as hostilidades contra Plácido de Castro, que antes de ser assassinado dá um depoimento. O outro filho do seringalista retorna para a felicidade da amada seringueira. O ato e o musical terminam com todos cantando.<sup>157</sup>

Trata-se de uma estrutura e de um enredo comum, baseado em situações e fatos históricos semelhantes a de outros processos de formação histórica de povos, cidades e nações. Mas, pela primeira vez essa história está sendo apresentada dessa maneira, como resultado de um trabalho intenso e da união de vários atores, músicos e técnicos que

---

<sup>155</sup> Jornal Página 20, 17 de julho de 2004.

<sup>156</sup> Idem.

<sup>157</sup> Idem.

caprichosamente se empenharam em construir uma obra com a dimensão e a forma adequada à importância dessa história.

A história escrita e interpretada nos livros, trabalhos acadêmicos, canções populares, será finalmente imortalizada através de uma das mais clássicas e civilizadas formas de expressão artística. Afinal, foi necessário esperar longos anos para que o Acre e os acrianos fossem reconhecidos e integrados a esse imenso país. Uma história transformada em ópera era a etapa que faltava para a afirmação de que esse povo é, de forma definitiva, e incontestável, parte da sociedade e da história nacional.

No palco, os atores protagonizam cenas que passam pelo drama, romance e a tragédia. Alternam diálogos e cantam acompanhados por uma sinfonia poderosa que ressalta as tramas e as lutas vividas desde os tempos dos primeiros seringais até a libertação do povo das mãos dos opressores estrangeiros pela espada e o fuzil dos bravos soldados e seringueiros acrianos. É a história resgatada na arte, é a arte de se contar uma história que transformou esta história em uma ópera.

O que se viu foram personagens que representaram uma história, interpretada, musicada e transformada em um grande espetáculo. Mas, por trás do palco o que se vê? O espetáculo termina e as cortinas se fecham, o público aplaude, mas na platéia alguns olhos curiosos desejam ver o que de fato há por trás do cenário. É necessário que se aguarde os agradecimentos, os aplausos e que os atores voltem aos camarins para se trocarem. Quando finalmente as luzes se apagam é o momento de desvendar o que há por trás de uma ópera amazônica. Mas, se a arte de contar e cantar uma história não ficou restrita apenas a um tipo de linguagem e manifestação artística, o momento agora é outro e o espetáculo e o palco também.

Dois homens caminham em direção ao centro do tablado. Um deles ostenta em sua cabeça um enorme cocar confeccionado com penas de várias cores. Param diante da platéia e abraçam-se fraternalmente, e em seguida saúdam-se falando em uma linguagem tribal. Quando as luzes vão vagarosamente iluminando a parede no fundo do palco é possível enxergar figuras e traçados singulares.

Quando finalmente a luz toma conta de todo o palco é possível notar a presença de outros homens sentados e com seus instrumentos musicais a mão. Violino, violão, percussão e outros mais singulares são identificados. Passados alguns segundos, um jovem seminu que segura um violão dirige-se ao centro do palco e senta-se em uma cadeira.

As luzes são novamente apagadas e apenas um foco se concentra no jovem índio que se colocara a frente dos outros músicos. Seguem-se alguns segundos até que uma voz

rompe o silêncio, e se ouve o dedilhado do primeiro acorde no violão. Voz e instrumentos invadem o teatro, atraindo os olhares para aquela personagem que se posicionara bem ao centro do palco.

Definitivamente, não se trata de uma ópera ou um musical. Da platéia, a imagem que se vê transmite a sensação de que o grupo de músicos está sentado em uma clareira, à beira de um igarapé no meio da floresta. A voz que rompera o silêncio e que se somara aos primeiros acordes do violão é também acompanhada de sons extraídos de uma espécie de apito. Trata-se de um som que se assemelha ao canto de pássaros e que se torna mais singular quando é adicionada a esta estranha sinfonia um agradável solo de violino.

O som dos apitos e dos instrumentos que integram aquela estranha combinação de cores e sons são acompanhados pela voz de um jovem índio que entoia insistentemente uma palavra: a palavra é *kanaro* e é a mesma que dá o nome ao espetáculo. *Kanaro* tem a origem na palavra *kaná* que na língua *Yawanawa* quer dizer o nome de um pássaro.

O mito de formação do povo *Yawanawa* conta que há muito tempo os homens desejavam atravessar um rio, mas ele era muito largo. Havia um enorme jacaré que morava à beira desse rio. O líder da tribo conversou com o jacaré e pediu para que ele servisse de ponte para atravessar o seu povo. Ao perceber o desejo daqueles homens de atravessá-lo, propôs um acordo: o jacaré ficaria deitado nas águas ligando um lado ao outro da margem e assim os homens poderiam usar o seu enorme corpo como uma ponte. Mas, a condição era a de que os homens teriam que alimentá-lo. Frutas e pequenos animais poderiam ser usados como alimentos para saciar a fome do enorme animal, com exceção da sua própria carne. Ou seja, os homens não poderiam alimentá-lo com outro jacaré.

Certo dia, um daqueles homens julgou que o jacaré não perceberia e deu ao enorme animal a carne de um filhote de jacaré. Quebrou-se assim o pacto estabelecido entre o animal e os homens, e aquilo que havia possibilitado a travessia de muitos daqueles homens pelo rio. Passaram-se alguns dias, até que o jacaré em um sonho falou ao cacique de que avisara que não era para jogar outro jacaré para ele comer, e como um dos índios filhos da sua tribo havia quebrado a aliança, quem já havia passado iria escapar, mas os outros que ainda estavam do outro lado não iria mais atravessar, e quem estivesse passando iria morrer. Ele iria virar no rio para que os índios servissem de alimento para os outros peixes. O gigantesco animal, ao perceber que tinha sido enganado, ficou enfurecido, e movendo o seu enorme corpo derrubou aqueles homens que ainda caminhavam por sobre ele para atravessar o rio. Muitos morreram e outros tantos foram deixados para sempre separados pelas águas.

Na aldeia existia um pássaro chamado *kaná*. Para o povo *Yawanawa*, esse era um pássaro que voava alto e longe, e que também era conhecido como a arara amarela. Todos os dias ao entardecer ela atravessava voando o rio para comer frutas. Em uma dessas tardes, o cacique ficou muito triste e com saudades do povo que havia ficado do outro lado. Cantando com saudade do seu povo, ele pediu que a arara levasse lembranças e também dissesse que ele estava com muitas saudades<sup>158</sup>.

E assim, quando ao entardecer o pássaro *Kaná* voava por sobre os rios e ecoava o seu canto, os homens lembravam com saudade daqueles que ficaram do outro lado da margem, e enchiam suas almas de saudades.

O canto de *kaná* representava a lembrança, mas também a possibilidade do reencontro, porque através de suas asas e do seu canto, os homens realizavam no imaginário a travessia sobre as águas do rio, e amenizavam em seus corações a dor de estarem separados.

Recorremos nesse momento a uma das várias interpretações que podem ser feitas sobre esse mito. Utilizamos-a como um instrumento de compreensão de duas manifestações artísticas e de uma realidade social e política. Dois espetáculos distintos que falam a princípio de duas histórias. Uma parcialmente escrita e documentada e outra mitificada, mas com algo em comum: ambas tornaram os espetáculos possíveis. Tanto a ópera escrita pelo maestro como a apresentação do jovem índio *Yawanawa* com os seus amigos músicos falam da história de um povo, suas travessias, conquistas e tragédias.

São formas distintas de representação, mas se utilizam da palavra, da música e da arte de representar como algo que reuniu em um palco um imaginário que por alguns instantes possibilitou a um grupo de pessoas experimentarem uma mesma história. Por trás das apresentações, está subjetivamente inserido um enredo, uma história e um mito que contam como, ao longo de determinado tempo, se deu a união e a divisão entre as tribos, famílias, homens e mulheres. Cada sociedade, a seu modo e com a sua linguagem, representou por meio da arte o processo que as levou a se constituir como realidade social.

A ópera explicita a história de um povo por meio de um enredo lógico e previamente escrito, e se utiliza da voz e da combinação de vários instrumentos que compõem uma orquestra para contar os acontecimentos, dividindo-os em três atos.

A apresentação do jovem *Yawanawa* é bem mais simples. É a reunião de vários cantos tribais, muitos deles hoje esquecidos por uma boa parte do próprio povo *Yawanawa*,

---

<sup>158</sup> Interpretação livre do mito *Yawanawa* que foi relatado pelo jovem artista índio Macilvo Yawanawá (Shaneihu) no show *kanaro*.

mas que, resgatados através da combinação harmoniosa de instrumentos e da própria musicalidade da linguagem *Yawanawa*, se constituiu como um espetáculo singular. Todos aqueles que experimentaram o silêncio e o escuro inicial, seguido por uma luz suave e a agradável melodia que invadiu o teatro, foram tocados estranhamente por algo que se ampliou quando o mito foi singelamente relatado pelo jovem músico *Yawanawa*.

A combinação do canto *Yawanawa* com o som do violão, do violino, do baixo, da percussão, dos apitos e outros instrumentos, nos proporcionou a sensação da travessia por sobre o rio que separava os homens. A capacidade de cantar, representar e extrair sons de instrumentos, seja qual for a forma e o enredo, foi a ponte que tornou possível o reencontro de todos que atravessaram com os que permaneceram do outro lado margem.

A ópera e o mito, os *Yawanawa* e os brancos, o que os distancia e os aproxima? Na floresta, os rios não os separam, antes os une, e as pontes são realizações da capacidade e da arte humana de transformar e construir, de separar e unir. Mas afinal, o que realmente quer nos dizer a ópera e o mito? Calemos as vozes dos discursos e deixemos que a arte se encarregue de decifrar esse enigma.

*Aquiry* quer dizer rio de águas barrentas, e foi essa palavra que deu origem ao nome Acre. *Tinton-rêne* significa rio de muitas voltas na língua do povo *huni-kui* (*kashinawa*). A ópera conta a história de um povo que lutou para se tornar parte de um país, mas é um enredo que relata uma história parcial e que se inicia bem depois daquilo que nos chegou aos ouvidos pelos mitos dos povos que “habitavam as margens dos rios de muitas voltas, o *tinton-rêne*”.

A ópera é uma história de seringueiros, seringalistas, comerciantes e soldados. É a representação parcial de um processo histórico que já vem sendo vivido há muito mais tempo, bem antes da abertura dos primeiros seringais e das incursões bolivianas e brasileiras na região do *Aquiry*. Ela pode ser compreendida como a representação de um desejo de unir os homens que atravessaram outros tantos rios para chegarem ao *Aquiry* e construírem as suas histórias de amor, intriga, política e revolução.

A ópera foi uma tentativa de integrar através da arte o Acre ao Brasil, e os homens à sua história. Buscou-se por meio dessa linguagem imortalizar os feitos e os acontecimentos dentro de um enredo que fala de amor, de coragem, traição e morte, mas que não estabeleceu uma ponte ligando as duas margens de um mesmo rio. Na verdade ela os separou porque foi escrita e montada através de uma sequência lógica de fatos que ocorrem dentro de um espaço e de um tempo determinado.

A história e a ópera foram aprisionadas pela armadilha do tempo. Os personagens têm nomes que os identificam e os integram a um enredo previamente escrito que não pode ser alterado. Mas, as águas barrentas do *Aquiry* continuam a deslizar no seu leito e não se prendem no tempo e na história, mas renovam-se a cada dia em uma infinita jornada que não tem um início, meio e provavelmente não terá um fim. Nessa jornada, não existem primeiro, segundo e terceiro ato porque ela está constituída por noites e dias no vai e vem das curvas do “*tinton-rêne*, o rio de muitas voltas”.

A apresentação pública da ópera amazônica foi a realização plena de uma obra de arte, mas também parte de um projeto de governo. O maestro a escreveu como forma de contar a sua história e a do seu povo, e o *governo da floresta* a integrou nas ações comemorativas do centenário da Revolução Acriana.

Entre os vários eventos que foram realizados, as autoridades premiaram as cem personalidades mais importantes de um século da história do Acre com uma réplica em miniatura da espada usada pelo líder da Revolução Acriana, o Coronel José Plácido de Castro. Foi o espetáculo dentro do espetáculo, a política e a arte e a arte de fazer política dentro de um mesmo enredo que abarcou a ópera e a história do Acre.

No dia 17 de novembro, o Acre comemorou o centenário da Revolução Acriana e os Cem Anos do Tratado de Petrópolis, um dos mais importantes tratados da diplomacia brasileira, que celebrou a paz neste novo pedaço do Brasil. O Governo do Estado, inspirado na bravura dos seus heróis e nos sonhos de Chico Mendes, homenageou, no teatro Plácido de Castro, 100 personalidades que contribuíram com a causa acriana e com os ideais da florestania. Entre os homenageados, a novelista Glória Peres, o jornalista e cronista esportivo Armando Nogueira, a Ministra Marina Silva, o Ministro da Defesa, José Viegas, o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto, ministro Ilmar Galvão e o senador Tião Viana.

O Acre, 100 anos depois de sua revolução, pode orgulhar-se de sua história e homenagear as personalidades que aqui nasceram e levaram em seu sangue para o Brasil e o mundo, a história de sua bravura, ou das que aqui vieram de tantos lugares e se somaram no fortalecimento dos laços de acrianidade que distinguem este pedaço de Brasil.<sup>159</sup>

Por trás do palco de uma ópera amazônica emergiu o poder de um governo, a hegemonia de um partido e de suas lideranças. Por trás de um espetáculo de arte, civismo e de história se fez a política do partido e de um governo que como nenhum outro soube representar. Destacou-se como um talentoso ator político da recente história acriana e comandou a realidade pela ficção e o real através do imaginário (BALANDIER, 1982, p. 6)

---

<sup>159</sup> Jornal Página 20, 19 de novembro de 2003.

A colocação da teatralidade política em evidência, sua consagração e seus ritos, não é uma maneira oblíqua de reduzi-los a aparências e jogos ilusórios. É uma resultante, tudo concorre para isso – desde as relações sociais definidas pelo sistema de produção até as constituídas pelos valores e imaginários coletivos. Se nos lembrarmos que toda a sociedade está sempre em evolução, jamais acabada, que sua unidade só é realizada pela imagem imposta justamente pelo poder dominante, que suas pretensões e prescrições nunca estão inteiramente de acordo com a realidade vivida, pode-se compreender melhor a necessidade de produzir efeitos que tenham uma função de compreensão. A sociedade não depende exclusivamente da coerção, das relações de força legitimadas, mas também do conjunto de transfigurações de que é, ao mesmo tempo, o objeto e a realizadora. Sua ordem permanece vulnerável; ela é portadora de perturbações e de desordem, geradores de ardis e dramatizações que mostram o poder em negativo.<sup>160</sup>

O povo do Acre se viu nos personagens e nas tramas que se desenrolavam no palco. As figuras do herói libertador do Acre, o Coronel José Plácido de Castro, e do ambientalista Chico Mendes, alimentaram o orgulho e renovaram a coragem para que esse povo continuasse lutando pelo seu reconhecimento e por um lugar de destaque do Acre na história e na política do país. Estrategicamente, para que esse reconhecimento pudesse se materializar criou-se um projeto de governo. Com um enredo previamente escrito e de maneira muito talentosa representado, ele se tornou um governo e inaugurou uma nova forma de poder no estado quando se transformou em uma hegemonia política.

Novos personagens, heróis e líderes tomaram emprestados os discursos e os valores que construíram uma história. Condicionando-os a outro espaço e a um novo tempo, o espetáculo político retomou como tema o tempo das florestas e dos novos seringais que passaram a compor o enredo de outra ópera amazônica. O palco utilizado para a apresentação foi todo espaço que ia da cidade à floresta, das estradas de seringa às rodovias asfaltadas, das praças à catedral e do palácio cuidadosamente restaurado e aberto à visitação pública ao palanque nos períodos eleitorais.

O espaço da cidade tornou-se o grande palco dessa ópera. A sinfonia escolhida para acompanhar os sucessivos atos foi o belo Hino acriano<sup>161</sup>. As cenas que se desenrolaram nos palcos que eram previamente montados nos espaços criados e reformados pelos trabalhadores e técnicos, fez do *governo da floresta* uma ópera itinerante. Os atores discursaram talentosamente sob as luzes e os flashes que acompanharam cada movimento, cada palavra dos protagonistas dessa nova e genial obra.

No nosso governo fomos levados a um desafio: resgatar os símbolos do Acre.

<sup>160</sup> BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 21.

<sup>161</sup> O Hino Acriano se tornou a trilha sonora da campanha eleitoral do PT e do candidato Jorge Viana nas eleições de 2002, e também passou a ser usado em todos os eventos oficiais promovidos pelo governo.



Fomos levados a recuperar prédios públicos importantes, que estavam abandonados e que constituem toda a memória de vida do nosso povo.

Restauramos o Palácio, reorganizamos os espaços públicos da capital e do interior, recolocamos a fonte luminosa no lugar, recuperamos este espaço que nos abriga hoje, o Teatro Plácido de Castro, fizemos o Parque da Maternidade, reconstruímos o Seringal Bom Destino, um dos símbolos da Revolução, e restauramos a rua do comércio do Segundo Distrito.

Não estamos celebrando algo morto, um passado longínquo e sem significado. Estamos dando vida ao nosso passado, reafirmando nossos símbolos, nossos heróis e nossos mitos, unindo passado e presente. E assim criando a possibilidade de um futuro.

Este desafio não pode parecer obra de uma só pessoa! Somos um grupo de sonhadores. Um grupo de sonhadores tal como os integrantes da famosa expedição dos poetas, que aparentemente foram derrotados, mas que, na realidade, foram inspiração para a vitória que viria logo adiante. Vitória fruto da bravura dos nordestinos e da coragem e liderança de Plácido de Castro.<sup>162</sup>

*O governo da floresta* foi uma ópera escrita por mãos cuidadosas e ensaiada nos bastidores de um palco decadente, sobre as ruínas de um governo e de um modelo político partidário que se transformara em tragédia<sup>163</sup>.

Diante de um enredo repleto de vilões, a solução foi buscar na história e nos heróis a dramaticidade e a força necessária à criação dos novos personagens. Os libertadores, os autonomistas e os poetas foram despertados do sono de uma história para acompanhar os discursos e os passos dos protagonistas de um novo enredo, escrito com o objetivo de se tornar parte importante de um novo momento da história e de um novo Acre, com o devido resgate de um passado glorioso.

Um espetáculo de ópera requer um bom enredo, bons atores, figurinos, boa música e, principalmente, a existência de um palco bem montado para que a trama se desenrole. O público deve enxergar e ouvir para que assim possa se emocionar com o espetáculo e, para isso, o talento de quem representa é fundamental para que essas emoções se multipliquem. O uso das palavras com certa habilidade e o talento para atuar são muito importantes, principalmente, quando se representa para uma platéia cansada das atuações anteriores, que abusaram de cenas sucessivas com tragédias e vilões.

Os oito anos de governo Jorge Viana – PT no Acre (janeiro/1999 – janeiro/2007) foi um enredo político, bem escrito e minuciosamente representado. E assim, esse espetáculo

---

<sup>162</sup> Parte do discurso proferido pelo então Governador Jorge Viana - PT no evento de comemoração do centenário da Revolução Acriana, e da entrega das homenagens às cem personalidades do estado no evento realizado em 17 de novembro de 2003 no teatro Plácido de Castro em Rio Branco - Acre.

<sup>163</sup> Referimo-nos ao final do governo de Orleir Cameli - PPR/PFL.

político nasceu da realização de um poder que se mantém pela transposição que faz por meio da produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial (BALANDIER, 1982, p. 7).

Depois da trágica jornada em que se lançou com a administração desastrosa de Orleir Cameli - PPR/PFL, e que correspondeu ao período de janeiro de 1995 a janeiro de 1999, o povo acriano ansiosamente aguardava o novo espetáculo, com personagens e atores que representassem os valores e as esperanças de um povo como uma forma de acalantar as suas vidas já cansadas de cenas e personagens burlescos.

Foi necessária construção de um enredo com cenas sucessivas de um herói que inaugurou um novo tempo, e de um ciclo virtuoso na vida e na política do seu povo. Assim, o “mito do herói acentuou com mais freqüência a teatralidade política” e foi reconhecido pela:

Virtude de sua força dramática. Dela deriva sua qualidade e não do nascimento ou da formação recebida. Ele aparece, age, provoca a adesão, recebe o poder. A surpresa, a ação, e o sucesso são as três leis do drama que lhe dão existência. Ele deve ainda respeitá-la na condução do governo, manter-se no próprio papel, mostrar que a sorte permanece sua aliada contra todos. Nas formas contemporâneas, o herói muda de figura; ele é menos companheiro da fortuna do que mestre da “ciência” das forças históricas.<sup>164</sup>

O *governo da floresta*, assim como a ópera escrita para comemorar o centenário da revolução, representando a saga dos heróis e do seu povo, foi do drama à tragédia passando pela comédia e vice-versa. Na tragédia, os vilões desafiam e se contrapõem aos heróis, e na comédia o bufão alegra os convidados do banquete oferecido pelo príncipe. Na floresta do governo ou no seringal do príncipe, os vilões quase desapareceram e isso, em determinado momento, transformou o espetáculo do governo em uma obra pouco criativa e enfadonha. Para alguns críticos, conservadora e decadente, mas para uma parte significativa da platéia, o espetáculo era brilhante, o que fez dele um sucesso de eleição e de público.

Em consequência da exposição excessiva das autoridades, e das participações grotescas de bufões que se alternaram durante o espetáculo, ele se tornou repetitivo. Vários personagens se apresentaram como autoridades preocupadas em agradar ao príncipe e aos convidados mais ilustres, e se esqueceram que representavam para uma platéia que era a maioria no grande teatro da floresta. Obcecados ou dominados pelo medo que tinham de não agradarem o poder, esses personagens ofereceram ao público um representação tosca de um espetáculo que se iniciou como um drama, mas que terminou em uma “cômica tragédia”.

---

<sup>164</sup> BALANDIER, George. Op. cit. p. 7.

Foi uma obra que pode ser dividida em oito atos ou dois mandatos, e que no final legou ao público as sobras de um enredo e um palco com figurinos desgastados por terem sido abusivamente utilizados. Porém, com as sobras e os restos do primeiro espetáculo, aqueles que herdaram os papéis tiveram que dar continuidade ao enredo.

No teatro assim como na política, o espetáculo não pode parar. Mas, como fazer a continuação dos restos que sobrara de um espetáculo de sucesso sem contar com os atores principais? Como transformar um bufão em um príncipe, os vilões em heróis, para que o espetáculo continuasse sendo um sucesso de público e de crítica? No entanto, a continuação foi repassada para novos integrantes da companhia e esses, sem o talento de seus predecessores do primeiro espetáculo, teriam que necessariamente representar uma *ópera-bufa*, até que o próximo enredo pudesse ser escrito, ensaiado e devidamente representado pelos atores principais da companhia.

Enquanto um novo enredo é preparado e os ensaios ainda não começam, resta a dúvida: virá um drama, uma comédia ou tragédia? O público espera ansiosamente o novo espetáculo, enquanto se diverte nesse intervalo com as atuações cômicas de atores que, sendo comediantes, esforçam-se em representar o papel de príncipe e de autoridades legitimadas pelo instrumento da sucessão eleitoral e da arte da política. Afinal, uma *ópera bufa* tem esse objetivo: o de preencher o tempo e o intervalo entre um e outro ato do drama.

Deixemos de lado a ópera política e a política da ópera, e voltemos ao palco onde reina a penumbra e não a luz intensa dos holofotes. Voltemos ao palco, onde a canção e o canto dos pássaros - e não os discursos - são reproduzidos harmoniosamente em um enredo construído pelo mito, e não pela história e a política. Essa mesma política que foi capaz de construir espetáculos e recontar uma história.

A arte da música como linguagem de uma humanidade canta a diversidade dos homens e não a singularidade histórica e a importância de um povo. Com a simplicidade das histórias e dos mitos que embalam e embalam as crianças, renovaram-se os rituais e a convivência, mantendo-se vivas na unidade das tribos.

A música e o mito *Yawanawa* reuniram, utilizando uma linguagem universal, os homens em um pequeno teatro. Possibilitou por meio do imaginário a realização plena de um espetáculo com músicos que tocavam instrumentos com sons muitos diferentes. Aqueles que fizeram o espetáculo e todos que o assistiram puderem fazer a travessia. Venceram o desafio daquilo que os separava de si mesmos, transpondo as águas barrentas e de muitas voltas, o *tinton-renê* e o *aquiry*.

A travessia e o reencontro, assim como a música, foi real e não imaginária. A transposição desse espaço imaginário para o real permitiu o caminhar sobre a ponte que, vencido o medo, se mostrou larga e segura. Na verdade não se tratava do corpo de um enorme jacaré, mas de uma construção que se tornou possível porque os músicos e o público foram envolvidos pela harmonia de sons que os tornou simplesmente homens. Sem histórias e unidos apenas pela necessidade que todos trazem de atravessar rios e banharem-se em águas muitas vezes turvas e escuras.

O enorme jacaré imaginário talvez seja a maneira que os “selvagens” encontraram para representar o medo que todos os homens possuem dentro de si e que os impossibilita de atravessar os rios de muitas voltas, para que assim possam alcançar e banharem-se em um rio de águas claras e calmas. Mas, não seriam as águas barrentas e as muitas voltas de rio efeitos de um imaginário, povoado de enormes jacarés, e que vorazmente devoram os homens por desobedecerem aos pactos com eles firmados? Afinal, como nos conta o mito, mesmo que o pacto não fosse quebrado, para continuarem atravessando o rio, os homens teriam que alimentar o insaciável monstro. A criatura que unia as duas margens de um rio, para possibilitar a travessia dos homens, com a sua fome, também os separava para sempre em cada uma das margens do rio, porque afinal muito teriam que ficar para alimentá-lo.

*Kanarô* representa uma possibilidade de atravessar as águas poderosas desse rio, mesmo que seja através das asas e do canto do pássaro. O canto e o vôo do pássaro tornam possível a travessia e o reencontro do real com o imaginário, do mito e da história porque, afinal, não são os rios que separam os homens, mas os jacarés por eles alimentados que os devoram.

Serão o rio impiedoso e o monstro faminto imaginários? Se forem, certamente o pássaro *kana* é real, e o seu canto é perfeitamente audível para todos aqueles que estão dispostos a ouvi-lo e, portanto, a travessia é possível para aqueles que experimentam esse canto, e voem através das asas coloridas da sua liberdade.

Esse espetáculo não tem uma história para contar, as letras são de antigos cânticos tribais e os sons que os músicos extraem dos seus instrumentos, somados a voz do jovem cantor índio se transformam em uma melodia singular. *Kanaro* é um espetáculo de música que canta a lembrança e a saudade dos homens que teimam em alimentar os monstros como uma justificativa para atravessar as águas que os separam e os dividem.

Não existem heróis e tragédias. Basicamente a melodia, as letras e o talento do cantor e dos músicos é o que nos transporta para aquilo que o próprio espetáculo propõe. A saudade é um sentimento docemente traduzido pela harmonia e pelas letras das músicas

apresentadas, mas o mito, as histórias e o poder do jacaré faminto sobre os homens que habitam as duas margens são tão reais como os espetáculos encenados nos espaços da cidade.

Dois espetáculos, duas representações que se referem à realidade de homens que habitam o mesmo espaço com duas maneiras distintas de contar e representar aquilo que os levou até o desafio de atravessar o rio. O espetáculo que se baseou na história dos homens, nos apresenta a importância de se fazer e honrar os pactos estabelecidos, e o que se baseia no mito, nos fala da possibilidade de quebrá-los, principalmente quando eles são feitos com monstros que possuem uma fome insaciável, mesmo que isso custe a vida de muitos homens.

Se o preço a ser pago para que alguns atravessem deve ser a condição de que alguns fiquem para alimentar o monstro insaciável, o mito nos ensina que os pactos devem ser quebrados porque sempre haverá aqueles que não poderão atravessar as águas, já que precisam colher os frutos e caçar para alimentar o monstro, para que assim os outros o utilizem como uma ponte para uma travessia segura por sobre as águas barrentas.

Se a unidade de um povo se realiza pela obrigação de servir a um monstro com uma fome insaciável, deve se quebrar o pacto com ele estabelecido, dando-lhe para comer a sua própria carne. Isso significa que a unidade é impossível, mas que a existência em ambas as margens sim. Afinal sempre haverá *kanarô*, com seu canto e as suas asas para nos levar de um lado ao outro do rio.

O mito e a história falam de pactos que foram estabelecidos e quebrados, e das consequências que essas ações tiveram para aqueles que ficaram de um lado ou do outro daquelas margens de um rio com águas barrentas e muitas curvas. Na ópera *Aquiry*, a uniformidade dos personagens; no espetáculo *Kanaro*, a diversidade dos músicos, instrumentos, sons e a linguagem harmoniosamente combinada para cantar, tocar e nos contar não a história e a unidade de um povo, mas revelar o mito que ao mesmo tempo em que os separa, também, os une no seio de uma grande tribo chamada humanidade.

### 3.2. A floresta em oposição ao governo da floresta

Há milênios, na imensa planície amazônica, gigantescas árvores cumprem um sagrado dever e protegem com suas “sombras” uma valiosa e frágil camada de terra fértil com milhares de espécies de pequenos e médios animais, pássaros, insetos, plantas, por onde deslizam caprichosamente rios e igarapés, reproduzindo uma acalentadora e suave melodia. As águas que escorrem pela terra, por entre troncos e folhas, não secam porque estão protegidas pelas “sombras” de árvores centenárias. Com seus imensos troncos, galhos e folhagens, árvores se abraçam fraternalmente eliminando o efeito funesto que a exposição constante e intensa da luz solar poderia provocar nesse universo.

O excesso de luz levaria ao desequilíbrio o ecossistema amazônico e, conseqüentemente, as formas de vida existentes na floresta, transformando essa imensa e verde planície em um deserto repleto de luz e calor. Seca e sem vida, restaria pouco da beleza ainda hoje existente. A sombra que abraça a floresta, protege-a porque possui sua própria razão. Ela se fundamenta na relação equilibrada da terra, das árvores, insetos e animais com o calor e a luz do astro rei. Por ter uma razão própria, a floresta sobrevive há milhões de anos, reproduzindo-se com um equilíbrio e uma lógica que se originou da sua própria escuridão.

A história da ocupação das imensas áreas de florestas nas fronteiras do Acre com a Bolívia e o Peru, a partir do século XIX foi simbolicamente escrita sob a luz de uma pequena chama. Pequena mas insistente, ela penetrou na escuridão da floresta produzindo outra lógica e estabelecendo uma nova relação entre os homens que habitavam o seu interior. Como uma intrusa, adentrou nos caminhos fechados e de “muitas voltas” e foi aos poucos abrindo novos focos de luz. E assim, penetrando cada vez mais intensamente, inseriu a razão de um novo tempo e anunciou definitivamente o fim da escuridão da floresta.

A “civilização” penetrou as florestas acrianas através de um pequeno foco de luz, e também por meio dele trouxe para esse espaço o seu “modelo mais acabado de homem”. Esse pequeno instrumento que guiava os passos desse homem abriu novos caminhos, transformando para sempre a paisagem que repousava no verde, na imensidão azul da terra.

Com a abertura dos novos caminhos na mata e a navegação nos rios amazônicos, introduziu-se uma lógica poderosa e disposta a retirar da escuridão os “selvagens” que há milhares de anos comungavam da razão e do abraço fraterno das centenárias árvores e que por isso haviam permanecido “presos à escuridão” da floresta. O resultado dessa aventura da

“razão civilizatória” nas florestas acrianas produziu seus efeitos. Multiplicou o seu exemplar mais acabado de homem, sacrificando com a ajuda desse último, milhares de “selvagens” que se recusaram a aceitar a luz dessa nova razão.

A floresta atravessou o século e, apesar do avanço das “luzes civilizatórias” no seu interior, árvores gigantescas sobreviveram majestosas, protegendo com suas sombras a imensa e verde planície. Contrariando o desejo de muitos e a lógica da nova sociedade que nela se instalou, grupos isolados de “selvagens” permaneceram no interior das “sombras”, com seus arcos e flechas a desafiar a racionalidade dos governos e grupos com interesse direto na imensa floresta.

As águas avançaram sobre as margens dos rios durante o inverno amazônico e as vazantes ocorreram secando muitos dos igarapés nos verões que se seguiram à entrada da primeira luz civilizatória no interior da floresta. Ela permaneceu assim, quase intocável em algumas regiões, demonstrando a sua força e a determinação na defesa do seu mundo e dos seus “moradores selvagens”, animais, plantas e insetos.

Em tempo, a ciência moderna reconheceu a importância da “lógica” e da “razão” da floresta, e demonstrou sabedoria ao defender a manutenção das “sombras” como a única forma de se preservar esse complexo e equilibrado mundo que ainda sobrevive sob o manto verde no azul de um planeta tomado pela luz. Mas, a ideia de que “tudo” deve ter “utilidade”, que a existência e o progresso da humanidade devem se basear na ação transformadora do homem e na consequente utilização para fins econômicos dos recursos naturais existentes na região guiou sucessivos governos.

No final dos anos oitenta do século XX, esses discursos foram reformados e o uso e o avanço sobre as áreas de florestas ganharam uma nova roupagem. A ideia do uso “racional” dos recursos naturais, como forma de preservar e conservar esse agora patrimônio da humanidade se contrapôs a ação predatória e a lógica destrutiva do “homem civilizado” sobre as florestas. Porém, desvendados os interesses de governos e grupos no potencial econômico dos recursos existentes nesses espaços ainda intocados, essa ideia também demonstrou não ser original, mas apenas um efeito da mesma chama que iluminou o caminho dos antigos exploradores.

Revestida de uma nova “alegoria” em que os diversos atores sociais passam a figurar como “parceiros” de agências e organismos multilaterais – quando na verdade, foram convertidos na sua maioria, em “mercadores da natureza” -, a Amazônia em geral e o Acre em particular permanecem, no limiar do século XXI,

como meros reservatórios de matérias-primas. As escolhas e escalas de exploração mantêm-se subordinadas às demandas criadas pelo núcleo mais dinâmico do processo de acumulação capitalista, que acaba determinando “de fora para dentro” a agenda dos diversos agentes atuantes na região, conforme procuramos demonstrar a partir da análise das estratégias de “desenvolvimento sustentável” adotadas pelo INCRA e pelo MSTR no Acre.<sup>165</sup>

Muitos invernos e verões se passaram depois do desaparecimento dos guerreiros que se dispuseram a enfrentar a primeira “chama civilizatória”. A suave música oferecida pelos pássaros e águas que deslizavam nos rios e igarapés foi aos poucos sendo substituída pelo discurso de que as “árvores são mais valiosas em pé do que se forem derrubadas”. Estas foram palavras que surgiram despreziosamente como uma pequena “luz”, para depois passarem a guiar um governo que se instalou no Acre cento e vinte anos depois do aparecimento deste primeiro “surto civilizador” na região.

Com a mesma arrogância dos seus antecessores - e iluminado pela mesma “chama” - o *governo da floresta* adentrou o imaginário de “alguns” habitantes da floresta e pretensiosamente se dispôs a implantar um novo tempo nas relações dos homens com a natureza e das pessoas que sobrevivem nesses espaços com as ações desse governo.

Nos últimos anos, a frase que se tem repetido incansavelmente é a de que “precisamos usar a floresta com sabedoria”. Palavras vazias de sentido e proferidas por homens obcecados pela luz de uma razão dogmática e que ainda não compreenderam a lição milenar que lhes foi oferecida pelos “selvagens”. Ignoram o silêncio revelador de árvores e animais que sobreviveram às conseqüências desastrosas das incursões “iluminadas” pela ideia de riqueza e progresso.

Afinal, a sabedoria aprendida pelas antigas populações e passada através de várias gerações não estava em “usar” a floresta, mas “conviver” com ela. Tragicamente, essa que havia sido uma lição praticada durante centenas de anos pelos “selvagens”, foi também aos poucos sendo substituída por outras que esses sobreviventes passaram a conhecer na medida em que se ampliaram os contatos com os novos habitantes. E assim, a instalação da “lógica e da racionalidade” no uso da floresta impuseram novas condições para as suas permanências.

Os “selvagens” sobreviventes que se submeteram à força da “luz civilizatória” ficaram por algum tempo perambulando nos caminhos abertos por esta nova “sociedade da

---

<sup>165</sup> ANDRADE, Elder de Paula. *Estado e desenvolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza* (Tese apresentada no CPDA/UFRJ), Rio de Janeiro, 2003, p. 171.



floresta”. Aos poucos eles foram saindo das “sombras” para a “luz”, o que os levou à obrigação do trabalho e a necessidade de serem “úteis” para que assim pudessem sobreviver.

Até meados da década de 70, os Kaxinawá do rio Jordão viviam em seis dos nove seringais existentes nesse rio (Bonfim, Bom Jardim, Fortaleza, Sorocaba, Transual e Revisão), trabalhando como seringueiros, pequenos agricultores de subsistência (roçados, caça, pesca e coleta) e realizando todo tipo de atividade para os gerentes-aviados dos seringais. Tais tarefas incluíam a abertura de varadouros e estradas de seringa, a abertura de roçados para os gerentes, a caça e a pesca para o abastecimento do barracão, o transporte de borracha nas costas das colocações de centro para a sede localizada na margem, o carregamento rio abaixo de balsas de borracha até a cidade, bem como o transporte de mercadorias de Tarauacá e da Vila Jordão até as sedes dos seringais.<sup>166</sup>

Foi abolido o “ócio produtivo” e o abraço fraterno das árvores como a lógica de uma existência na floresta e adotado o trabalho e o uso racional dos seus recursos como condição de permanência nos espaços habitados e em outros que foram criados pelos governos<sup>167</sup>. Assim, a escuridão “da floresta” foi transformada na “escuridão na floresta”, porque o homem, ao iluminar os caminhos no interior das matas, apagou a luz do seu interior, legitimando a razão e a lógica de “usar” e “agregar” valor aquilo que é impossível mensurar, medir, quantificar e pagar.

Cada reflexo na água cristalina dos lagos fala de acontecimentos e lembranças da vida do meu povo. O murmúrio das águas é a voz do pai do meu pai. Os rios são nossos irmãos. Eles levam as nossas canoas e alimentam os nossos filhos. Se lhes vendermos nossa terra, lembrem-se de que o ar é precioso para nós, e compartilha seu espírito com as formas de vida que sustenta. O vento que deu ao nosso avô o seu primeiro alento recebe também, o seu último suspiro. Sabemos que a terra não pertence ao homem. O homem pertence a terra. Todas as coisas são interligadas como o sangue que nos une. Amamos a terra como o recém nascido ama as batidas do coração da mãe. Se vendermos nossa terra, amem-na como nós a amamos, cuidem dela como nós cuidamos, preservem na mente a lembrança da terra, tal como ela estiver quando a receberam. Preservem a terra para as crianças e amem-na como Deus nos ama. Sabemos que só existe um Deus. Nenhum homem, vermelho ou branco pode viver isolado. No final das contas, somos todos irmãos.<sup>168</sup>

---

<sup>166</sup> AQUINO, Txai Terri Valle de, IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. *Kaxinawá do Rio Jordão: história, território, economia e desenvolvimento sustentado*, Rio Branco: Comissão Pró-índio do Acre, 1994, p.

<sup>167</sup> A expressão ócio produtivo foi utilizada para contrapor as atividades e as “tarefas cotidianas” que eram praticadas pelas populações tribais, com a necessidade do “trabalho remunerado” que os remanescentes dessas populações tiveram que praticar nas fazendas e nos seringais. Esse trabalho foi a alternativa que se apresentou a essas populações para que elas continuassem a sobreviver e isso alterou significativamente a estrutura social e econômica dessas populações. Não se trata de uma visão simplista de que essas populações não trabalhavam, mas que trabalhavam, sim, dentro de outra estrutura social e econômica e que, portanto, pode ser compreendida dentro dos limites que se propõe nesse trabalho como um “ócio produtivo”

<sup>168</sup> Trecho das palavras ditas pelo Chefe Seattle em 1852, em resposta a proposta feita pelo então presidente americano Washington de comprar as terras do seu povo, e foi extraído do documentário “O poder do mito”.

Os técnicos e os representantes do governo se orgulham de apresentarem os seus relatórios, projetos e planos para o uso com “sabedoria” dos recursos existentes nas florestas do Acre. Reafirmam categoricamente que são os portadores de um discurso ético, científico e humanitário, e por meio dele legitimam as ações do governo e a sua permanência no controle do que deve ser feito com a floresta. Dessa forma, os novos portadores da luz e da razão desejam conduzir o destino das populações que sobrevivem nessa imensa e verde planície.

Um discurso que propõe a utilização “racional dos recursos da floresta” é, antes de tudo, efeito de uma ideia que se constitui pela exclusão de todas as “outras” julgadas “não racionais”. Repete-se a ideia de que o processo de compreensão do mundo como uma orientação objetiva é uma singularidade de determinada civilização e que está constituído de um tipo de pensamento que opera com uma estrutura composta por meios e fins.

Cada civilização tende a superestimar a orientação objetiva de seu pensamento; é por isso, portanto, que ela jamais está ausente. Quando cometemos o erro de ver o selvagem como exclusivamente governado por suas necessidades orgânicas ou econômicas, não percebemos que ele nos dirige a mesma censura e que, para ele, seu próprio desejo de conhecimento parece melhor equilibrado que o nosso.<sup>169</sup>

No processo de ocupação pela sociedade nacional dos territórios antes habitados por centenas de tribos, excluíram-se os indivíduos “selvagens” e “inaptos” para o “novo modelo” adotado de “utilização da floresta”. No final do século XIX, a ideia de uso “racional” dos recursos existentes na floresta acriana poderia ser resumida na coleta e comercialização das drogas do sertão, castanha e principalmente da extração da goma elástica.

As novas propostas de utilização desses recursos recompõem a ideia de “necessidade e dependência” dos habitantes nativos e das populações seringueiras e ribeirinhas que foram incorporadas a esse ambiente com o avanço na exploração econômica da floresta. Buscam articular populações distintas com a dinâmica e as transformações de uma sociedade que se desenvolve sem guardar semelhanças com as comunidades fornecedoras dos produtos da floresta. Ou seja, a luz que introduziu a racionalidade se deu através de uma “lógica” que media, contava e atribuía valores a tudo aquilo que a floresta produzia.

---

Essa famosa entrevista realizada em 1987 com Joseph Campbell consagrado estudioso da mitologia, concedida ao jornalista Bill Moyers deu origem a uma série mundialmente conhecida.

<sup>169</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*, Campinas, Papirus, 1989, p. 17.

No rio Jordão, assim como em todos os afluentes do Alto Juruá prevalecia a organização espacial, econômica e política imposta pela empresa seringalista. A maior parte dos Kaxinawá que habitavam nos seringais do rio Jordão (239 pessoas habitando 38 casas distribuídas pelos seringais Revisão, Transual, Sorocaba, Bom Jardim e Bonfim) não possuía um território próprio. Para ocupar colocações e cortar seringa, tinham que pedir autorização aos patrões locais. Eram obrigados a pagar renda de 35 quilos de borracha pelo uso de cada estrada de seringa. Como geralmente ocupavam duas ou três estradas, cada grupo familiar Kaxinawá era obrigado a pagar de 70 a 105 quilos de borracha por safra a título de renda. Assim como acontecia com os seringueiros regionais, os patrões, através do sistema de aviamento, mantinham os seringueiros Kaxinawá cativos pela dívida. Disponham, assim de mão de obra de índios e brancos conforme seus interesses econômicos pessoais. Os Kaxinawá falam desta época em que viviam sujeitos aos patrões como o tempo do cativo.<sup>170</sup>

No limiar do século XXI, essa ideia ressurgiu como uma razão que “ilumina” e conduz os discursos políticos e o modelo de “desenvolvimento sustentável” que é apresentado por especialistas e líderes de um governo que se autodenomina da floresta. A lógica e a razão que levou os homens a se embrenharem no interior das florestas acrianas foi a de “maximizar” os efeitos das incursões que eram realizadas. Elas se constituíam da coleta e na extração de parte do que era produzido pela natureza sem a intervenção direta da ação humana e, portanto, até aquele momento não existia a necessidade da atribuição de valores.

Não nos deteremos na questão da importância ou diferença que um ou outro produto poderia ter nas relações de troca, que muito provavelmente ocorriam entre as populações tribais que habitavam essas regiões. O conceito de valor utilizado aqui se refere às relações externas que passaram a existir entre realidades distintas, ou seja, o valor que passou a ser atribuído aos produtos que eram encontrados nas florestas acrianas e a importância dos mesmos na atividade comercial que se expandiu no Brasil e no mundo.

O uso das árvores, dos animais, das águas e da terra pelas populações tribais atendia às necessidades impostas pela vida nas florestas e estabeleceu relações que não ultrapassaram a realidade e os limites desse cotidiano. A ação transformadora desses primeiros “homens amazônicos” na paisagem, no período que antecedeu a ampliação da sociedade nacional na região, realizava-se por uma relação de dependência desse homem com um universo do qual ele fazia parte.

A derrubada de árvores para o plantio dos roçados era pensada e executada com o objetivo de atender às necessidades das populações que habitavam as áreas próximas e as caçadas que demandavam incursões mais distantes dos locais habitados também eram

---

<sup>170</sup> AQUINO, Terri Vale de, IGLESIAS, Marcelo Piedrafito. Op. cit. p. 26.

realizadas com o objetivo de suprir as necessidades das tribos. Os deslocamentos de tribos inteiras pelo interior das matas ocorriam quando as áreas de plantio e caçadas apresentavam uma determinada saturação, o que obrigava essas populações a se deslocarem em busca de outras áreas para então instalarem as suas habitações.

Na hora de fazer o roçado escolhemos a terra segundo a qualidade do solo. Escolhemos onde é bom para plantar a cana, os legumes...Não vamos plantar roça naquele lugar onde é muito duro de arrancar, a terra não é boa. Então naquela terra vamos plantar cana ou vamos plantar banana. Para saber se a terra é boa tem que olhar o dia todo, furando a terra, tem que ver quantas terras têm, se é um baixo. Se for meia terra, pega mais fogo. A terra plana não é boa para tocar fogo, porque o fogo fica baixo, não corre. Agora, em meia terra, meio subindo, corre bem. Por isso que nós olhamos bem a terra, para escolher a melhor terra.<sup>171</sup>

A variedade de plantas, animais, insetos e micro-organismo e a dependência de cada um desses elementos em relação a esse universo da floresta moldou as primeiras comunidades humanas que se instalaram e se multiplicaram no seu interior. Esse homem não “estava na floresta”, ele era “parte da floresta” e não compreendia a sua origem e a dos objetos e seres a sua volta como pertencentes a um mundo ou uma existência separada ou limitada, com a qual “mantinham relações privilegiadas”. A ideia de “reinos” ou domínios que durante muito tempo norteou as “ciências naturais não ocorreu nas sociedades que chamamos de primitivas”. O “selvagem” “classificou” e “nomeou” a diversidade de animais e plantas a sua volta sem estabelecer um fosso ou níveis de classificação, mas como etapas ou momentos de uma transição contínua (LÉVI-STRAUSS, 2005, p. 158).

O interesse e o valor que foram atribuídos aos produtos existentes nas florestas acrianas, a partir da descoberta da utilização dos mesmos no “mundo civilizado”, conduziram o processo de ocupação dessas áreas que, apesar de sofrerem uma ação transformadora das populações indígenas que nelas habitavam, haviam sido preservadas. O deslocamento constante nos espaços era uma prática das populações tribais que renovou e manteve quase intacta a paisagem por centenas de anos. Por outro lado, as causas que impulsionaram o avanço da sociedade moderna na exploração dos recursos disponíveis eram alheias à realidade e ao mundo de uma floresta preservada, e por isso impôs uma ação humana objetiva e utilitária que na prática representou a ruptura com os valores e as subjetividades das populações nativas que habitavam esses espaços.

---

<sup>171</sup> VINNYA, Adailso L. Ochoa, MARIA L. Teixeira, GLEYSON de A. (orgs.). *Costumes e tradições do povo Yawanawá*, OPIAC E CPI/AC – Belo Horizonte: FALE/UFMG:SECAD/MEC, 2007, p. 57.

A fixação dessa nova sociedade na região de floresta se justificava pela lógica de um processo que tinha o objetivo de abastecer com os produtos florestais realidades sociais que até aquele momento não mantinham relação com o universo de uma região selvagem e pouco habitada. Foi a necessidade de aquisição dos produtos florestais que aproximou os centros urbanos, onde se processavam as matérias-primas que eram trazidas daquele mundo das águas e matas do qual elas eram originárias.

Mas, apesar de serem mundos tão diferentes e de estarem separados, a lógica e a razão de um se sobrepôs a do outro, produzindo uma aguda transformação nas relações harmoniosas que ocorriam no interior da floresta. O mundo das cidades onde se processavam as matérias-primas extraídas das matas se caracterizou historicamente por ser um espaço onde a natureza foi radicalmente transformada para se adequar às formas e a uma realidade que privilegia o que é considerado moderno e civilizado.

A ampliação da sociedade nacional nas florestas do Acre se realizou no interior de um contexto e de uma lógica de acumulação, reprodução e de centralidade política. Esse sistema social e econômico significou a desestruturação das organizações tribais que existiam, porque a sua lógica, ao contrário dessas últimas, necessitava de uma estrutura centralizada e da autoridade de um Estado que defendia o direito a propriedade individual e governava “um povo”.

Até meados do século XVII, no interior das florestas acrianas existiam povos que se dividiam em famílias e tribos, que ocupavam determinado espaço e se organizavam em torno de uma “autoridade política” com as características e um tipo de poder limitado pela própria essência dessas organizações sociais<sup>172</sup>. Esses grupos poderiam ou não estabelecer relações com outros, mas os povos remanescentes se dividem e se reconhecem até hoje, por meio de uma compreensão mítica que explica as suas origens e formação.

Desde os tempos imemoriais, os Yawanawá, o povo da queixada, ocupam as cabeceiras do rio Gregório, afluente do rio Juruá, geograficamente pertencente ao município de Tarauacá, Acre. Sua população atual é de 636 pessoas e pertence ao tronco lingüístico Pano. As famílias estão distribuídas nas comunidades Nova Esperança, Mutum, Escondido, Tibúrcio, e Matrinxá. As comunidades são formadas pelas famílias Yawanawá, Shāwadawa (Arara), Kāmānawa (povo da onça), Iskunawa (povo do japó), Ushunawa (povo da cor branca), Shanenawa (povo do pássaro azul), Rununawa (povo da cobra) e Kaxinawà (povo do morcego).<sup>173</sup>

---

<sup>172</sup> A concepção da autoridade do chefe tribal aqui adotada é a mesma apresentada no primeiro capítulo.

<sup>173</sup> VINNYA, Aldaiso L. Ochoa, MARIA Luiza P. Teixeira, Gleyson de A. (orgs.). Op. cit. p. 13 e 14.

Considerando que existiam centenas de etnias espalhadas pelo território acriano, o avanço da denominada civilização e a sua efetiva instalação no interior desse universo de diversidade somente ocorreria com a imposição de um modelo de sociedade sobre o outro ou pela eliminação física das organizações sociais nativas. A história mostrou que tanto uma como a outra foram instrumentos eficazes porque, com exceção dos “incômodos” grupos de índios arredios que ainda perambulam pela região de fronteira do Acre com o Peru, a maioria das etnias hoje existentes no território acriano perdeu parte da sua cultura e das antigas estruturas sociais.

Nos últimos anos, com a demarcação das suas terras, alguns grupos indígenas como os *Kaxinawá*, *Katukina* e os *Shanenawa*, entre outros, têm buscado resgatar as suas heranças culturais como a língua e o artesanato, e a recomposição de uma estrutura social pautado nos valores tribais. Contudo, esse tem sido um processo que, apesar da sua importância para as populações remanescentes, ainda carece de um número maior de ações afirmativas que não estejam vinculadas aos interesses econômicos e políticos de algumas lideranças e grupos, e principalmente dos objetivos políticos de partidos e governos.

As atividades referentes à revitalização cultural devem compreender acima de tudo a cultura em sua pluralidade de fazeres e sentidos e de maneira alguma reduzir a identidade das etnias a sua produção artesanal, ou por outro lado implementar uma lógica predominantemente mercadológica sobre a produção artesanal. Já desde fins do século XX, e princípio do século XXI, as diferenças étnicas que antes causavam “vergonha” aos grupos étnicos minoritários, hoje se constituem em bandeiras de luta na afirmação de suas identidades culturais. O estigma foi transformado em elemento de resistência e o papel do Estado, na condição de mediador é apoiar as populações indígenas, sem determinar suas alternativas, incentivando um olhar introspectivo da comunidade para si própria e não do Estado para a própria comunidade. É preciso encontrar novos sentidos, novos usos internos para uma efetiva revitalização e só posteriormente a isso deve ser incentivada a sua venda.<sup>174</sup>

Os processos de reafirmação dessas populações como detentoras de um conhecimento singular acerca da enorme biodiversidade existente na região, têm sido na maioria das vezes conduzida por interesses que atendem muito mais às ações baseadas nos critérios de meios e fins. Ou seja, na racionalidade e no valor de troca que esses

---

<sup>174</sup> CRUZ, Tereza Almeida; FERREIRA, Paulo Roberto Nunes (orgs.). *Retrato Cultural dos Katukina, Kaxinawá, Shanenawa, Jaminawa e Manchineri*, Rio Branco: Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansur, 2004, p. 16 e 17.

conhecimentos e o próprio resgate dessas identidades tribais podem ter num mundo que hoje tem outro olhar e novas demandas por valores dos quais essas comunidades são portadoras.

Os discursos de utilização das riquezas existentes, e que envolvem diretamente as populações seringueiras, ribeirinhas e tribais remanescentes, na sua maioria se instalam por meio de projetos que articulam ações preservacionistas e de conservação desses espaços com a ideia de inclusão dos produtos regionais (artesanato, essências, óleos etc.) a um mercado globalizado e ansioso em adquirir os produtos com a origem e o selo de “sustentabilidade amazônica”.

Tecnicamente, a proteção e a defesa dos espaços atingidos ou não pela extração de madeiras nobres e da ampliação de áreas derrubadas para formação de pastos, apesar de não negar o descontrole sobre os efeitos da exploração econômica da floresta, na sua grande maioria ainda está baseada na concepção do uso desses recursos como forma de atender apenas as demandas propostas por “realidades externas” àquela dessas populações que ainda sobrevivem nas florestas.

Considerando que os processos de aproximação de realidades sociais, políticas e econômicas distintas são inevitáveis, o que cabe discutir não é como evitar tal fenômeno, mesmo porque ele não é novo, mas como fazê-lo sem repetir os erros anteriores. Entendemos que se o desafio é praticar o “velho e sábio método” de aprender com o passado para que não se cometa os mesmos erros, o que se impõe como mais importante é a busca do ponto de ruptura ocasionado pela sobreposição de um modelo de sociedade sobre o outro.

Objetivamente, isso significa restabelecer os laços decorrentes dos primeiros contatos com as populações nativas, sem que para isso se utilize as demandas e as necessidades criadas pela imposição de modelos econômicos e sociais como uma justificativa determinante para a sobrevivência nesses espaços. É imperativo a projeção de um novo olhar sobre essa realidade agora composta por uma complexa rede de relações, interesses e novos atores sociais.

O desprezo pelo conhecimento acumulado por essas populações e o barulho ensurdecedor provocado pelas palavras de um discurso lógico de “desenvolvimento” deve ser substituído pela sinfonia radiante de uma natureza que precisa ser mais ouvida e menos perguntada.

Não se trata da busca de um “tempo perdido” ou de uma “idade de ouro” da humanidade da qual os “selvagens” seriam portadores, mas de enxergar uma nova condição

humana que não pode prescindir daquilo que é essencial e que ainda está preservado. Afinal, construiu-se uma diversidade que é o resultado do contato de civilizações e sociedades distintas e que precisa ser potencializada. A razão que aproximou realidades singulares se apresenta como uma possibilidade de “re-ligação” daquilo que é mais importante para uma humanidade que se completa pela somatória de singularidades bióticas, culturais, políticas e sociais.

Não se trata, também, de preservar um “mundo selvagem” como forma de redimir os efeitos negativos de um determinado modelo de civilização, mas de compreender que o preço pago pela manutenção de um modelo de sociedade não deve ser o desaparecimento imediato de todas as outras formas de sociabilidade. Se a manutenção de um modelo de sociedade significa utilizar até a exaustão os recursos naturais existentes, a luz da razão que ilumina esse caminho conduzirá a um mundo em que a própria razão não será mais necessária.

Precisamos ser capazes de compreender com silêncio, simplicidade e através de um olhar que adentra a sombra de uma floresta atravessada por raios cuidadosamente projetados pelas copas de árvores centenárias. Esse feixe de luzes multicores, caprichosamente espalhados por galhos e folhas, e que transformam em verde parte da terra. Essa mesma terra que avistada por olhos distantes que navegavam no “mar da tranqüilidade”, mostrou-se simplesmente azul.

A luz de que a floresta necessita é somente aquela que a faz florescer a cada novo dia e renova a esperança e a certeza de que, enquanto ela cumprir esse dever, todos que ali sobrevivem estarão protegidos por suas sombras suavemente atravessadas por raios de luz. Essa simplicidade pode ser vista e compreendida apenas por olhos que penetrem no seu interior e vejam através das suas sombras.

Dessa forma será possível compreender que o azul de uma terra distante foi enxergado por olhos que se encontravam no interior de um pequeno objeto, que foi deslocado para um ponto escuro da imensidão do cosmos. Foi necessário viajar ao extremo da razão humana para se compreender que a luz que nos mostrou objetivamente uma “terra redonda e azul” se originou desse ponto de luz imerso na infinita escuridão do universo.

A compreensão da beleza e da fragilidade de um planeta azul foi possibilitada pela silenciosa escuridão do infinito espaço. Da mesma forma, a fragilidade desse universo que pulsa no interior das sombras de uma floresta nos impõe o silêncio e a reflexão sobre palavras



e frases simples. Seria essa uma forma de compreender e respeitar a vida que explode incessantemente no seu interior? Cremos que os discursos políticos e as ações lideradas por governos, partidos e grupos com interesses diretos nos recursos existentes nas florestas devem ser silenciados e submetidos à lógica e à razão de um “pensamento que seja capaz de se pensar” e transformar não o mundo, mas a si mesmo.

Entender as palavras por aquilo que elas possuem de mais significativo e valioso, e por meio delas transformar as realidades sociais, para que essas não sejam o reflexo de um único modelo, mas algo atravessado por uma pluralidade de cores e formas. Palavras dizem muito, e muito se pode apreender com elas, mas elas não devem anteceder o silêncio e a linguagem do mundo. O silêncio da floresta, as palavras não escritas e não faladas, são vozes silenciosas que ecoam no pensamento daqueles que não têm a pretensão de governar a floresta.

Nas margens dos rios ou deslizando nas suas águas, andando por caminhos tortuosos e mesmo paralisado diante de uma mata fechada e intransponível, o homem sozinho precisa ouvir e não perguntar. Perguntas levam a outras perguntas, palavras nos levam a outras palavras. Mas, o silêncio da floresta nos inunda com sons, e no interior de suas sombras podemos ser atravessados por raios de luz. Eles serão os mesmos raios que cuidadosamente venceram os galhos e folhas das gigantescas árvores, e agora podem inundar com a sua claridade o interior daqueles que caminham na floresta.

Cheios de uma luz que nasce na infinita escuridão do cosmo, os homens estariam aptos a balbuciar as primeiras palavras. Seriam como crianças que lutam incansavelmente para apreender a linguagem do mundo. Meninos, não homens, e que apesar de não serem capazes de governar o mundo, o compreenderiam com a força de um pensamento que se constitui de uma razão feita de “sombras e luz” e de “silêncio e sons”.

Se o triunfo dos governos sobre os homens foi a vitória da própria razão humana sobre a natureza, e se isto implicou na consolidação de uma forma de organização social, dependente e centralizada na autoridade de poucos, precisamos voltar a consultar os oráculos ou conversar com os deuses da floresta.

Governado pela força ou pelo consentimento, o “homem civilizado” construiu realidades sociais que transformaram as suas relações com o “mundo natural”, e submeteram as suas vontades à razão e à lógica daquilo que ele mesmo criou. Monstro ou criação

necessária a preservação da própria vida, os governos prosperaram e estabeleceram “uma verdade”: “é preciso governar, governar é preciso”.

Tornou-se “necessário e imprescindível” que alguns governem para que os outros sobrevivam. Se a história da civilização se fez através da busca de uma compreensão do mundo, ao subordinar esse processo à lógica e à razão daquilo que ele mesmo criou, o homem voluntariamente se tornou cativo da vontade da sua criação, e se esqueceu da sua própria condição de homem.

O processo civilizador condicionou a liberdade de pensar e de escolher os caminhos a uma ideia de convivência pacífica entre os povos e a manutenção das instituições e a ordem dos governos. Ao percorrer esse caminho, produziu guerras e mais conflitos porque operou com o conceito de humanidade dividida entre aqueles que “estavam” e os outros que “precisavam ser civilizados”.

Nos últimos três séculos, no interior das florestas acrianas, repetiu-se esse confronto com sucessivas tentativas e incursões civilizatórias como única alternativa de se prosseguir escrevendo a história e compreendendo o mundo. O reconhecimento de que a floresta não precisa de governo, mas de que apenas os homens desejam governar pode ser o primeiro passo em direção a um pensamento emancipado e potencialmente libertário.

A floresta acriana durante séculos abrigou centenas de tribos e acolheu, a partir do final do século XIX, outros milhares de famílias seringueiras que buscaram nela uma alternativa de sobrevivência. Os anos se passaram, os sonhos de riqueza se transformaram em um lento processo de integração dessas novas populações à realidade da floresta. Os confrontos entre trabalhadores e índios aos poucos foram substituídos por uma convivência que, mesmo não sendo totalmente pacífica, coube dentro desse universo. O seringueiro aprendeu muito com o índio. Sobreviveu em um ambiente hostil e selvagem para aquele homem originário das cidades e dos sertões. Essas populações foram capazes de construir alianças, muitas vezes lutaram e são capazes de lutar em defesa da floresta e da própria sobrevivência de milhares de famílias seringueiras e índias.

A convivência e a luta para sobreviver em meio ao avanço de um modelo centralizado na autoridade do Estado e no direito à propriedade foram capazes de transformar famílias e tribos em povos da floresta. Guiados por uma razão pautada nos interesses econômicos e políticos de alguns indivíduos e grupos, eles não se transformarão em governo.

Afinal, aqueles que compreenderam o silêncio e a escuridão da floresta não podem ter a pretensão de um dia governá-la.

Diante da realidade de um processo histórico que impôs o primado do homem sobre as florestas e os animais, os partidos que se fortaleceram e ascenderam com o discurso de defesa do meio ambiente amazônico e das suas populações tinham a responsabilidade de se tornar um governo que ultrapassasse a razão e a lógica dos discursos. Considerando as singularidades do homem amazônico, as estações temporais e o delicado ecossistema existente nas florestas acrianas, a ideia de um *governo da floresta* poderia ser vista inicialmente como uma alternativa ou mesmo um modelo singular de democracia e participação. Afinal, a própria expressão nos levaria à necessidade de se ampliar o conceito do que seria um governo, porque nesse caso específico os atores envolvidos estariam imersos numa realidade em que a ação política não poderia objetivar ou ter como foco apenas o cidadão ou eleitor. A inclusão das complexas relações dos homens com o espaço da floresta faria com que um governo da floresta não se resumisse em um governo sobre a floresta, mas um governo de homens, plantas, animais, insetos, micro-organismos e de toda a biodiversidade existente nesse espaço.

Falamos de um “parlamento” de diversidades biológicas, culturais, humanas, vegetais e animais, e da possibilidade de se criar um espaço de decisão onde a palavra escrita ou falada não seria o único meio de participação, mas apenas um entre tantos outros. Afastando o discurso partidário e eleitoral, e direcionando as ações para um posicionamento estratégico pautado no profundo respeito pela floresta e pelas populações que sobrevivem no seu interior, nos levaria ao encontro de uma matéria singular com uma nova abordagem sobre o que é a política, o governo, a democracia e a participação. Se verdadeiro, esse seria um discurso corajoso que iniciaria um processo de transformação no pensamento político. Mas, nesse trabalho, tratamos apenas de uma estratégia política, e a ideia fatalmente se resume em uma ou duas frases ou palavras que se ampliaram produzindo uma força política eleitoral que se transformou em governo.

Com o resgate da história e do discurso quase obsessivo da auto-estima da população acriana, o governo petista no Acre foi caracterizado pela capacidade de articular com certa competência esses elementos discursivos ao processo de construção da sua hegemonia política. Construiu com isso uma forte identidade do governo com as questões históricas e culturais da população, que levou os “teóricos” do *governo da floresta* a criarem

essa logomarca da administração petista, e a *florestania* como uma “palavra conceito” desse governo.

Mas, o que seria a *florestania*? Segundo os teóricos do governo, “a ideia de florestania, surgiu como alternativa a cidadania”, porque seria esta última um conceito aplicável apenas às populações que vivem nas cidades. Seguindo essa trilha, no caso do Acre, com a sua trajetória histórica peculiar, o conceito de cidadania seria vazio porque não consideraria as relações sociais derivadas do pluralismo étnico-cultural e a vivência em um complexo ambiente constituído de floresta e rios. Ocorre que é nos espaços urbanos onde se concentra a grande maioria da população do estado, e essa população possui demandas muito diferentes daquelas dos grupos que ainda habitam os seringais, as Reservas Extrativistas e as terras indígenas. Cabe perguntar, então, para quem ou a que serve o discurso da florestania?

É uma ideia simples, e como tal deve ser considerada porque ela faz parte da visão de um governo que, ao adotar o discurso da floresta, afastou-se das delicadas relações que um governo da floresta poderia implicar, já que, como dissemos anteriormente (ver capítulo 2.4), a defesa do meio ambiente articulada com a ética e a competência política, aparentemente transformou o discurso petista numa proposta inovadora para a sociedade acriana. Todavia, na prática, ele era também o discurso proferido por um governo que precisava apresentar soluções de curto e médio prazo para um eleitorado que tinha a sua existência ligada diretamente à formação dos espaços urbanos no estado.

O projeto petista mostrou-se dotado de grande capacidade de penetração no ambiente político que havia se instalado na região após os importantes acontecimentos protagonizados por lideranças dos movimentos dos trabalhadores seringueiros e das populações indígenas. A criação do conceito de florestania indicava que, se exequível, esse seria um projeto, e não apenas um tema na agenda desse governo. Ela seria uma parte essencial e incluiria uma floresta detentora de uma lógica e razão próprias na estrutura burocrática e hierarquizada de um governo.

Se o conceito de florestania foi apresentado como uma contraposição (ou alternativa) ao de cidadania, a biodiversidade existente na floresta é antagônica a existência de um governo da floresta. Os governos reivindicam a legitimidade do poder e possuem mecanismos que orientam e submetem as forças contrárias a seu espaço de controle e decisão. A ideia de governar o que não se conhece é tão estranha como o discurso que reivindica o direito à florestania. Uma população que tem a sua existência intimamente relacionada a um espaço e a uma realidade biótica atravessada por complexas relações não caberia em uma

palavra ou conceito. A existência do indivíduo portador de direitos oriundo da florestania seria plausível em um ambiente em que também fosse viável a participação efetiva e a extensão desses direitos a tudo aquilo que compõe a realidade da floresta, ou seja: plantas, animais e toda a biodiversidade existente. Se devidamente compreendido, esse novo espaço político e de convivência avançaria no conceito de democracia para uma espécie de “biodemocracia”, pautada não apenas nos valores ético-políticos, mas essencialmente de respeito e com a extensão dos direitos a toda a forma de vida existente.

A radicalização do conceito de democracia seria a essência desse movimento do governo em direção à floresta. Na medida em que se tornasse menos centralizado, mas solidário e participativo ele seria. Governar a floresta seria uma tarefa movida por uma única certeza: a de que a ampliação do conceito de governo se esvaziaria e tornaria inevitável a inutilidade de um poder assentado na ideia de legitimidade e de obediência às leis. Viver a florestania é combater o modelo de convivência antropomórfico adotado para a região e a recusa da necessidade de existência dos governos.

Governar com a floresta seria equivalente a não governar. O discurso da florestania teria sentido se viver na floresta fosse o equivalente a uma existência onde o direito de ter florestania não fosse uma palavra, uma categoria ou conceito, mas uma tática. A recusa em obedecer e guiar-se pela autoridade de outro, então, se tornaria uma prática e a própria essência de um viver na floresta.

È pois, difícil a cada homem desprender-se da menoridade que para ele se tornou/quase uma natureza. Até lhe ganhou amor e é por agora realmente incapaz de se servir do seu próprio entendimento, porque nunca se lhe permitiu fazer uma tal tentativa. Preceitos e fórmulas, instrumentos mecânicos do uso racional ou, antes, do mau uso dos seus dons naturais são os grilhões de uma menoridade perpétua. Mesmo quem deles se soltasse só daria um salto inseguro sobre o mais pequeno fosso, porque não está habituado a este movimento livre. São, pois, muito poucos apenas os que conseguiram mediante a transformação do seu espírito arrancar-se à menoridade e iniciar então um andamento seguro.<sup>175</sup>

Nesse sentido, a compreensão de que as cidades e a cidadania possuem alcance limitado e que a florestania se apresentaria como um avanço nas relações do homem com a natureza e as instituições se tornaria uma ideia original e libertária.

---

<sup>175</sup> KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1995, p.12.

No entanto, o governo petista eleito com o discurso da florestania, e que emergiu com a possibilidade de realização de um projeto alternativo aos sucessivos equívocos da política acriana, sucumbiu à lógica da sobrevivência partidária e da razão centralizada na autoridade do Estado. As ações foram aos poucos se deslocando dos movimentos e das ideias emancipadoras que eclodiram com a mobilização das populações seringueiras e índias para adotar o caminho da administração de resultados, e com isso ampliou a base eleitoral das legendas que há anos buscavam o reconhecimento e um maior protagonismo na política acriana. Afinal, os conflitos e os interesses que afloram no interior das florestas demonstraram que o discurso da unidade histórica de um povo e um governo da florestania eram tão possíveis quanto a vitória das flechas dos selvagens sobre os rifles que se multiplicaram nas colocações.

Governar com as populações que foram deslocadas para o interior das florestas e outras que emergiram das suas próprias relações foi uma tarefa que gradativamente se afastou das diretrizes e dos objetivos, não apenas do PT e de suas principais lideranças, mas de todos os partidos que se uniram para derrotar as forças políticas tradicionais que haviam levado a sociedade acriana a uma delicada situação de descontrole da administração pública e de profundos problemas sociais e econômicos no final dos anos noventa do século XX.

Com a vitória imposta sobre as forças mais conservadoras, a história de muitas das lideranças que compunham a Frente Popular do Acre não poderia permitir que esse grupo político sucumbisse de maneira incondicional a força de atração que o exercício do poder provocara nas mesmas. Porém, as ações do governo petista demonstraram uma preocupação com a ordem, e a floresta em chamas e os tiros que abateram seringueiros e índios no confronto pelo direito de sobreviver na floresta exigiam a desordem no discurso, e a inversão de uma lógica que demonstrara historicamente que essa ordem ocorrera apenas no silêncio cativo dos seringais e na eliminação dos espaços de sobrevivência das populações tribais.

O combatido avanço da pecuária foi um modelo que se materializou na paisagem da floresta como a única possibilidade de se promover a pacificação em um ambiente repleto de diversidade. Nessa questão, o projeto de desenvolvimento do estado pela via econômica do agronegócio foi mais objetivo. Derrubavam-se as florestas e plantava-se capim, expulsavam-se índios e seringueiros e colocava-se gado. Gado e homens cativos sobrevivem e comem aquilo que garante as suas existências como tais, e são controlados por bons peões e capatazes. A floresta exige o combate e a mobilidade e, portanto, a instabilidade e todas as suas conseqüências. Um partido político deseja e busca a estabilidade e a certeza da sua

permanência no poder. São matérias distintas e, por isso, com interesses inconciliáveis. O poder não sobrevive à divisão, e os espaços de decisão devem estar limitados ao comando e a razão de poucos, mesmo porque a razão de muitos é, na prática, a desobediência. E assim como a loucura, insuportável para os governos e os homens.

Um discurso político de unidade não significou a eliminação das diversidades existentes, porque a floresta ainda resiste assim como as ideias que floresceram no combate que sepultou homens e derrubou árvores centenárias - os mesmos combates que proporcionaram o nascimento de heróis e mártires - e a possibilidade de emergir uma unidade que ficou legitimada pelo direito que os povos das florestas teimavam em manter. A sobrevivência da floresta era a garantia de sobrevivência desses homens. A aliança entre os povos que ocupavam esses espaços não se constituía como uma unidade, antes era a própria negação dessa possibilidade, pois a floresta tem a sua própria razão e aqueles que desejam sobreviver no seu interior silenciam as vozes e as motosserras, aguçando os seus ouvidos para as palavras que apenas ela, a floresta, é capaz de pronunciar.

Afastemo-nos dos espaços das cidades, dos governos das palavras e das palavras dos governos, e adentremos nos caminhos cortados pelo “vai e vem das estradas”, no interior de uma floresta que possui a sua própria razão e a sua própria luz. A floresta e seus habitantes desejam a participação em um parlamento que se estenda por toda a imensidão do verde que cobre uma fina e frágil camada de terra. A voz da floresta é tão diversa, e por vezes o silêncio e as sombras são, na essência, os discursos que ela continua a proferir. Eles dizem verdades que somente aqueles que se deixaram atravessar pelos seus raios de luz sabem compreender.

## Considerações finais

No dia 23 de maio de 2008, uma foto é manchete nos principais portais da internet. A imagem mostra um grupo de índios que vivem na região de fronteira do estado do Acre com o Peru sendo fotografados pela primeira vez. Parcialmente protegidos por uma densa floresta, os “selvagens” atiram suas flechas em direção a aeronave que faz um sobrevoo por sobre as malocas da aldeia. Calcula-se que estes grupos de isolados residam na região desde 1910, sem manterem contato com os brancos.

Alternando os seus espaços de sobrevivência no interior da densa floresta, resistiram durante todo o período de formação da história da sociedade acriana sem fazer parte dela, e pode-se deduzir pela imagem captada pela câmera que desejam continuar assim, como “legítimos povos da floresta”. A imagem se sobrepõe aos discursos científicos e políticos e, assim, o Acre se desnuda diante do mundo. Eles ignoram as fronteiras nacionais, deslocam-se por espaços nas florestas e cravam no seio da sociedade nacional uma incômoda verdade. Protegidos unicamente pela unidade das suas tribos e pela natureza exuberante que os cerca, não desejam o Estado nem os governos: querem permanecer assim na floresta. A imagem é surreal, em tempos de antenas parabólicas e internet nas aldeias.

Essas imagens de certa maneira reforçam a idéia de que, a partir da segunda metade dos anos oitenta do século XX, o Acre tem se tornado uma espécie de laboratório para estudiosos das populações indígenas, dos movimentos populares e sociais, do movimento ecológico, e até de experiências místicas e religiosas. Os movimentos sociais, as tribos indígenas, a história das lideranças populares e a nova perspectiva de convivência do homem com a natureza protagonizada por índios e seringueiros acrianos se tornaram objeto de estudo. Inspiração para alguns ou mesmo uma preocupação dos governos e instituições nacionais e internacionais, a realidade social e política do Acre se configurou como uma singularidade nessa imensa região, onde se localiza a maior floresta tropical e a maior reserva de biodiversidade do planeta.

Diante de uma realidade protagonizada por índios, seringueiros, partidos políticos, movimentos sociais e outros atores com idéias e interesses na maioria das vezes inconciliáveis e antagônicos, consideramos apropriado fazer algumas reflexões, e não apresentar uma conclusão. As ideias que emergiram no interior das mais de duas centenas de páginas foram efeitos das experiências vividas e mostraram uma possibilidade de pensar essas novas



relações entre o governo e a sociedade acriana como algo delicado e ainda sujeito a mudanças.

Destacamos inicialmente duas questões que consideramos importantes e que, de certa forma, sustentam as argumentações apresentadas nesse trabalho. A primeira é que o Partido dos Trabalhadores se consolidou como uma hegemonia política no Acre por meio da utilização de um habilidoso discurso político e de uma estratégia que articulou, de maneira eficaz, o histórico singular de formação da sociedade acriana com os movimentos de defesa das florestas amazônicas. Por um lado, a união desses dois temas nas campanhas eleitorais e posteriormente na condução do governo trouxe como resultado uma projeção do governo petista na política nacional; por outro lado, reforçaram a confiança do eleitorado acriano nas propostas das campanhas protagonizadas pela coligação Frente Popular do Acre.

A compreensão dessa realidade social e política como um espaço de utopias e experimentações e da realização dos sonhos pessoais ou projetos políticos partidários também se apresentou como uma possibilidade sobre a qual investimos, e de certa forma renderam reflexões que poderão ajudar futuras incursões acerca dos partidos acrianos e as eleições no estado. O discurso do *governo da floresta* pautado na ética na política, no respeito e na participação dos vários atores que se mobilizaram em defesa das florestas acrianas e da manutenção das populações que nela sobrevivem foi determinante na afirmação do governo petista como um fenômeno político, e estabeleceu novas bases para a política local.

O espectro político partidário no Acre, com a consolidação do discurso petista, modificou sensivelmente as relações dos eleitores com as lideranças e os partidos políticos. A partir da vitória conquistada pelo PT nas eleições de 1998, o discurso iniciado no final dos anos oitenta do século XX se materializou como uma força política eleitoral, inserindo questões acerca da realidade regional que eram marginalizadas pelos partidos que se alternaram no poder nos anos oitenta e noventa.

Com a vitória nas eleições majoritárias e a consolidação do grupo político liderado pelo PT acriano, criaram-se expectativas de que profundas transformações ocorreriam nas estruturas do governo e dos partidos, marcados fortemente pela tradição e as oligarquias. As singularidades históricas, a diversidade étnica e cultural dos seus habitantes e os movimentos sociais que se formaram no processo de luta pela sobrevivência da população acriana, principalmente os ribeirinhos, seringueiros e índios, seriam incorporados ao processo de transformação partidária e eleitoral provocado pela vitória da Frente Popular do Acre e pela ascensão das suas principais lideranças.

Se essas expectativas fossem atendidas, uma releitura aprofundada do processo de formação da sociedade acriana seria efetuada, e isso levaria o discurso do *governo da floresta* a abandonar algumas afirmações e verdades que povoavam o imaginário da população acriana e, conseqüentemente, alguns mitos seriam desfeitos.

Estabelecer novas verdades e relações acerca da população do estado e a sua história, romper com a tradição na política e implantar um amplo processo de construção a partir da diversidade étnica e cultural de brancos, índios e seringueiros foi um desafio que o PT acriano não enfrentou. O discurso de reafirmação da história oficial, da exaltação aos heróis e aos mitos, juntamente com as ações pautadas em uma relação do custo político com o resultado eleitoral, foram os balizadores do governo. Somadas a esses, a burocracia partidária, principalmente a petista, sucumbiu à racionalização das suas relações internas e a consolidação do controle e da dominação por parte das suas principais lideranças sobre os militantes, sindicatos e associações que, às vezes, se estenderam para alguns partidos da base de apoio do governo.

Assim, o governo fez de uma floresta repleta de árvores gigantescas, animais, índios, seringueiros e ribeirinhos o instrumento para a consolidação de uma hegemonia política. Um espaço para a realização da sua utopia e da construção de uma política de partido e de governo, distanciando-se das verdades que possibilitaram a sua própria afirmação como força política. Contudo, esse espaço não deve ser ocupado e resumido ao uso e a invenção de conceitos ou novas palavras com alcance limitado. Essa preciosa realidade que possibilitou a realização das utopias partidárias e o desejo de ser governo, agora cobra a ética dos estudiosos, a sabedoria dos pajés e a coragem dos guerreiros tribais na condução dessa embarcação por um rio de muitas voltas e água barrentas.

Temos um conhecimento parcial e limitado sobre a enorme diversidade biológica existente no estado, e isso tem sido resultado das pesquisas realizadas com os métodos da ciência moderna, mas também fruto das experiências cotidianas vividas por populações distintas, como é o caso dos seringueiros e índios que há mais de um século sobrevivem interagindo com as suas realidades e transitando na fronteira do mito e da história, daquilo que é real e imaginário.

O objeto desse trabalho não se perdeu; repousa em algumas das centenas de curvas ou dezenas de rios que cortam a floresta acriana. Essa foi uma expedição teórica e metodológica que partiu a bordo de uma embarcação levada por uma correnteza que a conduziu aos caminhos das águas, onde as certezas não foram totalmente diluídas, mas abriram-se outras para compreensão desse “mundo ainda em gestação”.

Pensar essa enorme área de florestas como um espaço onde muitos viveram e ainda vivem as suas utopias tornou-se uma generosa verdade, porque ao escrever essas linhas finais de um trabalho de pesquisa, temos a sensação de que a expedição fez apenas uma parada na margem de um rio qualquer dessa imensa floresta de pensamentos. É uma parada “técnica” em que alguns dos instrumentos utilizados na pesquisa poderão ser descartados e outras ferramentas adicionadas à bagagem.

Agrada-nos a idéia de pensar esse trabalho como uma das utopias vividas. Compreendemos, também, que um grupo de jovens militantes políticos, sindicalistas, ativistas e pesquisadores que construíram um discurso político que se tornou pretensiosamente um governo viveram a sua utopia. Um *governo da floresta* ou uma floresta com governo é uma utopia real, assim como são reais os “selvagens” pintados a dirigirem as suas lanças e flechas ao avião que sobrevoa as malocas no interior das florestas acrianas. No entanto, as utopias vividas nem sempre são libertárias e essa experiência de governo mostrou que a experiência de “ser” e “ter” o poder ficou restrita àqueles que sonharam o sonho do governo da floresta.

O *governo da floresta* como a realização da utopia de uma sociedade organizada com a pluralidade étnica e cultural de índios seringueiros, ribeirinhos e moradores das cidades acrianas foi um discurso político e como tal deve ser compreendido. Não se revelou como uma revolução conceitual que o próprio termo e suas derivações poderiam ter. A inauguração de um novo tempo nas relações de poder que se deram no interior da história desses brasileiros que vivem na Amazônia foi frustrada pela politização dos movimentos e a apropriação indevida dos discursos em defesa das florestas e da vida de seringueiros e índios.

Sem guerra e sangue, índios seringueiros, trabalhadores e políticos construiriam um novo tempo e uma nova sociedade e comungariam da mesma idéia e dos mesmos desejos, e porque não dizer, da mesma utopia de viver em uma sociedade que brotou da sua própria realidade no interior das florestas. Mas, o governo da floresta não marcou o fim de uma fase da história acriana, tampouco deu início a uma nova etapa de aventura protagonizada por índios e seringueiros.

A florestania se revelou apenas e tão somente uma palavra, e o *governo da floresta* a realização de um grupo de homens que sonhou um dia governar. O Acre não é uma utopia, os povos da floresta não comungam dos mesmos sonhos e não se constituem como uma unidade em torno de um passado glorioso e de uma história única. Eles se caracterizam pelas singularidades, buscam realizações que não guardam semelhanças com as utopias e os sonhos de partidos e militantes políticos.

As reflexões, se não levaram a resultados concretos, abriram a possibilidade de compreender a realidade acriana com a generosidade que ela tem. A história dessa sociedade, que ainda floresce às margens de rios nas florestas da Amazônia, não se realizou como um conjunto de fatos e similaridades e, portanto, não pode ser apresentada discursivamente como uma unidade. Ao contrário, ela foi e ainda continua sendo confeccionada por linhas multicores e por artesãos que ainda não têm consciência dos desenhos que tecem. Governar essas mãos é tão possível como instalar um governo na floresta e viver a florestania.

Esses desenhos que estão sendo traçados não seguem uma lógica e não emanam de uma mesma fonte de sabedoria ou imaginação. São desenhos feitos por mãos que nem sempre estão próximas umas das outras; por isso não devem ser compreendidas como um trabalho que simplesmente se termina, mas que faz com que uma parte se una a outra.

Como uma enorme colcha que está sendo tecida corajosamente sem um modelo pré-concebido, e onde cada um tece de sua forma e a seu tempo, com uma técnica que lhe é peculiar. Os índios que atiram flechas nos aviões são apenas alguns dos milhares de tecelões que cravam seus desenhos nesse imenso e verde tecido que aguarda pacientemente que cada um preencha com os seus traçados, os pontos e os nós que às vezes se unem, e outras tantas simplesmente se rompem para formar outras figuras e desenhos. A única certeza é a de que as imagens e a realidade não se fixam e, a cada novo ponto ou traçado, pode se ter outro traçado, uma nova figura ou costura.

As utopias vividas nesse espaço podem ser compreendidas como se fossem esses pequenos desenhos que se formaram, mas que certamente serão desfeitos para que outros tantos desenhos e traçados possam surgir nessa superfície. As mãos que desenharam e conduzem a linha que tece são as mesmas que fazem a história dos homens que sobrevivem no interior das matas, nas margens dos rios e nas cidades acrianas. Eles nem sempre sabem, mas são tecelões extremamente habilidosos. Esperamos sinceramente que esse texto tenha sido um desses milhares de pontos, e que se costure a outros tantos que surgirem enquanto os selvagens, seringueiros, partidos políticos governo e a população acriana continuarem a tecer a sua história.

## Referências Bibliográficas

### Bibliografia geral

ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Martins Fontes. Livros I a IV, 1991.

ARON, Raymond. *Estudos Políticos*. Brasília: UNB, 1980.

\_\_\_\_\_. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BALANDIER, George. *O contorno: poder e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_. *Antropologia política*. São Paulo: Edusp, 1969.

\_\_\_\_\_. *O poder em cena*. Brasília: Unb, 1982.

BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: Um Pouco-antes e Além-Depois*. Manaus: Umberto Calderaro, 1977.

BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. Brasília, UNB, 1980.

\_\_\_\_\_. *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 2007.

CARVALHO, João Carlos de. *Amazônia revisitada: de Carvajal a Márcio Souza*. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. Brasília: UNB, 1998.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia da violência*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

CRESPIGNY, Anthony de. *Filosofia política contemporânea*. Brasília: UNB, 1979.

CUNHA, Euclides da. *Obra completa Volume I*, Rio de Janeiro: Companhia Aguilar Editora, 1966.

DAHL, Robert A. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 1997.

\_\_\_\_\_. *Voto e máquina política*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*, São Paulo: Nobel, 1989.

DEUTSCH, Karl Wolfgang. *Política e governo*. Brasília, UNB, 1979.

DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.

DUVERGER, M. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

ELSTER, Jon. "Introducion", in Jon Elster (ed.), *Rational Choice*. New York: New York University Press, 1986.

\_\_\_\_\_. *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FIGUEIREDO, Marcus. *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. São Paulo: Sumaré, 1991.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*, São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*, São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia das ciências e história do pensamento – Ditos e escritos vol. II*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

\_\_\_\_\_. *Estratégia, Poder-Saber – Ditos e escritos vol. IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*, São Paulo, Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo, Loyola, 2000.

GONÇALVES. A. COSTA, P.E.B. (Org.) *Mais Borracha para a vitória*, Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal Gráfica, 2008.

HART, Michael. NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

\_\_\_\_\_. *Multidão*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*, São Paulo, Edições Loyola, 2006.

HOBBS, Thomas. *O Leviatã*, Os pensadores, São Paulo, Ed. Abril, 1979.

JEFFERSON, Thomas. *Escritos políticos/Thomas Jefferson. Senso comum/Thomas Paine, O federalista/Hamilton, Madison, Jay. A democracia na América; O antigo regime e a revolução/Alexis de Tocqueville, Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

- KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- KING, Preston T. *O estudo da política*. Brasília: UNB, 1980.
- KINZO, M.D.G. *Representação política e sistema eleitoral no Brasil*, São Paulo: Símbolo, 1980, pág. 21 – 46.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 1999.
- LA BOÉTIE, Etienne de. *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- LAMOUNIER, Boulevard. "A representação proporcional no Brasil: mapeamento de um debate". *Revista de Cultura Política*, nº 7, 1981, pág. 5 – 42.
- LASSWELL, Harold Dwight. KAPLAN, Abraham. *Poder e sociedade*. Brasília: UNB, 1979.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.
- \_\_\_\_\_ *Antropologia Estrutural Dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.
- \_\_\_\_\_ *Tristes trópicos*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- \_\_\_\_\_ *O olhar distanciado*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1986.
- \_\_\_\_\_ *O pensamento selvagem*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- LINDBLOM, Charles Edward. *O processo de decisão política*. Brasília: 1981.
- LIJPHART, A. *As democracias contemporâneas*. Lisboa: Gradiva, 1989, pág. 175-199.
- LIMA JUNIOR, Olavo B. de. *Instituições políticas democráticas: o segredo da legitimidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Pág. 37-62, 1997.
- \_\_\_\_\_ *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-94)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- LOCKE, John. *Os pensadores*, São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Os pensadores, São Paulo: Abril, 1979.
- MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*, São Paulo, Hucitec, 2000.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*, Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

MORIN, Edgar. *A religião dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrant Brasil, 2001.

MORIN, Edgard e ANNE B. Kern. *Terra Pátria*, Porto Alegre: Sulina, 2003.

MORUS, Thomas. *A utopia*. Brasília: UNB, 1980.

NICOLAU, Jairo Marconi. *Sistemas eleitorais: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

NICOLAU, Jairo Marconi e SHIMITT, Rogério. *Sistema eleitoral e sistema partidário*, in Revista Lua Nova, nº 36, São Paulo: Cedec/Marco Zero, 1995.

O'DONNELL, Guillermo. *Contrapuntos, ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización*. Buenos Aires: Paidós, 1997.

OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. São Paulo, Edusp, 1999.

PALMEIRA, Moacir. *Voto: racionalidade ou significado?* Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 20, 1992.

PITKIN, H. "O conceito de Representação", in F.H. Cardoso e C. E. Martins (orgs), *Política & Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, vol. 2, pág. 8-22, 1981.

PIZZORNO, Alessandro. "Interests and Parties in Pluralism" in Suzane Berger (Ed). Cambridge University Press, 1985.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social democracia*, São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

QUIRINO, Célia Galvão. SADEK, Maria Tereza. (Orgs). *O pensamento político clássico: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*, Petrópolis: Vozes, 1986.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *O contrato social*. Os pensadores, São Paulo: Abril, 1979.

\_\_\_\_\_. *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*. Os pensadores São Paulo: Abril, 1979.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Para um novo senso comum: a ciência e a política na transição paradigmática*. São Paulo: Cortez, 2000.

SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisada*. São Paulo, Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. *Partidos e sistemas partidários*. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Editora fundação Perseu Abramo, 2007.



SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

STUART MILL, John. *Sobre La Libertad*. Madri: Editorial Espasa Calpe, 1997.

TAVARES, J.A.G. *Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas: teoria, instituições, estratégias*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 33-66, 1994.

TOCANTINS, Leandro. *Euclides da Cunha e o paraíso perdido*.. Rio de Janeiro: Record, 1968.

TRAGTENBERG, Mauricio. *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Ática, 1992.

VERA, Loreto Correa. VERA, Cristián Garay. VACA-DIEZ, Anahí. LANDÍVAR, Ana Soliz. *Bolivia em dos frentes: las negociaciones de los tratados de Acre y de limites com Chile*. Revista Universum nº 22 – Vol. 1, Universidade de Talca, 2007, p. 266-291.

VIANNA, Oliveira. *Pequenos Estudos de Psicologia social*. Rio de Janeiro. Cia Editora Nacional, 1942, p. 142-156.

VOEGELIN, Eric. *A nova Ciência da Política*. Brasília: UNB, 1979.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*, Volume II. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. *Ciência e política duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2000.

\_\_\_\_\_. *Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída*. Os Pensadores São Paulo: Abril Cultural, 1974.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

### **Bibliografia sobre o Acre**

ACRE, Assembléia Legislativa do Estado do. *Parlamentares Acreanos*. Rio Branco: ALEAC, 2005.

ACRE, Governo do Estado. *Galvez e a República do Acre*. (Revista do 1º Centenário do Estado Independente do Acre), Rio Branco: FEM. 1999.

ACRE, Governo do Estado do. *Povos do Acre: história indígena da Amazônia Ocidental*. Rio Branco: FEM, 2004.

ACRE, Governo do Estado do Acre. *Acre em números*. Rio Branco: SEPLANDS, 2008.

ACRE, Governo do Estado do. *Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre. Documento Síntese da Fase II*. Rio Branco: SEMA, 2006.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. *Trabalhadores do Muru: o rio das cigarras*. Rio Branco: Edufac, 2005.

ALVES, Toinho. *Artigos em geral*. Rio Branco: FEM, 2004.

AQUINO, Terri Vale de e IGLESIAS, Marcelo P. *Kaxinawá do Rio Jordão: História, território, economia e desenvolvimento sustentado*, Rio Branco: Comissão Pró-índio do Acre, 1994.

\_\_\_\_\_. *Os kaxinawá*. In: ALMEIDA, Mauro Barbosa de & CUNHA, Manuela Carneiro da (orgs.). *Enciclopédia da floresta: o alto Juruá – praticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *Povos e terras indígenas no Estado do Acre*. Rio Branco: (Texto de Subsídio ao Eixo Cultural Político do ZEE do Acre), 2005.

AZCUI, Cel. Benjamin. *Resumen histórico de las campanas Del Acre (1899-1903)*. La Paz: Talleres Gráficos de La Intendencia de guerra, 1925.

BARROS, Glimes Rego. *Nos confins do extremo Oeste*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. Vol. I e II, 1993.

CALIXTO, Maria do Perpétuo Socorro. *A cidade encena a floresta*. Rio Branco: Edufac, 2005.

CALIXTO, Valdir de Oliveira. *Plácido de Castro e a construção da ordem no Aquiri: contribuições à história das idéias políticas*. Rio Branco: FEM, 2003.

\_\_\_\_\_. *Aquiri (1898-1909): os padrões e a construção da ordem*. São Paulo: USP, 1993.

CALIXTO, Valdir de Oliveira. SOUZA, Josué Fernandes de e SOUZA, José Dourado de. *Acre: uma história em construção*, Rio Branco: Secretaria de Educação e cultura do Acre, 1985.

CARVALHO, José. *A primeira insurreição acriana*. Rio Branco: Poligraf, 2002.

CASTRO, Genesco de. *O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro*. Brasília: Senado Federal, 2005.

COSTA, Craveiro. *A conquista do deserto ocidental: subsídios para a história do território do Acre*, Rio Branco, Fundação Cultural do Acre, 1998.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez, 1992.

COSTA, Homero. *Os partidos políticos no Acre.(1945-1978)*. Rio Branco: Cadernos -UFAC, 1992.

CRUZ, Tereza Almeida, FERREIRA, Paulo Roberto Nunes (orgs.). *Retrato Cultural dos Katukina, Kaxinawá, Shanenawa, Jaminawa e Manchineri*. Rio Branco: Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansur, 2004.

GOMES, Pimentel. *A conquista do Acre*. Fortaleza: Expressão, 2005.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade (o seringal) à territorialidade seringueira (a reserva extrativista)*, Brasília: IBAMA, 2003.

LIMA, Claudio de Araujo. *Plácido de Castro: um caudilho contra o imperialismo*. Rio Branco, Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998.

MARTINELLO, Pedro. *A “batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e as suas conseqüências para o Vale Amazônico*. Rio Branco: Cadernos UFAC n. I, 1988.

MORAIS, Auricélia Neves de. *et ali Bairro do Papouco: espaço de vida , prazer e sonhos*. Rio Branco: FCRHCD, 1993.

NAKASHIMA, Mary. *Chico Mendes por ele mesmo*, São Paulo: Martin Claret, 2006.

NEVES, Marcus Vinicius. *Uma breve história da Luta Acreana*. In: MENDES, Comitê Chico. Rio Branco: Caderno povos da floresta, 2003.

OLIVEIRA, Luis A. *O sertanejo, o brabo e o posseiro: a periferia de Rio Branco e os cem anos de andança da população acreana*. Belo Horizonte: UFMG/CEDPLAR, 1982.

PANTOJA, Mariana Ciavatta. *Os Milton: cem anos de história nos seringais*. Rio Branco, Edufac, 2008.

PAULA, Elder Andrade. *O conto da “floresta pública” e o canto da sereia: Lei 11.284/2006*. In *Conflitos no Campo – Brasil 2005*. Goiânia: CPT, 2006

PESSOA, Enock da Silva. *Trabalhadores da floresta do alto Juruá*. Rio Branco: Edufac, 2004.

PIRES, Naylor George. *Noticias de jornal*. Rio Branco: Editora Preview, 1996.

RIBERA, Ernán Messuti. *La dramática desmenbración del Acre*. Sucre: Editorial Judicial, 1997.

SANTANA JÚNIOR, Horácio. *A saga acreana e os povos da floresta*. Rio Branco: Edufac, 2004.

SCHIMINK, Marianne. *A cidade da florestania*. Belém: EDUFPA, 2008.

SOUZA, Carlos Alberto de. *História do Acre: novos temas, nova abordagem*. Rio Branco: Editor - Carlos Alberto de Souza, 2002.

SOUZA, Marcio de. *Chico Mendes*. São Paulo: Callis, 2005.

TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre. Volumes I e II*, Brasília: Senado Federal, 2001.

VENTURA, Zuenir. *Chico Mendes*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

VINNYA, Aldaiso L. Ochoa, MARIA Luiza P. Teixeira, GLEYSON de A. (orgs.). *Costumes e tradições do povo Yawanawa*. Belo Horizonte: FALE/UFMG: SECAD/MEC, 2007.

### **Teses, dissertações e monografias**

ALEGRETTI, Mary Helena. *A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Brasília, UNB, 2002.

AQUINO, Terri Vale de. *De seringueiro caboclo a peão acreano*. Rio Branco: Dissertação (Mestrado em Antropologia), Brasília: UNB, 1977.

BARBOSA, Edson Holanda Lima. *Ida ao inferno verde: experiências da migração de trabalhadores do Ceará para a Amazônia (1942/1945)*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: PUC, 2005.

BEZERRA, Maria José. *Invenções do Acre – de Território a Estado – um olhar social*. Tese (Doutorado em História Social), São Paulo: USP, 2006.

COELHO, Enice Mariano. *Acre: ciclo da borracha (1903 – 1945)*. Dissertação (Mestrado em História). Rio Branco: UFF, 1982.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. *Do “manso” ao guardião da floresta: estudo do processo de transformação social do sistema seringal, a partir do uso da Reserva Extrativista Chico Mendes*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1999.

FERNANDES, Marcos Inácio. *O PT no Acre: a construção de uma terceira via*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Natal: UFRN, 1999.

FERNANDES FILHO, Idelfonso. . *A fundação do Partido dos Trabalhadores no Acre: do sonho da terra a terra sem sonhos*. Monografia (Bacharelado Ciências Sociais). Rio Branco: UFAC, 1998.

GUIMARÃES JUNIOR, Isac de Souza. *A construção discursiva da florestania: comunicação, identidade e política no Acre*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e mediação) Niterói:, UFF, 2008

LIMA, Reginâmio Bonifácio de. *Sobre terras e gentes: o terceiro eixo ocupacional de Rio Branco (1971 – 1982)*. Monografia (Especialização em cultura, natureza e movimentos sociais na Amazônia), Rio Branco: UFAC 2006.

MONTYSUMA, Marcos Fabio Freire. *Senhores das matas: experiências extrativistas na RESEX Chico Mendes – Xapuri (1988-2002)*. Tese (Doutorado em História), São Paulo: PUC, 2003.

MORAIS, Maria de Jesus. "Acreanidade": *invenção e reinvenção da identidade acreana*. Tese (Doutorado em Geografia), Niterói: UFF, 2008.

MOURÃO, Nilson. *A prática educativa das CEBs: popular e transformadora ou clerical e conservadora*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Paulo: PUC, 1988.

OLIVEIRA, Ermicio Sena de. *O movimento pelo desenvolvimento sustentável do Acre*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Salamanca: Faculdade de Direito, 2003.

PAULA, Elder Andrade de. *Estado e desenvolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários de progresso aos mercadores da natureza*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Agricultura), Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

PICOLLI, Jacó Cesar. *Sociedades tribais e a expansão da economia da borracha no vale do Juruá-Purus*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais – Antropologia), São Paulo: PUC/SP, 1993.

SILVA, Francisco Bento da. *As raízes do autoritarismo no executivo acreano – 1921 – 1964*. Dissertação (Mestrado em História) Recife: UFPE, 2002.

\_\_\_\_\_. *Da democracia proscrita à democracia prescrita: a ditadura e transição política de 1982 no Acre*.: Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais), Rio Branco: UFAC, 1998.

SILVA, Mauro Rocha da. *Sindicato em movimento: representação política e os interesses no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri*. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento, agricultura e sociedade), Seropédica: UFRJ, 2001.

SILVA, Nilson Euclides da. *Voto e racionalidade em Rio Branco – Acre*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Política), São Paulo: PUC, 2002

## **Revistas**

GALVEZ E A REPÚBLICA DO ACRE; Revista do Primeiro Centenário do estado Independente do Acre. Rio Branco: Governo do Estado Acre, 1999.

REVISTA DA MARINA; Publicação do Gabinete da Senadora Marina Silva. Brasília: 2001.

WILSON PINHEIRO; 20 anos depois. Rio Branco: Governo do estado do Acre, 2000.

N'ATIVA; Revista de idéias. Quem é Chico Mendes. Rio Branco: Prefeitura Municipal, nº 4, dezembro 1995.

## **Jornais**

Jornal A Gazeta  
Jornal A Tribuna  
Jornal O Rio Branco  
Jornal Página 20  
Jornal O Varadouro

## **Vídeos e documentários**

*Mais borracha para a vitória*

Doc Brasil – TV Cultura, 2004.

*A epopéia euclidiana*. Charlene Lima e Rodrigo Neves- VT Publicidade e Fundação Padre Anchieta/TV cultura, 2004.

*A fruto da aliança dos povos da floresta/Os povos do tinton rene*. Siã Hunikuin e Interlab, Produção Independente, 1990.

## **Endereços eletrônicos consultados**

<http://www.chicomendes.org/chicomendes14.php>

<http://fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1515>

<http://www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br/biblioteca>

<http://www.agenciaamazonia.com.br>

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/contagem2007/ac.pdf>

<http://www.tiaoviana.com>

<http://altino.blogspot.com>

<http://www.uol.com.br>

<http://www.agenciamazonia.com.br>

<http://www.socioambiental.org>

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)